

Michelle dos Santos

A CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA



**NAS TRAMAS DE IMAGENS E MEMÓRIAS
PELA IMPRENSA ESCRITA (1956-1960)**



científica digital



EDITORA CIENTÍFICA DIGITAL LTDA

Guarujá - São Paulo - Brasil

www.editoracientifica.com.br - contato@editoracientifica.com.br

Diagramação e Arte Edição © 2024 Editora Científica Digital
Equipe Editorial Texto © 2024 Michelle dos Santos
Imagens da Capa 1ª Edição - 2024
Adobe Stock - 2024 Acesso Livre - Open Access

© COPYRIGHT DIREITOS RESERVADOS. A editora detém os direitos autorais pela edição e projeto gráfico. A autores detêm os direitos autorais dos seus respectivos textos. Esta obra foi licenciada com uma Licença de Atribuição Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional, permitindo o download e compartilhamento integral ou em partes, desde que seja citada a fonte, com os créditos atribuídos aos autores e obrigatoriamente no formato Acesso Livre (Open Access) e sem a possibilidade de alteração de nenhuma forma. É proibida a catalogação em plataformas com acesso restrito e/ou com fins comerciais.



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S237c Santos, Michelle dos
A construção de Brasília nas tramas de imagens e memórias pela imprensa escrita (1956-1960) / Michelle dos Santos. – Guarujá-SP: Científica Digital, 2024.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui Bibliografia
ISBN 978-65-5360-834-4
DOI 10.37885/978-65-5360-834-4

1. Brasília - História. I. Santos, Michelle dos. II. Título

CDD 981.74

Elaborado por Janaína Ramos – CRB-8/9166

Índice para catálogo sistemático:

I. Brasília - História

E-BOOK

ACESSO LIVRE ON LINE - IMPRESSÃO PROIBIDA

2024

Michelle dos Santos

**A CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA NAS
TRAMAS DE IMAGENS E MEMÓRIAS
PELA IMPRENSA ESCRITA (1956-1960)**

1ª EDIÇÃO



científica digital

2024 - GUARUJÁ - SP

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. António Bernardo Mendes de Seíça Santarém
Universidade do Minho, Portugal

Prof. Dr. André Cutrim Carvalho
Universidade Federal do Pará, Brasil

Prof. Dr. António Marcos Mota Miranda
Instituto Evandro Chagas, Brasil

Prof. Dr. Carlos Alberto Martins Cordeiro
Universidade Federal do Pará, Brasil

Prof. Dr. Carlos Alexandre Oelke
Universidade Federal do Pampa, Brasil

Profª. Dra. Caroline Nóbrega de Almeida
Universidade Presbiteriana Mackenzie, Brasil

Profª. Dra. Claudia Maria Rinhel-Silva
Universidade Paulista, Brasil

Profª. Dra. Clecia Simone Gonçalves Rosa Pacheco
Instituto Federal do Sertão Pernambucano, Brasil

Prof. Dr. Cristiano Marins
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Profª. Dra. Cristina Berger Fadel
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Profª. M.Sc. Daniela Remião de Macedo
Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, Portugal

Prof. M.Sc. Domingos Bombo Damião
Universidade Agostinho Neto, Angola

Prof. Dr. Daniel Luciano Gevehr
Faculdades Integradas de Taquara, Brasil

Prof. Dr. Eliezer Lucas Pires Ramos
Moredu Research Institute, Escócia

Prof. Dr. Ernane Rosa Martins
Universidade Fernando Pessoa, Portugal

Prof. Dr. Flávio Aparecido de Almeida
Universidad Martín Lutero, UML, Estados Unidos

Prof. Dr. Humberto Costa
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Prof. Dr. Joachin Melo Azevedo Neto
Universidade de Pernambuco, Brasil

Prof. Dr. Jónata Ferreira de Moura
Universidade São Francisco, Brasil

Prof. Dr. José Aderval Aragão
Universidade Federal de Sergipe, Brasil

Prof. Dr. Leonardo Augusto Couto Finelli
Universidade Estadual de Montes Claros, Brasil

Profª. M.Sc. Larissa Carvalho de Sousa
Instituto Politécnico de Coimbra, Portugal

Prof. Dr. Larry Oscar Chañi Paucar
Universidad Nacional Autónoma Altoandina de Tarma, Peru

Prof^a. Dra. Maria Cristina Zago
Centro Universitário UNIFAAT, Brasil

Prof^a. Dra. Maria Otília Zangão
Universidade de Évora, Portugal

Prof^a. M.Sc. Maria Antónia Martins
Universidade de Évora, Portugal

Prof^a. Dra. Maria da Luz Ferreira Barros
Universidade de Évora, Portugal

Prof. Dr. Mário Henrique Gomes
Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais, Portugal

Prof. Dr. Nelson J. Almeida
Universidade de Évora, Portugal

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil

Prof. Dr. Pedro Afonso Cortez
Universidade Metodista de São Paulo, Brasil

Prof. Dr. Reinaldo Pacheco dos Santos
Universidade Federal do Vale do São Francisco, Brasil

Prof^a. Dra. Rosenerly Pimentel Nascimento
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Prof^a. M.Sc. Susana Jorge Ferreira
Universidade de Évora, Portugal

Prof. Dr. Rossano Sartori Dal Molin
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil

Prof. M.Sc. Walmir Fernandes Pereira
Miami University of Science and Technology, Estados Unidos

Parecer e revisão por pares

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial e Revisados por Pares Externos (Peer Review), sendo indicados para publicação.

Nota: Esta é uma produção independente, tornando-se uma obra com reservas de direitos autorais para os autores. Alguns textos podem ser derivados de outros trabalhos já apresentados ou defendidos, todavia, os autores foram instruídos ao cuidado com o autoplágio. A responsabilidade pelo conteúdo é exclusiva dos autores, não representando, necessariamente, a opinião da editora, tampouco dos organizadores, revisores e membros do Conselho Editorial.

AUTORA

Michelle dos Santos

Doutora em Educação e Mestre em História, ambas titulações pela Universidade de Brasília (UnB). Professora de História Contemporânea e orientadora de Estágio Supervisionado na Universidade Estadual de Goiás (UEG). Integrante da linha de pesquisa 3 "Cultura, Linguagens e Identidades" do Programa de Pós-Graduação em História desta mesma instituição. Possui experiência em ensino, pesquisa e extensão nas áreas de História e de Educação, atuando principalmente nas seguintes temáticas: História Contemporânea e História do Tempo Presente, Ensino de História e Estudos Culturais: linguagens artísticas (teatro, dança, literatura, música, artes plásticas, fotografia, jogos eletrônicos, quadrinhos etc.), demais experiências culturais (costumes, tradições, festividades, moda, consumo, culinária etc.) e agências de produção e difusão cultural: institucionalizadas, independentes, públicas e privadas. É líder, desde a fundação, em 2011, do GPTEC-UEG/CNPq, o Grupo de Pesquisa em Imagens Técnicas.



E-mail: michelle.santos@ueg.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9952389458329176>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2883-9970>

PREFÁCIO

Ao receber o convite para prefaciar o texto de Michelle dos Santos, tive a oportunidade de rememorar os sentidos que ele me provocava, desde o momento em que a ouvi falar sobre o seu tema de pesquisa quando fomos colegas de disciplinas, e depois, ao ler a dissertação de mestrado defendida em 2008 no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília. Pude então compreender melhor o que ressoava de forma tão afetiva para mim em sua escrita. Em que pese o fato de ter sido uma das primeiras pesquisas históricas em que tive acesso a reflexões sobre a construção de Brasília, me impressionou a narrativa fluida, consistente e bem fundamentada, mas sobretudo, entendi que a história de Brasília que a sua pesquisa apresentava me provocou, mas também acomodou estranhamentos como chegante no Distrito Federal. Concluí que aquela escrita acadêmica cheia de tramas, que misturava sujeitos, fontes e linguagens, me apresentou elementos para problematizar a narrativa careta, linear e amplamente disseminada sobre a construção da nova capital, uma conversa que já me incomodava, mas para a qual não encontrava muitos contrapontos. A pesquisa acadêmica de Michelle, com os relatos orais de Edson Beú e as crônicas históricas da jornalista Conceição Freitas, foram pilares que despertaram em mim os primeiros sentidos de pertencimento a este quadrado. Para além da identidade goiana de raízes no sertão baiano, aquelas leituras me forjaram uma candanga naturalizada. Foi um encantamento encontrar aquelas narrativas de desencanto realista!

Cheguei ao Distrito Federal em 2005, naqueles anos em que ainda era comum passar por uma banca ou comprar um exemplar de jornal na padaria, e eu lia o Correio Braziliense com atenção, vislumbrando observar naquele cotidiano presente os processos históricos que fizeram com que a cidade fosse aquele caos que me parecia moldado forçosamente por uma linearidade histórica excessiva. Este é um dos aspectos muito bem problematizados pela autora: apesar de apresentada como um feito bem-sucedido e sem grandes conflitos aparentes, a capital “modernista” surge em meio a disputas entre sujeitos e projetos que percebiam aquele contexto de modernidade de modos distintos. Sua provocação vem de forma sugestiva a partir da frase: “afinal, a modernidade de que falamos é líquida”. Essa afirmação, que aparece como título de tópico no texto, se converte em interrogação no desenvolvimento daquele capítulo em que se inclui, e nos deixa uma exclamação ao final do texto, quando somos interpelados(as) pelos imaginários mudancista e antimudancista, que ganham

forma e força em sua argumentação, ao desconstruir uma visão simplista ou meramente dicotômica que os reduzisse.

Nunca tive a oportunidade de contar para Michelle sobre isso, mas para mim, sua pesquisa repercutiria em minha atuação como professora em escolas públicas do DF, já no momento de elaboração, me inspirando indiretamente a criar uma abordagem didática. Depois de uma aula na UnB em que a ouvi comentar com entusiasmo sobre as representações da construção de Brasília, voltei para casa pensando que utilizaria jornais como material didático na escola pública em que trabalhava, apostando nisso para instigar estudantes a pensarem criticamente as representações construídas por outros (e pela grande mídia) sobre a história das cidades de periferia do DF. Em um primeiro momento, levei para a sala de aula recortes que eu mesma fiz de algumas edições do Correio Braziliense que eu havia comprado nas bancas desde que cheguei a Brasília. O exercício com estudantes de ensino médio foi arrebatador para mim, como docente e “chegante” no DF, e para eles, jovens estudantes nascidos e criados nas periferias urbanas da capital. Naquele momento pulsante de ideias surgidas no Recanto das Emas e de descobertas sobre um DF que eu desconhecia, o meu encantamento sobre a história nesse quadradinho foi crescendo, acabando por se tornar um campo alternativo (e bem mais livre) de reflexões históricas das quais nunca mais me desvencilhei, traçando um caminho paralelo de enorme interesse e prazer para mim. Foi também esse interesse que me levou a procurar pela primeira vez o Arquivo Público do Distrito Federal, em busca de ver aqueles recortes de jornais, conferindo materialidade às descrições que a pesquisa de Michelle traria depois na dissertação de mestrado.

Foi no seu texto que li a expressão “terrenos representacionais”. Conferi agora e vi que foi citada na dissertação uma única vez, o que pode ser indício de que tenha sido algo trivial para a própria autora, uma expressão dessas que escapa nessa busca equilibrada por palavras no árduo exercício acadêmico de pesquisadora iniciante. Na primeira vez que li a dissertação, me chamou atenção e destaquei em meio às notas de preparação de aula. Tomei de empréstimo e mais uma vez levei para a escola. Até suspeitei que pudesse ser uma expressão inventada, quase ocasional, como licença poético-histórica, talvez por isso gostei ainda mais. Na verdade, nunca problematizei muito o seu uso no texto de Michelle, mas identifiquei ali uma forma de traduzir para os meus estudantes de educação básica o que seria a nossa tarefa conjunta na investigação daquelas fontes que passei a buscar no Arquivo Público do DF e didatizar: que terrenos eram aqueles constituídos pela grande mídia e produzidos pelo governo JK? Como poderíamos confrontá-los *com outras representações*?

Muitos seriam para mim os desdobramentos dessas reflexões e práticas: projetos de história local em diversas cidades do DF, parcerias profícuas entre a UnB e a SEDF, a criação de uma disciplina de História Regional do DF em um curso de História que trabalhei durante quase dez anos, um convite para atuar como Coordenadora de Pesquisa no ArPDF, alguns filmes de curta-metragem, exposições e um projeto coletivo que se tornou um cadinho importante do meu coração: o *Outras Brasília: ensino e divulgação histórica sobre o Distrito Federal*. Olhando para trás e observando caminhos tateados de forma um tanto intuitiva, posso afirmar que partilhamos sementes, você com uma pesquisa acadêmica de fôlego, e eu com uma curiosidade epistêmica que nutriu afetos e me vinculou existencialmente ao DF. É como você diz na Introdução: “as minhas Brasília” foram feitas “pelas Brasília de outrem”. As minhas também. Você me cedeu um tanto das suas. Sou grata por isso.

Há de se destacar a atualidade da pesquisa que temos em mãos. Ainda hoje, é uma referência para o uso metodológico de fontes da imprensa escrita na leitura crítica da história de Brasília. O trabalho também é impecável do ponto de vista da revisão bibliográfica no campo da pesquisa histórica, manejando com desenvoltura o uso do cânone na teoria da História com aquela literatura que começava a ser reconhecida como produção historiográfica sobre Brasília. Por estas razões, a sua dissertação é uma indicação certa nas disciplinas que ofereço e nos trabalhos que oriento como professora na Universidade de Brasília. Por isso, é seguramente oportuno que, mais de quinze anos depois, tenhamos uma versão em livro da pesquisa. Caminhando por recortes de jornais de orientações ideológicas diversas, associado a uma reunião rigorosa de fontes documentais de linguagens imagéticas múltiplas, o trabalho de pesquisa nos apresenta um modo de ver a construção de Brasília a partir dos imaginários em torno das narrativas que ganham vazão na mídia, seja ela em jornais de grande porte ou pequenos, nacionais ou regionais. Importa desvelar os contextos de produção e os seus sujeitos, trazendo questionamentos tanto aos discursos que se tornam hegemônicos quanto aqueles secundarizados.

Mais do que o exercício trivial de analisar jornais de grande circulação como fontes, a análise se diferencia e é pioneira no PPGHIS UnB, por observar a imprensa escrita a partir de recortes reunidos pela própria NOVACAP, empresa pública responsável pela construção, portanto, se trata de uma coleção que produz um discurso intencional, a partir de um enquadramento que, de oficial se torna hegemônico, e perdura ainda hoje nas leituras mais convencionais sobre o tema, repercutindo no imaginário social. Em meio à trama narrativa, a pesquisadora nos lembra como jornalistas e outros intelectuais/políticos são

lidos como historiadores do presente naquele momento. Na verdade, é a mídia que publiciza e amplifica as vozes desses que se lêem produtores de um discurso qualificado sobre a história que pode ser capturada no calor do momento. Por isso, os discursos são vivos, intensos, passionais, mas também contraditórios, dissimulados, hipócritas, etc. A pesquisadora lê com maestria crítica aqueles olhares de quem observa o grande feito personalista materializado, demonstrando que há, da parte dos produtores de discursos, a ciência de que se trata de um acontecimento histórico vivido no tempo presente e sob disputa, portanto, seria ingênuo ignorar as condições de poder que permitem repercutir certas opiniões sobre Brasília, enquanto interdita outras.

Sob essa perspectiva, a dicotomia mudancismo/antimudancismo é mote para “terrenos representacionais”, e não pode ser lida como discurso vencedor e derrotado, nem mesmo como dois oponentes que se excluem. No meio dessa polarização que cria um falso conflito, se esconderam permanências e o apagamento das desigualdades de classe, gênero, raça/etnia e outras clivagens sociais que orientam nosso modo de nos anunciarmos modernos, sem nem sabermos bem se queremos ser isso de fato. Michelle dos Santos, com habilidade, abre as lentes da pesquisa histórica para podermos hoje, diante de tantos negacionismos e revisionismos não-críticos, acionar uma abordagem interseccional que permita a todos uma educação crítica e atenta ao papel das mídias no nosso imaginário.

Cristiane de Assis Portela

Professora do Departamento de História e do PPG em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais da Universidade de Brasília. Lidera o Grupo de Pesquisa Pluriepistemologias e Ensino de História e faz parte do Cauim: estudos e práticas dialógicas no contexto de comunidades tradicionais.

É coordenadora do Projeto *Outras Brasília*: ensino e divulgação histórica sobre o Distrito Federal, desenvolvendo atividades de pesquisa e extensão sobre o tema.

Construímos na Praça dos Três Poderes um monumento que vai documentar todos os obstáculos e incompreensões surgidos durante a construção de Brasília. Esses obstáculos e incompreensões ajudam melhor a compreender, na medida precisa, o valor da obra realizada pelo Presidente Juscelino Kubitschek. Ali, no monumento-museu, essas críticas vão ser conservadas. E o tempo nos dirá depois se são justas ou se são mesmo o que eu penso delas.

(Oscar Niemeyer, *Última Hora*, Rio de Janeiro, 11 mar. 1960)

SUMÁRIO

AUTORA	6
PREFÁCIO	7
O DESCERRAR DAS CORTINAS.....	13
APRESENTAÇÃO: PENSANDO UM ROTEIRO.....	14
INTRODUÇÃO: ESCRREVENDO UM ROTEIRO.....	18
CAPÍTULO 1	
PRIMEIRO ATO: O IMAGINÁRIO MUDANCISTA E O IMAGINÁRIO ANTIMUDANCISTA, SEUS CRUZAMENTOS E SUAS TENSÕES	24
O fantasma do imaginário em si.....	25
CAPÍTULO 2	
ENTRETO: EM BUSCA DE JUSTIFICATIVAS E LEGITIMIDADES, <i>TOPOS</i> E <i>COMPLÔS</i> NA CONSTRUÇÃO JORNALÍSTICA DE BRASÍLIA.....	68
CAPÍTULO 3	
SEGUNDO ATO: ENTRE O PASSADO CONHECIDO, O FUTURO PRODUZIDO E OS IMAGINÁRIOS PRESENTES RECONHECÍVEIS: PROJETAR O PASSADO E EVOCAR O FUTURO, ESPERANÇAS E ANGÚSTIAS PRÓ E ANTIMUDANCISTAS	127
O CERRAR DAS CORTINAS... ..	182
Discurso, Cultura e Imaginário	182
O sentido antropológico da história da construção de Brasília	191
POSFÁCIO	208
CORPUS DOCUMENTAL	210
REFERÊNCIAS	218
ÍNDICE REMISSIVO	225

O DESCERRAR DAS CORTINAS...

A fundação de Brasília é um ato político cujo alcance não pode ser ignorado por ninguém.

Juscelino Kubitschek¹

¹ Trecho da mensagem de Ano Novo, 1957, pronunciada por Juscelino Kubitschek em "*Hora do Brasil*", da Rádio Nacional, publicada na *Revista Brasília*, ano IV, nº. 40, abr. 1960 – Edição Especial, p. 51.

APRESENTAÇÃO: PENSANDO UM ROTEIRO

Proponho-me a apresentar o presente texto, definindo-o em seu itinerário de concepção e de efetivação, itinerário que se traduz, para mim, em um autêntico roteiro. Este roteiro consiste em: 1) Dar a conhecer quem o escreve; 2) explicitar as motivações de sua idealização; 3) delinear os objetivos que se quer alcançar; e 4) apresentar por quais meios se dará a sua efetivação.

Tenho, portanto, o intuito de compreender a multiplicidade de sentidos da construção da atual capital do Brasil, focalizando o período entre 1956 e 1960, por meio de uma análise das matérias jornalísticas responsáveis pela edificação da cidade. Almejo, portanto, interpretar o processo de aparição e feitura de Brasília, abordando a imaginação favorável e contrária ao empreendimento do governo JK, aos quais chamarei imaginário mudancista e imaginário antimudancista. Ademais, trago em mente a ideia de uma teatralidade que perpassa toda a história da edificação de Brasília, possibilitando a analogia com roteiro que inclui cortinas, atos e entreatos.

Trabalhei com os recortes de jornais que analisam a nossa atual capital durante os anos de sua edificação. Na terceira e quarta visitas ao Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF) – que se tornaram frequentes –, meu objeto de estudo já estava bem recortado e assumiu o título *A construção de Brasília nas tramas de imagens e memórias pela imprensa escrita (1956-1960)*.

Assim, nas páginas seguintes interpreto os discursos do jornalismo impresso sobre a construção da nova capital e, a partir deles, lido com universos mentais que, como os compreendo, se bifurcam em dois imaginários característicos e rivais que simultaneamente traduziram e guiaram aquela coletividade. Os discursos são responsáveis pela tessitura das imagens e pelas suas encarnações, assim como os responsáveis pela tessitura das memórias mencionadas no título.

As crônicas e os artigos – tal qual a história – podem ser considerados lugares de memória, segundo a definição de Pierre Nora, em *Les Lieux de Mémoire* (1984), pois se constituem em espaços materiais, simbólicos e funcionais, nos quais a memória é constantemente elaborada, reelaborada e interpretada.

Assim, posso entender os textos da imprensa escrita como discursos memorialísticos ou espaços privilegiados da imaginação memorial, pegando de empréstimo a expressão de Robin George Collingwood, em *A ideia de História* (1994), no sentido de como a cidade foi construída valendo-se de rearticulações do passado.

Nesse sentido, é na relação dialética entre *inscrever* e *apagar* – termos esses que devem ser atribuídos a *Roger Chartier* (2007), associados às ideias de preferência, seleção e critério que eles comportam – que os jornalistas inseriram naquele contexto específico. Suas matérias estão à mercê de seus respectivos temperamentos, entre o que necessita ser lembrado e o que se deseja esquecer, esse é o passo decisivo em suas estratégias retóricas que visaram melhor sustentar ou questionar o projeto mudancista. Dos fatos, personagens e datas que guardavam na memória, quais os inspiravam no ato da escrita? E por que lhes convinham naquele momento?

Estou falando de decisões que foram tomadas pelos articulistas e cronistas sobre o que deveria ser preservado ou eliminado no presente para ser consultado no futuro, mantendo o passado, ou melhor, “um passado” vivo. Falo de interpretações e apropriações autênticas, formadas por eles, de velhas produções discursivas; da realização, na escrita, tanto de um rompimento quanto de uma reinvenção da herança do passado; da imaginação e da composição de uma *cidade-memória*, uma *cidade-passado*, uma *cidade-história*.²

Rubens do Amaral, no artigo intitulado “Piratininga e Brasília”, veiculado no *Diário de Notícias* em 27 de dezembro de 1956, faz uma reflexão esclarecedora sobre a importância da nova capital federal:

Nos meus entusiasmos por Brasília, penso sempre em Piratininga. Se a aldeia de Nóbrega e Anchieta, de Ramalho e Tibiriçá, teve tão grande influência nos destinos do Brasil, que poder não terá a nova Capital Federal no centro geográfico do País, forçando à penetração e de lá derivando o povoamento, a técnica, a riqueza, a civilização, por todo o coração do Continente? (Amaral, 1956).

Ao destacar o potencial civilizatório da nova capital, Amaral reafirma sua convicção em relação ao impacto de Brasília sobre a configuração do país, em suas palavras:

[...] não seremos mais uma fachada relativamente suntuosa sobre um interior deserto e sáfaro, uma casca brilhante a encobrir vazios

² Como a Paris descrita por Patrick Modiano, em seus romances. MACHADO, Maria Salete Kern. O estrangeiro na cidade. In: MACHADO, Maria Salete Kern; COSTA, Cléria Botelho da. (org.). *Imaginário e História*. Brasília: Paralelo 15, 1999.

insuportáveis, uma aparência de civilização litorânea sem conteúdo interior. Mas, felizmente, um império efetivo, denso, equilibrado, por isso sadio e poderoso (Amaral, 1956).

Resolvi assim, a partir de tramas como esta, abordar a imprensa na perspectiva de um lugar de memória e dos imaginários mudancista e antimudancista, não privilegiar a grande imprensa em detrimento da pequena. Desse modo, utilizo como fontes o *Diário de Notícias*, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*, ao lado da Folha de Luziânia, contemplando jornais de grande, médio e pequeno porte.

Optei por não colocar em primeiro plano a visão dos Estados da Federação, já que, conforme o material disponível no Acervo, não era unívoca e engessada tal qual o posicionamento dos periódicos a partir dos diferentes articulistas e cronistas que neles constam.³ Estou, assim, de olhos e mente abertos aos desvios, às exceções.

Para a obtenção do material, visitei, em especial, o próprio Acervo Público do Distrito Federal (ArPDF), onde ficam reunidos variados recortes de folhas do período (FUNDO: NOVACAP/CÓDIGO: NOV.D.04.01.Z - Recortes de Jornais). Também foram examinados alguns exemplares de revistas contemporâneas à edificação da *cidade modernista*, sem excluir, contudo, publicações mais recentes que abordam a construção de Brasília, as posições suscitadas a seu respeito e do governo JK.

Aceno também com o Diário de Brasília, parte integrante do segundo conjunto de publicações da Coleção Brasília, que é composta por quatro aglomerados documentais. Organizada sob a tutela do Serviço de Documentação da Presidência da República, a Coleção expressa o desejo do governo em se transformar na principal referência histórica sobre Brasília, anseio proveniente do próprio Juscelino Kubitschek. *O Diário de Brasília*, por sua vez, igualmente se subdivide em quatro tomos: 1956-1957, 1958, 1959 e 1960; cada um se arranja como um acompanhamento anual do cotidiano da construção da nova capital.

³ Os artigos e crônicas constituem a maior parte dos recortes jornalísticos desse mesmo Acervo. Embora a escolha das fontes não deixe de ser qualitativa, há que se dizer que o número de recortes de jornais que expressam representações favoráveis e contrárias à nova capital é restrito, o que me incitou a trabalhar com praticamente todo esse conjunto disponível. Apesar disso, no tocante a essas questões, como perceberão ao ler as páginas que seguem, (1) detectam-se ausências consideráveis, como diários da região Norte e (2) a imprensa carioca se nos apresenta como o destaque absoluto nesse desfile de opiniões e sensações impressas no qual me debrucei.

A minha relação com a cidade é intensa, sou filha de sua periferia. Em Brasília, já quando este nome não mais soava estranho, delineei meus caminhos afetivos, estudantis, profissionais, enfim, defini-me por uma estima muito grande pela cidade, seja a de pedra e cal, seja a de papel.

Contudo, pertenço à geração da década de 1980, não vivi a construção da nova capital, tampouco os primeiros anos difíceis que sucederam à sua inauguração e conduziram à sua consolidação. Portanto, na feitura de minha narrativa, posso ter levantado questões e me incomodado com aspectos que talvez tenham passado despercebidos por outros autores, provenientes de diferentes lugares de enunciação que trabalharam a transferência da capital sob perspectivas distintas, nas diferentes abordagens que o evento oferece.

Estas páginas são, portanto, o resultado do meu olhar específico, moldado pelo meu espaço de experiência, o que não impede, pelo contrário, que as “minhas Brasília” sejam, em parte, construídas pelas “Brasílias de outrem”. Afinal, o trabalho acadêmico exige o diálogo com obras e autores que tratam do mesmo assunto, que tenham interesses afins e que enriquecem a compreensão do objeto de estudo.

INTRODUÇÃO: ESCRREVENDO UM ROTEIRO

A pauta de transferência não se resumia à construção de uma nova capital para o Brasil, mas, enfaticamente, incorporava a criação de interpretações do que seria o Brasil da nova capital. E, no centro de tudo isso, não há como ignorar que pairava uma forte e difusa atmosfera de insegurança.

A encruzilhada de possibilidades do que seria o Brasil de Brasília – cada qual, claro, apresentando-se estrategicamente nos discursos sob a forma de certezas –, elaborada pelas forças opostas circulantes em diários do período, só vinham a corroborar essa atmosfera de desconfiança, receio, dúvida e inquietação.

Para inculcar descrédito e mesmo desafeto ao empreendimento, dúvidas e mais dúvidas foram levantadas pelo jornal paulista *A Hora* (1957), que se valeu de estereótipos coloniais sobre os “indígenas do interior” para assustar seus potenciais leitores, que seriam acostumados com “confortos civilizacionais”, infraestrutura e saneamento básico:

Como é possível realizar-se a mudança do Distrito Federal em três anos e meio, quando essa sobre-humana tarefa demandaria aproximadamente 50 anos? Quando muitas administrações seriam necessárias para consumá-la? Sabe lá o que é isso leitor?

Imagine que fantástico trabalho seria necessário para transferir do litoral para o centro do Brasil o gigantesco exército de funcionários públicos federais ora residentes no Rio de Janeiro. Toda essa gente, uma vez em Brasília, precisará de casas para morar, de água potável, de esgoto, de gás, de telefone, de telégrafo, de correio, de bonde, de ônibus e médicos, dentistas, de cinemas, de tudo, enfim, que lhe conforta a existência na atual sede político-administrativa do país. E o mobiliário e os arquivos dos ministérios? Onde serão alojados? E as comunicações entre a nova Capital Federal e os demais Estados, como se dariam? Não há necessidades de estradas de ferro e auto-estradas? E o Senado e a Câmara Federal, cada um com seu respectivo exército de funcionários, não teriam também que ser removidos? Será que os deputados federais, senadores, magistrados, políticos, todos, iriam morar nas malocas dos índios, beber água de poço e iluminar suas residências e casas legislativas e administrativas com luz de querosene?

Imagine, mais, leitor amigo, em que tremenda anarquia maior que a atual, permaneceria o Brasil!⁴

⁴ JK no Palácio das Ilusões Perdidas: Faixa Negra – Belo “Abacaxi” Vai Passar o Presidente. *A Hora*. São Paulo, 26 fev. 1957.

Interessante notar que a palavra anarquia aparece aqui com o sentido pejorativo e conservador de falta de organização e autoridade moral-normativa do governo, o que redundaria em um ambiente político-social confuso. Sem a direção sensata do chefe do Executivo, segundo a trama discursiva apresentada acima, Brasília aumentaria desordem e esculhambação que tragavam os brasileiros.

Afinal, indagavam eles, devia-se gestar ou abortar tal cidade-embrião? E, de um ou de outro lado da trincheira, pergunto eu, que passado seria digno de revisão e que futuro seria digno de enunciação? E, ainda, como essa experiência da temporalidade, nos anos de 1956 a 1960, repercutiu nas visões de Brasília? Quais valores guiavam os passos daqueles homens quando optavam em defender ou atacar o mudancismo? O que acreditavam poder legitimar a sua escolha para si e para os outros? Sob esse prisma: o que foi recorrente naquela época? O que a emocionava e a escandalizava? Essas são questões que creio insuficientemente respondidas e que constituem meu ponto de partida.

São as palavras, melhor dizendo, as relações entre elas, no caso acima, contrárias, as compositoras e organizadoras dos meus – mas, antes, deles! – campos de tensão: catalisador ou não de “anarquia” para o país? Progresso ou retrocesso, ganho ou perda, avanço ou recuo, queda ou salto? Dadas as dúvidas, lacunas e controvérsias das questões expostas acerca do último dos 31 pontos que compunham o famoso Plano de Metas juscelinista, lê-se erguer uma nova cidade no interior e fazer dela a capital que polemizou rapidamente de Norte a Sul, de Leste a Oeste.

Objeto de incontáveis informações orais, escritas e visuais, a construção de Brasília logo figurou como espetáculo: “Construir e narrar, fazer e divulgar – no Brasil e no exterior –, falar e mostrar; convidar ilustres visitantes, filmar, fotografar e historiar: dimensões inseparáveis dos anos de construção” (Rodrigues, 1990, p. 180).

A espetacularização propagandística da nova capital foi detalhada por George Medley Rodrigues, especialmente no segundo capítulo de sua dissertação, “A propaganda de Brasília”. Ali, ela busca reconhecer seus inúmeros mecanismos e métodos, a ampla utilização do rádio, de matérias pagas em jornais e revistas, o artifício de montar palestras, conferências, cinejornais, exposições e visitas de estrangeiros e brasileiros ao local das obras.

E, para a espetacularização e o processo de destaque e de relevo midiático, contribuíram tanto os que a bendiziam quanto os que a maldiziam. Termos

e expressões como "obra do século"⁵ e "fantastic",⁶ quanto "crime",⁷ "loucura" (*Luta Democrática*, 1957),⁸ "piada" (*Tribuna Imprensa*, 1957),⁹ "abacaxi" (*A Hora*, 1957),¹⁰ "castigo" (*Tribuna Imprensa*, 1957)¹¹ e "presente de grego" (*Diário Carioca*, 1957).¹² Ou seja, de todo modo, o intrigante, como emaranhado de impressões e sensações produzidas, negociadas e (re)figuradas na imaginação social, é as diferentes ideias que foram formadas a favor e contra sua edificação na imprensa escrita brasileira durante a segunda metade da década de 1950 e o ano de 1960.

Nessa sorte e no centro dos acontecimentos da aventura do deslocamento da Capital Federal para Brasília, em 26 de fevereiro de 1957, assim se expressou, novamente, o periódico *A Hora*:

É universalmente conhecida a vocação do brasileiro para "fazer piadas". Os nossos amigos lusos que o digam. Ora criamos piadas, espírito preconcebido; ora improvisamo-las ao sabor dos fatos correntes; ora soltamo-las naturalmente, consciente ou inconscientemente, não importa. Somos mesmo um povo de pródiga verve piadística. E como o exemplo, bom ou mal, geralmente "vem de cima", nada há a estranhar o fato de hoje registrarmos uma "piada" de autoria do mais alto representante do Executivo federal: o Sr. Juscelino Kubitschek. Queiramos ou não, sentimos hoje a imperiosa necessidade de expor ao olhar dos nossos leitores a mais "dramática" piada do ano. Embora paradoxal esta expressão, não obstante incoerente, pois o que é dramático não deve ser engraçado, em verdade adapta-se como uma luva ao realismo do fato em si. Ei-la a "piada", nua e crua, tragicamente nua, dramaticamente engraçada: "Dentro de três anos e meio passarei a faixa presidencial ao meu sucessor no Palácio da Alvorada, na cidade de Brasília". Pasmem, senhores. São palavras do Sr. Juscelino Kubitschek. Salvo

⁵ *Última Hora*. Rio de Janeiro, 26 abr. 1960.

⁶ Termo utilizado pela jornalista americana Inez Robb para louvar a futura capital do Brasil numa série de três reportagens. ROBB, Iñez. BRASÍLIA: quando a cidade estiver pronta não se parecerá com nenhuma outra no mundo. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 31 jan. 1959. Aventuras de uma repórter americana no Brasil.

⁷ *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 4 out. 1957.

⁸ A LOUCURA de Brasília. *Luta Democrática*, Rio de Janeiro, 3 set. 1957.

⁹ BRASÍLIA é uma piada. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 5 ago. 1957.

¹⁰ JK no Palácio das Ilusões Perdidas. Faixa Negra: Belo "abacaxi" vai passar o presidente. *A Hora*, São Paulo, 26 fev. 1957.

¹¹ BRASÍLIA, castigo do Rio. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 26 set. 1957.

¹² PRESENTE de grego. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 24 ago. 1957.

se estivermos errados quanto ao verdadeiro sentido das palavras do nosso riquíssimo idioma português, então não se trata de piada presidencial.

Não é crível que um governo paupérrimo de iniciativas e realizações consiga em três anos dotar Brasília de todos os requisitos de uma Capital Federal. De uma Capital política, de uma Capital administrativa, de uma Capital urbanística, de uma Capital científica, social, cultural, etc. Ora, será que bastaria fincar em Brasília uma estaca ostentando uma tobuleta [sic.] com os dizeres: “Brasília – Capital do Brasil”?! Esssaa nnnããã.

Estamos realmente sendo dirigidos por um político carreirista que, ou é ilusionista (e por isso mantém-se no poder iludindo o povo brasileiro), ou vive, então, ele mesmo, de messiânicas quimeras, de sonhos, de evocações místicas e metafísicas, no mundo da auto-mistificação, qual beocio [sic.] embriagado de sublime mas inócua inspiração, tão freqüente nas lendas gregas e nas histórias que as vovós ainda hoje contam aos seus queridos netinhos ...¹³

Vejamos como os discursos midiáticos veiculam fios de sensibilidades que percorrem o social nas experiências do mundo expostas pelos seus autores, da feita de “É universalmente conhecida a vocação do brasileiro para ‘fazer piadas’”. A partir daí se depreende que, se ser piadista nos identifica como nação, o projeto de construir Brasília teria sido tão ridículo que só um presidente disparatado, escolado em “conversa fiada”, poderia enunciá-lo e defendê-lo. De conteúdo tragicômico, sem senso de realidade e responsabilidade, a nova capital não passaria de uma pilhéria, uma patacoada. Assim, as tramas midiáticas veiculam tanto o sujeito quanto seu lugar na sociedade; os laços, compromissos, interações que mantêm com ela, portanto, junto à “expressividade e estilo” individuais, aparecem nos textos escritos de determinada época, qualquer que seja ela, também uma “dimensão social da significação” ou do pensamento (Darnton, 1986, p. 11, 333).

Considera-se, portanto, que as palavras não são meros reflexos da realidade social e política, elas vão além disso: constituem-se como instrumentos de transformação da realidade. As práticas linguísticas, nesse contexto, configuram-se como um instrumento ativo de poder e, simultaneamente, agentes de produção

¹³ JK no Palácio das Ilusões Perdidas: Faixa Negra – Belo “Abacaxi” Vai Passar o Presidente. *A Hora*. São Paulo, 26 fev. 1957.

de ordenamento social. Segundo Chartier (1990, p. 27-28), elas também desempenham o papel de “[...] produtoras de ordenamento, de afirmação de distâncias, de divisões” no mundo social.

É a *realidade das ideias* – ideias que deram boas-vindas ou mal receberam a nova capital – que forma o meu plano de observação. Nesse ponto, as polêmicas que os descrentes provocavam sobre Brasília são tão importantes para a compreensão daquele tempo vivido quanto as mais otimistas.

Após três anos e seis meses, as apostas do segundo grupo triunfaram (considerando, nesse caso, outubro de 1956 como ponto de referência cronológica, por nele se ter assinado a Lei que fixou a data da mudança para a nova capital). Contudo, poderia ser diferente. O escritor e jornalista Gustavo Corção, conhecido pelo seu catolicismo fervoroso, assim acreditava. Tanto que, em 1958, expressou sua verdade ao afirmar que “[...] o governo se obstina em fingir ignorar o que todo mundo sabe, isto é, que em abril de 1960 não muda a capital” (Corção, 1958).

Articulados entre si, os conjuntos de interpretações pró e contra a nova capital circularam na sociedade, dando-lhe caracteres próprios, individualizando-a, matéria que será tratada no Primeiro Capítulo para *descerrar* tais imaginários que, acredito, estão envoltos num complexo jogo dialético. Ainda neste capítulo, arrisco alguns insights sobre o que chamo de consciência moderna. A maré montante de crítica que a constitui, como notarão os leitores, também serviu como estímulo à criatividade de representações que aquela época alimentou a respeito de si mesma.

No Segundo Capítulo, um *entreato*, meu objetivo é ressaltar a recorrência dos discursos de distintos imaginários. Estou convencida também da admissão de duas categorias: *topos* e *complôs*. Peço ao leitor que acompanhe as acepções em que essas categorias foram desenvolvidas – talvez, seria mais exata se falasse em suas encarnações – ao longo das laudas que formam esse entreato. Os *topoi* são úteis na medida em que podem expressar sentidos, intencionalidades e/ou reiterações discursivas e locais de fala. Enquanto os *complôs* auxiliam-me a anunciar maquinações e *tramas* tanto mudancistas quanto antimudancistas.

O Terceiro Capítulo é dedicado às apostas feitas pelos articulistas e cronistas no prêmio ou na frustração da espera e no que a experiência revela sobre o que dá certo ou não. Afinal, lembrar é também aprender e, como aponta Ecléa Bosi (1987, p. 71), “[...] ‘eu me lembro’ e ‘eu advirto’ são verbos parentes próximos”. Para aqueles jornalistas, delimitados pelo tema da nova capital, havia o que Bosi (1987, p. 481) descreveu como um “tempo de lembrar”, de se esforçar para rerepresentar passados, relacionando-os com o presente sob óticas diversas e originais. O capítulo analisa como o passado ganhou visibilidade nessas matérias e busca explorar os distintos *horizontes de expectativa* forjados de ambos os lados, visto que esses opostos prenunciavam amanhã antagônicos e, assim, a sorte do futuro confabulou-se em migalhas.

Há no primeiro e no segundo atos, tal qual no *entreato*, um trabalho sobre as formas e os argumentos pelos quais os textos jornalísticos tentaram persuadir o leitor da necessidade e da importância da criação de Brasília e da transferência da capital – ou, do contrário, convencê-lo de que tal empreendimento constituía um equívoco, um engodo. Esse é o eixo que transpassa todo o livro.

De todo modo, concebi a instituição imprensa como *lócus* tanto de criação quanto de acolhimento e divulgação de imaginários sociais, nomeadamente *mudancista* e *antimudancista*, e de representações que lhes dão vida, além, é claro, de experiências do passado – o que abarca a memória – e de projeções de futuro – o que implica angústias e esperanças.

CAPÍTULO 1

PRIMEIRO ATO: O IMAGINÁRIO MUDANCISTA E O IMAGINÁRIO ANTIMUDANCISTA, SEUS CRUZAMENTOS E SUAS TENSÕES

É aos *mass media* que se deve o reaparecimento do monopólio da história. De agora em diante, esse monopólio lhes pertence. Nas nossas sociedades contemporâneas, é por intermédio deles e somente por eles que o acontecimento marca a sua presença e não nos pode evitar. Imprensa, rádio, imagens que não agem apenas como meios dos quais os acontecimentos, seriam relativamente independentes, mas como a própria condição de sua existência. A publicidade dá forma à sua própria produção. Para que haja acontecimento é necessário que seja conhecido.

Pois do jornal local ao diário nacional, do órgão de grande tiragem ao semanário de opinião, somente a imprensa dispõe de uma gama de virtualidades sem rival, um leque excepcionalmente rico de manipulação da realidade.

Os *media* transformam em atos aquilo que não teria sido senão palavras no ar, dão ao discurso, à declaração, à conferência de imprensa a solene eficácia do gesto irreversível.

Os *mass media*, dessa forma, fizeram, da história uma agressão e tornaram o acontecimento monstruoso.

(...)

Na medida em que efetivamente o acontecimento se tornou intimamente ligado à sua expressão, sua significação intelectual, próximo de uma primeira forma de elaboração histórica, esvaziou-se a favor de suas virtualidades emocionais. A realidade propõe, o[s] imaginário[s] dispõe[m] (Nora, 1995, p. 181-84).

Pierre Nora

Não ser o que deveria ser é o pecado original e irremediável do presente. O presente está sempre querendo, o que o torna feio, abominável e insuportável (Bauman, 1999, p. 19).

Zygmunt Bauman

Ser moderno é viver uma vida de paradoxo e contradição. (...) É ser ao mesmo tempo revolucionário e conservador. (...). Dir-se-ia que para ser inteiramente moderno é preciso ser antimoderno: desde os tempos de Marx e Dostoiévski até o nosso próprio tempo, tem sido impossível agarrar e envolver as potencialidades do mundo moderno sem abominação e luta contra algumas das suas realidades mais palpáveis (Berman, 2007, p. 21-22).

Marshall Berman

O fantasma do imaginário em si

À guisa das observações de Bronislaw Baczko (1985), percebe-se que, em épocas de crise ou em situações de conflito, como as que se deram em torno da decisão de transferência da capital, “[...] se intensifica a produção de *imaginários sociais* concorrentes e antagonistas”, estimulando a invenção de “[...] técnicas de combate no domínio do imaginário”.¹⁴ Desse modo, percebe-se, que os imaginários podem ser respostas da sociedade a situações, divisões e tensões postas em seu bojo. São elaborados e consolidados, produzidos e renovados como forças reguladoras da vida coletiva.

No que tange às técnicas específicas de produção de propaganda sobre esse protótipo do acontecimento-informação ou, o que dá no mesmo, do *acontecimento sem historiador* do qual nos fala Pierre Nora, interessa-nos perscrutar tanto aquelas levadas a termo por defensores efusivos, quanto aquelas entabuladas por adversários renhidos.

Assim, no cerne da vida social daqueles anos, sob o impacto da decisão da criação de Brasília, instalaram-se imaginários avessos. De um lado, o imaginário mudancista, de outro, o imaginário antimudancista. Um e outro impregnaram os anos 1956-1960, fazendo com que sujeitos e grupos, por meio de suas reivindicações, expectativas e interesses, ou, em outros termos, pelos modos que reagiram à transferência, pudessem moldar e expressar em artigos e crônicas jornalísticas esse antagonismo.

Ambos os imaginários – mudancista e antimudancista – podem ser compreendidos como um sistema de ideias e imagens que os homens, no primeiro caso, adeptos, e no segundo, desfavoráveis ao projeto de JK, construíram para si, atribuindo sentido a esse mundo, a essa conjuntura particular. O que estava em jogo era a formação e a mobilização da opinião pública, uma força que jornalistas e políticos sabiam ter peso decisivo na balança de poder. Buscavam, assim, obter resultados práticos, canalizar energias e orientar esperanças ou,

¹⁴ Supomos que esses anos têm a especificidade dos períodos “quentes”, em que a produção dos imaginários é a acelerada e intensificada. Cf. BACZKO, Bronislaw. *Imaginação social. Enciclopédia Einaudi*. V. 5. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. p. 300, 308-310.

em outros termos, assegurar “[...] uma real influência sobre os comportamentos e as atividades individuais e coletivas” (Baczko, 1985, p. 312).

Como produtos da reflexão do historiador, esses imaginários são construções teóricas arbitrárias. Poderíamos igualmente falar – como categorias de análise – em um imaginário do litoral, um imaginário do interior, um imaginário econômico, um imaginário da modernidade, um imaginário carioca, paulista ou pernambucano, ou em um aglutinante imaginário da mídia impressa. Sem abstrações e generalizações, é impossível fazer história, todavia, como ressalta Gay (2002), é fundamental que os historiadores estejam atentos para a sua arbitrariedade. Considero-os como imaginários sociais, porque, segundo Baczko (1985, p. 309), podem ser entendidos como um sistema de imagens produzidas por determinados grupos sociais que “[...] designa a participação da atividade imaginativa individual num fenômeno coletivo”. Assim, operacionalizar imaginários permite ao historiador ler as fontes no intuito de “[...] fazer concordar as expectativas individuais, exprimir as coincidências e as contradições entre as experiências e as esperanças, e ainda sustentar os indivíduos em ações comuns” (Baczko (1985, p. 311).

No nosso caso, as múltiplas correntes ou grupos sociais do período expressaram, no interior dos dois imaginários, reações frente à construção de Brasília e aos perigos de seus respectivos oponentes. Diante do exposto, há que ficar claro: partimos dessa noção de imaginário social e lhe conferimos especificidade – com o imaginário mudancista, designamos os textos e as ideias daqueles que queriam mudar a capital do Rio de Janeiro para Brasília; já com o imaginário antimudancista, indicamos os textos e as ideias dos que almejavam justamente o contrário disso, independentemente, por exemplo, se estas nutriam ou não simpatias ao presidente.

Vale dizer que trabalhar com esse par não implica criar mecanicismos do tipo: liberais *versus* conservadores; vanguardistas *versus* tradicionais; antigos *versus* modernos; nacionalistas *versus* entreguistas (ou internacionalistas); comunistas *versus* capitalistas; futuristas *versus* nostálgicos; românticos *versus* pragmáticos; ou qualquer coisa desse tipo.

Nenhum binarismo é puro, há zonas fluidas em que interagem claramente seus polos. Além disso, as pessoas que desejavam mudar a capital não pensavam do mesmo jeito. As que não queriam, por sua vez, não armaram todas um

mesmo contradiscurso. Seus projetos, críticas e expectativas, embora às vezes muito próximos, não se configuraram como equivalentes, não se reduziram a uma única lógica. O projeto de criação e transferência da capital do país pôde mobilizar indivíduos com formações políticas muito distintas, como o arquiteto Oscar Niemeyer¹⁵ e o dramaturgo Nelson Rodrigues (Castro, 1992).¹⁶

Nelson Rodrigues esteve presente na inauguração da capital, em 1960, e teve hospedagem garantida em troca de um artigo que enviou, intitulado "A derrota dos cretinos", que teve chamada de primeira página na *Última Hora* do dia 22 de abril. Era uma venenosa provocação aos inimigos da cidade.

[...] elogiou a poeira cor-de-canela de Brasília e contestou o poeta Carlos Drummond, que escrevera contra aquela poeira no "*Correio da Manhã*". Na argumentação de Nelson, o novo Brasil se construiria da poeira de Brasília, e não higienicamente instalado em Copacabana, como Drummond, a milhares de quilômetros. E disse mais que, um dia, haveria de ver o poeta "sujando-se limpa e nobremente no pó de Brasília" (Castro, 1992, p. 310).

A priori, seria relevante encerrar o imaginário mudancista (tanto de Oscar Niemeyer quanto de Nelson Rodrigues) e o imaginário antimudancista em uma fronteira conceitual, de sorte a apresentá-los ao leitor em definições mais precisas, contudo, esse capítulo se torna importante justamente ao expor tal dificuldade.

É com muito cuidado que separamos esses dois lados que vivenciaram e testemunharam a construção e a transferência da capital do país, que são interpelados por algumas problemáticas comuns, por sensibilidades coletivas muito amplas. Supomos que a diversidade e o choque de visões presentes na segunda metade dos anos 1950 em relação à construção de Brasília mostram-se, em suas múltiplas formas e relações, complexas demais e, por isso mesmo, avessas a explicações globalizantes e rotulações.

Portanto, se os oponentes dos mudancistas tinham um sistema, e estes últimos foram compelidos a desenvolver seu próprio contrassistema, isso não pode

¹⁵ Amigo íntimo do ícone do comunismo no Brasil, Luís Carlos Prestes, ele teve visto negado para os Estados Unidos duas vezes por causa de sua proximidade com o PCB – Partido Comunista Brasileiro.

¹⁶ Para Ruy Castro, Nelson Rodrigues, seu biografado, era fã de Juscelino e votou nele contra Juarez Távora, rompendo sua fidelidade à UDN – União Democrática Nacional, e não se arrependeu.

induzir ao equívoco de acreditar que dois sistemas de pensamento estanques passam a se enfrentar. Assim, as interpretações da nova capital não devem ser analisadas como fixas nas letras impressas ou nos recortes de jornais, como já dadas e imóveis, essenciais e intransitáveis, visto que o e o *pensamento antimudancista* são “[...] modos de pensar em contínuo processo de desenvolvimento” (Mannheim, 1986, p. 126). Dessa forma, entendemos que as reflexões que tomaram a construção desta cidade como objeto, suas finalidades, projetos políticos e dizeres apreciativos ou depreciativos, instituíram-se “[...] como fazer pensante ou pensamento se fazendo” (Castoriadis, 1982, p. 128).

O imaginário mudancista e o imaginário antimudancista não existiram isoladamente, como espaços exclusivistas, mas se tocavam, comunicavam-se. O zelo e o desmazelo em relação ao empreendimento, as ideias e os ímpetos de estima e desprezo lançados sobre a futura realidade, bem como os argumentos e justificativas que inflamavam ambos os lados, transitaram por toda a sociedade, pois faziam parte de um mesmo mundo.

Não encontramos nenhum pensador antimudancista que faça um ataque sistemático ao pensamento dos mudancistas como um todo, cada um deles trata e critica apenas certos aspectos dele. “Assim, é impossível justapor dois sistemas de pensamento estáticos e completamente desenvolvidos. Tudo que pode ser feito é demonstrar as duas formas de pensamento, as duas formas de manejar os problemas” (Mannheim, 1986, p. 131).

De modo que, se tal momento histórico é informado por uma dualidade, por um binarismo, há zonas de fronteiras onde esses dois contrários constroem um diálogo. Existem interstícios plurais onde interagem claramente. Esses espaços de comunicação estão longe de se instituírem como meros sítios de neutralidade nos quais representações antípodas se encontram e se confrontam, são eles, antes de tudo, autênticos e dinâmicos “campos de voltagem”, há cruzamentos de muitas ordens nessas tensões.

Como ápice das influências recíprocas, é fundamental o fato de que filiados a um imaginário ou ao outro, os jornalistas tiveram a certeza de estarem vivendo um momento crucial para o país e sentiram-se atores e testemunhas privilegiadas na pretensão de serem historiadores do presente.

Experimentavam a sensação de estar vivendo um momento histórico, de ver a história se fazer diante de seus olhos. Em consonância com o que enunciamos,

no ano de 1972, foi publicado um artigo bastante provocador de Pierre Nora, denominado "O retorno do fato", ocasião em que ele atesta que "[...] a história contemporânea poderia simbolicamente iniciar-se com as palavras de Goethe a Valmy: 'E vós podereis dizer: Eu aí estava!'" (Nora, 1995, p. 185).

Na contemporaneidade sobre a qual nos debruçamos, Fernand Rivier (1958), quando aproveita sua segunda visita a Brasília, observa e nos relata o que seria uma espécie de consciência de modernidade impressa na quantidade de operários, no ritmo em que trabalhavam e na atmosfera que os envolvia:

Chego ao Congresso, onde três andares já estão terminados, e sento-me no hemiciclo, onde em breve ecoará o ruído dos homens e dos seus discursos. Labutam aqui 1.200 operários, como formigas de um imenso formigueiro. Não se fala e trabalha-se num ritmo febril, tanto mais que o clima ajuda, e sobretudo porque todos – trabalhadores do Nordeste, do Sul, ou de qualquer outra parte – têm consciência da grande tarefa que executam (Rivier, 1958).

E por falar em candangos, Israel Pinheiro (1960, p. 358), no dia da inauguração, fez referência ao sacrifício deles e falou do espírito de Brasília como "[...] uma nova força propulsora, de imponderável significação". Estava então formado o par *ritmo Brasília* ("Não se fala e trabalha-se num ritmo febril")/espírito Brasília, que o imaginário mudancista ambicionava estabelecer em busca da modernidade.

Desta feita, a maneira contemporânea de pensar e de sentir de que falamos encontrou sua expressão homônima na *cidade contemporânea*, fazendo uso da denominação da nova capital por Roland Corbisier que, na época, ocupava o posto de diretor-executivo do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Ele via em Brasília a possibilidade de propiciar "[...] a convivência humana fundada na justiça, abrindo a todos as mesmas possibilidades de desenvolvimento e realização" (Rodrigues, 1990, p. 17), ao invés de consagrar a iniquidade e refletir em sua estrutura – em seu plano arquitetônico e urbanístico – os desequilíbrios e privilégios das cidades já construídas no país.

Talvez a modernidade tenha sido erigida como um tempo de ilusões que, no Brasil de JK, se caracterizou, em grande parte, como a ilusão do progresso fulminante, da participação igualitária na riqueza, na cultura e na política. Ilusão de que era, por meio da construção de Brasília, a instauração de uma nova forma

de vida.¹⁷ Portanto, havia a crença de que muita coisa seria diferente a partir de então, e, vale dizer, melhor.

Talvez ainda tenha contribuído para esse tipo de atitude de fé a percepção de que se vivia, naquele momento, uma era de expansão de diversas áreas, como de energia, transporte, industrialização, desenvolvimento urbano, arquitetônico e urbanístico; o encantamento e a sedução das novas possibilidades que surgiram “naquele hoje” com Brasília, a qual seria filha da razão, da técnica e do planejamento, reforçando essa ideia.

Pela imaginação mudancista, a *cidade contemporânea* abrigaria não só o signo de coração do país, por ser projetada para ser o centro administrativo do poder público, mas também o significado do pulsar de uma nova vida, da sensibilidade comum entre as gentes do país, expressa nas palavras de Nelson Rodrigues, “[...] poderia falar em Furnas, Três Marias, estradas, Brasília, indústria automobilística, mas não é isso que importa. Amigos, o que importa é o que Juscelino fez do homem brasileiro” (Anastasia, 2020, p. 18-19).

A partir de JK, na visão do dramaturgo recifense, surge um *novo homem nacional* e é “[...] aí que está o importante, o monumental, o eterno na obra do ex-presidente”. Sob essa perspectiva, o criador da cidade modernista “[...] teria conseguido em cinco anos o que não se conseguiria em quatro séculos e uns quebrados: salvar o homem brasileiro”, despertando nele “insuspeitadas potencialidades” e conferindo “ao brasileiro vencido, liquidado, pobre diabo, uma nova e violenta dimensão interior” (Anastasia, 2002, p. 18-19).

Quem também agiu como um típico moderno e assinou o artigo “Brasília e a grande tentação”, do *Correio da Manhã*, no dia 7 de dezembro de 1958, foi um escritor chamado Santos Vahlis. Ele fala em favor de debates políticos livres sobre o projeto da nova capital, bem como da sanidade de uma franca e aberta vigilância construtiva por parte da oposição como um exercício sadio de democracia, afirma ainda que “[...] o que se não se pode negar”, em absoluto, “[...] é a importância da mudança da sede do Governo para o planalto central” (Vahlis, 1958).

¹⁷ Ver análise de Maria Sylvania Carvalho Franco e de Roland Corbisier exposta por Georget Medleg. Destaque ao segundo capítulo: “A propaganda de Brasília”. RODRIGUES, Georgete Medleg. *Ideologia, propaganda e imaginário social na construção de Brasília*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, 1990. p 17-18.

Por outro lado, a “análise particular do momento singular em que se escreve” também foi levada a cabo pelos detratores da construção de Brasília. Exultantes ao revés, tinham também introjetado a imagem de que viviam uma época extraordinária, a do “Império do Cinismo”, como a vê Tenório Cavalcanti (1957), no jornal *Luta Democrática*. O momento singular da construção de Brasília é, para Cavalcanti, de uma especial loucura, de incrível precipitação ou de barbaridade única.

J. C. de Oliveira Torres é o escritor que assina o artigo “Sobre a mudança da capital”, divulgado em Belo Horizonte, por vias de *O Diário*. Nele, o autor afirma que Davi Nasser, “[...] que não é economista nem urbanista, mas jornalista (e pessoa em bons termos com o mundo oficial)”, coloca a boca no trombone e apresenta a mudança da capital como a verdadeira calamidade nacional (Torres, 1957). Vista catastroficamente, Brasília foi anunciada até mesmo como “destruidora de lares”. Num artigo do *Correio da Manhã*, intitulado “Apelo”, publicado em janeiro de 1960, lemos o seguinte:

Mesmo os adeptos mais apaixonados da mudança imediata da Capital não podem deixar de admitir o mérito principal do projeto do deputado Oton Mader: esse projeto coloca as coisas na base dos fatos. Pois um desses fatos que o deputado paranaense, no seu projeto, admite e reconhece, é o fato consumado de já ter sido construída, embora só esqueleticamente, a nova Capital. Reconhecendo isso, também se tem de admitir o outro fato incontestável: que a transferência dos Poderes e das pessoas dependentes deles, em 21 de abril deste ano, não é possível nem aconselhável.

Quanto ao fato consumado da construção de uma nova e suntuosa cidade em região deserta, longe dos centros povoados do país, foi um grande e funesto erro. Mas, tratando-se de um fato já irreversível, não queremos perder tempo em discuti-lo. Queremos, sim, que se perca tempo em completá-lo.

Pois as condições atualmente reinantes em Brasília não permitem a transferência imediata. O alto preço dos víveres, a falta de número bastante de habitações, a falta de transportes coletivos, de telefones, de esgotos e de outros serviços indispensáveis torna impossível a transferência e a permanência de um grupo maior de pessoas civilizadas em Brasília; para não falar dos casos em que o trabalho da esposa do transferido e a falta de escola para seus filhos transformaria a mudança em dissolução da família.¹⁸

¹⁸ APELO. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 27 jan. 1960.

O discurso civilizatório nesses termos é recorrente: Brasília, imaginariamente, estaria situada numa distante e despovoada região desértica no centro-oeste do país, o que assustaria (ou deveria assustar) aqueles e aquelas acostumados com a urbanidade e com estágios mais avançados de desenvolvimento socioeconômico.

Na matéria do *Correio da Manhã* (1960), o que pesa, especialmente, é a inauguração em Brasília de uma época de infelicidade,

O ministro Candido Lobo foi a Brasília, em missão idêntica à do ministro Nelson Hungria. Este foi verificar as condições de habitabilidade e funcionamento dos Juizes e funcionários do Supremo Tribunal Federal; aquele, as mesmas condições para o Tribunal Superior Eleitoral.

Ambos, nas apreciações sobre Brasília, embora sob influências diversas, mostraram-se sensíveis as situações domésticas, para o ministro Lobo, “situação tormentosa”. Diz ele que “o problema se complica e assume proporções verdadeiramente assustadoras”. Encurtando história: “uma série de contrariedades que nos levam a sentir qualquer coisa assim parecida com a infelicidade”. Os juizes se mudam, separam-se dos filhos e netos, dos amigos, do médico de confiança (“pelo conhecimento que se tem do nosso organismo, resolvem o problema pelo telefone”), e ainda por cima ficam sujeitos a multa por rescisão dos contratos de alugueres, “cuja forca maior, muitas vezes, será resolvida pelos Tribunais”. Sem falar nos funcionários federais casados com funcionárias principais... Infelicidade – teu nome é Brasília.¹⁹

Brasília foi descrita como uma “cidade esqueleto” que repelia pessoas cortes e as tornaria, irremediavelmente, infelizes. Pelos discursos jornalísticos, foram dados à nova capital poderes enormes: Brasília solaparia laços familiares, afetivos e de confiança, bem como esferas relacionadas à vida doméstica, aniquilaria a alegria e a saúde das pessoas, faria a justiça ser injusta,²⁰ ocasionaria o colapso das instituições e, por conseguinte, iria conduzir o país para uma ditadura.²¹ Além disso, Brasília provocaria também uma doença imaginária:

¹⁹ INFELICIDADE. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 23 jan. 1960.

²⁰ ADVOGADOS: justiça em Brasília será injusta. *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 23 jan. 1960.

²¹ GOVERNO só para o futuro que esquece o presente. *O Globo*. Rio de Janeiro, 5 jan. 1959.

Para o médico Renault Ribeiro, cardiologista e chefe da Clínica Médica do ambulatório da Câmara dos Deputados em Brasília, a nova capital, entre muitos doentes reais, está ocasionando o aparecimento de doentes imaginários.

Em sua opinião, a altitude de Brasília, por exemplo, que muitos responsabilizam pela aparição de vários sintomas alarmantes, não faz ninguém ficar doente.

O que há, disse o médico, são casos de astenia neuro-circulatória (depressão nervosa), muito comuns, e os ligados a pressão arterial, mas nada tendo a ver com a altitude. Por outro lado, muitas pessoas que vieram do Rio, sem doença alguma, traduzem sua insatisfação em queixas às mais diversas.²²

Não importa para onde lancemos nosso olhar no painel de recortes jornalísticos sobre a criação da nova capital, o que acabamos encontrando é uma reflexão sobre a experiência daquele momento como um grande acontecimento, algo disruptivo. Insistimos que quase todos os contemporâneos se deram conta de que a construção de Brasília era um acontecimento essencial na história do Brasil, quiçá da humanidade. Em “Segunda viagem de um estrangeiro a Brasília”, Fernand Rivier (1958) afirma com convicção que:

A batalha pacífica de Brasília – da qual toda a humanidade se pode orgulhar – está ganha. Eu disse “toda a humanidade”, pois numa época em que a vida se vai esfumando em esperanças, esta obra é das que melhor as podem fazer renascer. Que o homem readquira confiança em si próprio, diante do exemplo criador, e não destruidor, da vida.

Enquanto as imagens da nova capital se apresentavam nos jornais – mas também no rádio e na TV –, os significados históricos daquele evento eram proclamados, fossem quais fossem. Esse tipo de percepção é semelhante à que tiveram os combatentes e os civis durante a Grande Guerra de 1914-1918. Os homens que a viveram, dentro ou fora do *front*, apreenderam-na como um fato fundamental na história, e as cidades devastadas foram vistas por alguns como um memorial mais importante que as ruínas de Pompeia (Eksteins, 1991).

²² BRASÍLIA provoca doença imaginária. *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 24 nov. 1960.

Outro exemplo notável dessa mesma atitude foi, provavelmente, o ataque de 11 de setembro de 2001. A televisão e a imprensa escrita nos apresentaram esse fato como algo gigantesco, um momento a partir do qual a História jamais seria a mesma. De maneira semelhante, os mudancistas e os antimudancistas viram a construção da nova capital como um notável marco epocal.

A edificação de Brasília foi produzida como um grande acontecimento pelo “[...] sentimento de participação das massas no destino nacional” (Nora, 1995, p. 180), por se abrir para muitas, e mesmo contraditórias, informações, conjecturas, explicações, críticas e comentários, mas, antes de tudo, por se tornar conhecido e se fazer conhecer. É o que Pierre Nora, pertinentemente, chama de *acontecimento sem historiador*, enxertado do drama, da magia e do mistério cotidianos, da estranheza, da poesia e da tragicomicidade ordinários (Nora, 1995, p. 184).

Em abril de 1958, o periódico SINGRA, pela voz mudancista de Veriano de Mattos, afirmou que “[...] Brasília é tema do momento, a mudança da capital o será até 1960, e Brasília continuará a ser tema por muitos anos em razão de seu crescimento, da transferência de novas repartições e, mais que tudo, por ser a capital do Brasil” (Mattos, 1958).

Ao examinar os documentos, deparamos com essa “[...] forma moderna de viver a história contemporânea”, construída sobre o acontecimento sensacional. O evento fascina e assusta, extasia e amedronta. É espaço tanto de projeções sociais quanto de conflitos aflorados. Por isso, “[...] assinala em algum lugar dentro do sistema social uma crise” (Nora, 1995, p. 190-191).

De qualquer maneira, a construção de Brasília emerge como o fato espetacular de todas as reportagens comprovadas, conforme destaca a *Tribuna da Imprensa*, em dezembro de 1956, após miniblocos de censuras e deboches sobre o empreendimento de uma mesma página da edição, “*De qualquer maneira, entretanto, Brasília foi, sem dúvida, a mentira de 1956*”.²³

Estamos, portanto, diante de um grande nome, do grande projeto, do grande ocorrido e, de acordo a preferência dada acima, do grande embuste do ano ou dessa fabulosa “ideia irrealizável”, segundo o *Estado de S. Paulo*, em “A

²³ MUDANÇA para Brasília – a mentira carioca de 1956. *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 29 dez. 1956.

nova aventura”, título editado dois meses antes, em outubro de 1956, quando transpira indignação:

Se lhe fosse possível concentrar o pensamento, por alguns instantes, sobre as linhas gerais desse imenso projeto, s. exa. [JK] chegaria finalmente à conclusão de que construir uma capital é algo mais difícil que criar uma aldeia, e de que mesmo uma aldeia não se pode, às vezes, edificar num decênio.²⁴

Assinado pelo Professor Pedro Valadares, o artigo “Enquanto Brasília não vem...”, que foi ao prelo em agosto de 1957, na *Folha de Luziânia*, fez réplica ao artigo do Sr. David Nasser, autor de “A Revolução dos Covardes” – “[...] uma série de comentários condenando a construção de Brasília” levada ao público pelas páginas do jornal *O Cruzeiro*. A réplica foi executada na forma de diálogo, “[...] seguindo o conselho dos atualíssimos filósofos gregos”. Nela, a fala atribuída a David Nasser, veiculada antes da resposta oferecida pelo referido professor, reforça o que foi dito até aqui:

D. N.) – Mas há muita coisa para se fazer enquanto BRASÍLIA não vem; há muita coisa que não se faz por causa de BRASÍLIA; por culpa de BRASÍLIA, a vedeta; todas essas razões não impedem que BRASÍLIA SEJA UMA REALIDADE (Valadares, 1957).

Brasília poderia ser considerada uma coisa horrível, mas, ainda assim, era vista como algo monumental. Os mais excitados não hesitaram em classificá-la como a “obra do século”.²⁵ Como destacou uma observação crítica: “A lei do espetáculo é a mais totalitária do mundo livre” (Nora, 1995, p. 186). Não por acaso, antes mesmo de inaugurada, a nova capital já figurava “[...] em novos compêndios de história pátria”:

Com capa dividida em quatro partes, contendo flagrantes da Cidade Maravilhosa, da capital baiana, um índio e a fase do trabalho com café, acaba de ser lançada na Europa, a primeira edição do livro “Brésil – Pages D’Histoires” de autoria do diplomata e historiador Renato Mendonça, que até há pouco exercia as funções de nosso encarregado

²⁴ A NOVA aventura. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 5 out. 1956. Notas e Informações.

²⁵ *Última Hora*. Rio de Janeiro, 26 abr. 1960.

de Negócios no Chile e foi agora designado cônsul-geral do Brasil em Amsterdão, Holanda. O trabalho do prof. Renato de Mendonça é a primeira história do Brasil que contém um capítulo dedicado a nova capital e uma fotografia do Palácio da Alvorada. Dividido em cinco partes, o trabalho contém dados sobre: 1) história de uma colônia; 2) a Independência e o Império; 3) a República; 4) o Brasil contemporâneo, sua economia e sua indústria; 5) Brasília e o futuro do interior brasileiro. Este trabalho já foi traduzido para o espanhol, tendo várias edições e será agora vertido para o holandês. A tradução francesa foi feita na Bélgica, por "Les Editions ET Ateliers Graphiques Elsevier", de Bruxelas, contendo cento e vinte e oito páginas. O capítulo referente à nova capital brasileira tem seis páginas e tem o título geral de "Brasília et l'avenir de l'hinterland brésilien" compreendendo duas partes assim intituladas: "As transformações do após-guerra" e uma notícia do plano-piloto de Brasília feito por Lúcio Costa, aliada a explicações minuciosas sobre a participação do arquiteto Oscar Niemeyer na obra que se caracteriza como a "obra do século". A edição se acha esgotada – anunciou o ministro Renato de Mendonça à imprensa – tendo sido feitos apenas oito mil exemplares. O prefácio foi escrito pelo Sr. Edmond Vandercammen, da Academia Real belga de Língua e Literatura Francesa, no qual ele afirma que o objetivo do autor foi o de apresentar uma síntese completa de quatro séculos da História do Brasil. Com a ida do ministro Renato de Mendonça para a Holanda, espera-se para breve o lançamento da obra na língua nacional desse país.²⁶

No mês de outubro de 1960, o *Diário Carioca* informou seus leitores sobre o Recenseamento realizado no referido ano, sob a direção-geral do Sr. Antônio Vieira de Melo. As informações, até ali recolhidas, demonstraram que na nova capital existia "[...] uma média de cem rapazes para 15 moças", o que fazia dela um "paraíso" para as mulheres que desejavam contrair matrimônio.

Além disso, a própria população crescia em um ritmo célere, célebre e efervescente. A cidade "[...] já conta com mais de cento e cinqüenta mil habitantes, tendo apenas, menos de um ano de inaugurada, fato talvez nunca registrado na história de qualquer outra cidade do país e do estrangeiro".²⁷

²⁶ BRASÍLIA já figura em novos compêndios de história pátria. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 8 jan., 1960.

²⁷ BRASÍLIA é paraíso para moça solteira. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 22 out. 1960.

Brasília apresentou-se, ano após ano, como a “grande notícia” do governo JK, foi descrita como o paraíso das moças solteiras, além de um crescimento populacional em marcha estarrecedora e inigualável. Os *mass media* tornaram-na “monstruosa”, um “vulcão da atualidade” à semelhança da candidatura de Jânio Quadros e das eleições de 1960, das missões de exploração da Lua e da alta vertiginosa dos preços. No *Jornal do Brasil* (1960),

Jânio Quadros, a vassoura, a mudança da Capital para Brasília, viagens, a lua e o custo de vida são os temas preferidos dos compositores e cantores para o carnaval de 1960 e que se destacam entre cerca de 500 gravações, que ainda falam de Colombina e Pierrot, queixas de amor, saudade e mulher.²⁸

Para que a construção de Brasília se tornasse um acontecimento, foi necessário e suficiente que milhões de homens e mulheres pudessem ver nela a força e a veemência de uma novidade levada aos limites da redundância – seja pela promoção de um sucesso, seja pela projeção de um pânico social (Nora, p. 184, 187). Um e outro imaginários, o *mudancista* e o *antimudancista*, funcionaram como palco onde atuou livremente o *retorno do fato*. Foi para essa encenação que suspendemos, ainda há pouco, nossas cortinas...

“Juscelino se apresentou em sua campanha eleitoral, como é usual, com ousadas promessas de governo. Queria edificar a imagem de um líder moderno, corajoso e otimista quanto ao futuro do Brasil” (Alberti, 2002, p. 248). Para concretizar essa visão, definiu construir Brasília como meta-síntese e meta-símbolo dessa bandeira transformadora.

Almejava, nas palavras e segundo a impressão de contraste veiculada num jornal sulista, *A Hora*, em dezembro de 1957, “[...] erigir em meio à mata uma cidade moderna”.²⁹ Imaginem só a força dessa imagem: um oásis de vidro

²⁸ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 jan. 1960

²⁹ *A Hora*, Porto Alegre, 2 dez. 1957.

Tal representação romântica de contraste mostra-se bastante persuasiva. Todavia, a ideia de tabula rasa em relação à porção do planalto goiano reservada à criação de Brasília é, sem grandes dificuldades, quebrada, entre outros fatores, pelos próprios recursos públicos destinados à desapropriação de terras na área demarcada. Desde meados do século XVIII, consoante o historiador Paulo Bertran, entroncavam-se no atual Distrito Federal “[...]duas das mais importantes estradas da história da colonização brasileira, autênticas vigas mestras soldando por dentro a união do país, e curiosamente ligando Brasília às capitais que a antecederam: Salvador da Bahia

e concreto em formas curvas e modernistas cravado bem no meio do que era lido comumente como “um grande mato”.

O mandato de JK, marcado como momento dos grandes saltos, permanece vivo na imaginação e na memória do brasileiro. É ele personificado pelo já mencionado *ritmo Brasília*, expresso na declaração de Israel Pinheiro publicada na *Folha da Manhã* e, neste mesmo ano de 1957, expresso nas seguintes linhas de matéria sobre o andamento das obras no Planalto Central: “Brasília vai a jato” e “no tapa” e “caminha à frente dos projetos”³⁰ e, expresso ainda pelas lembranças de Antônio Luiz Souza Mello, que foi transferido “num repente” – a trabalho – pela NOVACAP, do Rio de Janeiro para a futura capital:

– Um grande problema da época é que, quando a gente acordava, tudo na rua já tinha mudado. Era trabalho em tempo integral. Uma vez saí depois do almoço de volta ao trabalho. Na saída, umas quatro horas depois, me perdi, pois o retorno já tinha mudado de lugar. Era uma loucura maravilhosa.³¹

Ora, é no rastro dessas performances imagéticas que se impôs uma ideia difusa e vigorosa de velocidade, ruptura e futurismo, características magnificentes na geração que se consagrara historicamente por “dourar” alguns anos de nossa história republicana. Nesse contexto, a ala mudancista era, pode-se dizer, a ala “bossa-nova”, pois o rótulo passou “[...] então a designar um novo comportamento, uma nova moda, um novo som, uma nova maneira de cantar, ou tudo aquilo que representava uma novidade, o que causava certo estranhamento em relação ao previsível e estabelecido pelos códigos estéticos, morais e políticos da época” (Gomes, 2002, p. 120).³²

e Rio de Janeiro”. Bertran acrescenta ainda: “Eis que o Distrito Federal não era ‘sertão incomunicável’ e, ao contrário, muito transitado nesta época, através de duas das três principais ‘estradas’ da Capitania: a da Bahia pelos Registros de Santa Maria e Lagoa Feia e a de Minas pelo de Arrendidos. A centralidade do Distrito Federal antecede em 200 anos à sua geopolítica” (Bertran, 2011, p. 147).

³⁰ PROSEGUE em ritmo acelerado a edificação da nova capital. *Folha da Manhã*. São Paulo, 18 dez. 1957.

³¹ Eles viram Brasília nascer. O começo, sempre difícil. Querida. Brasília é um assunto que interessa a mulher. Rio de Janeiro: Rio Gráfica e Editora, nº 378, set. 1970, p. 64.

³² “O presidente tem bossa”, dizia uma gíria da época. Todavia, Juca Chaves, compositor e humorista, criou uma sátira ao popular Juscelino que chegou a ser proibida oficialmente e tornou-se muito conhecida na época: Bossa nova mesmo é ser presidente/ desta terra descoberta por Cabral/ Para tanto, basta ser tão simplesmente/ simpático, risonho, original/ Depois desfrutar da maravilha/ De ser o presidente do Brasil/ Voar da Velhacap pra Brasília/ Ver o Alvorada e voar de volta ao Rio...”.

Os discursos governistas, aliados, simpatizantes e afins buscaram, comumente, conceber Brasília como o cúmulo da inovação, como a alta modernidade em execução, caso do Correio Radical, no mês de setembro de 1957, em “Enquanto isto, Brasília cresce”,

O presidente Juscelino Kubitschek está escrevendo uma epopéia, conduzindo o Brasil na sua invencível “marcha para o Oeste”, reconquistando novas áreas, criando novas riquezas (sic), abrindo culturas novas no solo, edificando cidades, indústrias, manufaturando um Brasil inteiramente novo.³³

Em manchete, no ano anterior, exibida no *Diário da Noite* (1956), também podemos ler uma convicção expansionista de progresso e luz semelhante: “Neste momento, a nova capital brasileira é um símbolo: símbolo de modernidade e de esperança em novos rumos para a vida nacional”.³⁴

Os mudancistas, como já tivemos oportunidades de perceber, não raro, faziam uma leitura do Brasil marcada pela ênfase nos descompassos regionais. Diante disso, nada melhor que uma cidade e sede política no interior, a irradiar o moderno e o desenvolvimento em todas as direções. Em *O Jornal* (1957), em um texto titulado “Revolução econômica com a fundação de Brasília”, lemos que “A transferência da sede do governo federal para Brasília equivalerá ao deslocamento, para o centro geográfico do país, de um foco de civilização, de progresso, de riqueza. Com isto, o Brasil inteiro só tem a lucrar”.³⁵

Pelas linhas citadas do Correio Radical, do *Diário da Noite* e de *O Jornal*, ficam evidentes as ideias de uma nação renovada, simbolicamente pela criação de uma cidade modernista, na medida em que ela se desenhava em projetos e ideias-imagens e se edificava no solo bruto do cerrado em cimento armado.

A modernidade surge na cidade. Ela é o espaço por excelência de formação da vida hodierna, acelerada, feita em contraposição ao mundo, na melhor das hipóteses, de mudanças lentas do campo e, na pior, estático, representado como obsoleto. Mas, nessas circunstâncias do debate na imprensa escrita, foi a

³³ ENQUANTO isto, Brasília Cresce. *Correio Radical*. Rio de Janeiro, 3 set. 1957.

³⁴ TAREFA para esta geração. *Diário da Noite*. Pernambuco, 28 out. 1956.

³⁵ REVOLUÇÃO econômica com a fundação de Brasília. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 4 dez. 1957.

própria cidade do Rio de Janeiro que foi lida como obsoleta, nos olhares inquietos favoráveis à nova capital Brasília enxergada como a própria representação estética do que é a modernidade: criada para substituir uma capital colonial, velha, seu projeto arquitetônico almejou romper tanto com a superposição de estilos vigente quanto com o apego ao estilo clássico.

Para Lúcia Lippi Oliveira (2002, p. 31), “[...] é nos anos de 1950 que pela primeira vez na história do Brasil o mundo urbano sobrepuja o rural em termos de imaginário da sociedade brasileira”. Em oposição ao passado, ao atrasado e ao antigo, as imagens do urbano coincidiam com as ideias do avançado e do moderno. “Como meta síntese do governo, Brasília seria a concretização da utopia de uma cidade modernista, símbolo do novo e da nova sociedade” (Oliveira, 2002, p. 31-32). A reboque dessa sensibilidade, “[...] as colunas dos palácios da Alvorada e do Planalto, assim como as duplas torres e as abóbadas do Congresso, tornaram-se signos do Estado, do país e do próprio desejo de modernidade brasileira” (Cavalcanti, 1998, p. 50-62).

Assim, os sentidos de conquista, de progresso e de mudança se organizaram e se processaram no imaginário mudancista e, pelas suas propriedades associativas e combinatórias, codificaram largamente a experiência da construção da nova capital como interrupção do antigo – de tudo aquilo que não se queria mais –, reinventando o tempo e o espaço nacionais e projetando na precursora Brasília a problemática da cultura brasileira de inventar sua modernidade.

Desse modo, na *antropologia da modernidade*, para James Holston (1993, p. 3-4), a cidade aparece “[...] como exemplo de um processo moderno de construção nacional e do próprio modernismo”, sendo “[...] um paradigma da modernidade particularmente importante: a ideia de que governos nacionais podem mudar a sociedade e manobrar o social através do imaginário de um futuro alternativo”.

Com Brasília – e por meio dela –, não só a vida urbana, mas um novo modelo de vida urbana deveria tomar conta do país. Citando Octavio Ianni, em *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)*, e o depoimento extraordinário de Jaime Zettel, arquiteto da equipe de Lúcio Costa, Georgete Medleg Rodrigues (1990, p. 29) assim trabalha a questão:

A um programa de desenvolvimento correspondia também novas concepções de cultura e, por conseguinte, do homem brasileiro. O modelo agora é o do homem cidadão. Na avaliação de Octávio Ianni, por exemplo, no governo JK “avançava a hegemonia da cidade,

enquanto universo cultural singular, sobre a cultura de tipo agrária” Rodrigues (1990, p. 29).

“[...] a gente ia descer, fazendo cidades pelo Brasil inteiro, descendo pro sul, saindo de Brasília, fazendo não sei quantas cidades” Rodrigues (1990, p. 34).

Recuando pelo menos dois séculos no tempo e deslocando-nos ainda rapidamente para o contexto europeu, é possível compreender que as cidades modernas, centros da indústria, do comércio e da burocracia, forjaram um modo de ser urbano, de forma que as imagens de civilização e inovação foram a elas associadas. É a *nova urbanidade*, o *colorido burguês* que, em ascensão, tingiu, segundo Robert Darnton, a tela francesa desde o século XVIII. O cavalheiro da cidade, como um novo tipo ideal, também moldou um novo estilo de vida. “Rico, bem alimentado, corretamente vestido, cercado por objetos de bom gosto, certo de sua utilidade e firme em sua filosofia, ele se regalava com a vida urbana” (Darnton, 1986, p. 182). Como afirmou o anônimo burguês de Montpellier, em sua *Description*: “Felizes são os que moram nas grandes cidades” (Darnton, 1986, p. 182).

Peter Gay, no instigante livro em que tenta identificar a formação, os estilos e as atitudes que criaram uma cultura de classe média no século XIX, tendo Arthur Schnitzler como guia, “o escritor mais interessante de seu tempo” (Gay, 2002, p. 11), faz soar a voz de Marx e Engels por meio de trechos do *Manifesto comunista*, publicado originalmente em 1848.

Em tom irônico, Gay (2002, p. 52-53) afirma que, “como moradores de cidades”, os inventores do socialismo científico comentaram com aprovação que “[...] a burguesia sujeitou o campo ao governo das urbes. Criou enormes cidades, aumentou grandemente a população urbana em comparação com a rural e assim resgatou, da estupidez da vida rural, grande parte da população”. Apesar das ferozes críticas dos principais comunistas do século à *Bürgertum*, estamos agora diante de um elogio rasgado de sua urbanidade e modernidade.

Eis a tradição longa, que associa essas duas dimensões e valores sociais a qual a criação de Brasília se inscreve. Esse vínculo mental é tão reiterado nos textos de jornais aqui analisados quanto o juízo do Brasil como uma nação em crise e como uma nação inacabada.

No interior desse paradigma do “país em crise”, parte do *Diário de Notícias* (1959), pela crônica “Futuro e Presente”, a seguinte declaração:

Até o momento, apesar da enorme publicidade oficial, ainda não houve argumento capaz de demonstrar que a mudança da capital constitui a solução para os problemas nacionais. Evidentemente, e como parece claro, joga-se sobre o futuro a desculpa para o drama que estamos vivendo.³⁶

Diante do painel que montamos, sem surpresas, a opção do jornalista é concluir pelo drama do país e lamentar por suas sentidas deficiências. De fato, seja de ordem política, inflacionária ou moral, o drama foi sempre, de um lado e de outro, muito bem encenado. Palavras como “atraso”, “problemas”, “decadência” circulavam no vocabulário da imprensa de forma intensa. Explicações sobre suas causas levavam a ideias sobre a modernização possível.

Encolerizado com a suposta fantasia que povoou a imaginação presidencial de edificar ainda em seu mandato, num prazo de quatro anos, a nova capital no Planalto Central, o artigo “A nova aventura” veicula que,

Realmente, a construção de um só edifício exige, às vezes, tempo superior ao fixado pelo Sr. Juscelino Kubitschek para que nasça nas selvas uma grande cidade! E bem sabemos que a situação do Erário não suportará uma aventura dessas proporções. São agudas as aperturas financeiras da União, submersa em “déficits” e em dívidas e perturbada por uma crise generalizada cuja gravidade sobressalta o País.³⁷

Para a *Tribuna da Imprensa*, em julho de 1958, o governo insistia em construir Brasília, “[...] gastando milhões, quando a pobre população brasileira está a morrer de fome, sofrendo a pior crise de sua história”.³⁸

“O Homem da Capa Preta”, como ficou conhecido o violento político Tenório Cavalcanti com base eleitoral no Rio de Janeiro, afirma em seu artigo “Onde falta autoridade moral”, mais uma vez pelo periódico *Luta Democrática*, que:

³⁶ FUTURO e Presente. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 8 jan. 1959.

³⁷ A NOVA aventura. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 5 out. 1956. Notas e Informações.

³⁸ BRASÍLIA. *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 9 jul. 1958.

A crise brasileira em acelerado, afetando toda a vida da nação, é mais caracterizada pelas cutiladas vibradas contra a moral pública, pelos detentores do poder, do que provocada pelos desacertos econômico-financeiros, pelos entraves sofridos pelas fontes de produção, pelos erros que se vêem acumulando através dos últimos governos e notadamente do atual, erigido pela fraude e pela corrupção, com as garantias de uma quartelada que subverteu a ordem constitucional do país (Cavalcanti, 1957).

Tudo indica que o autor acima tenha colocado na conta do militar e político legalista Henrique Teixeira Lott tudo o que considerava ignomínia dos “detentores do poder”, aí abarcada a construção de Brasília. Embora eleito democraticamente em outubro de 1955, Juscelino só teve a sua posse garantida em 31 de janeiro de 1956 devido ao Movimento de 11 de Novembro do ano anterior, que contou com a atuação notável do general Lott, influência importante dentro das Forças Armadas. A ala golpista no país se fortaleceu com o afastamento de Café Filho da presidência da República em razão de problemas de saúde, que passou interinamente para as mãos do presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz. A ala defendia a anulação das eleições e o estabelecimento de um “governo de emergência”, ou seja, acastelava um golpe de Estado. Nesse contexto de Guerra Fria, militares e civis conservadores, além de líderes udenistas bastante conhecidos, como Carlos Lacerda, temiam que a chapa a chapa PSD-PTB, composta por JK e Jango, assumisse o governo nacional, uma vez que a associavam à imoralidade pública e ao comunismo.

Lott, por sua vez, mobilizou tropas militares no Rio de Janeiro e conseguiu bloquear tais planos com a condução de Nereu Ramos, vice-presidente do Senado, a chefe do Executivo nacional. Portanto, a ordem constitucional do país não foi subvertida por esse episódio, como afirmou Cavalcanti ao nomeá-lo pejorativamente de quartelada, e sim protegida.

No início de 1957, o político e jornalista potiguar Augusto Meira alude, em seu artigo “A oração presidencial” – que se coloca a favor do governo JK, mas contra Brasília –, no *Jornal do Brasil*:

Sente-se que o País deseja caminhar, deseja sair da situação difícil em que temos vivido, para melhores dias de progresso e paz. A consciência nacional precisa entrar em ordem e livrar-se do pesadelo que longos anos de ditadura arruinaram, pervertendo em todos os sentidos a consciência nacional (Meira, 1957).

Em consonância com as formulações de Ângela de Castro Gomes, observamos que Augusto Meira está alinhado com “[...] um novo debate sobre as características e o futuro da política brasileira” (Meira, 1957), isso porque a década de 1950 recoloca, de forma enfática, os projetos de invenção de um Estado moderno no Brasil.

Se, durante as décadas anteriores, os arranjos corporativos e o presidencialismo forte e personalizado foram definidos e implementados como uma “fórmula” capaz de modernizar nossa política, superando organizacional e simbolicamente a dicotomia entre público e privado e promovendo sua interlocução [o Estado encarnado na personalidade do presidente], eles passarão a ser identificados e culpabilizados como a nova e real síntese dos males do país. Ou seja, as análises que irão ocupar o centro do debate intelectual e político, até praticamente meados dos anos 70, retomarão a temática dualista que seria a marca de nossa sociedade, mas considerarão que as “soluções” postuladas em nosso recente passado autoritário, na verdade aprofundaram nosso “atraso”, lançando-nos novos e mais graves desafios (Gomes, 1998).

O imperativo da modernização e a forma que deve tomar a modernidade política e econômica são, assim, por definição, inacabadas e insaciáveis, pois a realidade social se modifica e, com ela, os paradigmas intelectuais e políticos do que é “ser moderno”. Eles estão, por conseguinte, a mercê de reinvenções periódicas que se erguem e se ampliam sobremaneira à custa de desqualificações do presente.

Com a construção de Brasília, agora para um mudancista, João Freire Medeiros, virão – no futuro – não só o crescimento econômico e os créditos financeiros que o acompanham, mas, principalmente, “[...] novas forças a esta nação” que, constata, se debate numa depressão, “[...] numa luta inflacionária sem precedentes na sua história” (Medeiros, 1956).

Embora o autor de “Por que Brasília?”, Pedro G. Alcofarado (1957), diga que aprova a iniciativa, deixa transparecer certo escárnio ao abordar a questão, segundo o escritor e jornalista:

Muita gente anda por aí a censurar o presidente por ter se metido nesta empreitada numa época de crise como esta. Eu não. Acho que se tem mesmo de mudar a capital do Brasil, que se faça logo.

No final de contas, é melhor tomar o bonde errado do que ficar no poste, esperando toda a vida (Alcofarado, 1957).

Nas declarações do próprio JK, com respeito à sua realização, no *Diário da Noite* (1958):

Sei que não são pequenos os investimentos, mas sei também que são os mais mutáveis e certos que este país já fez até aqui a favor da unidade nacional e que libertarão o Brasil de muitas limitações. O país, forte e rico de amanhã, pagará, facilmente, o empréstimo que o país necessitado de hoje lhe faz. Chegou o momento de realizar-se a operação em benefício da saúde do Brasil. As pequenas soluções não passam de paliativos que permitem, apenas, enfrentar as dificuldades de todo dia. A mudança a que estamos procedendo, a que já procedemos, corresponde, pelos seus efeitos, a uma mudança do Brasil. É singular que se inquiria de inoportuna a rentabilíssima operação que nos dará a posse de nos mesmos, que nos trará possibilidades reais e a curto prazo, se medirmos os dias ao ritmo próprio das nações.³⁹

Danton Jobim (1959), advogado e político nascido em Avaré (SP), por sua vez, critica àqueles argumentos que ele considera débeis, em sua opinião, que preconizam “[...] adiar a mudança para tempos melhores, quando o Brasil conseguisse sair, afinal, da clássica beira do abismo” (Jobim, 1959), para ele, as condições que levavam à sua realização agravavam-se dia após dia.

Se, como é sabido, Brasília foi apresentada pelos mudancistas como uma solução para problemas persistentes de muitas dimensões, foi porque, antes, eles concluíram por uma crise vivida no presente, que também é bem ilustrada pela coluna “A nossa opinião”, do *Diário Carioca* (1957), no artigo “Brasília, em dois anos”:

Ninguém de bom-senso ignora ou, conhecendo-as, refuta hoje apropriadamente as razões que impõem a construção de Brasília, para onde se transferirá, dentro de prazo breve, a capital do Brasil. Empreendimento do qual depende em larga escala a posse econômica de uma vasta região territorial, não há dificuldades financeiras que não devam ser enfrentadas para sua efetivação. Num país como o nosso, notadamente na fase que atravessamos, dificilmente

³⁹ BRASÍLIA agiganta-se no planalto como a futura capital do Brasil. *Diário da Noite*. Rio de Janeiro, 1º jul. 1958.

haverá disponibilidades financeiras para a solução do complexo de problemas que estão a exigir a dedicação otimista dos líderes nacionais. Temos que forçar no terreno das dificuldades para torná-las em largas facilidades de desenvolvimento que garantirão ao Brasil, num futuro que já não é nem uma miragem, nem um acontecimento tão remoto, uma fase de prosperidade econômica, política e cultural que será a consequência lógica de uma evolução social e histórica.⁴⁰

Ao nos referimos a uma nação inacabada, a partir da imprensa escrita, temos a intenção de apontar a reiterada e reeditada análise do país como “em formação” e “a expectativa de se ajustar a uma identidade”. Essa busca lançou, comumente, ao longo da nossa história contemporânea, diversas gerações de políticos e intelectuais a lógicas teleológicas como a lida acima.

Embora os argumentos e discursos variassem bastante na forma em que foram apresentados nos recortes de jornais pesquisados, a noção de “nação não acabada” encontra desdobramento na pretensão de um Brasil moderno, ainda que esta ambição não tenha mantido exatamente o mesmo conteúdo durante todo esse período (1956-1960), como apontou o cientista social Márcio de Oliveira em *A ideia de Brasil moderno*. Ou seja, JK trouxe, a seu modo, para os seus discursos e políticas, as angustiantes questões: “Quem somos nós brasileiros?”, “Que tipo de país queremos ter?” “Qual é o melhor ou o mais ágil caminho para a modernização?” “Como atingir ou trazer a modernidade?” (Oliveira, 2005, p. 24-26).

Entre as distintas formas que essa busca pela modernidade pôde assumir nos séculos XIX e XX, destaca-se, conforme Foucault – e como também percebemos –, uma constante reativação de uma atitude, já nossa conhecida, qual seja, a crítica, uma apreciação e uma insatisfação constantes de nós mesmos, de nossa incompletude no presente, de nossas ausências, e a ideia de uma (nação sem formação, sem identidade...).

O autor inicia e conclui seu texto evocando a *Aufklärung* (Ilustração), com isso, compreendemos que ele quer nos apontar para o fato de que a crítica permanente ao pensamento, aos discursos e às atitudes vigentes era um princípio

⁴⁰ BRASÍLIA, em dois anos. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 14 ago. 1957. A nossa opinião.

que residia no centro da consciência histórica da Ilustração e, portanto, quer nos revelar a faceta de nossa “dependência” em relação a ela.

O trabalho crítico realizado pelo imaginário mudancista (do Brasil presente, que força e instiga a construção de Brasília) e levado a efeito pelo imaginário antimudancista (do Brasil presente, que impede e obstaculiza a construção de Brasília) direcionou nosso trabalho de pesquisa para pensar os limites que foram colocados entre 1956 e 1960 a esta consciência histórica herdeira do século XVIII, segundo Foucault.

Em outras palavras, referimo-nos a um exame crítico e a uma condenação generalizadas do estado de coisas em que se encontrava o Brasil comuns aos dois imaginários, enraizados um e outro na vontade de “ultrapassar”, de “ir além”, de “superar”. A batalha das versões mudancistas e antimudancistas compartilhava esse mesmo núcleo. O “Brasil atual” foi continuamente desqualificado em nome de um “Brasil novo”, textos contrários e favoráveis à construção de Brasília adotaram posturas extremamente críticas em relação ao presente.

Não obstante, os defensores de Brasília apresentaram-se publicamente afirmando uma autoimagem de homens modernos e patriotas, comprometidos com o progresso e com a nação, e com isso se esforçavam, concomitantemente, para representar os antimudancistas – dentro de tal esquema teleológico – como não modernos e não nacionalistas, no intuito de desautorizá-los explícita ou implicitamente. Buscavam fórum de verdade na ideia de que a única forma de ser moderno e patriota era resolver-se favorável à edificação e à transferência da capital. Membro da Academia Maranhense de Letras, João Freire Medeiros (1956) afirma que,

[...] aqueles que estão contra a mudança da Capital da República para o planalto goiano, ainda não despertaram do sono letárgico a que mergulharam, e ainda não enxergaram a luz do dia, se não, não estariam a fazer campanhas contrárias à mudança do Distrito Federal, para lugar mais central, onde o governo possa melhor voltar suas vistas para a grandeza do país.

Ao tachar os antimudancistas de derrotistas, solicita: “vamos aguardar” as iniciativas de Israel Pinheiro à frente da Comissão da Mudança da Capital, “[...] para depois criticá-las ou louvá-las, em crônicas que se seguirão a esta (Medeiros, 1956)”. E continua o convite:

Vamos dar um crédito à Comissão e ficar na expectativa do seu trabalho patriótico, para que a mudança se opere dentro do prazo previsto pelo Sr. Presidente da República, que espera transmitir o cargo ao seu sucessor, no planalto goiano, com os aplausos de todos os brasileiros interessados na grandeza de sua pátria (Medeiros, 1956).

No entanto, Carlos Lacerda (1958) reage, com seu poder de oratória e sua acidez inteligente a essa campanha desfraldada pela imaginação mudancista:

O interrogatório, apenas iniciado, do coronel Janari Gentil Nunes, a propósito da orientação da Petrobrás, constitui um exemplo espantoso dessa política de charlatanismo e de falso patriotismo que se vai fixando como uma fatalidade diante da qual ninguém reage pelo medo de parecer conformista. Chega-se, assim, à perfeição de silenciar sobre os erros da Petrobrás para... ser nacionalista. A seu tempo, nós veremos a que se reduzem os fogos-de-vista do Sr. Janari, que fala muito e diz pouco, e a todo propósito fala de confiança no Brasil, mas tão pouco faz para que tenhamos confiança nele próprio, em favor do mesmíssimo Brasil (Lacerda, 1958).

Conforme Lacerda, para o coronel paraense Janari Gentil Nunes, presidente da Petrobrás entre 1956 e 1958, e demais "sócios" do governo JK, "[...] confiar no Brasil é fácil, quando se está saqueando o Brasil". O difícil "[...] é confiar nele quando se está tentando libertá-lo". Esta, completa, "é a confiança que nós temos" e este é "o nosso otimismo" (Lacerda, 1958).

De fato, JK decidiu responder aos não poucos desafios, obstáculos e dificuldades enfrentados ao longo do seu mandato, criando e estimulando confiança social, empreendendo obras e acendendo otimismo na sociedade. Optou pelo discurso progressista, no sentido de ser um inconformado com o nosso atraso, e pelas imagens e estratégias de cooptação e conciliação. É evidente que nem sempre deu certo, mas ele realmente se esforçou nisso, como percebeu o próprio Lacerda (1958):

Desde que pretendeu ser presidente, o Sr. Juscelino Kubitschek apropriou-se do otimismo. Assim como um dos seus antecessores [quase certamente, Getúlio Vargas] fazia datar o Brasil da sua chagada ao Poder, o Sr. Kubitschek faz datar a confiança no Brasil da sua

ascensão, pelas armas e pela fraude⁴¹, à presidência da República. Ainda agora, nesses discursos nefelibatas que substituem uma torrencial oratória, o trabalho autêntico, a que não se dedica esse agitado, o Sr. Kubitschek repete o tema do otimismo. E como se não quisesse ficar atrás, o restrito mental, o Baby Face do Ministério da guerra, vem a público denunciar – os gatunos? Não, os pessimistas, as cassandras, como ele diz, contente de haver descoberto essa palavra.

O Ministro da Guerra de JK atacado por Lacerda era Henrique Teixeira Lott, que se esforçou em denunciar os pessimistas e as cassandras como inimigos da nação, ou seja, aqueles que preveem constantemente más notícias e não querem permitir que o país avance.

Mas o que significa essa modernidade presente no discurso mudancista? Um sentido, sem dúvida, são as mudanças rápidas. Primeiramente, o próprio ritmo de construção da cidade modernista, edificada em pouco mais de três anos e meio, já apresentado pela expressão ritmo Brasília, impôs-se como moderno nas imagens pró-transferência.

Dona Celeste Brandão, entusiasta e pioneira da nova capital, sentindo-se ensoberbecida e privilegiada com a oportunidade de acompanhar os primeiros passos da cidade, afirmou anos depois de sua inauguração que “Foi lindo ver Brasília nascer. O lema era: Começaremos hoje; terminaremos ontem. [...] eu acompanhei tudo, corria para ver as obras, vibrei”.⁴²

Além disso, “erguem-se vertiginosamente os edifícios”, afirma *O Jornal*, em 28 de dezembro de 1958, sob o título “Acelerado o ritmo de todas as construções de Brasília”.⁴³ Transmitindo com exclusividade para os brasileiros “uma série de pequenas Reportagens” da jornalista norte-americana Ignez Robb, pode-se ler em página do jornal *Última Hora*, impresso no primeiro mês do ano de 1959, que

⁴¹ A eleição e posse de Juscelino, enfim, a sua legitimidade como presidente, foi desqualificada em muitos aspectos. Ele teria sido eleito com “vergonhosos” e “ilícitos” votos comunistas (o Partido Comunista estava na ilegalidade); não havia recebido maioria absoluta (embora não se constituísse em exigência da legislação eleitoral da época), etc.

⁴² Autora de *Brasília Poesia* e *Brasília amanheceu*, que reúnem impressões suas sobre a cidade. “Eles viram Brasília nascer. No princípio, um cenário de fita de mocinho”. *Querida*. Brasília é um assunto que interessa a mulher. Rio de Janeiro: Rio Gráfica e Editora, nº 378, setembro de 1970, p. 56.

⁴³ ACELERADO o ritmo de todas as construções de Brasília. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 28 dez. 1958.

“[...] operários trabalham dia e noite para realizar, dentro dos planos do Presidente Kubitschek, a nova Capital do Brasil. É uma movimentação constante, em todos os setores de atividade da cidade, que surge em pleno planalto de Goiás”,⁴⁴

A aceleração do tempo se superpunha a objetivos políticos que, por sua vez, se entremesclavam com os arquitetônicos. Segundo Cavalcanti (2002, p. 92), “A construção de uma nova estética simbolizaria a autonomia técnica brasileira, a sua gestão e um caminho exemplar para o desenvolvimento posterior do país”.

A correlação, no imaginário mudancista, da “griffe’ arquitetônico-urbanística” moderna ao projeto político provou-se eficaz, pois apoiar a construção de Brasília seria considerado um gesto progressista, “[...] abraçado por fração significativa dos intelectuais e classe estudantil – e os oponentes da empreitada ganhavam a pecha de conservadores” (Cavalcanti, 2002, p. 99), embora não necessariamente se reconhecessem como tais, seja pelo atrelamento do termo ao espectro estritamente político, seja porque também os antimudancistas expunham um desejo de mudar a realidade presente em uma atitude crítica que se atualizava em cada contexto, como vimos anteriormente. “Brasília, em dois anos”, artigo do *Diário Carioca* (1957), não deixa nenhuma imprecisão a esse respeito:

As realizações pioneiras encontram sempre resistências excepcionais, oriundas da incompreensão, do espírito de rotina e do horror ao novo que caracterizam certo tipo de mentalidade tão encontradiça na vida pública. As nações que vivem a sua fase decisiva de progresso, que se lançam à aventura da grandeza, não podem, entretanto, se deixar enleiar na timidez dos burocratas, nem no cálculo mesquinho que inspira o pior conservantismo.

[...]

Os êxitos do trabalho de construção estão aí para verificação de qualquer um, do Governo ou da Oposição, conservadores e progressistas, e não há hoje mais força capaz de deter a marcha do empreendimento.⁴⁵

“Um olhar maniqueísta, mais preocupado em denunciar e anatemizar que compreender” (Motta, 2002, p. 45), é pouco útil para compreendermos a “Oposição”

⁴⁴ ROBB, Ignez. BRASÍLIA: quando a cidade estiver pronta não se parecerá com nenhuma outra no mundo. *Última Hora*. Rio de Janeiro, 31 jan. 1959. Aventuras de uma repórter americana no Brasil.

⁴⁵ BRASÍLIA, em dois anos. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 14 ago. 1957. A nossa opinião.

ao projeto modernista de Brasília. Buscamos reconstruir suas expressões de resistência e suas expectativas de temor e aversão a Brasília em sua historicidade, assim, os sentidos dessas mesmas “expressões” foram compreendidos dentro das congruências do imaginário antimudancista pelo qual se informavam acerca da realidade e por intermédio do qual exprimiram seus valores e reforçaram suas formas de solidariedade. Nesse imaginário circulavam representações que vão além dos rótulos – veiculados de maneira pejorativa pelos mudancistas – de conservadores ou conservantistas, conformistas, de avessos ao novo, ao progresso e a seta do aperfeiçoamento, aqui representada pela nova capital.

Façamos, por exemplo, um esforço de entender argumentos antimudancistas plasmados na ideia de irrevogabilidade da sede política carioca. Eles advogaram sua proeminência pela tradição costumeira, assim, reivindicaram “rabiscar” com a força de lei do costume a tela em branco da nova capital em construção. Trata-se de uma engenhosa retórica da permanência e do usual, da defesa daquilo que já conhecemos e não nos causa temor, que acabou por delimitar fronteiras, por se constituir em elemento de identificação dos leitores expresso em um sentimento comum de “rebeldia” contra o desconhecido, a terra incógnita de se investir tanto em uma nova capital em um lugar tido como despovoado, emulando imagens muito comuns ao interior do Brasil à época: “selva”, “deserto”, “barbárie”.

Contudo, de outro lado, forças rebeldes se fizeram justamente em nome de tal novidade e contra esse costume, que era encarado como um obstáculo ao melhoramento do país, a sua integração e ao seu destino de grandeza. Rebelou-se pela inovação o *Correio do Povo*, em Porto Alegre, em outubro de 1956:

A futura sede do Governo da República não só oferecerá, como há dias afirmamos, ambiente propício e tranquilo aos trabalhadores administrativos, como será um núcleo pioneiro e impulsor do progresso e civilização de regiões ainda virgens, imensas e ubérrimas.⁴⁶

Por outro lado, o texto de Augusto Meira, “A oração presidencial”, merece novamente espaço nessa discussão. Há nas linhas que seguem abaixo, uma

⁴⁶ EM TORNO do despacho de Brasília. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 6 out. 1956.

inexorável rebeldia em nome da “antiga” e “velha” localização da sede política brasileira. Trata-se da não obediência e da resistência obstinada à decisão da autoridade constituída de então. Vejamos a força do hábito na manifestação do imaginário antimudancista que segue:

Se percorrermos todas as capitais do Brasil, somente três poderiam servir de base à sede do governo: Belém, Recife e São Salvador. As outras, por bem situadas que sejam todas, não oferecem as mesmas condições. Entretanto, é fora de dúvida que o Rio de Janeiro supera a todas. Está a meia distância dos extremo sul e norte do País [...]. A cabeça deve estar sobre os ombros, e não nas nádegas, e o Rio de Janeiro é, pela própria natureza das coisas e por imperativo geo-político, o posto de comando da Nação [...]. Mas nos parece um erro palpável pretender transportá-la para o planalto de Goiás, afastando-se eternamente do mar, esse poderoso e insubstituível auxiliar da cultura e da civilização. É sobre as águas que voga o espírito, o verbo de Deus (Meira, 1957).

O Rio de Janeiro, dessa maneira, adquiriu um estado de direito eterno de ser a capital do país: “Por força de secular trabalho de unificação, todos os caminhos vão ao Rio. E agora?”.⁴⁷ Nesse contexto, marca-se a defesa do *status quo*, da cultura, da civilização e do verbo de Deus, lê-se, do progresso, contra a busca por suplantá-lo, o mudancismo. Numa imagem claramente organicista e preconceituosa, trata-se também de estar do lado da cabeça ou das nádegas do país.

A rebeldia em favor do costume e a rebeldia em favor da mudança colocaram-se frente a frente, como é possível perceber, de forma radical. Este aferro bicéfalo lançou âncora nos mares revoltos do jornalismo impresso. Ao almejarem efeitos de adesão entre os leitores, os antimudancistas alegaram a sanção do precedente, mas não esvaziaram de fluidez e plasticidade a noção de costume, ora, o Rio de Janeiro poderia se conservar como capital em condições novas e até mesmo servir de modelo para novos fins. Defendiam a ordem estabelecida, mas, não raro, fizeram dela um veículo para as aspirações modernas, progressistas, de inovação do país; o progresso poderia perfeitamente ser regido pelo respeito ao costume.

⁴⁷ SOBRE a mudança da capital. Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro, 1º nov. 1956.

O artigo “A razão de Brasília” publicado, em 1958, apresentou a ideia de que o próprio JK compartilha dessa visão até ser derrotado pelo eleitorado carioca nas urnas. Só então “[...] o dispositivo constitucional tão velho e tão esquecido” impôs-se. Uma vez que,

Nunca, nas difusas, profundas e confusas declarações que fez durante a campanha da sucessão, o Sr. Juscelino Kubitschek aludiu ao problema da mudança da capital do país para o planalto goiano. Quando prometia dar ao progresso do Brasil, em cinco anos, impulso correspondente a meio século, fazia-o com o pensamento de continuar no Rio de Janeiro, a sede do governo federal. Daqui mesmo se expandiria a sua capacidade realizadora. Aliás, gabando-se, já agora, de haver em apenas dois anos ultrapassado várias de suas prodigiosas “metas”, o ex-menino pobre de Diamantina implicitamente confessa a desnecessidade daquela mudança e, principalmente, dos fabulosos desvios, para ali, de dinheiros públicos.⁴⁸

O senador Alencastro Guimarães, por seu turno, disse à *Tribuna da Imprensa*, em entrevista anunciada em 30 de abril de 1958, “[...] não vejo, nunca vi dificuldades de monta na solução de certos problemas capitais do Rio”. Em relação ao que angustiava a vida da cidade, ele argumenta que:

Falta dinheiro, não é. Se a União pode despender bilhões na construção da nova capital onde não há praticamente habitantes, poderia com muita mais razão e propriedade aplicar esses bilhões na velha capital.

Se lá o dinheiro rende, recompensa o capital empregado, aqui com muito mais sucesso seria a rentabilidade maior e mais rápida. É verdade que aqui o emprego desse dinheiro não teria os efeitos publicitários que produz em Brasília. Essa talvez a razão por que para nós cariocas falta tudo, exceção da abundância de uma paciência infinita.⁴⁹

Os mudancistas foram levados, por seu turno, a também apelar à tradição, para quebrar esse mundo de capitais litorâneas. Sentiram ser necessário buscar

⁴⁸ A RAZÃO de Brasília. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 7 mar. 1958.

⁴⁹ BRASÍLIA financia publicidade oficial: Fala à TRIBUNA o senador Alencastro Guimarães. *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 30 abr.

no antigo a legitimidade para o seu projeto moderno. Ao mesmo tempo, desejavam mudar a ordem atual (inovadores) e retornar ao passado (conservadores). Olhavam para o futuro, mas sem abdicar de um legado histórico. Esse tema será abordado mais detidamente no Terceiro Capítulo. Por ora, vamos pensar sobre a fala de Pedro Avelino na crônica “Brasília num ‘flash’ emocional”, do *Diário Carioca*, em 1957. O orador fala-nos apaixonadamente que, na nova capital,

[...] tudo é novo, recentíssimo. A madeira, ainda verde, estala os caxilhos (sic) das janelas, empena o revestimento dos barracões e casas de moradia. Na residência de um engenheiro, o verniz das paredes ainda agarra no pano das camisas.

Tudo o que se ergue cheira a resina fresca; desde os quatro dos dez bancos já autorizados a funcionar às churrascarias, farmácias, abatedouros, mercadinho, restaurantes, hotéis, hospitais (já existe um bem aparelhado), escolas, ambulatórios, tudo cheira a pinho, a tinta fresca, a cedro e a bálsamo, madeira olorosa que aqui se encontra (Avelino, 1957).

Nada obstante ao seu tom inaugural celebratório, à sua sensibilidade detida no cheiro e nas texturas do novo, nosso autor, no ímpeto “de um legado”, não se conteve:

O pioneirismo é o único sentimento antigo, a nota romântica que salta quatrocentos anos de história e vem repercutir com intensidade nesse ensolarado arraial onde a gasolina e o óleo Diesel propulsionam tudo e onde foi visto, “avis rara”, um único cavalo com seu cavaleiro de chapelão desabado (Avelino, 1957).

Pedro Avelino parece enaltecer o discurso tradicional de pioneirismo histórico, que enaltece desbravadores, conquistadores, inventores, enfim, grandes homens e povos destemidos que mudaram a configuração do mundo em que viviam. Podemos exemplificá-lo com o pioneirismo dos portugueses nas grandes navegações ou dos bandeirantes para a descoberta de metais preciosos nas regiões onde atualmente localizamos Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, para a expansão territorial do Brasil e seu povoamento. O autor celebra ainda os combustíveis fósseis como motores da nova e moderna capital, que, ao contrário do que pensam seus detratores, não é terra de cavalos. É, isto sim, fruto e expoente da Revolução Industrial.

Como todas as guerras, a da mídia impressa em torno de Brasília foi considerada, ao irromper, uma oportunidade não só de mudança, mas também de confirmação pelos imaginários opostos, que se tocaram consecutivamente.

Por tudo o que foi dito, também a título de ilustração da profícua circularidade entre os imaginários *mudancista* e *antimudancista*, temos o ideário de um país moderno como substrato de ambos. Dessa maneira, insistimos no fato de que não funcionaram isoladamente e, sim, “em relações diferenciadas e variáveis” (Baczko, 1985, p. 312). Como traz o título deste capítulo, os *imaginários sociais* sobre os quais nos debruçamos são constituídos de cruzamentos e tensões.

No entender de Verena Alberti (2002, p. 269), num país como este, com disparidades econômicas e sociais enormes, “[...] é claro que o ‘moderno’ não podia chegar ao mesmo tempo e da mesma forma para todos”. A construção de Brasília foi apresentada pelo governo e pelos adeptos mudancistas como a sua encarnação. Havia muitas esperanças e grandes sonhos nela meta-sintetizados.

Entretanto, o louvor da modernidade e da mudança, invocado via construção de Brasília, foi se esbarrando antes do primeiro ronco de trator no planalto goiano, em hábeis perspectivas críticas, em insinuações de repúdio.

Enquanto alguns jornais apoiavam a ideia – sobretudo os jornais dos estados do interior do Brasil e outros interessados em enfraquecer a importância da cidade do Rio de Janeiro –, outros, sobretudo os sediados na própria cidade do Rio de Janeiro, fizeram ironias e criticaram a mudança desde o anúncio da proposta até a inauguração (Oliveira, 2005, p. 166-167).

Nesse sentido, o recifense *Jornal do Comércio*, no artigo “A mudança da Capital”, assim se pronuncia, em 31 de janeiro de 1957:

Já era de esperar, mas estava tardando a deflagração duma campanha, pela imprensa do Sul, contra a mudança da capital do país para o planalto central. Certo é que essa campanha não se apresenta com esse caráter, e sim insinuada através de debates públicos durante os quais são ouvidos, alternadamente, os que são contra e os que são a favor. A verdade, porém, é que sobra calor da parte dos que condenam a futura Brasília, de sorte que as vozes de apoio somem-se quase no enorme alarido dos protestos. Sempre pareceu muito difícil que se chegasse a um desfecho positivo nessa matéria. Não há dúvida de que, quando a questão é bem

considerada, a soma de vantagens a esperar da mudança da capital é bastante avultada. Mas também acontece que os próprios vícios e as mesmas mazelas que se pretende dirimir com essa mudança nada têm de passivos. Por natureza e por definição acham-se arraigados no estado de coisas atual, e articulam-se, portanto, bem depressa em forças negativas ou impeditivas da façanha.⁵⁰

Isto porque esperanças políticas e de crescimento econômico caminhavam junto a propostas conflitantes para obtê-las. O afamado espírito desenvolvimentista dos anos dourados conhecia outras opções que não a criação de uma capital modernista. Nesse contexto, a frente atuante “pela transferência da capital” foi lida como equívoco, pois não era essa a mudança que o Brasil precisava. Portanto, era preciso construir um país moderno, mudancistas e antimudancistas concordavam, mas a saída não passava por Brasília, argumentavam estes últimos.

Por aquela época, vozes opostas, alcunhadas de “vozes perdidas” por JK, alçaram também seus voos num horizonte de censuras à criação de Brasília como “[...] obra adiável, suntuária e inflacionária” (Tavares, 1959, p. 41), como o próprio estorvo, a própria condensação dos malefícios ao progresso país. A nova cidade-capital, por essas lentes, era a própria contramodernidade, sinônimo de tudo aquilo de que o Brasil não precisava (e dispensava) para se modernizar.

“Pois vejam como se passam as coisas”, afirma Cyro Siqueira, que constituiu sua carreira nos Diários Associados, de Assis Chateaubriand, através do *Diário da Tarde*, em 1956, ao dizer: “[...] o Brasil cresce, toma pé, ameaça industrializar-se – e o governo cisma de fazer uma cidade em Goiás”, completando com escárnio “[...] coração no meio do corpo, donde todos nos socorramos e sejamos governados”. Na opinião do jornalista mineiro, bastante comum e difundida por esses tempos, “[...] o governo resolve construir uma cidade, a Nova Capital”, preterindo necessidades maiores e mais urgentes. “Com tanta coisa para fazer” investe esforços em Brasília, “que é antes de mais nada nome de casa de armário” (Siqueira, 1956).

A ânsia premente pela modernização, bem como a condescendência com a concepção generalizada de que transformações seriam necessárias para dar

⁵⁰ A MUDANÇA da capital. *Jornal do Comércio*. Recife/Pernambuco, 31 jan. 1957.

um grande futuro ao país, não convergiram para Brasília, apesar dos esforços da máquina de propaganda do governo, que afirmava ser essa a única via pavimentada para o desenvolvimento do país.

Assim, as mídias de massa à época serviram de palco de atuação não só para Juscelino Kubitschek, mas também para Carlos Lacerda (1958), que asseverava implacavelmente:

Ser otimista diante de um quadro como esse [onde obras monumentais prosseguem arrancando a carne do particular, do cidadão, do contribuinte, em suma (...), que não é somente de descalabro financeiro, mas de insistência e até de apologia desse descalabro, de cínica negação da gravidade da situação, não é manifestar um otimismo sadio, um otimismo nascido da confiança no esforço, no trabalho e na inteligência dos brasileiros. É ser leviano – ou cretino.

Pretendemos falar, contrabandeando teoricamente algumas expressões cunhadas por Miranda (2002, p. 12), de “modernidade à margem”, “fora dos centros hegemônicos”, “outra nas suas possibilidades de realização”. Há muitas formas de ser moderno, muitas são as modernidades consideradas desejáveis e plausíveis em um determinado contexto.

A modernidade é uma aventura, como a definiu Marshall Berman (2007, p. 21-23), “[...] na expectativa de criar e conservar algo real, ainda quando tudo em volta se desfaz”; e não apresenta um lugar exclusivo, fixo e estável.

E é assim que podemos identificar nesses recortes de jornais distanciamentos do tipo de modernismo que foi atrelado à cidade e da arquitetura em construção. Isto, levando-se em conta a informação dada por Antônio Bento ao *Diário de Notícias*, no dia 6 de janeiro de 1960, que desempenhava, na ocasião, o posto de presidente da Associação Brasileira de Críticos de Arte e, no discurso em que traçou as linhas gerais de seu programa, à frente da Associação, deixou claro que a arte moderna ainda era, no conjunto, “[...] uma arte de elite ou de uma minoria” (Barata, 1960).

Em entrevista realizada pelo jornal *Última Hora*, Oscar Niemeyer mencionou que não lia as críticas lançadas contra a construção de Brasília e sua arquitetura por falta de tempo, por ser absorvente o trabalho nas obras. Em todo caso, o repórter levou consigo recortes de jornais nos quais,

[...] aparecem objeções de setores mais responsáveis. Algumas delas: os plenários da Câmara e do Senado são fechados e iluminados com luz artificial, as salas das comissões ficam no subsolo, são “tocas de tatu” (como diz o senador Mem de Sá, esse fino humorista, aparentemente em emulação com o outro que descobriu o “caminho das onças”); as dependências do Palácio da Justiça são acanhadas etc..⁵¹

Exemplo desse tipo de discussão também nos oferece Mário Pedrosa em “Adequação de forma e função”, texto exposto, em maio de 1958, na coluna “Artes Visuais”, do *Jornal do Brasil*. Crítico de arte com visão vanguardista, ele afirmou que “[...] a Igreja Católica se vem mostrando cada vez mais compreensiva em face das realizações mais audaciosas da arte moderna” e disse ainda ser forçosa sua colaboração com “[...] os artistas mais originais e mais profundos de nossos dias” para que ela possa “[...] ter uma arte digna de seu passado”.

As capelas e igrejas, construídas por arquitetos e artistas modernos, vão sendo consagradas um pouco por toda parte, desde a de Matisse, em Vances, sul de França, a de Manessier, que acaba de ser consagrada, na França, e a de Rondchamp que se deve ao gênio revolucionário, por excelência, de Le Corbusier [...] (Pedrosa, 1958).

Todavia, se Mário Pedrosa se alegrou com a admiração que o Núncio Apostólico, D. Armando Lombaridi, descreveu após visitar a capelinha Nossa Senhora de Fátima quando “[...] logo compreendeu a qualidade dos afrescos de Alfredo Volpi”, também registou no mesmo *Jornal do Brasil* que:

Quanto à outra capela, a do Palácio Alvorada, de um belíssimo partido arquitetônico, de audaciosa concepção, na sua forma de caracol, é obra inteira do arquiteto [Oscar Niemeyer]. O insólito da concepção parece ter chocado algumas autoridades eclesiásticas, mas, conforme também foi noticiado, o Núncio como que serviu de árbitro na divergência surgida entre o Bispo de Goiânia e Oscar Niemeyer (Pedrosa, 1958).

Oferece-nos então, o crítico de arte, um desfecho para o imbróglio entre a Igreja Católica e a arquitetura moderna, liturgia e arte:

⁵¹ NIEMEYER responde às críticas: sobre arquitetura de Brasília. *Última Hora*. Rio de Janeiro, 11 mar. 1960.

Respeitando-se a integridade do partido do projeto Nieméier (sic), fizeram-se as acomodações necessárias para respeitar as exigências litúrgicas. E era lógico que se devia atender aquelas exigências. Do contrário, haveria discrepância entre o partido, a forma, e o programa, a função. Uma igreja é feita para funcionar, para o culto e não para admirar-se gratuitamente, como uma jóia. A adequação da forma e da função, ideal de toda boa arquitetura, só pode realizar-se, no caso, quando liturgia e arte se casem numa bela obra harmoniosa e viva (Pedrosa, 1958).

É válido atentar-nos ao fato de que, antes, em março de 1958, na mesma coluna do mesmo periódico, o mesmíssimo Mário Pedrosa fez a afirmação de que a Igreja da Pampulha, também projetada Niemeyer, não foi consagrada, devido, argumenta ele, à “[...] incompreensão das autoridades eclesiásticas de então” (Pedrosa, 1958). Fato é que o Bispo de Goiânia e outras autoridades católicas tencionaram com o novo estilo arquitetônico de Oscar Niemeyer, com a arte moderna de Alfredo Volpi – e com o próprio Mário Pedrosa.

Aliás, “[...] a arte e a arquitetura de nossos criadores mais livres e audaciosos”, “os artistas mais originais e mais profundos de nossos dias”, “o que há de mais profundo e melhor na sensibilidade de nossa época” (Pedrosa, 1958), teve como reação condenações incisivas que, inclusive, lia a arquitetura de Brasília como um clichê já superado. Muitos homens e mulheres modernos, país afora, não se embalaram e se não reconheceram nessa *forma de modernidade*.

Como notícia o *Jornal do Brasil*, em 10 de janeiro de 1960, fazendo uso da “voz autorizada” de “um penetrante crítico de arquitetura” americano:

O crítico de arquitetura Sibil Moholy-Nagy, que esteve recentemente em Brasília com um grupo de críticos de arte e arquitetos, afirma que será difícil viver nos edifícios da nova Capital porque suas paredes elevam a temperatura interior a mais de 40 graus.

Moholy-Nagy, em artigo divulgado no último número da revista especializada *Progresso Architecture*, entre outras críticas, disse ser melancólico ver em Brasília o clichê superado de Le Corbusier, que estrangula a arquitetura como espaço.⁵²

⁵² CRÍTICO americano adverte: calor nos edifícios fará a vida difícil em Brasília. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 10 jan. 1960.

Haveria, assim, na capital do planalto, um calor carioca (sem mar, mas com “poeira vermelha que tudo envolve”). O famoso arquiteto e urbanista franco-suíço Le Corbusier, por sua vez, aparece aqui como uma figura já ultrapassada pelo trem da modernidade cujo o sentido é o aperfeiçoamento, o que revela a polissemia do símbolo arquitetônico e das ideias do “mestre modernista”.

Para a *Tribuna da Imprensa*, os belos feitos arquitetônicos e urbanistas dos modernistas que estavam a trabalho do mudancismo pareciam invisíveis, transparentes. O que saltava aos olhos do diário, em 1º de julho de 1958, não era nenhum fato estético, e sim o fato de o recém-inaugurado Palácio da Alvorada ter custado ao Tesouro “[...] cerca de Cr\$ 1 bilhão, tendo um dos banheiros mais luxuosos da América do Sul, orçado, há tempos, em Cr\$ 15 milhões”.⁵³

Assim, a incipiente capital brasiliense estava na grande imprensa diariamente, levando o restante do país a ter contato com a sua arquitetura apresentada pelo imaginário mudancista como arrojada e original. Criavam-se, desse modo, laços de identificação e diferenciação com aquele novo espaço do poder. O Palácio da Alvorada, a Catedral, o Congresso Nacional, a Esplanada dos Ministérios se pretendiam e se monumentalizavam já como novos símbolos supremos da República brasileira, no entanto, esses ícones tinham uma missão que se mostrava difícil: suplantar, ou mais humildemente, disputar lugar no imaginário nacional com o Pão de Açúcar, o Corcovado e o Jardim Botânico.

O certo é que a promessa de edificação da felicidade nacional concomitante à edificação de Brasília, festejando ou não sua arquitetura, teve detratores competentes do ponto de vista retórico. E não se trata de sobrevalorizar as controvérsias, pois por ser um projeto grandioso e pelo tamanho de suas ambições, é facilmente presumível que mobilizasse pessoas e opiniões distintas, mas de nos apoiar nelas, como temos feito, para compreender melhor os estados de ânimo, os estados d’alma daqueles homens e mulheres engajados em apontar nos jornais quais seriam as forças ou as fraquezas de tal decisão política, para compreender melhor de que forma e para que hastearam a bandeira do sim ou do não a Brasília.

⁵³ INAUGURADO em Brasília o palácio de Kubitschek. *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 1 jul. 1958.

É posicionando-se de maneira a se situar dentro do “[...] que já se convencionou denominar a realidade brasileira”, desprezada quase em um estado de alucinação pelo governo, que a crônica intitulada “Futuro e Presente”, do *Diário de Notícias* (1959), elaborada no quarto ano do mandato presidencial, tem amplas dificuldades de imaginar um destino promissor para o país, pois não vê formas de inspiração para tal no presente,

Perceberão os mais realistas que, se as realizações expostas oferecem rodovias e a problemática Brasília, seu custo se traduz no índice maior de analfabetismo. Se o governo não pode instruir e educar o homem, se não pode permitir que a agricultura se renove com a eliminação do confisco cambial, se não pode realizar sem ampliar a pobreza de todos, se não pode construir sem onerar o destino nacional com empréstimos sucessivos – como pode, então, prometer o futuro?⁵⁴

Às margens, às bordas da modernidade que é proposta pelo imaginário mudancista, a crônica sente e percebe “o estado presente” sem entusiasmo e euforia. Ela estampa um velho Brasil, um estado geral de pobreza, extremamente agravado por um presidente que possui acentuada mania de grandeza, que afirma não ter “vocaçãõ para obras pequenas”. Diante das dívidas da nação e de um povo desolado e faminto, “o Sr. Juscelino Kubitschek” e sua trupe se apegaram, nessa perspectiva, firmemente a Brasília, se apegaram apenas ao futuro, à “[...] esperança do milagre remoto que sempre sustenta os fracassados”.⁵⁵

Se não lemos nos textos jornalísticos a que tivemos acesso críticas à modernidade, ao que de danoso ela porventura produza, à sua distribuição desigual, é porque ela foi assumida como um valor em si, sem ser questionada, seja em sua aparição na forma de expectativa ou de experiência. Há entre os discursos contrários à transferência da capital também que se tomar o rumo do progresso, da ruptura com o que existe. Pois, como argumentou no *Jornal do Brasil*, em 1957, Augusto Meira, que se posicionou favorável ao governo de Juscelino Kubitschek,

⁵⁴ FUTURO e Presente. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 8 jan. 1959.

⁵⁵ FUTURO e Presente. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 8 jan. 1959.

à sua “[...] firmeza de propósito e a seu vitorioso otimismo”, embora considerasse a mudança da capital um erro:

Certo S. Exa. tem razão em querer que o País se desenvolva para o oeste. Mas pensamos que o oeste precisa de escolas, precisa de arado, do avião, das estradas, da eletrificação, do trabalho agrícola, pecuário e industrial. Isso não se consegue levando para ali a Capital (Meira, 1957).

Líder da UDN, um partido fundamentado no antivarguismo e de orientação tanto liberal quanto moralista, o incendiário jornalista Carlos Lacerda exorcizava Brasília convicto de que “[...] a confiança no Brasil não é privilégio de quem o rouba nem pode constituir pretexto para que o deixemos ser roubado”, porque, segundo ele, “[...] não é sinônimo de otimismo a justificação dos crimes e a consagração dos erros”. Para Lacerda, é fato indubitável que “[...] o Brasil está imensamente atrasado em relação ao seu futuro”. E, para ficar tudo muito bem explicado, retrocede:

Ao tempo do segundo império, este país era uma grande e iminente esperança do mundo. A escravidão tolheu-lhe, porém, de tal modo o desenvolvimento que o Brasil, em vez de adiantar-se atrasou-se em relação às demais nações. E hoje, faz um pouco o papel de um menino enorme, no meio dos rapazes, de calças curtas a mostrar as canelas cabeludas, o buço e a voz a engroçar, (sic) mas tratado como criança; e já agora, a fazer más-criações e ameaçar pirraças nas assembléias internacionais, pela voz de um talentoso débil moral, o Sr. Augusto Frederico Schmidt.

Não somente a escravidão, que retardou a imigração e o trabalho livre, contribuiu para procrastinar o futuro do Brasil. Também a educação, tardonha, rotineira, livresca, treinando o homem para o desprezo ao trabalho e para considerar a inteligência como um privilégio que isenta os que a possuem de qualquer esforço, formando falsas elites, parasitárias, colaborou para frustrar o esplêndido futuro do nosso país.

Neste momento, o que ameaça atrasar a marcha do Brasil é precisamente a ânsia inconsiderada de fazer “cinquenta anos em cinco” (Lacerda, 1958).

Criticando de maneira incisiva a atuação do governo nos setores econômico e militar, prossegue Lacerda em seu ataque que, claro, passa por Brasília, mostrando o que, supostamente, impedia o grande futuro do Brasil:

Pretende-se industrializar o país sem as condições desumanas que garantiram essa industrialização na Inglaterra do século XVIII nem as outras, ainda mais ferozes, verdadeiramente inumanas, sob as quais a Rússia do século XX realiza a sua revolução industrial. O resultado é uma espécie de *pot pourri* de dirigismo estatal e de voracidade privatista, que se completam numa obra nefasta. A iniciativa privada autêntica é perseguida ou, quando menos, menosprezada. A iniciativa privada que se estimula é precisamente a que não convém: são os grupos privilegiados que se criam e prosperam à sombra de favores cambiais, com endereço certo, são os sócios políticos do Sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira – os que ele trouxe de Belo Horizonte e os que adicionou à farândola no triunfo que o Exército garantiu à corrupção. O estatismo que se expande é o do crédito, que se tranca à iniciativa privada e se derrama sobre as despesas governamentais, como a loucura de Brasília e as despesas justas, se isoladamente consideráveis, mas desatinadas, se analisadas dentro do quadro financeiro do país, das obras monumentais que prosseguem arrancando a carne do particular, do cidadão, do contribuinte, em suma.

[...] Se o general Lott soubesse o que quer dizer, tomaria a frente dos acontecimentos para recomendar, imediatamente, uma redução drástica das despesas militares, em favor da própria segurança nacional. O volume das despesas militares, neste país, põe em risco a própria segurança nacional, porque desguarnea setores essenciais da produção agrícola e industrial, e o setor fundamental, que é a educação. O mais urgente problema econômico do Brasil é o do financiamento da educação, dessa metade dos brasileiros que tem menos de 18 anos de idade. Isto, sem falar na outra metade (Lacerda, 1958).

O primeiro trecho destacado acima faz referência ao poeta modernista Augusto Frederico Schmidt, amigo e conselheiro do presidente, como “talentoso débil moral”, pois era sabido que ele escrevia discursos para JK. Inclusive, o célebre slogan “50 anos em cinco” é de sua autoria. Já o segundo excerto menciona uma vez mais o general Lott, associando-o, como de costume entre os antimudancistas, a uma suposta convivência do Exército com a falta de sanidade que a edificação da nova capital significava.

Lendo as impressões de Lacerda sobre a política econômica do governo, acentuadamente liberais, supomos que seja útil lembrar que período 1956-1961 constituíram-se como prioridade a industrialização e o empenho em associar

investimento e tecnologia da iniciativa privada e do capital externo com o intervencionismo, o planejamento e a orientação do Estado.

Na ideologia desenvolvimentista kubitschekiana, Brasília era meta-síntese e meta-símbolo e valia os esforços empregados pelo governo na canalização de recursos financeiros, sejam eles nacionais ou internacionais, particulares ou públicos, para a sua construção. O que não impediu JK de colher os louros de um discurso apaixonadamente nacionalista, focado na independência do Brasil, em circunstâncias convenientes, como na ocasião em que rompeu com o Fundo Monetário Internacional, em 1959.

Apesar desta decisão não possuir uma conotação fundamentalmente ideológica, como alguns setores de esquerda assim a transformaram à época, e sim decorrer “basicamente das exigências ‘irrealistas’ do Fundo, que propunha um programa antinflacionário de choque (o que levaria ao impedimento ‘orgânico’ do ritmo de obras)”, Maria Victória de Mesquita Benevides conta que:

No clube militar, por exemplo, Kubitschek afirmou o propósito de não ceder, “a determinação de caminhar isolados se necessário for”, e acusou o FMI e os “inimigos do Brasil independente de tentarem uma capitulação nacional, a fim de que a indústria caísse em mãos forasteiras (Benevides, 1979, p. 222).⁵⁶

Inclusive, o aludido Lott permaneceu na mesma linha do discurso ideológico do desenvolvimentismo de JK ao declarar que “na prática e a rigor não há capital estrangeiro e capital nacional. Há simplesmente o capital, que, ao lado do trabalho, é uma mola do progresso”. Diante disso, concluiu que “[...] o dinheiro que vier de fora, com o objetivo real de incrementar nosso desenvolvimento, só pode ser bem recebido. O que se faz mister é que a maior parte dos lucros obtidos seja aplicada na expansão e aprimoramento do investimento” (Benevides, 1979, p. 183 *apud* Costa, 1960, p. 343).

Se, como vimos, a voga é ser crítico, é importante ressaltar que um grande foco da ira denunciante de Carlos Lacerda foi a tutela estatal, “os excessos de público”, julgava como ultrapassada a “tecnoburocracia” do governo JK. Para

⁵⁶ Este discurso já havia sido proferido no Catete, em cujos jardins se concentraram cerca de 1.500 pessoas para aplaudi-lo. Cf. BANDEIRA, 1973, p. 174-175.

Lacerda, “o presente como problema” porque a iniciativa de ação era reconhecida quase exclusivamente ao Estado e, mais exatamente, ao Poder Executivo. Faz ainda questão de frisar que a iniciativa privada autêntica de que fala não é esta limitada aos “sócios políticos” do presidente e que caracteriza uma sociedade dominada por arranjos clientelistas e personalistas que, segundo sua análise, datariam do período colonial. Lacerda tem um caminho inequívoco para a modernização do Brasil, propondo a eliminação do “[...] capitalismo burocrático, do capitalismo politicamente orientado” (Gomes, 1998, p. 540-543).

Sobre os levantados gastos militares, nos chamados anos dourados, o debate e as articulações entre legalistas e golpistas interferiam na governabilidade, tornando o apoio do “Partido Fardado”, o único indispensável. Em todas as comissões executivas ligadas ao desenvolvimento e à segurança nacional, lá estavam os militares. A participação deles, ocupando “cargos civis” no Grupo de Trabalho de Brasília, era uma condição e uma realidade no que diz respeito a sua criação.

Fazia-se necessário contentá-los, agradá-los, atentando-se para suas reivindicações (aumento salarial, equipamentos em geral, treinamento de pessoal). Essa situação configurava uma espécie de pagamento pelo poder que políticos “casacas”, como Juscelino, ofereciam às Forças Armadas. É o que Maria Victoria Benevides chama de cooptação dos militares ao poder.

A política orçamentária do governo previa uma alta porcentagem de recursos aplicados ao setor militar: no período 56/60 o nível de despesas militares atinge 23% da despesa federal total e o orçamento dos ministérios militares cresceu proporcionalmente com o PNB.⁵⁷

Estripulia de um palhaço, crime e engano imperdoável, a edificação de Brasília não era, para Carlos Lacerda, nem de longe, o sinônimo do desenvolvimento e da modernização certamente necessários ao país, mas de um otimismo vazio, demagógico e monótono. No tom cáustico que lhe era peculiar, o udenista há

⁵⁷ Os dados são de Nathaniel Leff. “[...] the military had a position of special influence. Their attitude was important in deciding the large allocations for steel and petroleum”. *Economic Policy-Making and Development in Brazil, 1947-1964* New York: John Wiley & Sons, 1968, p. 53. A pesquisa de A. Passos e V. Faria indica a média 23, 2% como percentual do orçamento nacional alocado na defesa para o período 58/62. No mesmo período, a média da Argentina foi de 15, 7% e a do México 8,3% (Benevides, 1979, p. 171).

algum tempo já empolgava a cena política e jornalística brasileira, destacando-se, neste contexto, como antimudancista:

Nós também confiamos no Brasil. Direi mesmo que nós verdadeiramente confiamos no futuro do país, pois queremos desembaraçá-lo, no presente, de tudo o que atrasa, de tudo o que, o compromete, de tudo o que desvia o Brasil do futuro que em condições normais, lhe está reservado.

Desde logo, há que distinguir. Existe um otimismo essencial, que consiste em ter fé, em trabalhar com confiança e com perseverança, em não descreer e não ser desanimador. Este é o nosso otimismo. Outro, bem diverso, é o dos que pretendem que, por ter o Brasil um futuro grandioso à sua disposição, podem brilhá-lo, podem errar à vontade, podem desviá-lo dos seus rumos porque tudo virá certamente, fatalmente, a dar na mesma.

Não. O futuro do Brasil é muito promissor, mas não é absolutamente certo que o alcançaremos em tempo útil. Um país devastado pela inflação, desmoralizado pela indignidade de seus dirigentes, entregue a levianos e a incompetentes, retarda por tal modo o desenvolvimento que se arrisca a não atingir o futuro como uma nação poderosa e sim como um vasto território dilacerado, tumultuado, ocupado por mil influências e tendências bem diversas daquelas com que sonharam seus fundadores.⁵⁸

Raias simbólicas estão lançadas: de um lado, o otimismo “leviano ou cretino”, que é marcado pela “[...] ânsia inconsiderada de fazer ‘cinquenta anos em cinco’” (Lacerda, 1958), que tem como pedra angular a nova capital; de outro lado, o “otimismo sadio”, que esforça para libertar o Brasil dos saqueadores, aos quais ele se acharia entregue – óbvio, num momento de crise, como vimos, essa é a condição do presente. No imaginário antimudancista de Lacerda, o país deveria ficar “livre dessa Gomorra”, para alcançar o futuro que lhe está reservado, que está a sua disposição (Lacerda, 1958).

A insistência no discurso de Carlos Lacerda se justifica por diversos fatores. O primeiro deles é a importância dessa personagem na oposição realizada

⁵⁸ A conclusão dessa fala, no entanto, nos inquieta demasiadamente: quem ao certo Lacerda considerara como os “fundadores” do Brasil? Os portugueses colonizadores; os bandeirantes e os que empreenderam as entradas; os missionários religiosos; D. João VI; os mártires de nossa independência, José Bonifácio, D. Pedro I; ou mesmo seu filho, Pedro II? Teriam eles alimentado mesmo grandes sonhos em relação ao país?

não só ao governo JK, mas, antes dele, ao governo de Getúlio Vargas – moldando o fenômeno histórico conhecido por lacerdismo, uma espécie de corrente política marcada pela histeria denunciadora, bem como pela condenação, reprovação e dissuasão violentas e sem limites. Não à toa, Lacerda ficou conhecido como o “demolidor de presidentes” (Motta, 1996).

O segundo fator é metodológico, pois ao tomá-lo nesta pesquisa como representante daqueles alcunhados pelo imaginário mudancista de derrotistas, comodistas, pessimistas, descrentes, antipatrióticos e mais epítetos dessa natureza, vemos como o imaginário antimudancista apontava outros caminhos de modernidade, de crescimento e de avanço para o país. Além disso, tinha também a convicção de que a construção de uma nova capital no interior adiaria ou impossibilitaria ao Brasil alcançar seu grande destino.

De acordo com Castoriadis, é importante ressaltar que nenhuma necessidade definida é “a” necessidade da humanidade. Ela nasce sempre de um lugar social, “[...] e nenhuma definição racional, natural ou histórica permite fixá-la em definitivo” (Castoriadis, 1982, p. 164). O que o Brasil precisava para o seu futuro, para se modernizar? O interior dos dois campos ofereceu um arco de respostas de extremistas a moderadas, das considerações e críticas dosadas e de bom humor às violentas, da leveza e charme à agressividade.

As falas impressas sobre Brasília que rezavam a cartilha do contra, como explicitado anteriormente, não chegaram a afrontar o discurso da modernização em si, mas, sim, o de sua consubstanciação e conquista pela criação de uma capital no cerrado. Tais notícias e matérias denunciam a penúria, o baixo padrão de vida, as adversidades e infortúnios reinantes, em suma, os problemas sociais e econômicos por que passavam grande parte dos brasileiros às margens e às bordas do otimismo futurista e das transformações dos novos tempos veiculados na propaganda oficial.

Conclui-se, portanto, que a modernidade e o atraso persistente, o novo Brasil e o velho país, o centro e as margens do moderno, a vida com grandes esperanças ou desprovida delas, bem como tensão entre o querer e o ser da modernização política, econômica e cotidiana, compartilharam espaços no *imaginário mudancista* e no *imaginário antimudancista*. Ambos complexos tecidos simbólicos, a um só tempo, modernistas e antimodernistas.

CAPÍTULO 2

ENTRETO: EM BUSCA DE JUSTIFICATIVAS E LEGITIMIDADES, TOPOS E COMPLÔS NA CONSTRUÇÃO JORNALÍSTICA DE BRASÍLIA

(...) Se por um lado, enquanto contemplamos as mudanças, o melhor é o silêncio atento-intenso, por outro, quando somos atores, isto é, sujeito e vítimas das mudanças, o melhor é procurar dizê-las, compreendê-las, enquanto é tempo para agir e reagir, ou seja, interferir de algum modo, adequando-se, negociando, circulando, resistindo, apropriando-se, cada um em sua escala individual ou de grupo (Reis, 2006, p. 57-58).

José Carlos Reis

O título de nosso segundo capítulo tem uma fonte clara, o texto de Carlo Ginzburg chamado "O extermínio dos judeus e o princípio de realidade", no qual o historiador italiano, ao abordar o primeiro tópico (o extermínio dos judeus), discute e se pronuncia sobre o segundo (o princípio de realidade). Em tal discussão, a primeira parte tem por título "Topos e complôs" (Ginzburg, 2006, p. 211-213).

Sem me alongar nas discussões conceituais desses dois termos, tomo de empréstimo as conotações atribuídas por Ginzburg para trabalhar as temáticas, referências, pautas e questões (topoi) que embasaram as matérias acerca da construção de Brasília. Quanto ao complô abordado, é absolutamente relacional: os antimudancistas julgavam que estavam sendo vítimas de um conluio dos mudancistas, enquanto os últimos sentiam que estavam a sofrer uma perigosa conspiração dos primeiros. Experiências coletivas por excelência, tais complôs teriam sido elaborados por uns e contra os outros. No seio deles, como vítima, o indivíduo pôde sentir-se apoiado por emoções e forças que o ultrapassavam, que eram sociais, no intuito de denunciá-los na imprensa escrita.

O objetivo nesse segundo capítulo, portanto, é destacar alguns cortes argumentativos dos quais os jornalistas lançaram mão. Repletos de *topoi* e de *complôs*, quadros de interpretações articuladas deram aos mudancistas e antimudancistas um sistema de orientações, como, por exemplo, se situar naquele mundo a partir de oposições binárias do tipo legitimar/invalidar; defender/acusar; tranquilizar/atemorizar; entusiasmar/desencorajar; incluir/excluir. Esses sistemas de pensamento realizaram várias funções em relação aos agentes sociais como

"[...] designar o inimigo no plano simbólico; mobilizar as energias e representar as solidariedades; cristalizar e ampliar os temores e esperanças difusos" (Baczko, 1985, p. 311-312).⁵⁹

Ao examinar os materiais sobre Brasília, escritos no período recortado, pretendemos delimitar esses imaginários ou sistemas de pensamento apresentados ao longo do primeiro capítulo entre cruzamentos e tensões, a partir das ideias de topos e complôs, levando em conta suas condições de produção. "Escrever a História, ou construir um discurso sobre o passado, é sempre um ir ao encontro das questões de uma época" (Pesavento, 2003, p. 59), de suas formas próprias de classificar a construção dessa cidade para torná-la inteligível e comunicável.

Definitivamente, esse evento possuiu grande impacto simbólico e a sua capacidade de mobilização social foi considerável. Os jornais acompanhavam o seu dia a dia e "os melhores cronistas brasileiros da época dedicavam-se ao tema".⁶⁰ Ele fora mesmo oferecido em espetáculo pela imprensa. Sua linguagem recorrentemente dramática e a riqueza do repertório de representações veiculadas por suas campanhas foram impulsionadas pelas trocas e pelos deslocamentos cotidianos, animadas pelas discussões interculturais vigentes fazendo-se bastante arrítmicas, descompassadas.

O intervalo de tempo entre 1956 e 1960 instituiu-se imaginariamente como um período abrasador, marcado por emoções intensas, já que, uma vez desencadeada a edificação de Brasília como evento sensacional, foi dado ímpeto a (re) ordenações simbólicas da vida de todo o país. Falamos isso porque observamos com Brasilmar Ferreira Nunes, em *Brasília: a fantasia corporificada*, que "cidades planejadas trazem uma carga enorme de responsabilidade, pois a decisão de construí-las, inserida num contexto de sociedade, é geradora de expectativas, e podemos dizer que em alguns casos", realça o mesmo sociólogo, "como o de cidades capitais, interferem no próprio simbolismo da nação, do povo, da cultura do país".

⁵⁹ Em seu texto, Bronislaw Baczko atribui essas funções aos imaginários sociais nas revoltas camponesas no decorrer do século XVII e durante o "Grande Medo" de 1789, um dos estudos de caso que desenvolve.

⁶⁰ A Imprensa no centro dos debates: contra e a favor. *Brasília 40 Anos*: uma história que continua sendo escrita. Correio Braziliense/TV Brasília. Edição Única Comemorativa. Brasília: impressão e fotolito Foco Divisão Gráfica, 21 abr. 2000, p. 40.

Brasília foi um destes casos. A decisão de construí-la, sua consolidação como capital política de uma nação do porte do Brasil, envolveu o conjunto da sociedade e gerou impacto em todos os níveis. Seja para certos grupos econômicos, seja para as populações desfavorecidas, seja para a própria burocracia estatal, a transferência da sede do governo interfere numa rotina que tinha suas regras, sua lógica e que funcionava segundo certos códigos (Nunes, 2004, p. 45).

A mudança da sede política para o Centro-Oeste constitui uma decisão que mobilizou e abrigou diferentes dimensões socioculturais e políticas no intuito de acelerá-la ou freá-la. Dessa forma, as estratégias de manipulação, persuasão e publicação envolvem a dimensão do poder, para Revel (2000, p. 33),

[...] a definição de poder não pode ser separada da organização de um campo onde agem forças instáveis e que estão sempre sendo reclassificadas. [...] o poder (ou certas formas de poder) é a recompensa daqueles que sabem explorar os recursos de uma situação, tirar partido das ambigüidades e das tensões que caracterizam o jogo social.

É no centro dos *imaginários mudancista e antimudancista* que se encontram os esforços de validação do poder, pois os escritores empenhados em conquistar o público leitor por seus textos precisaram explorar os recursos daquela situação para dar fórum de verdade à pertinência ou impertinência da construção de uma nova capital para o país. Nesse contexto, o poder tem de se impor não só como poderoso, mas também como legítimo. Portanto, “[...] às relações de força e poder” acrescentam-se “[...] as relações de sentido” (Baczko, 1985, p. 310).

Assim, enquanto sistema simbólico, as visões da nova capital presentes nos jornais permitem-nos perscrutar jogos sociais delineadores de fronteiras do bom e do ruim, do feio e do bonito, do justo e do injusto. Elas têm plasmadas em si, em uma expressão tomada de empréstimo de Peter Burke (2000, p. 48), uma “[...] camada de significado cultural”, própria das circunstâncias, e, nelas, dos diferentes modos de ser e de pensar pelos quais foram engendradas.

Nesse sentido, faço uso da formulação de Pedro Luis Navarro Barbosa (2003, p. 115-116), para quem “[...] os textos da mídia apresentam-se como uma fonte privilegiada da percepção quente dos eventos do dia, com toda a sua agitação e dispersão características”. Contudo, os fragmentos de outrora só são construídos

como indícios de uma época já transcorrida pelo nosso olhar historiador, pela nossa escolha e pela nossa escrita, pois “[...] não têm caráter mimético em si próprios, como evidências do passado” (Pesavento, 2003, p. 36). A aproximação epistemológica e sensitiva desse mundo que é linguagem faz-nos divagar entre muitos “eus” e muitos “outros”, em meio a significados tanto partilhados quanto contestados em torno da cidade modernista.

Ciente disso, um dos textos jornalísticos examinados, assinado por Alfredo Augusto Amaral, em 1957, veicula no *Guia Aeronáutico* a seguinte questão: “Não é complexo o problema da mudança da capital para o Planalto Central?” E responde, ele mesmo, sem hesitar, “certamente que é”. O discurso clama por reflexões mais ponderadas do problema, “[...] sem se deixar influenciar pelas opiniões dos outros, mesmo que pareçam abalizadas” (Amaral, 1957), de modo que o leitor deve se dar ao trabalho de sondar as afirmações que são feitas sobre Brasília.

Todavia, Amaral (1957) não é arauto da imparcialidade, pois, ao longo do seu texto, exalta as riquezas do Centro-Oeste e fala até de “[...] dar as costas para o litoral”. Expressa preocupação com o poder de sedução das críticas diárias “[...] que lemos nos periódicos oposicionistas e em algumas revistas técnicas”, que, por sua vez, e para o seu alívio, são “[...] sempre contestadas pela direção da NOVACAP”. Essa postura reflete sua preocupação com a filtragem das informações veiculadas (Amaral, 1957).

Em dezembro de 1958, embora assuma ser favorável à decisão de JK de criar uma nova capital no coração do país, o que automaticamente irá incorporar “[...] à vida nacional uma imensa região que sabemos nos pertencer apenas porque isto vem dito nos mapas,” Vahlis (1958) afirma que dentro da mídia impressa, como também em outros meios de comunicação,

Brasília é hoje um tema nacional e mesmo continental. Entre nós, é ainda mais: é um tema de debate político. Não vemos inconveniente nisso. A discussão livre é um dos fundamentos da democracia. Obra de magnitude sem par, para a qual se voltam os olhos do mundo inteiro, Brasília deve ser debatida, discutida, esmiuçada. A seu respeito, cabe à oposição fazer todas as perguntas, como é dever do governo dar todas as respostas. Ninguém sairá perdendo com esse debate, por mais caloroso que ele se apresente. A oposição não perderá o seu tempo, pois estará desempenhando a sua função precípua, que é o da vigilância construtiva. Por outro lado, escutando atentamente a crítica de seus opositores, o Governo também lucra,

pois é certo que em meio àquelas críticas venha também alguma sugestão sábia ou algum conselho sensato (Vahlis, 1958).

De acordo com a matéria “Reação contra os antimudancistas”, publicada pelo *Diário de Minas*, lemos que “[...] é evidente que cada um tem o direito de pensar como quiser nesta matéria como em outras”. Entretanto, por julgar Brasília “uma convicção sensata”, o texto afirma que “[...] merece apoio a atitude assumida pela Associação Comercial de Minas, ao reagir contra um nascente movimento de oposição à mudança da Capital Federal”, e prossegue explicando que “[...] a ideia ou esboço de ideia surgiu na cabeça de um diretor da Associação Comercial do Rio que, com vistas à sua entidade, pretende naturalmente erigir o pensamento em campanha”.⁶¹

Para muitos mudancistas, a barreira mais perigosa a ser enfrentada tanto pelo governo quanto por eles próprios, dentro e fora das páginas de jornais, era o complô carioca que podia se manifestar perigosamente, ao que parece, até em samba, como informa o *Correio da Manhã*, em 31 de outubro de 1957, quando expõe a seus leitores que o diretor da Rádio Nacional, Moacyr Arêas, teria proibido que o sambinha “Não vou para Brasília” fosse ao ar, sob fortes protestos do autor, o arquiteto e músico Billy Blanco, e dos intérpretes – a letra foi gravada pelo conjunto Os Cariocas.

Na versão do episódio apresentada por Arêas, ele não proibiu nada, apenas fez um apelo, haja vista que “[...] é muito desagradável que numa estação de rádio, que defende determinado assunto, sejam executados por funcionários seus, músicas que se oponham a essa orientação” (*Correio da Manhã*, 1957). O motivo de tal desavença, que aparenta ter gerado grande confusão e polêmica, tem poucas linhas,

NÃO VOU PARA BRASÍLIA
Eu não sou índio nem nada,
Não tenho minha orelha furada,
Não uso argola pendurada no nariz,
Não uso tanga de pena,
E a minha pele é morena,
Do sol da praia onde nasci e me criei feliz.

⁶¹ REAÇÃO contra os antimudancistas. *Diário de Minas*. Belo Horizonte, 1956.

Não vou, não vou p'ra Brasília,
Nem eu nem minha família,
Mesmo que seja p'ra ficar cheio da grana;
A vida não se compara
Mesmo difícil e tão cara
Quero ser pobre, sem deixar Copacabana.

Billy Blanco se posicionou contra a atitude discricionária do diretor daquela emissora, disse não à nova capital e retrucou falando à reportagem que “[...] a música é meramente sentimental, e foi feita inspirada nos desejos daqueles que não querem, nem por sombra, trocar Copacabana por Brasília”.⁶²

Diante disso, o sim e o não dirigidos à criação da nova capital recorrentemente se apresentaram como pano de fundo de riquíssimas temáticas sociais. A afirmação ou negação da criação de Brasília pôde, desse modo, constituir a paisagem dessa experiência ímpar do mudancismo kubitschekiano.

Assim, redes de significação soerguidas em *topos* político, econômico, militar, regional, erigidas sobre pautas estéticas e arquitetônicas e, ainda, sobre o simbolismo da nação, do povo e da cultura, conforme a expressão de Brasilmar Ferreira Nunes. No decorrer dos dias e dos anos, entre 1956 e 1960, valendo-se dessas e de outras referências e perpassadas por relações de força, realizaram-se tessituras de notícias na luta por validade social.

Em relação à nação, vista como um conjunto soberano de interesses, temos as considerações e preocupações do literato paraibano José Lins do Rego em seus aplausos impressos ao mudancismo. Para ele, no então Distrito Federal, ou seja, no Rio de Janeiro, “[...] os problemas locais abafam os problemas nacionais”. E, ironiza: “[...] por causa do preço do ‘cafezinho’, terminaremos chegando a uma reunião ministerial”. Conclui-se, diante disso, que “[...] é para isolar o governo nacional desta pressão perniciosa que se procura localizá-lo bem longe de atritos miúdos que parecem um fim de mundo. Quer o governo a paz para dominar os verdadeiros grandes acontecimentos” (Rêgo, 1957).

A inauguração do Palácio da Alvorada, em 30 de junho de 1958, teve a cobertura de jornais do país inteiro, em 1º de julho. *O Globo* publicou um discurso

⁶² EM emissora oficial ninguém toca “Não vou para Brasília”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 31 out. 1957.

marcante de JK, feito durante a solenidade, pela concórdia e coesão dos brasileiros: “[...] o meu apelo é no sentido da paz e da união, não em torno do meu governo e da minha pessoa, que somos passageiros, mas em torno do Brasil, que desejamos eterno”.⁶³

Já as vaias discursivas ficaram por conta do *Correio da Manhã*, que, em outubro de 1956, denunciou a insensatez do criador, Juscelino, pela sua criatura, a cidade modernista: “[...] um pouco de espírito aventureiro não faz mal a um presidente. Mas em grau tão elevado contraria os interesses do país”.⁶⁴

Sem abandonar o tom de apontamento e acusação, o mesmo periódico mostrou-se curto e grosso numa chamada colocada em destaque, agora em setembro de 1957: “O Brasil parou em benefício de Brasília”.⁶⁵ Nessa apresentação, a cidade é lida como expressão máxima da vaidade e da megalomania presidencial, como gesto insensato e autoritário; mais dois *topoi* que preenchem a nossa lista.

Nesse contexto, em “A razão de Brasília”, artigo espalhado pelo Rio de Janeiro por meio do *Diário de Notícias*, em 7 de março de 1958, alguns cariocas se deleitaram no conforto de ler as seguintes palavras:

[...] a construção de Brasília, que, conforme análise já feita em editorial, nestas colunas, não decorre de imposições de ordem econômica ou política, ou militar, só pode ser fruto de um capricho pessoal do Sr. Juscelino Kubitschek, espicaçado pelo repúdio do seu nome por parte do eleitorado carioca.

Investigue-se profundamente a origem desse ato de megalomania: mágua (sic) do candidato derrotado e, a esta hora, mais inconformado, à vista da votação “rainha” do carnaval...⁶⁶

Julgamos que a menção da votação para a rainha do carnaval merece uma explicação e a oferecemos pelo punho hábil e satírico do nosso articulista anônimo:

Como ocorre todos os anos, realizou-se, nas vésperas do último Carnaval, a eleição de uma “rainha” da grande festa popular. Pois bem: a mais votada recebeu 457.610 sufrágios. No entanto, a 3 de

⁶³ APELO à união em torno do Brasil. *O Globo*. Rio de Janeiro, 1º jul. 1958.

⁶⁴ MOTIVOS. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 14 out. 1956.

⁶⁵ PSICOSE mudancista. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 1º set. 1957.

⁶⁶ A RAZÃO de Brasília. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 7 mar. 1958.

outubro de 1955, apenas 199.520 votantes sufragaram o nome do Sr. Juscelino Kubitschek, no Distrito Federal, enquanto 476.588 o impugnam. Ora, o fato de merecer da população em cujo seio teria de governar o país, menos 258.090 votos do que os conquistados pela rainha do Carnaval (apesar de todos os compromissos com os srs. Jango e Prestes), teria de provocar um compreensível desejo de “revanche”⁶⁷

Voltando à versão de Lins do Rego que incluiria também uma alusão a um outro topos da época, a urgência em colocar o governo distante dos problemas, vícios, picuinhas políticas e atritos miúdos do Rio de Janeiro – o *topos* da ingovernabilidade dessa cidade de vícios, impregnada pela corrupção e maus modos administrativos, regida por pressões políticas perniciosas e arraigadas. O atual Distrito Federal era, em representações mudancistas, inadequado para cumprir o papel de centro diretor da vida nacional, faltavam-lhe seriedade e austeridade, sobravam-lhe excessos e transgressão como ambientação política. Nas palavras do renomado escritor paraibano José Lins do Rego:

As grandes cidades tropicais são febris núcleos de agitação. O Rio de Janeiro dos nossos dias se transformou numa cidade perigosa, onde os ventos das paixões acendem verdadeiras fogueiras. Não há entre nós a calma necessária para o governo de uma nação (Rêgo, 1957).

E, como sabemos, o *imaginário mudancista* ajuizou a construção da nova capital no Planalto Central como a mais perfeita, se não a única, forma de retirar o Brasil do subdesenvolvimento. Por esta feita, o Rio de Janeiro passou a representar um arcaísmo, e sua permanência como capital do Brasil marcaria o atraso do país em relação ao tempo em que vivemos e ao futuro que almejamos, ou seja, iria excluí-lo de sua marcha civilizatória.

Nesses termos, a construção de Brasília foi representada como fruto do rumo inevitável da história, da melhoria e avanço nacionais. A inadequação política das terras cariocas é explorada por Pedro Valadares, em discurso intitulado “Enquanto Brasília não vem...”, na edição da *Folha de Luziânia*, de agosto de 1957:

⁶⁷ A RAZÃO de Brasília. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 7 mar. 1958.

O Rio saturou-se.
Os esgotos... arrebetados.
As ruas... atravancadas.
As repartições públicas... superlotadas.
O trânsito... engarrafado.
A cidade propriamente dita... sitiada pelos morros.
Os morros... encurralados pelo mar.
Os edifícios... carcomidos... impenados (sic).
Os ricos... cada vez mais ricos... empedernidos.
Os pobres... cada vez mais pobres... revoltados.
A noção do que seja o Brasil... desfigurada.
As idéias... encocacoladas.

Seria preciso mudar a capital “[...] para libertar o presidente da República do círculo vicioso de ideias enlatadas na Cinelândia e rotuladas em Copacabana” (Valadares, 1957). E para mais, muito mais,

Para que as leis sejam feitas a fim atenderem a todo o país e não somente aos interesses de restrita orla marítima; para que o presidente da República tenha tempo suficiente de governar o Brasil e esse tempo precioso não seja tomado com simples greves de estudantes... no Rio.
Com favelados... do Rio;
Com a falta d'água... no Rio;
Com os transportes... no Rio;
Com as baianas vendedoras de doce... no Rio;
Tais problemas são de âmbito local e o Brasil é grande (Valadares, 1957).

Na apreciação do professor Pedro Valadares, as questões nacionais estavam corrompidas ou usurpadas pelas questões locais dos cariocas. O presidente da República precisaria de ambiente salubre e de tempo para pensar em ações e decisões estratégicas que açambarquem todos os Estados da Federação, ou seja, para pensar integralmente. Permanecer no Rio significaria a continuidade da direção da política interna e externa a partir do egoísmo das demandas da orla marítima.

No entanto, a imaginação contra tal mudança também se mostrou criativa e respondeu ao “topos da ingovernabilidade do Rio de Janeiro” afirmando os efeitos perversos do isolamento da capital num local sem grandes tradições políticas e com baixa densidade populacional.

Na chamada “loucura” de Brasília, segundo o deputado federal Mário Guimarães, em artigo de sua autoria veiculado no periódico *Luta Democrática*, “[...] o governo está gastando bilhões de cruzeiros na construção de uma cidade, praticamente isolada do resto do Brasil, eis que o único meio de transporte atual com os grandes centros é o avião” (Guimarães, 1957). Brasília favoreceria, nessa ótica, aos ditadores e às iniquidades políticas piores que as confabuladas no litoral. O problema não estava propriamente no lugar em que até então se localizava o poder diretivo nacional, mas nas pessoas que o exerciam, que eram oriundas de todos os recantos do país, não eram cariocas apenas.

As pautas econômica e militar (ou geopolítica) ecoaram, respectivamente, em *O Globo*, na perspectiva antimudancista, e na já conhecida construção discursiva mudancista de Lins do Rego, na mesma edição do *Diário da Noite*, em janeiro de 1957:

- Falta ao Governo autoridade moral para tomar qualquer iniciativa, no que diz respeito à preconizada política de desestímulo aos investimentos imobiliários privados, quando paralelamente incentiva Brasília numa velocidade vertiginosa, provocando a alta absurda e dramática dos materiais de construção, inflacionando dessa forma a economia interna – declarou a O GLOBO o Sr. Nilo Sevalho, presidente do Centro de Materiais de Construção do Rio de Janeiro e diretor da Associação Comercial do Rio de Janeiro.

Para muita gente, a mudança será um desastre. E argumentam com a transformação operada no mundo em matéria da técnica das operações militares. O Planalto Central de Goiás não será mais um refúgio no caso de guerra, em vista dos progressos das novas armas. Logo poderá ficar mesmo no Rio de Janeiro, a sede do nosso governo civil. Não se justifica a transferência obrigatória pelo texto constitucional, desde que os perigos não se atenuam pelas distâncias.

Ora, não é somente pela estratégia militar que nos conduzimos a tentar uma nova capital para o Brasil. Há positivas razões econômicas que nos levam a iniciativa arrojada (Rego, 1957).

A entrada de capital estrangeiro no país para a celeridade das obras figura entre as queixas mais comuns sobre o governo. Nesse contexto, Brasília foi tida como um fator inflacionário por excelência. No entanto, “[...] ainda bem que todo

fato econômico tem dois lados”,⁶⁸ o que poderia tornar crível naquela conjuntura tanto os discursos que criticavam a alta da inflação quanto as orações que mostravam a necessidade de ela ter estado naquele patamar. Apesar de ter sido tachada naqueles anos de insustentável, intolerável e abusiva, o governo e seus consultores econômicos alegavam que ela não era incompatível com o nível de desenvolvimento e com o crescimento econômico que o país conseguia.

De qualquer modo, o palhaço Carequinha, ídolo da garotada, fez sucesso, em 1959, com “Dá um jeito nele, Nonô”, batucada de Miguel Gustavo:

Dá um jeito nele, Nonô.
Meu dinheiro não tem mais valô.
Meu cruzeiro não vale nada.
Já não dá nem pra cocada.
Já não compra nem banana.
Já não bebe mais café.
Já não pode andar de bonde
Nem comprar um picolé.
Afinal esse cruzeiro
É dinheiro ou não é? (Couto, 2002, p. 243)

No que diz respeito à questão militar, o artigo “Motivos”, publicado no *Correio da Manhã*, em outubro de 1956, aborda a preponderância política alcançada pelos militares naquele século (XX) e insinua que o uso do motivo de defesa nacional para criação de Brasília está atrelado à ascensão da referida corporação e de seus consequentes interesses.⁶⁹ Dessa forma, logo se vê que os envolvidos naquele debate sabiam que as perdas e os ganhos decorrentes de tal empreendimento não eram apenas simbólicos, mas bastante materiais.

As rivalidades, diferenças e provocações regionais também endossaram largamente o amparo ou desamparo ao inovado centro urbano a ser estabelecido no planalto central. A decisão do poder central de interiorizar a capital abrigou

⁶⁸ Frase de autoria de João Ricardo Motta, redator de discursos para políticos da Câmara dos Deputados, expressa em entrevista dada ao *Correio Braziliense*, divulgada em 29 de junho de 2003. LAMBACH, Fernanda. *Bastidores do poder: os fantasmas escrevem*. Disponível em: http://www2.correioweb.com.br/cw/EDICAO_20030629/sup_rvd_290603_27.htm. Acesso em: 20 fev. 2008

⁶⁹ MOTIVOS. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 14 out. 1956.

e acirrou essas tensões, todas elas jogando papel importante na tentativa de persuadir ou dissuadir a opinião pública sobre o projeto.

No *Diário Carioca*, uma “fala mineira” foi destacada durante almoço oferecido no Ginásio do Minas Tênis Clube pela Sociedade de Amigos de Belo Horizonte e pelas classes produtoras na comemoração do 60º aniversário de fundação da capital de Minas Gerais. Ela é de ninguém menos que o chefe da Nação, Juscelino Kubitschek, que marcou presença no evento: “Ufano-me de que tenha cabido a um homem desta região a oportunidade de concretizar esta velha aspiração pioneira, da mudança da Capital para seu lugar exato, que significa uma acertada medida de defesa do Brasil”.⁷⁰

As alegações positivas dos mineiros e goianos para a transferência da capital para o interior preencheram várias folhas e passagens de periódicos da época, e impulsionaram a impressão de uma outra quantidade considerável de papel que execrava tais posturas, recebidas como evidentemente particularizadas e, por isso mesmo, agressoras da dita vontade nacional. Exemplo notável desse acontecimento está no artigo intitulado “Motivos”, veiculado no *Correio da Manhã*, em 14 de outubro de 1956:

A maneira leve e, digamos, alegre como as mais altas autoridades se manifestam sobre a mudança da Capital da República inspira, voluntariamente ou não, a mesma leveza aos comentários sobre o assunto. São, quase sempre, irônicos. O próprio povo já aderiu a esse tratamento da matéria, desprezando o nome de *Brasília* e preferindo falar em *Cidade de Israel*.

Mas brincar-se-á tanto tempo até a brincadeira se realizar, com todos os prejuízos decorrentes da resolução insensata? Já está na hora de enterrar definitivamente os argumentos sérios que esses *Gatos- Pretos de cidades* interiores costumam alegar (grifos do autor).⁷¹

O termo sérios, destacado pelo autor do artigo, é inteiramente jocosos, portanto, faz parte de um painel retórico por ele oferecido ao leitor, um painel de comentários predominantemente irônicos quando o assunto é a Cidade de Israel

⁷⁰ JK em Belo Horizonte: Como a vossa lição se há de fazer em Brasília. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 13 dez. 1957.

⁷¹ MOTIVOS. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 14 out. 1956. Aqui, há que se reparar nos grifos em itálico originais da fonte que contribuem, pela forma, à deliberação avessa a “Cidade de Israel” presente no texto.

Pinheiro, engenheiro de confiança de JK e primeiro presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap). Brasília não passaria aqui de insensatez risível de Gatos-Pretos de cidades interiores, e supomos que essa nomenclatura se referia à aparição de goianos e mineiros com seus apetites e ânsias pró-Brasília como prenúncio de má sorte.

Contudo, os discursos, tanto de um lado quanto de outro, que se colocavam como porta-vozes de todo o povo do Brasil o faziam em busca também de todo o endosso possível da sociedade aos interesses de conjuntos, grupos sociais, políticos ou regionais reconhecíveis em suas particularidades.

No universo da oposição à construção de Brasília abriu-se um grande espaço para os *topoi* jocosos, para os gracejos, para o tom satírico e, como a matéria do *Correio da Manhã* mesmo aponta, irônico, mas que, nem por isso, deixaram de erodir com tintas ácidas o projeto mudancista. São habilidosos traços zombeteiros que conduziram complôs corrosivos contra o que denominavam como cidade de Israel, terra do Israel, no intuito de denunciar Brasília como um empreendimento individual, egoísta, e não nacional.

Um exemplo emblemático encontra-se em uma ilustração de um casal de cachorros, que dá início a um diálogo: "Ele - Esse JUSCELINO é de amargar! Em Brasília, bem, não haverá postes! Ela - Esse governo dificulta até a vida dos cachorros!".⁷² Já na coluna "Flagrante", do jornal *Correio da Manhã* (1957), deparamo-nos com o texto assinado pelo codinome "J. J. & J":

A ofensiva publicitária pró-Brasília é muito engraçadinha, com dezenas de convidados viajando semanalmente para a terra do Israel e deitando falação, deslumbrados com as brenhas onde irá surgir a futura Capital. Os Jotas querem ver a cobra fumar é quando as viagens começarem a ser apenas de ida, sem direito a passagem de volta, na hora da marcha burocrática para o oeste. Vamos ter choro e ranger de dentes com barnabés, candelárias e os de penacho, repetindo o estribilho popularizado por Billy Blanco: "Eu não sou índio nem nada, não tenho orelha furada!"⁷³

⁷² *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 28 ago. 1957.

⁷³ J. J. & J. A Despedida vem aí. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 19 dez. 1957. Flagrante.

A *Tribuna da Imprensa* (1956), sempre esbravejando contra JK e Brasília, não renunciou à ironia e, em dezembro de 1956, “garantiu” que

O permanente turista que é o Sr. Juscelino Kubitschek cuidou, antes de mais nada, de mandar construir na futura capital, uma casa destinada aos veraneios presidenciais. Assim, durante os dias de calor, JK não mais se evadiria para Petrópoles, mas instalar-se-ia no refrigerado planalto goiano, no palácio provisório, cuja construção, o Sr. Israel Pinheiro anunciou, simultaneamente, com a edificação de uma residência para o presidente da República.⁷⁴

Já no início de janeiro de 1959, optou pela comicidade como recurso crítico nos seguintes termos: um funcionário “barnabé” – no sentido daquele de baixa categoria ou hierarquia – explicou ao seu filho a ausência de Papai Noel: “Meu filho, Juscelino transferiu o homem para Brasília” (Rio, 1959).⁷⁵

Ainda sobre o superengajamento dos dois estados, Minas e Goiás, na defesa do projeto, o *Diário de Minas* destacou no título de um artigo sobre a criação da *cidade kubitschekiana*, impresso em janeiro de 1959,

Prefeitos mineiros e goianos vão se reunir em Unai para aplaudir a construção de Brasília. “Não há dúvida que a transferência da Capital Federal para Brasília está empolgando tanto Goiás como Minas. Assim foi que numerosos prefeitos eleitos (goianos e mineiros) assinaram um manifesto favorável à construção da nova Capital Federal.”⁷⁶

Houve, inclusive, uma certa disputa entre Minas Gerais e Goiás para abrigar geograficamente a nova sede do poder público brasileiro, embora, sem grandes traumas e repercussões, uma vez que, fixada no Triângulo Mineiro ou no seio de Goiás, os dois vizinhos, irmanados pela posição geográfica no mapa nacional, guardariam poucos ressentimentos e alcançariam vantagem pela visibilidade e dinâmica econômico-demográfica que viriam com Brasília.

⁷⁴ MUDANÇA para Brasília – a mentira carioca de 1956. *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 29 dez. 1956.

⁷⁵ RIO, José do. *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 9 jan. 1959. Vozes da Cidade.

⁷⁶ *Diário de Minas*. Minas Gerais, 28 jan. 1959.

Assim, a ocorrência de posturas sincronizadas entre ambos depois de acertado e definido o sítio em solo goiano pode ser exemplificada pelo *Jornal do Comércio* e pelo *Diário da Noite*, respectivamente, em 1958 e 1959: “[...] a Assembléia Legislativa de Minas Gerais aprovou, por unanimidade – inclusive com votos da bancada da UDN –, uma moção de aplausos ao presidente Juscelino Kubitschek pela construção de Brasília”⁷⁷ e “[...] os políticos goianos mostram-se interessados na defesa, a todo preço, de Brasília e da mudança da Capital Federal para o planalto”.⁷⁸

Da outra margem do bairrismo, no dia 18 de dezembro de 1957, a *Tribuna da Imprensa*, no Rio de Janeiro, empenhava-se em alertar sobre o desprestígio da cidade naqueles tempos. Advertia sobre seu escanteamento pelo Poder Executivo, ocupado por um mineiro, decorrente da máxima atenção a Brasília,

2 – Os Orçamentos dos Institutos de Previdência têm nova rubrica: “Empreendimentos Brasília”. E já ontem foram liberados nada menos de 180 milhões de cruzeiros para inversão na nova capital. Enquanto isso, os prédios dos Institutos na velha capital – o Rio – estão caindo aos pedaços.⁷⁹

O ciúme carioca é aqui evidente e compreensível. Não é difícil encontrar nos recortes de jornais agentes do contra ecoando a onda de rumores sobre um suspeito e duplo desvio causado pela criação da nova capital não litorânea. O primeiro deles seria o desvirtuamento do zelo e da atenção à antiga e, por conseguinte, discriminada capital; o segundo consistiria em escancarar um desavergonhado desencaminhamento dos recursos públicos, nesse caso, da Previdência. O objetivo claro era desmoralizar o governo, a administração da Novacap e a própria construção de Brasília. Diante desse cenário, não há como esquecer que estamos na teia dos complôs.

Nas palavras do paulista e udenista “Sr. Íris Meinberg”, veiculadas no *Diário de Notícias*, lemos que “[...] essas denúncias não visam a resguardar a moralidade dos serviços, mas simplesmente a prejudicar o ritmo da mudança da capital”.⁸⁰

⁷⁷ ASSEMBLÉIA mineira a favor de Brasília. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 12 dez. 1958.

⁷⁸ DEFESA de Brasília. *Diário da Noite*. Rio de Janeiro, 6 jan. 1959.

⁷⁹ *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 18 dez. 1957. Vozes da Cidade.

⁸⁰ *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 18 dez. 1957. Notas Políticas.

Porém, é necessário frisar que no momento dessa declaração, em dezembro de 1957, ele ocupava o cargo de Diretor Financeiro da Novacap.

O debate entre os níveis e as formas locais de poder político da nossa nação repercutiu mais uma vez pela *Tribuna da Imprensa*, “[...] criticou o líder udenista [Carlos Lacerda] a construção de Brasília: ‘pelo governo voador, que quer se vingar do carioca porque não lhe mereceu o voto’”.⁸¹ Sob essa perspectiva, como indicamos anteriormente, a nova sede do poder público representaria uma desforra ao Rio de Janeiro, estado que, no viés discursivo considerado, não teria dado apoio a JK em sua escalada à cadeira presidencial, seria então merecedor de retaliação na forma de esvaziamento da sua autoridade de centro político e importância.

Embora hoje, à primeira vista, esta possa ser considerada uma argumentação exagerada, foi bastante razoável a um punhado de brasileiros daqueles anos (e que neles formularam maneiras de pensar), destacadamente, como bem se pode pressupor, para os fluminenses.

Deve-se ressaltar o ressentimento de parte dos moradores do Rio de Janeiro com a transferência da capital para Brasília, devido à imagem de recuo do prestígio da cidade, de um sentimento de rebaixamento, de perda de mérito e influência. Por isso, Tenório Cavalcanti, em dezembro de 1957, defendeu que “[...] o carioca nato ou de coração, por amor-próprio, deve negar todo e qualquer apoio a essa insânia governamental” (Cavalcanti, 1957).

Nos recortes de jornais do referido período aparecem então uma clara nostalgia antecipada, a sofrida imaginação daquilo que não mais regressaria, o temor desesperado de um fato com reais chances de se consumir.

O jornalista, teatrólogo e escritor Josué Montello, na coluna “Areia do Tempo”, publicada no *Jornal de Brasil*, anunciou, em dezembro de 1958, que experimentava uma ternura crescente pelo Rio de Janeiro à medida que o sonho de Brasília se tornaria em realidade porque obedecia a um impulso sentimental de seu espírito,

[...] num afeto mais profundo pela Capital, que irá perder dentro de breve tempo a sua condição tradicional de primeira cidade brasileira. Bem sei que o Rio continuará a ser o Rio. Não tenho dúvida de que as belezas naturais que o adornam permanecerão em seus lugares.

⁸¹ AINDA está por nascer quem nos faça calar. *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 20 set. 1957.

Estou certo de que, ao abrir minha janela, Copacabana sempre rasgará diante de meus olhos a curva macia e colorida de sua praia. Lá adiante, o Pão-de-Açúcar mostrará o fio de aço por onde sobe e desce lentamente a aranha de seu bondinho.

Mas só a certeza de que daqui a três anos, com a inauguração oficial de Brasília, o Corcovado, o Pão-de-Açúcar, a enseada de Botafogo, em suma: todos os ornamentos da natureza que deram fama universal ao Rio, hão de figurar, não mais como decoração da Capital da República e sim como adorno de uma das principais cidades do País é suficiente para insinuar uma névoa de tristeza aos que se habituaram à afeição da velha cidade.

Se Brasília não arrebatou ao Rio nenhuma de suas belezas naturais, levará deste cenário opulento as grandes figuras que se ajustavam à importância de seu relevo: o Presidente da República, os Ministros de Estado, os altos chefes da vida civil e, da vida militar, os Senadores, os Deputados, os altos magistrados, o corpo diplomático. E ainda mais: esse imponderável do prestígio urbano, que é privativo das sedes do governo (Montello, 1958).

O autor – maranhense, mas morador da Cidade Maravilhosa – sentia que, então, até a inauguração oficial da nova capital brasileira por JK, era momento de conclamar todos os cariocas a “[...] dar ao Rio de Janeiro um pouco mais de nossa ternura”, cientes que devem se encontrar, de que ele “[...] está por pouco, no seu prestígio de foco principal da vida brasileira” (Montello, 1958).

A ternura pela cidade dispensada por Josué Montello revela a melancolia e o pesar da névoa de tristeza que tomou conta da cidade e também presentes na crônica “À Espera”, do poeta mineiro Carlos Drummond de Andrade, publicada em 24 de março de 1957, no periódico *Correio da Manhã*, no qual ele trabalhava.

Nesse seu registro de fatos cotidianos, livre e pessoal, Drummond dirige sua fala a “Maria” e explica a ela algumas características que estão transformando o Rio de Janeiro, cidade onde passou a residir desde o ano de 1934: o abatimento de sua confiança; a decepção e a desilusão com o escapismo e o imobilismo daqueles que deveriam atentar-se a sua sobrevivência; os sustos generalizados e imaginados em torno da ameaça da queda de edifícios, acompanhados de mal-estar que levava os habitantes da cidade a encarar tudo pelo lado negativo, a esperar de tudo o pior. Enfim, esse cenário culminou na inundação do espírito carioca pelo desânimo e pela depressão. Por isso,

Não, Maria, não venhas agora ao Rio. Os edifícios estão caindo, e é possível que ao chegares já não encontres aquele onde costumavas pousar, nem os rostos amigos que nele te acolhiam. Já não se tem muita certeza em matéria de argamassa, resistência de materiais e importância da vida humana. Antigamente, casa era sinônimo de porto, fortaleza, segurança. Hoje, de perigo. Os edifícios não estão caindo, o que se chama propriamente cair, não, até agora só um ou dois, este ano, fizeram essa falseia, porém muitos (há uma lista oficial) ameaçam virar aterro, e isso é terrível. A tal suplício chama-se: Espera.

Encontro na calçada de Presidente Vargas e na da avenida Rio Branco, pessoas de nariz para o alto, esperando longamente que desabe a sede do I.A.P.C., interditado pela Prefeitura. Os espectadores se renovam, a expectativa é constante. Cai hoje? Cai amanhã? Quando uma cidade vive à espera de que desabem suas orgulhosas construções de concreto, velhas de dez ou quinze anos – a idade de um gato –, a época não é propícia para visitá-la, Maria. No caso do I.A.P.C., dizem os entendidos que a previdência social, máquina tão cara, que a política desvirtuou desde o início, já estava no chão há muito tempo, e agora é apenas a embalagem, que ameaça dissolver-se. Desconfio que alguma coisa a mais esteja desmoronando, ou prestes a. Talvez um mínimo de confiança no próximo e nós mesmos, esse cimento sem o qual não há casa interior que resista (Andrade, 1957).

O Rio de Janeiro que se envenenava na expectativa de ver a nova capital ser inaugurada, e o tom dos diálogos que permeavam a cidade, não eram, terminantemente, nada convidativos a Maria, o escritor tinha toda razão,

Oficialmente, Maria, o verão disse adeus ao Rio, e entrou o aveludado outono, mas só oficialmente. A realidade é um calor úmido, pastoso, sem as alegrias da praia, porque o céu não convida. E à tarde, à hora da saída dos escritórios, cai pontualmente sobre o Rio – e sobre as nossas almas! – uma chuva antipática, que molha um pouco, suja outro pouco – e despede-se, quando não prefere aborrecer pela noite adentro. As lojas entraram a liquidar artigos da estação, mas a estação não se convence de que já acabou, e persiste nos seus lados negativos, inclusive esse suor unânime, que retira dos corpos a satisfação da roupa fresquinha.

[...]

Quer saber de uma conversa comum, esses últimos dias? Um amigo telefona para outro, em bairro distante: “É você, Chico? A coisa aqui está me assustando. Vou levar os meus tarcos para sua casa, tá?” E o outro: “Não venha não, querido. Apareceram hoje aqui umas

fendas, e também estou tratando de raspar-me”.

Por certo, a imaginação é a grande fabricante desse susto generalizado, que também se desafoga em pilhéria, ou seja, em aceitação suicida. Mas a imaginação opera à base de alguns casos positivos, que os técnicos não previram ou as autoridades não souberam evitar – e esse desencanto do homem da rua com relação aos responsáveis pela sobrevivência da cidade é que transforma as edificações mais sólidas em brinquedos de cartolina (Andrade, 1957).

Carlos Drummond de Andrade ainda avisou Maria para que não ousasse visitar nunca Brasília, caso a nova cidade fosse construída com a mesma ciência e consciência com que foram erguidos certos edifícios no Rio de Janeiro. Embora, segundo o poeta, o projeto de Lúcio Costa tenha idealizado uma cidade para o bem viver e para a alegria.

Há, contudo a esperança – e a felicidade – de um partido de Lúcio Costa, que a tornará humana, sadia, melodiosa, boa de morar. E qualquer que seja a sorte do projeto da nova Capital, tão dependente das variações políticas e do preço do café, que paga tudo, ficará pelo menos a lição de como fazer uma cidade, que mestre Lúcio nos deu. Maria, até outro dia (Andrade, 1957).

Na coluna “O que se diz...”, do *Diário Carioca*, em outubro de 1958, é relatado que “Que o deputado Emival Caiado (UDN-Goiás) advertiu os srs. Carlos Lacerda e Adauto Cardoso de que está disposto a defender Brasília ‘até no tiro’”. Estamos diante da sempre reatualizada imagem “de matar ou morrer”, metaforicamente ou não, em nome de ideias e de opiniões, e também da veiculação de uma notícia com esse teor no Rio de Janeiro com o claro objetivo de ecoar estereótipos da região Sudeste sobre a região Centro-Oeste, onde as coisas se resolveriam na bala.

Como nos traz a mesma edição desse periódico, em artigo diferente, estamos diante da “*Batalha de Brasília*” com seus múltiplos capítulos impressos. Em um deles, lemos que a UDN vivia naquele momento uma fase aguda, “[...] tendo o partido se reunido duas vezes para decidir se mantém ou não seus representantes na NOVACAP e se deve apoiar ou combater a mudança da capital” (*Diário Carioca*, 1958). Assim, Emival Caiado, que parece mais identificado como goiano do que udenista, se desdobrava em meio a esse debate interno para articular seus correligionários favoráveis a Brasília e “[...] para enfrentar a campanha encetada pelos srs. Carlos Lacerda e Adauto Cardoso” (*Diário Carioca*, 1958).

Especialmente em 1958, em meio a repetidas e inúmeras reclamações, denúncias e lamúrias em relação aos gastos astronômicos, aos avanços das obras à custa da inflação galopante e de soluções de problemas nacionais mais prementes, apareceram nos recortes de jornais muitas referências a uma campanha oposicionista direcionada a adiar a data de transferência da capital que, votada pelo Congresso Nacional em 1957, foi estabelecida, em Lei, nº. 3273, para o dia 21 de abril de 1960. Entretanto, como relatou *O Jornal*, em edição de 31 de outubro de 1958, Juscelino estava disposto a lutar contra o complô de adiamento da mudança da capital. Tal diário carioca nos esclarece que,

Caso setores da oposição levem adiante o propósito de conseguir do Congresso nova lei modificando a data da transferência da Capital da República, o presidente Juscelino Kubitschek está disposto a despertar a opinião pública contra a iniciativa. Para tanto, o chefe do governo se disporia mesmo a percorrer todo o país, mostrando os prejuízos do adiamento da data da mudança, de modo a criar uma consciência nacional mudancista (*O Jornal*, 1958).

Embora não se acredite que “[...] a ofensiva da oposição venha ter êxito, não apenas pelas dificuldades regimentais para a aprovação da matéria como ainda pelas resistências que a ideia encontra dentro da própria UDN”,⁸² o presidente JK já esboçava sua contraofensiva: lutar em praça pública por Brasília.

Escudado pelos argumentos de que apoiava Brasília por ser “esforço de salvação nacional” e buscando evitar que seu partido, ao adotar uma posição contra esta empreitada “[...] seja alvo de uma tremenda onda de impopularidade em torno do país”, Emival Caiado apegou-se também à certeza de que os ude-nistas favoráveis a construção da nova capital, como os deputados Pereira Lima, Gabriel Passos e Magalhães Pinto, “não se submeterão jamais” a uma linha que almeja impedir esse grande salto brasileiro.⁸³

No interior do partido, o deputado baiano Aliomar Baleeiro declarou, segundo *O Jornal do Comércio*, “[...] que os méritos da transferência cabem à bancada de Goiás, que por ela lutou bravamente” e que o “Sr. Emival Caiado”, por exemplo,

⁸² BRASÍLIA: povo será convocado em sua defesa. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 31 out. 1958.

⁸³ ‘BATALHA de Brasília’ atinge a fase aguda. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 30 out. 1958. O que se diz...

seu correligionário e amigo, só falta agredi-lo para convencê-lo da conveniência da mudança para Brasília, “[...] o que não é brinquedo, pois o Sr. Emival Caiado é um dos deputados mais atléticos desta Casa...”.⁸⁴

Além de sua preocupação com a grandeza do país e com o esfacelamento da UDN, Baleeiro nos indica mais uma nota da partitura ideológica de seu companheiro goiano, os interesses regionais que se ligam aos de ordem político-eleitoral e econômica: crescimento de Brasília, crescimento de Goiás, crescimento de Emival Caiado, do “[...] autor da lei que fixa a transferência da capital para 21 de abril de 1960”,⁸⁵ de sua figura triunfante, de sua glória. O sucesso dessa empreitada, sabia ele, seria seu sucesso.

Posicionando-se a favor da transferência, mas expressando preocupação com o ritmo acelerado da construção de Brasília numa conjuntura inflacionária e de, segundo sua avaliação, grandes dificuldades econômicas, Aliomar Baleeiro representa a própria contradição da UDN, “[...] que combate a nova capital e ao mesmo tempo a elogia”, denunciada pelo deputado Último de Carvalho do PSD (Partido Social Democrático) mineiro e veiculada em *O Jornal*, publicado em 20 de dezembro de 1958.⁸⁶ Duas posições, um só partido. Dois imaginários, uma única agremiação política. Um partido de cunho conservador, em parte mudancista.

Diante dessa situação no mínimo desconfortável, o maior partido oposicionista optou por uma saída estranha, conforme relatada no *Correio da Manhã* (1958), no qual seu Diretório Nacional se colocou, ao mesmo tempo, favorável a Brasília e contra “[...] o atual ritmo e orientação dos trabalhos como evidente agravamento da crise que se debate a nação”.⁸⁷ Mas como? Se o ritmo de construção da cidade e a própria cidade se confundiam por esses tempos.

Ao falar em nome do todo, o Diretório da UDN preferiu não se posicionar de forma clara e definida. No tocante a Brasília, a União Democrática Nacional permaneceu até a sua inauguração dividida como o próprio Brasil. E é assim que

⁸⁴ BALEEIRO a favor de Brasília. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 23 dez. 1952.

⁸⁵ BATALHA de Brasília' atinge a fase aguda. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 30 out. 1958. O que se diz...

⁸⁶ PARA acreditar em Brasília e elogiá-la basta visitá-la. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 20 dez. 1958. Câmara Federal.

⁸⁷ NO mundo político. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 31 out. 1958.

o nosso já conhecido Baleeiro, ao divagar pelas representações do *imaginário mudancista*, embora com reservas ou ressalvas, como ele prefere ressaltar abaixo:

- Ressalvadas, repito, minhas convicções quanto aos efeitos econômicos da construção da Nova Capital, em marcha acelerada, numa fase inflacionária, declaro que a execução de Brasília, a julgar pelo que vi e ouvi, infunde uma impressão favorável e otimista [...].
- O esforço em prol da construção de Brasília constitui realmente algo de admirável, nos quadros da vida brasileira, e o que aqui se faz é obra de entusiasmo de jovens, que trabalham visando um ideal, difícil de ser combatido.⁸⁸

Esse ideal foi sintetizado no pronunciamento de outro prócer udenista, Íris Meinberg, na *Tribuna da Imprensa*, em janeiro de 1959: “Brasília não é uma obra nossa, da NOVACAP, é obra de todo o povo brasileiro, que vê na mudança da capital para o interior, o caminho de sua salvação”.⁸⁹ Pasmem, leitores! Este trecho foi, de fato, retirado da *Tribuna da Imprensa*, fundada pelo combativo Carlos Lacerda.

Uma trama tecida por cada um deles: Emival Caiado, Aliomar Baleeiro, Íris Meinberg e o próprio JK. Uma trama é uma versão de um acontecimento, é um tecido construído para explicar os fatos, e cada uma tem por base um recorte diferente. Nessa sorte, aos olhos de cada um desses tecelões de sentidos, certos aspectos, certas faces do *acontecimento-Brasília* foram ignorados e outros, em contrapartida, engrandecidos. O narrador pode omitir algo que seja importante para um outro olhar e enaltecer aquilo que, ao seu, faz muito sentido.

Dessa forma, não se tem a construção da nova capital como uma totalidade em nenhuma de suas tramas, mas apenas alguns ângulos dela. Aquilo que é digno de ser contado depende da intriga escolhida, está sujeito, em alguns casos, ao que o escritor à distância quis ver e está ligado também, em outros, àquilo que ele viu, buscando escapar apenas de experiências e relatos de outrem. Por vezes, articulistas e cronistas foram de fato ao interior empoeirado para, como fez Adirson Barros, “[...] relatar para os leitores do *Jornal do Brasil* o que já existe e o que ainda vai ser feito em Brasília” (Barros, 1957).

⁸⁸ AGÊNCIA Nacional informa: Deputado Aliomar Baleeiro converteu-se a Brasília. *Jornal do Brasil*. 19 dez. 1958.

⁸⁹ DIRETOR da NOVACAP diz que Brasília é obra do povo. *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 7 jan. 1959.

Embora o jornalista enviado por tal periódico carioca tenha declarado em sua reportagem que seu objetivo não era discutir ou mesmo persuadir sobre a viabilidade e a importância da futura capital, nem se a mudança deveria ou não ser efetivada, escorrega em alguns trechos nessas intenções, dando-nos indícios fortes de que é, no mínimo, simpático à nova cidade, ao destacar, por exemplo, que “[...] os moradores de Brasília contam com transporte – e isto inveja os cariocas”, além de observar que “[...] o que mais agrada em Brasília é o clima ameno, nem calor, nem frio, temperatura agradabilíssima. E, completa, “um céu muito azul”. Seu otimismo é evidente quando afirma, “[...] o crescimento da cidade, o trabalho que operários e técnicos realizam, e tudo faz crer que Brasília será, mesmo, construída no tempo previsto” (Barros, 1957). Isto, definitivamente, não é a realidade sem mais nem menos que Barros (1957) quer fazer acreditar os “leitores do *Jornal do Brasil*”. Ele deslocou-se, foi até lá e viu o quanto quis ver o sucesso da obra.

Como afirma Brasilmar Ferreira Nunes para a maior parte do país, sitiado fora da área de baixíssima densidade demográfica, onde a nova capital estava sendo implantada, “[...] ela estava tão distante que só se tinha acesso por notícias de jornais ou discursos políticos” (Nunes, 2005, p. 12). Essas notícias, como dito, com fundamentações variadas produzidas seja pela atividade investigativa *in loco*, de observar diretamente e lá fazer entrevistas, seja embasada apenas no que os articulistas e cronistas ouviram falar, leram ou assistiram sobre o assunto. Assim, acredita o autor, “a situação para deixar florescer a fantasia era ideal”, (Nunes, 2005, p. 12) num ou noutro imaginário, acreditamos nós.

A questão de experimentar diretamente Brasília, para melhor opinar sobre ela, torna-se um topos que ganhou relevância em alguns recortes de jornais no período trabalhado. Como expressou o cronista Fernand Rivier, apegado à fórmula do “ver para crer”, em sua pequena narrativa intitulada “Segunda viagem de um estrangeiro a Brasília”,

Estava com curiosidade de verificar a exatidão do parecer que emiti após a minha visita a Brasília, faz exatamente um ano.

Tomei, pois, o avião. Primeira surpresa: verifiquei que dois lugares apenas estavam vagos. Iria eu ver algo de novo, ou ter-se-ia Brasília deixado adormecer no caminho da aventura, como é comum ouvir-se dizer aqui? Teria a aventura terminado, devido à oposição daqueles que são contrários ao sistema, sem saber e sem ver? (Rivier, 1958).

Esse fragmento, contudo, manifesta mais que simples perguntas. Ele representa o que nós podemos chamar de um *saber interrogativo*: um discurso que expõe um sentido ao insinuar uma resposta negativa às suas próprias questões, mesmo sem oferecê-las literalmente ao leitor.

Em suas reportagens no Brasil, destacamos a afirmação de Robb (1959) de que “[...] estar em Brasília, apreender a magnitude do projeto, a grandeza do sonho e as dificuldades de sua execução, é uma das experiências mais palpitantes que se possa ter na vida”.⁹⁰

Também foi possível ler na pesquisa a confissão do parlamentar nordestino Aliomar Baleeiro, de que foi utilíssimo, durante a sua visita à capital, tudo que ouviu de especialistas e jovens envolvidos na construção de Brasília, acerca, por exemplo, “[...] dos numerosos problemas de urbanização, que estão sendo estudados e solucionados na Nova Capital”.⁹¹ Acrescentou, ainda, que levaria uma agradável impressão positiva da visita às obras entregues à energia e ao entusiasmo de seu amigo Israel Pinheiro.

É nesse contexto que surge, a razão de ser da expressão “*Converteu-se a Brasília*”, sustentada no título da reportagem, pois, após visitar as obras da nova capital, Baleeiro, membro da oposição e, como vimos, crítico do modo como se estava conduzindo o empreendimento, em sua percepção, malevolamente e a toque de caixa, teria se deixado contagiar “pelo espírito de adesão e motivação” dos que lá estavam empenhados na obra, demonstrando segundo suas palavras – que parecem mesmo convertidas – “[...] um esforço admirável, num espaço mínimo de tempo”.⁹²

Não à toa Oscar Niemeyer tinha completa convicção que a

[...] todos, mesmo àqueles que combatem intransigentemente a idéia de Brasília, seria útil uma visita à cidade, onde milhares de brasileiros trabalham e lutam convictos de que ela iniciará nova e progressiva etapa no desenvolvimento do país.⁹³

⁹⁰ ROBB, Inez. BRASÍLIA: céu de nuvens barrocas e capital de 500 mil burocratas. *Última Hora*. Rio de Janeiro, 29 jan. 1959. Aventuras de uma repórter americana no Brasil.

⁹¹ AGÊNCIA Nacional informa: Deputado Aliomar Baleeiro converteu-se a Brasília. *Jornal do Brasil*. 19 dez. 1958.

⁹² AGÊNCIA Nacional informa: Deputado Aliomar Baleeiro converteu-se a Brasília. *Jornal do Brasil*. 19 dez. 1958.

⁹³ Entrevista à imprensa, 29/11/58 apud BRASIL. Presidência da República. *Diário de Brasília*. Rio de Janeiro, 1958, volume 2, p. 143.

O trecho citado a seguir, datado de 1958, integra a primeira reportagem de um conjunto composto por seis textos, encomendado pela Agência Nacional e intitulado “A verdade sobre Brasília”:

Para conhecer Brasília, é indispensável vir a Brasília. Impossível qualquer conceito à distância. Com o propósito de focalizar a verdade – somente a verdade sobre a situação atual das obras em curso na Nova Capital, ali estivemos durante alguns dias, fazendo observações e colhendo dados que, passados, a reproduzir nesta série de reportagens.⁹⁴

Em ambas as imagens, partidárias e avessas, realizadas próximas e distantes das obras, o lúdico e os sonhos foram regiões exploradas do território imaginal. Como afirma Gilbert Durand (2004), sabemos que o psiquismo normalmente contém uma função construtiva e poética (*poiesis*: ‘criação’).

Nesse espírito de *poiesis*, conforme o respeitado e importante periódico *O Globo*, em 1958, nos conta que João Daniel da Silva, mineiro residente no Rio de Janeiro, empolgou-se com a construção de Brasília e, por receber pouco na “Velhacap”, decidiu, segundo afirmou à Redação do mesmo jornal, buscar melhores condições na futura capital, realizando o trajeto de bicicleta. Ele teria contado que “foram onze dias de viagem” e que sua “velha máquina estourou os pneus 58 vezes”.

Próximo a Araxá, o viajante otimista e confiante em seu destino “teve de enfrentar um ‘lobo’ a pau”. “Pedalei”, diz ele, “mais de 1780 quilômetros, tudo, infelizmente, em vão, pois, chegando a Brasília, fui logo desesperançado de obter colocação pelo presidente da Novacap e, além disso, iria perceber (sic) muito menos do que na firma em que trabalhava como tintureiro”.

O texto de *O Globo* prossegue pela imaginação de João Daniel: “sem dinheiro, desiludido e quase devorado pelos pernilongos, tive que me desfazer da bicicleta, que ficará, pelas emoções a mim proporcionadas, gravada em minha memória”. Por fim, conseguiu ele, “felizmente”, retornar às terras cariocas pela FAB (Força Aérea Brasileira).

⁹⁴ BRASIL. Presidência da República. *Diário de Brasília*. Rio de Janeiro, 1958, volume 2, p. 207.

O nosso Ulisses parece demasiado empolgado nos relatos que fez de sua odisseia, pois, para o *Jornal do Brasil*, que circulou dois dias antes da reportagem de *O Globo*, ele aparece, em sua própria história, matando um lobo a faca e não a pancadas valendo-se de um pau. Além disso, foi apresentado como ex-entregador de tinturaria e não ex-tintureiro.

De toda forma, com fôlego e força de um rapaz de 23 anos, saiu da Praça Mauá, como já foi dito, pedalando, no dia 7 de novembro, para chegar a Brasília no dia 28 – o que, na somatória, corresponde a 21 e não a 11 dias. Mas, antes: “quase foi atropelado por um ‘maluco’ na subida de Petrópoles” e “lá para os lados de Ibiá” – não mais Araxá – “foi atacado por um lobo. Saltou da bicicleta e enfiou o facão no bicho”. As dificuldades continuaram, “Daquela cidade em diante ficou sem dinheiro e só comia de favor”, além disso, “quase chegando a Brasília, a temperatura era tão forte” que várias vezes foi jogado para fora da estrada, “com bicicleta e tudo”.

As reportagens destacam a presença de “lobos” no caminho para a nova capital. Destacam ainda pela trama a lição de que o maior entusiasmo pode transformar-se rapidamente na maior frustração. Ir a Brasília, no *imaginário antimudancista*, definitivamente, não parecia viável. Assim como João Daniel da Silva, cada crédulo e otimista em relação à bonança da cidade modernista teria, em breve, que começar tudo de novo, possivelmente no Rio de Janeiro. Apesar de todos os defeitos que possam apontar, é mais seguro, literalmente, permanecer no Rio.

A veiculação dos dois textos demonstrou um tom mordaz, instigando seus leitores a enxergarem a grande obra de JK como uma excentricidade administrativa. A propaganda é: Brasília, um lugar onde se tem a perder. “Desempregado e sem bicicleta”, João foi a *O Globo* contar sua malograda aventura e “pedir ajuda para encontrar um novo emprego”. Enquanto no *Jornal do Brasil*, lemos que nossa personagem, ao chegar na nova capital, “com fome, sem dinheiro, num lugar ‘onde já havia muita gente com fome e sem dinheiro’, vendeu a bicicleta” e “veio para o Rio”.⁹⁵

⁹⁵ FOI a Brasília de bicicleta e agora quer um emprego no Rio. *O Globo*. Rio de Janeiro, 16 dez. 1958; HAVIA um lobo no caminho para Brasília. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 14 dez. 1958

Para além do binômio verdade/falsidade, o importante é apreender de que forma histórias como essa colaboraram para criar discursos sociais que, ao modelarem a construção de Brasília, responderam a demandas de orientação dos leitores. Pois, como afirma Foucault (2000, p. 263), “[...] a verdade das coisas se liga a uma verdade do discurso que logo a obscurece e a perde”.

Portanto, a realidade pode ser entendida tanto como o que aconteceu e o que se pensou do acontecido quanto o que se pensava que poderia acontecer. Nesse sentido, Paul Ricoeur argumenta categoricamente que o discurso é um ato, “[...] um acontecimento, onde os sujeitos se comunicam” (Ricoeur, 1978, p. 75).

Ora, “[...] a realidade é produzida por jogos de linguagem, nada a toca de modo substancial”. Por conseguinte, “[...] o conhecimento histórico é múltiplo e não definitivo: são interpretações de interpretações” (Reis, 2000, p. 170).

Para alguns, Brasília seria a estampa e força motriz do progresso e do futuro; para outros, a catalisadora do declínio nacional. Entre os segundos, podemos destacar a página da pernambucana *Folha da Manhã*, “[...] e viva a capital mais cara do mundo, num país de povo faminto!”.⁹⁶

Já entre os primeiros, o jornal *O Popular* traz, nas palavras do cronista José Maria da Silva,

O chefe do governo viu as condições essenciais para o grande empreendimento, os recursos excepcionais desta terra privilegiada, dotada de exuberantes riquezas naturais, a oportunidade de transformar aquela região adormecida do planalto Central, num imenso potencial de energias criadoras que deverão conduzir o nosso Brasil no mais elevado conceito entre as nações do mundo (Silva, 1957).

Até aqui, deve estar claro ao leitor que tanto o imaginário mudancista quanto o antimudancista funcionaram, em parte, recorrendo a perspectivas sudestecêntricas do planalto central e do próprio interior do país. Com a convicção daqueles que julgam carregar o fardo de civilizar os outros, defensores e detratores de Brasília falavam normalmente de uma região adormecida, de vazio populacional. Defensores valiam-se da tradição política bem-intencionada do Estado brasileiro

⁹⁶ O PREÇO da capital. *Folha da Manhã*. Pernambuco, 31 de outubro de 1956.

de pretensamente interiorizar o desenvolvimento, de ocupar espaços abandonados e integrar verdadeiramente a nação. Daí, evocam as figuras de bandeirantes, a imagem da Marcha para o Oeste de Vargas. Detratores falavam em terra de “índios” como algo estrangeiro e bárbaro, e do receio de quem teria que viver entre lobos e onças, sacrificando com isso o Rio de Janeiro e sua centralidade cosmopolita. Os imaginários cruzavam-se uma vez mais nesse ponto: o espaço em que Brasília deveria ou não ser edificada era um objeto de ação e de descrição de cima para baixo: brenha, selva, deserto.

Juscelino, como sabemos, ao abordar a decisão da mudança da capital, apresentava-a como a pedra angular para o projeto de um novo Brasil, uma obra a ser construída por todos os brasileiros. Queria confundi-la com a construção de um Estado-nacional outro: forte, pungente, invocando imagens de um país incompleto pelos imensos vazios que comportava no interior, incompleto pela fragilidade e vulnerabilidade de possuir uma capital costeira que, por sua vez, contribuía para as disparidades entre o litoral e o interior, para os desequilíbrios do povoamento e desenvolvimento do país. Todos esses fatores unidos eram vistos como não mais toleráveis. Ao definir o que seria o “resto do Brasil”, fora do litoral, o presidente emprega, especialmente para a região do “Extremo Norte do País”, descrições hiperbolicamente pejorativas,

Pode-se dizer assim, e com maior segurança, que o Brasil só se tornou adulto depois da construção de Brasília. Durante toda a sua história – do Descobrimento até o meu governo – vivemos, para aproveitar aqui uma observação do nosso primeiro historiador, Frei Vicente do Salvador, “arranhando a areia das praias, como caranguejos”. O litoral foi, de fato, uma monovidência nacional. Vivia-se por ele. Agia-se em função dele. E o que ocorria em relação ao resto do Brasil?

A resposta é simples: o deserto sem fim, desdobrado nas suas características regionais – a caatinga, no Nordeste; o cerrado, no Planalto Central; o pantanal, nas regiões alagadiças de Mato Grosso; as pastagens, nas zonas de pecuária do Triângulo Mineiro e das coxilhas rio-grandenses; e a tenebrosa, indevassável e misteriosa floresta amazônica, no Extremo Norte do País.

Civilização? Núcleos populacionais? Quistos de densidade demográfica? Todos esses sintomas de progresso existiam, igualmente, e eram constatados ao longo da extensa fita litorânea, cuja profundidade não ultrapassava uma faixa de duzentos quilômetros. O Brasil, como se sabe, é um dos maiores países do mundo, superado apenas, em

terras contínuas, pela União Soviética, a China e o Canadá. Seu território é cortado pelo Equador e pelo trópico de Capricórnio e se prolonga até os contrafortes da Cordilheira dos Andes (Kubitschek, 1975, p. 11-13).

Bronislaw Baczko, ao refletir sobre o calendário republicano francês, destaca a imagem de ruptura do tempo como uma das forças propulsoras do imaginário revolucionário. A divisão entre tempo antigo e tempo novo, por sua vez, encontra suporte em um fecundo sistema de símbolos que age interligadamente, desde a criação de uma cidade nova ao desejo de regenerar um povo. Esse conjunto converge na expectativa de um devir radicalmente diferente, de virtudes e de felicidades, isenta dos muitos males do passado (Baczko, 1985).

Na ponderação dos mudancistas brasileiros, o período decorrido entre 1956 e 1960, meta-sintetizado por Brasília, é percebido como um tempo revolucionário, capaz de fazer a nação formar-se novamente. E o leitor dos impressos defensores da transferência da capital deveria, assim, sentir que estava vivendo um momento histórico fundante. É indicador disso a ponderação subsequente de Juscelino:

O Brasil, voltado até então para o mar, teria de assumir uma atitude diametralmente inversa, isto é, voltar as costas para o oceano, e empenhar-se em tomar posse efetiva do seu território, de cuja existência só tinha conhecimento através dos mapas.

Mas, para que esse objetivo pudesse ser atingido, uma revolução deveria ser feita. Revolução, não de sangue, mas de métodos administrativos. Em primeiro lugar, o Brasil deveria extinguir seus espaços vazios. Para que esse escopo fosse atingido, diversos tabus teriam de ser quebrados; processar-se a exploração dos seus imensos recursos naturais; proceder-se à extinção dos seus clamorosos desníveis sociais, através de uma disseminação uniforme do progresso; fazer-se a aproximação dos núcleos populacionais pela abertura de estradas em todas as direções; dar-se energia abundante e barata aos Estados, providenciando-se a construção de usinas hidrelétricas onde elas se fizessem necessárias e sem qualquer preocupação regional; atrair capitais externos, de forma a possibilitar a ereção de siderúrgicas, tendo em vista uma industrialização nacional; irrigar-se, através de uma intensiva política de açudagem, a terra seca do Nordeste, para estimular sua agricultura; devassar-se a floresta amazônica, de modo a incorporá-la ao território nacional e, por fim, mudar-se a sede das decisões governamentais, construindo-se a nova capital no centro geográfico do país (Kubitschek, 1975, p.11-13).

Agregava-se, no *imaginário mudancista*, o *topos* de transformar e elevar o papel da região Centro-Oeste no tablado nacional, explorando os seus imensos recursos naturais, disse JK. Quanto ao desejo de amortizar os históricos descompassos macrorregionais do país, vemos sua ratificação no *Diário Carioca*, em 14 de março de 1958, ao afirmar que Brasília “[...] funcionará, no planalto goiano, como o centro de um poderoso impacto, capaz de alterar profundamente, e afinal equilibrar, as condições econômicas do país”.⁹⁷ A nova capital é, aqui, mais uma vez, símbolo de uma realidade nova.

Esses *topoi* são partícipes eminentes do universo simbólico mudancista, que os envolve e os constitui, configurando o seu quadro de funcionamento. Ora, é sabido que a implementação do projeto-Brasília foi marcada pela elaboração de uma utopia coletiva que abarcava governo e parte da sociedade que alimentaram, entusiasticamente, expectativas de, juntamente com uma nova capital, fundar um novo país. Pois, se “[...] há um lado do imaginário que se reporta à vida”, há “[...] outro que se remete ao sonho, e ambos os lados são construtores do que chamamos de real”. Sendo assim, ao voltar-se para esse “[...] conjunto dotado de relativa coerência e articulação”, elimina-se do campo de análise a tradicional clivagem entre real e não-real, uma vez que a representação que lhe dá forma “[...] tem a capacidade de se substituir à realidade que representa, construindo o mundo paralelo de sinais no qual as pessoas vivem” (Pesavento, 2003, p. 41, 43, 47).

O *imaginário mudancista* aqui trabalhado é repleto dessas imagens dotadas do poder mágico de fazer crer. De fato, a imagem, como uma apresentação do mundo, mostra o que é oportuno ser mostrado, traveste a realidade e não necessariamente a revela. Imaginários funcionam também encobrendo, idealizando e dissimulando fatos.

“O ideal histórico dos bandeirantes” de “[...] fundar uma civilização no coração do Brasil, no coração da nacionalidade”, “[...] a vinculação Brasília-Brasil” e a convicção em uma revolução político-econômica pelo centro, “[...] o sentido histórico da obra, o sentimento de viver-se numa nação inacabada, a força dos ideais fundacionistas e arquitetônicos, a reinvenção e sacralização das origens,

⁹⁷ BRASÍLIA. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 14 mar. 1958.

a representação passada, mas ainda muito presente, do colonizador civilizado triunfando sobre a natureza e a selvageria são associações imaginárias que acabaram se manifestando tão naturais nesse momento", "[...] a ponto de se tornar impossível proculhar-lhes a paternidade". E "[...] à medida que a cidade ia sendo realmente construída, aquelas imagens soariam cada vez mais naturais" (Oliveira, 2005, p. 172-173). Brotariam quase que espontaneamente nos discursos do presidente e de seus partidários em todos os recantos do país.

Brasília seria o berço de uma nova civilização nacional, e foi desse modo que, para Márcio de Oliveira, se deu um uso mítico da nova capital inserida numa mitologia desenvolvimentista,

Sintomático foi observar que JK não havia sido o primeiro, nem tampouco teria sido o único a desejar construir um "novo Brasil". Ao contrário, dizer que o Brasil não era uma verdadeira nação, desejar e trabalhar para construí-la, era uma análise bastante corrente na trajetória do pensamento social e político brasileiro. Tratava-se de um tipo de análise que considerava o Brasil, visto sempre de uma maneira geral, como uma nação em formação, sem povo, sem identidade, inacabada e incompleta (Oliveira, 2005, p. 24-25).

Tratava-se, ainda, de transformar o "não ser da nação" no "[...] ser da nação, a condição que...", completamos, a *cidade modernista* fosse construída. As representações que impunham à necessidade da nova capital organizaram-se, segundo o mesmo autor, em torno de dois núcleos: "O Brasil (ainda) não é uma nação, pois é um país subdesenvolvido, não integrado etc." e "O Brasil será uma nação graças ao progresso e ao desenvolvimento que serão provocados pela construção de Brasília" (Oliveira, 2005, p. 24-25, 27).

Um artigo assinado por R. Magalhães Júnior (1957), intitulado "A mudança da capital", publicado em 19 de janeiro de 1957, inscreve-se, nitidamente, na perspectiva indicada por Márcio de Oliveira, pois, nele o autor, no lastro de sua imaginação mudancista, afirma que não será com uma "[...] mentalidade de beira-de-praia que conseguiremos construir uma nação". Para que esta seja "[...] verdadeiramente digna desse nome", há que se mudar a capital, "[...] que levará o nosso governo para o interior, a fim de deslocar o eixo do progresso nacional e obrigar o homem público a olhar para o interior, conhecer seus problemas, tratar

de resolvê-los. Em suma, é necessário que o Brasil se aposses do próprio Brasil” (Junior, R. Magalhães, 1957).

A obra aqui aventada, *Brasília: o mito na trajetória da nação*, expõe o desejo transformador que marcou nossa trajetória, ao buscar edificar o país por meio do cimento, simultaneamente concreto e simbólico, de uma nova cidade-capital; desejo este sustentado e difundido por discursos, inclusive jornalísticos, moldados durante o mesmo momento histórico que nos preocupa, 1956-1960.

Como afirma Márcio de Oliveira – e com ele –, identificamos a repercussão dessa dimensão mítica na imaginação do período e podemos reafirmar a superestimação em relação aos resultados da transferência nela presente e por ela manifesta: ruptura com o passado, soberania, desenvolvimento e progresso. Apreendido como uma narrativa de significação simbólica, esse mito que fomentou o *imaginário mudancista* perpassava a política, as ideologias nacionalista e de modernização e as vanguardas estéticas.

Por sua vez, James Holston, embora não tenha sido um ator social ativo durante o período da construção de Brasília, ao redigir seu livro *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia* (1989), nos passa a forte impressão de estar embebido em um espírito de censura e complô bem próximo daquele forjado pelo *imaginário antimudancista* no passado.

Segundo Holston, os visionários que sonharam com a mudança da capital desde a metade do século XVIII, diz ele, “[...] deixaram a Brasília o legado de uma mitologia do Novo Mundo em que a construção de uma capital no Planalto Central seria o meio de desencadear o florescimento de uma grande civilização num paraíso de abundância (Holston, 1993, p. 23)”. Para o antropólogo, Brasília seria então filha de uma utopia modernista, expressa no axioma segundo o qual o espaço urbano teria a propriedade de moldar os destinos da sociedade, regenerando não apenas os brasileiros, mas também todo o país.

Assim, “[...] a escolha dos pressupostos arquitetônicos modernistas fez com que o projeto de Brasília sobrepujasse os interesses político-econômicos desenvolvimentistas, transformando-os em variável da dimensão arquitetônica (Holston, 1993, p. 92)”. Nesse contexto, Brasília não seria “[...] apenas um projeto urbano, mas, sobretudo, um projeto de desenvolvimento e um modelo a ser seguido pela sociedade brasileira (Oliveira, 2005, p. 20)”.

Contudo, para Holston (1993, p. 289), “esta utopia modernista” estava “miticamente deslocada” da realidade brasileira, pois “[...] a necessidade de usar o que existia para realizar o que havia sido imaginado aboliu a diferença entre os dois, que era a premissa do projeto”.

Inclusive, *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia* traz, inicialmente, uma discussão sobre as premissas e paradoxos do plano de construção da cidade, pela qual se pode ler logo no primeiro parágrafo que a viagem rumo à nova capital, “[...] através do Planalto Central, é uma jornada de separação”; a travessia “[...] faz o viajante confrontar-se com a separação entre a Brasília modernista e o Brasil de todos os dias [...]”; entre o subdesenvolvimento e o incoerentemente moderno” (Holston, 1993, p. 11).

O que julgamos essencial na reflexão ora apresentada é a constatação de que os dois imaginários exploram cargas simbólicas de muitas ordens em torno do tema da cidade, tratam de religião, filosofia, arquitetura, etc. Por isso, Bronislaw Baczko entende que,

[...] todas as cidades são, entre outras coisas, uma projeção dos imaginários sociais no espaço. A sua organização social atribui um lugar privilegiado ao poder, explorando a carga simbólica das formas [...]. A arquitetura traduz eficazmente, na sua linguagem própria, o prestígio que rodeia um poder, utilizando para isso a escala monumental (Baczko, 1985, p. 312-313).

Ao abordar a autocrítica que iniciou com o projeto do Museu de Caracas, Oscar Niemeyer declarou à revista *Módulo*, em entrevista que teve trechos publicados no *Jornal do Brasil*, em 12 de julho de 1958, sua crença de que:

Sem uma justa distribuição da riqueza – capaz de atingir a todos os setores da população – o objetivo básico da arquitetura, ou seja, o seu lastro social, estaria sacrificado, e a nossa atuação de arquitetos relegada apenas a atender os caprichos das classes abastadas.⁹⁸

⁹⁸ OSCAR Niemeyer em primeira autocrítica fala de erros e de “novas providências”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 jul. 1958.

As contradições sociais brasileiras o faziam encarar a arquitetura “[...] como exercício que se deve praticar com espírito esportivo, e nada mais”.⁹⁹ Com isso, ele fora levado, algumas vezes, “[...] a descuidar de certos problemas e adotar uma tendência excessiva para a originalidade, no que era incentivado pelos próprios interessados, desejosos de dar a seus prédios maior repercussão e realce”¹⁰⁰. Entretanto, algo havia mudado em suas concepções arquitetônicas e ele passou a falar de uma espécie de correção que seria assinalada primeiro pela,

[...] redução de trabalhos no escritório e pela recusa sistemática daqueles que visem apenas a interesses comerciais, a fim de melhor me dedicar aos restantes, dando-lhes assistência contínua e adequada; depois: estabelecendo para os novos projetos uma série de normas que buscam a simplificação da forma plástica e o seu equilíbrio com os problemas funcionais e construtivos.¹⁰¹

Em sua nova fase, Oscar Niemeyer evitaria falsos purismos, formulários monótonos de tendência industrial. Sua atenção passou a se concentrar em “soluções compactas, simples e geométricas”, no uso livre e inovador das “imensas possibilidades do concreto armado”.

Com relação aos trabalhos de Brasília, que espero sejam as minhas obras definitivas, encontrei três problemas diferentes a resolver: o do prédio isolado, livre a toda imaginação, conquanto exigindo características próprias; o do edifício monumental, onde o pormenor plástico cede o lugar à grande composição; e, finalmente, a solução de conjunto, que reclama, antes de tudo, unidade e harmonia. No Palácio da Alvorada, meu objetivo foi encontrar um partido que se não limitasse a caracterizar uma grande residência, mas um verdadeiro palácio, com o espírito de monumentalidade e nobreza que deve marcá-lo.¹⁰²

⁹⁹ OSCAR Niemeyer em primeira autocrítica fala de erros e de “novas providências”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 jul. 1958

¹⁰⁰ OSCAR Niemeyer em primeira autocrítica fala de erros e de “novas providências”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 jul. 1958.

¹⁰¹ OSCAR Niemeyer em primeira autocrítica fala de erros e de “novas providências”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 jul. 1958.

¹⁰² OSCAR Niemeyer em primeira autocrítica fala de erros e de “novas providências”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 jul. 1958.

Sobre esse projeto, assim se colocou o arquiteto modernista, agora no *Diário de Notícias* (1958):

“Na solução do Palácio da Alvorada, procuramos adotar os princípios da simplicidade e pureza que, no passado, caracterizaram grandes obras da arquitetura.” Para isso, evitamos as soluções recortadas, ricas de formas e elementos construtivos (marquises, balcões, elementos de proteção, cores, materiais, etc.), adotando um partido compacto e simples, onde a beleza decorre apenas de suas proporções e da própria estrutura.

Dedicamos às colunas, em virtude disso, a maior atenção, estudando-as cuidadosamente nos seus espaçamentos, forma e proporção, dentro das conveniências da técnica e dos efeitos plásticos que desejávamos obter. Estes nos levaram a uma solução de ritmo contínuo e ondulado, que confere à construção leveza e elegância, situando-a como que simplesmente pausada no solo.¹⁰³

O artigo que veiculou tais palavras do inventor da obra, garantiu que ela “está fadada, inegavelmente, a construir novo marco na evolução da arquitetura brasileira”¹⁰⁴ De fato, não só o Palácio do Planalto, mas todo o conjunto arquitetônico de Brasília consolidou-se como uma das maiores encarnações do modernismo no mundo, alçando Oscar Niemeyer à posição de um dos grandes nomes da renovação da arquitetura no século XX, no âmbito internacional.

Quando da inauguração do Hotel de Turismo, da estrada para Anápolis, do Palácio da Alvorada e de outras obras, o *Diário da Noite* publicou, um dia depois, em 1º de julho de 1958, que a futura residência dos chefes de Estado brasileiros “[...] afigura-se como uma obra-prima da moderna geração de arquitetos brasileiros. Suas linhas são sóbrias e nobres. Sente-se a imponência simples da obra, desde a entrada principal com os seus dois lados e um jardim gramado”.¹⁰⁵

Em sua reportagem no *Diário de Notícias*, a jornalista Gilda Marinho também não deixou de anunciar suas impressões sobre os traços revolucionários de Niemeyer – que, não obstante, recorriam a ideia de nobreza, como visto acima.

¹⁰³ INAUGURADO o Palácio da Alvorada, em Brasília. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 6 jul. 1958.

¹⁰⁴ INAUGURADO o Palácio da Alvorada, em Brasília. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 6 jul. 1958.

¹⁰⁵ BRASÍLIA agiganta-se no planalto como a futura capital do Brasil. *Diário da Noite*. Rio de Janeiro, 1 jul. 1958.

Ela cumpriu então um desejo, “[...] conhecer Brasília, a nova Capital tão caluniada por muitos e elogiada por outros.”. E prossegue:

Levei a surpresa da minha vida: encontra-se ali um Palácio Governamental, onde o firmamento se reflete em todas as paredes da arquitetura. O PALÁCIO DA ALVORADA, sede do governo da união, é uma arrojada arquitetura saída da imaginação prodigiosa de Mestre Niemeyer para a realidade da vida.

Rompe com qualquer lugar-comum da tradição. De palácio não tem austeridade, nem sequer a ostentação, que nos são familiares em qualquer sede de governo. Em compensação, sobram-lhe beleza, proporção e originalidade.

Colocado no centro de uma grande área ajardinada, sua estrutura alada tem pela frente um repuxo, onde duas médias brincam com as grossas tranças, e ao fundo uma bela e azulada piscina. É todo circundado por um largo terraço que corre em volta de suas quatro paredes externas, de desenho acentuadamente retangular. Pode-se resumir-se: vidros, espelhos, e colunas que são asas.¹⁰⁶

Ainda para Gilda Marinho, as paredes do Palácio, em vez de terem ouvidos, possuíam olhos que “[...] quando não são de vidro, são de espelhos e refletem, onde quer que se olhe, o belo céu de Brasília”.¹⁰⁷

As frequentes e impressionadas imagens do firmamento da nova capital, que guardava o onírico, a coragem, a audácia e o futurismo das obras, tiveram um encontro feliz nas reportagens de Inez Robb, no seu texto de 29 de janeiro de 1959:

Aqui, nessas grandes extensões, até então intocadas pela civilização, o Brasil está construindo, desde a primeira pedra, a sua nova capital. Onde ontem não havia senão uma vista interminável de solitárias colinas verdes, encimadas por um céu de um azul ofuscante, percorrido por nuvens barrocas, amanhã, ou depois, se erguerá uma capital de 500 mil burocratas. Só este pensamento é de aturdir. Em abril de 1960, o Presidente Juscelino Kubitschek pretende mudar literalmente o Governo Federal brasileiro, de sua presente capital, Rio de Janeiro, para Brasília, a uns mil quilômetros de distância. Isso

¹⁰⁶ BRASÍLIA, esperança das zonas mais esquecidas do país, capital dinâmica onde as pontes surgem em 23 dias e estradas em 45. *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 8 jul. 1958.

¹⁰⁷ BRASÍLIA, esperança das zonas mais esquecidas do país, capital dinâmica onde as pontes surgem em 23 dias e estradas em 45. *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 8 jul. 1958.

significará que se realizou um milagre, pois, agora, a nova capital é ainda parte sonho, fronteira, na melhor tradição do antigo Oeste, parte arquitetura de “avant-garde” e parte cidade americana.¹⁰⁸

Já em outra matéria da jornalista norte-americana, também publicada em *Última Hora*, em 31 de janeiro de 1959, podemos ler uma persuasão similar:

“Um turista é um vagabundo com dinheiro”, costuma-se dizer. Alguns turistas-vagabundos deixam-se até levar pela curiosidade. Um punhado desses, atraídos por rumores às extraordinárias fantasias arquitetônicas que estão surgindo aqui, já iniciaram a sua peregrinação para esta comunidade.

[...]

Uma coisa é certa, todavia: quando esta capital estiver pronta, não se parecerá com nenhuma outra no mundo. Não haverá o menor vestígio de Gótico, Renascença ou Colonial reconicionados. De ponta a ponta, Brasília estará marcada “New Look”.

As capitais do mundo, em sua maioria, são o resultado de um lento acúmulo arquitetônico das épocas. Brasília será inteiriça em seu conjunto. Os seus principais edifícios foram planejados por Oscar Niemeyer, o mais famoso arquiteto do Brasil, um herói da prancheta, e, juntamente com Corbusier e Frank Lloyd Wriqth, um pioneiro da arquitetura ultra moderna.¹⁰⁹

O termo modernismo expressa os estimulantes movimentos nas artes, literatura e pensamento que são, grosso modo, associados a virada do século XIX para o século XX, perpassados pelo fio de pensamentos subversivos que alteraram drasticamente modos de ver o mundo pelo desprezo das armaduras de claves e a reboque da penetração em domínios inexplorados (Gay, 2002).

Brasília foi desenvolvida com base nesses princípios, nessa noção de modernismo que abarca a rebelião contra as academias estabelecidas, os impulsos intelectuais da busca de libertação e o ato de rebeldia (Eksteins, 1991). E, por meio dos jornais, percebe-se como essas pretensões do modernismo se transformaram em forças do social, pautando tanto representações quanto práticas.

¹⁰⁸ ROBB, Inez. BRASÍLIA: céu de nuvens barrocas e capital de 500 mil burocratas. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 29 jan. 1959. Aventuras de uma repórter americana no Brasil.

¹⁰⁹ ROBB, Ignez. BRASÍLIA: quando a cidade estiver pronta não se parecerá com nenhuma outra no mundo. *Última Hora*. Rio de Janeiro, 31 jan. 1959. Aventuras de uma repórter americana no Brasil.

Assim, a forma e a organização de Brasília derivariam das cidades ideais modernistas do arquiteto franco-suíço Le Corbusier e dos manifestos dos CIAM (Congressos Internacionais da Arquitetura Moderna), reinterpretados pela originalidade dos arquitetos brasileiros. Os CIAM, ativos entre os anos 1920 e 1960, preconizavam a arquitetura e o urbanismo como veículos para a criação de novos hábitos pessoais e de vida cotidiana através de novos desenhos de associação coletiva (Holston, 1993).

Brasília tornou-se o grande laboratório de duas ambições vanguardistas desmesuradas:

[...] a do governo Kubitschek, que, realizando “cinquenta anos em cinco”, queria consolidar a marcha para o oeste deixada incompleta pela colonização portuguesa, e a de Niemeyer, que, além de praticar uma arquitetura de formas revolucionárias, queria que a forma fosse, em si mesma, a fachada de outras revoluções (Corrêa, 2004, p. 19).

O Concurso Nacional do Plano da Nova Capital do Brasil, realizado em 1956, consagrou Lúcio Costa como vencedor, desbancando outros 25 candidatos, “[...] com um projeto que, de início, constrangeu o júri, pela apresentação simples – desenhado a lápis de cor e tinta nanquim – mas que era o único a apresentar uma concepção de cidade com atributos de capital, diferente de tudo o que se fizera e se vira até então em matéria de urbanismo” (Lassance *et al.*, 2003, p. 61, 75-76).¹¹⁰ Pretendia-se criar uma cidade aprazível e viva, para o trabalho ordenado e eficiente.

Cidade funcional, o plano piloto foi construído dentro de uma ordem previamente elaborada para todas as atividades urbanas, organizando-as em zonas exclusivas e homogêneas: o espaço dos três poderes – legislativo, executivo, judiciário –, o espaço bancário, o espaço comercial, o espaço residencial, o espaço hoteleiro, o espaço escolar, o espaço industrial, o espaço gráfico, entre outros, sugerindo um traçado urbano ímpar para Brasília (Machado, 1999, p. 55).

¹¹⁰ A Esplanada dos Ministérios, a Praça dos Três Poderes, a Estação Rodoviária, as asas Sul e Norte, as vias públicas e até mesmo a Torre de Televisão foram concebidas por Lúcio Costa.

Daí decorre a opinião negativa do jornalista José Álvaro, publicada em 14 de março de 1960, pela *Tribuna da Imprensa*. No texto intitulado "Brasília vai ser capital, mas bom mesmo é o Rio", ele informou aos leitores da Tribuna que, no dia da inauguração da cidade, "[...] apesar do ritmo incrível de trabalho", Brasília ainda seria arremedo. Contudo, para seu gosto, a nova *capital modernista* jamais conseguiria ser a cidade de sua vivência:

Mesmo quando estiver, em futuro não muito próximo, funcionando realmente como cidade. Brasília é certinha demais. Todo mundo morando em prédio igual, em lugares previamente designados, todo mundo trabalhando em escritórios igualzinhos. Tudo muito exato, como se os habitantes nada mais fossem do que peças minúsculas e obedientes de um gigantesco, mirabolante e inédito brinquedo. A esta altura, ninguém mais tem dúvida de que Brasília vai ser mesmo a capital do Brasil. Que seja, mas daqui não saio, que bom mesmo, é o Rio (Álvaro, 1960).

Essa trinca – JK, Niemeyer e Lúcio Costa – queria mudar não só a capital, mas, principalmente, a sociedade brasileira, enfatizando a associação de desenhos modernistas com um projeto de modernização, isto é, as inovações arquitetônicas com as governamentais, destacando o rumo do coletivismo, de uma vida mais igualitária (Holston, 1993). Na organização do espaço se entrelaçam o político e o estético.

A *cidade modernista* pode ser considerada, a partir do *topos* arquitetônico presente no imaginário mudancista da guinada política em termos de desenhos do espaço. A carga simbólica das formas foi a face mais visível do desejo de destruição moderna das estruturas tradicionais.

Brasília apresentou a celebração da tecnologia moderna e do desejo de purificação e higiene futuristas. No caso, era preciso limpar e sanear o Brasil de seu atraso e de suas dilacerantes desigualdades, promover a integração regional e social, o que, fatalmente, traria o advento e o reconhecimento de um governo que marcaria a entrada no país em uma nova época. Foi assim que, no infinito descampado do Planalto Central, se colocou em prática, concomitantemente, um projeto arquitetônico e um projeto de desenvolvimento nacional que, esperava-se, daria certo e elevaria seus principais atores ao posto merecido de gigantes e heróis do modernismo.

Se a salvação dependia da vontade do Estado, de seus investimentos e esforços, JK estaria tranquilo. Havia feito sua parte, sustentando com júbilo, cruzeiros e dólares, o projeto e, claro, com isso, esperava colher bons frutos políticos. Como já discutimos, Bronislaw Baczko está correto em afirmar que “[...] a arquitetura traduz eficazmente, na sua linguagem própria, o prestígio que rodeia um poder, utilizando para isso a escala monumental” (Baczko, 1985, p. 313).

Brasília, marcada por suas inúmeras esculturas, monumentos, tecnologia arquitetônica progressista e promessas de perfeição e completude, pode ser identificada se nos inspirarmos na crítica de Marshall Berman, ao Palácio de Cristal imaginado por Dostoiévski. Ambos não deixaram aos seus cidadãos “nada mais a fazer”, pois “[...] para homens modernos, pode ser uma aventura criativa construir um palácio, e, no entanto, ter de morar nele pode virar um pesadelo” (Berman, 2007, p. 14).

Vista do ar, a nova capital era dinâmica e fascinante; entretanto, ao nível do chão, a sensação predominante “[...] é a de enormes espaços vazios em que o indivíduo se sente perdido, tão sozinho quanto “um homem na lua” (Berman, 2007, p. 12-13). Assim, se tudo que é sólido se desmancha no ar – e em críticas, como trabalhamos ao longo do Primeiro Capítulo –, “[...] nenhuma modalidade de modernismo jamais poderá ser definitiva” (Berman, 2007, p. 12). Mais tarde, ao longo das décadas de 1960 e 1970,

[...] depois que a geração responsável pela construção de proto-Brasílias em todo o mundo – inclusive nas cidades e subúrbios do meu país – teve oportunidade de morar em tais lugares, que ficaram claras as deficiências do mundo criado por esses modernistas. Então, tal como o homem subterrâneo no Palácio de Cristal, essas pessoas (e seus filhos) começaram a fazer caretas e gestos ofensivos, e a criar um modernismo alternativo que afirmasse a presença e a dignidade de todas as pessoas que haviam sido excluídas (Berman, 2007, p. 15).

Para Berman, a capital *ex nihilo* dos discípulos esquerdistas de Le Corbusier foi, de fato, uma obra modernista que buscava “uma única grande mudança” (p.14), não obstante, acabou por negar prerrogativas modernas básicas dos cidadãos: falar, discutir, manifestar suas necessidades, reunir-se. “O projeto de Brasília talvez fizesse sentido para a capital de uma ditadura militar, comandada por generais

que quisessem manter a população a certa distância, isolada e controlada. Como capital de uma democracia, porém, é um escândalo” (Berman, 2007, p. 13).

No passado ou no presente, como afirmou Oscar Niemeyer, quem visita Brasília pode gostar ou não dos palácios, “[...] mas não pode dizer que viu coisa parecida” e isso é o principal (Couto, 2002, p. 16). Se o tema agora é o espanto que a cidade inventada provoca, damos a palavra a Clarice Lispector, na crônica “Nos primeiros começos de Brasília”, de 1962:

Brasília é construída da linha do horizonte. Brasília é artificial. Tão artificial como deveria ter sido o mundo quando foi criado. Quando o mundo foi criado, foi preciso criar um homem especialmente para aquele mundo. Nós somos todos deformados pela adaptação à liberdade de Deus. Não sabemos como seríamos se tivéssemos sido criados em primeiro lugar e depois o mundo deformado às nossas necessidades. (...). Se eu dissesse que Brasília é bonita, veriam imediatamente que gostei da cidade. Mas se digo que Brasília é a imagem de minha insônia, vêem nisso uma acusação. Mas a minha insônia não é bonita nem feia, minha insônia sou eu, é vívida, é o meu espanto. É o ponto e vírgula. Os dois arquitetos não pensaram em construir beleza, seria fácil: eles ergueram o espanto inexplicado. A criação não é uma compreensão, é um novo mistério (Lispector, 1999, p. 40).

JK se empenhou em explicar essa artificialidade espantosa característica da cidade que fez erguer nos rincões goianos:

O que distinguia Brasília de outras cidades, do tipo “artificial”, segundo a conceituação dos geógrafos franceses Brunhes e Vallaux, é que ela foi construída sem qualquer motivação de natureza pessoal. Surgiu como um impulso de dandeirismo, tendo como objetivo o deslocamento da fronteira demográfica para a complementação da posse do território que só existia no mapa (Kubitschek, 1978, p. 359).

No mundo existem algumas cidades artificiais, isto é, não nascidas por imposições sociopolíticas, mas, erigidas, por uma iniciativa de reis e de governantes. A construção de todas elas arrastou-se através dos anos, e algumas, apesar do tempo passado, ainda não estão de todo concluídas. Por outro lado, nenhuma delas, possui uma história própria – uma história de heroísmo, audácia, determinação e espírito de pioneirismo épico, que representou sua construção, exhibe uma insígnia que lhe empresta importância ímpar, quando posta em comparação com suas congêneres. A nova capital, descontada sua grandiosidade arquitetônica, permitiu que

dois terços do nosso território – que eram desalentadores “espaços vazios” – fossem conquistados (Kubitschek, 1975, p. 11).

A nova capital, embora pudesse ser considerada artificial como muitas cidades, ainda assim, acreditava o presidente, era diferente de todas elas. Foi concebida a partir da instituição de um lastro histórico-heroico do Brasil, embora fosse uma capital para o futuro.

Se os críticos de Brasília se contrapunham ao projeto de modernização de JK, que tinha como proposta fundamental a construção de uma nova capital no Centro-Oeste do país, isso não significou, como já mostramos, a apresentação de uma mesma estratégia de dissuasão e uma mesma razão para a objeção da transferência.

O *imaginário antimudancista* oferecia, isto sim, possibilidades alternativas à construção de Brasília que se diferenciavam entre si, ainda que sua macrorrepresentação como um mal fosse a reguladora de todas as demais. Como afirma Amaury Mercadante (1957), em um emaranhado revelador de topos e complôs, em “Brasília, a Cidade Menina”, texto publicado em *O Semanário*, periódico conhecido por sua vertente e atuação nacionalista, em agosto de 1957,

Brasília tem sido um ponto de discórdia para o povo brasileiro. Dois grupos distintos opinam contrariamente. O primeiro, composto pelos que combatem a obra de Juscelino Kubitschek, é formado por vários tipos. Há, entre eles, os que são contra Brasília, porque acham que se está onerando muito o Erário para construir uma coisa que não tem lá sua razão de ser. Outros são contra a obra porque consideram um absurdo empregar-lhe ali tanto dinheiro, quando nós, aqui mesmo no Rio, estamos precisando de tanta coisa. Há ainda aqueles que são contra, porque são contra pura e simplesmente, como o renitente espanhol da anedota (Mercadante, 1957).

No exemplar do *Diário Carioca* de 14 de março de 1958, ao qual já aludimos, há a exposição, por parte do autor, que é mudancista, do projeto alternativo do Sr. Prestes Maia, ex-prefeito de São Paulo, que propunha que, “[...] em lugar de construir Brasília, o Governo Federal deveria criar 30 ou 40 pequenas cidades no interior do país”.¹¹¹ Na aula inaugural que ministrou na Escola de Arquitetura da

¹¹¹ BRASÍLIA. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 14 mar. 1958.

Universidade de Minas Gerais, Prestes Maia teria reiterado críticas contra “[...] a marcha vigorosa da construção da nova capital do Brasil”. Esse é um exemplo que vai além da renitência, da pirraça implacável, há aqui a propositura de outro projeto para o interior do país, em vez de focar em uma cidade monumental, seria mais interessante e justo criar dezenas de empreendimentos urbanos menores.

Mas nosso autor do *Diário Carioca* entende que o ex-prefeito é mais um entre os muitos que não conseguem abarcar o sentido da obra em suas autênticas dimensões e acabam caindo no buraco negro da incompreensão, tachando-a como uma extravagância, combatendo-a veementemente com o que considera ideias pouco felizes, uma vez que a futura capital não se define somente em termos de cidade e muito menos “[...] se esgota nesses limites meramente urbanísticos”.

Portanto, as 30 pequenas cidades do Sr. Prestes Maia não teriam qualquer sentido. Seriam apenas mais 30 pequenas cidades, com 30 pequenos prefeitos, 30 pequenas Câmaras de Vereadores e 30 mil problemas miúdos e insolúveis, que este é o quadro geral do nosso municipalismo mambembe. Vê-se que o Sr. Prestes Maia continua prefeito até hoje. Não consegue raciocinar, sem embargo das suas reconhecidas qualidades de inteligência e competência, num plano de dimensões nacionais.¹¹²

Enfim, a luta pelo desenvolvimento e a demanda de fazer o Brasil potente fizeram da construção de Brasília um ponto básico para aquele ou aquela que escreveu essa matéria para o *Diário Carioca*, e citou Prestes Maia apenas para apontar sua mentalidade municipal, provincial.

“Para melhores dias de progresso e paz” – como também queria o Sr. Prestes Maia, mas sem Brasília –, Augusto Meira, em sua “Oração presidencial”, afirma que o país precisa enfrentar a necessidade de valorizar sua moeda, pois, “[...] no meio da turbamulta de negações e afirmações, só o cruzeiro grita e fala a verdade” (Meira, 1957). A evolução pela qual anseia o país é de ordem material e moral, e os melhoramentos indispensáveis para tal fim, certamente, exigem um esforço titânico por parte do governo. Se, espiritualmente, “[...] a restauração da confiança é a primeira coisa a atender e a mais difícil”, outra também se faz

¹¹² BRASÍLIA. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 14 mar. 1958.

mister, “[...] a restauração democrática da livre iniciativa” (Meira, 1957). O autor descreve um país “[...] espoliado por uma rede infernal de contribuições” a que vem se somar “[...] uma porção de Institutos estéreis” que são responsáveis por entravar o trabalho e sugar de forma impiedosa “[...] o esforço particular de quem trabalha”. Para ele, “[...] a eliminação desses entraves é uma necessidade coletiva imperiosa e importa em um desafogo ao esforço nacional” (Meira, 1957).

Em sua perspectiva liberal, o trabalho no campo, de modo geral, foi visto por Augusto Meira como deficiente e atrasado. O mundo dos transportes, por sua vez, apresenta um cenário de preocupações e, em matéria de instrução, mesmo que alguns avanços tenham ocorrido, ele afirma que ainda há muito mais a ser feito.

Dessa forma, para Augusto Meira, há um mundo de coisas a realizar para o bem-estar e equilíbrio nacionais, como tornar o Estado eficiente, limitando-o, valorizar o indivíduo que empreende e que se encontraria asfixiado em sua liberdade pelos impostos. Nesse sentido, de que adiantaria a construção de uma capital moderna se o país “[...] tem menos estradas asfaltadas do que a Ilha de Trindade” e se “[...] quanto ao comércio marítimo, a defecção é quase completa”? (Meira, 1957) Para que dispensar uma fortuna construindo Brasília no interior quando “[...] o analfabetismo importa em uma mancha negra e calamitosa, enervando as possibilidades do País”? (Meira, 1957) E se “[...] daí resulta a grande miséria que pesa sobre as populações”, de que valerá tirar a sede administrativa do país do Rio de Janeiro? Parêntese: o índice de analfabetismo na época realmente era alarmante. O Brasil entrou na década de 1950 com 57,3% de analfabetos (*Retrato Brasil*, p. 186). Não obstante, o caminho seguro que propõe é claramente ideológico, uma vez que nos leva a concluir que problemas de desvalorização da moeda nacional, de infraestrutura, bem como do atraso econômico e educacional que nos assolavam, seriam resolvidos com esforços individuais atrelados à livre concorrência. Em suma, seriam resolvidos se o mercado fosse o maior regulador e provedor da sociedade.

Sem embargo, descendente de duas famílias rurais grandiosas, proeminentes e influentes do Nordeste, Augusto Meira tem tradições políticas um tanto quanto elitistas, enxerga e denuncia nesse mesmo texto uma “[...] sinistra e vilíssima campanha”, que avança contra o proprietário do campo, além de pedir resguardo “[...] às classes que dão trabalho às classes desajustadas” e promovem

a prosperidade brasileira. Formado em Direito, gostava de escrever e tinha autoestima elevada, visto que “[...] acompanhara todas as mudanças, todas as transformações políticas, sociais, filosóficas e morais de sua época” (Meira, 1957).

Mas, em sua visão de mundo, não fazia sentido o sonho de uma era de esplendor do Brasil com Brasília, uma era de “leite e mel”, como aparece na famosa profecia do padre salesiano Dom Bosco. Parecia-lhe, então, um erro palpável transportar a capital para o cerrado, “[...] afastando-a eternamente do mar, esse poderoso e insubstituível auxiliar da cultura e da civilização” (Meira, 1957). Em seu raciocínio, cremos, recaía a mais incômoda e maior interrogação: a de como a nova capital poderia ter a pretensão de irradiar modernidade e progresso se “[...] é sobre as águas que voga o espírito, o verbo de Deus” (Meira, 1957).

Na fala de Augusto Meira está incorporada a tradicional – como ele – clivagem entre litoral e sertão. Seu discurso prescinde dos conhecimentos necessários para desnaturalizá-la. Encontramos tal crítica nas reflexões da socióloga Nísia Trindade Lima, fundamentadas sobre o que ela chama de pensamento social do Brasil, o qual Meira reproduz: o litoral, associado ao moderno e ao desenvolvimento, o sertão, ao atraso. Podemos trazer aqui também, pela mesma autora, aquela imagem cristalizada e sempre reatualizada de dois brasis: um do homem cosmopolita, o outro do já paradigmático jeca-tatu. O litoral da agitação e das multidões e o sertão entregue ao isolamento e abandono (Lima, 1999). Decerto, mais topoi.

A julgar pelo que informava o *Diário de Notícias*, ninguém queria passar o Natal de 1960 no sertão. As pessoas que abandonaram forçosamente “[...] as lindas avenidas cariocas e as boites romanescas de Copacabana” desertavam, em massa, das “bandas altiplanas de Goiás” (Alcoforado, 1957) rumo ao litoral. Em muitas oportunidades no jornalismo impresso, o que fora condenado pelos mudancistas como “mentalidade beira-mar” revelou seu poder como pensamento social.

Com a aproximação das festas de fim de ano, esta capital tornou-se uma cidade vazia. O presidente da República está ausente, assim como os senadores, os deputados e os ministros de Estado. Os servidores que foram obrigados a transferir-se para a nova capital, também viajaram para o Rio. Ninguém, ao que parece, quer passar o Natal em Brasília. As passagens de avião e de ônibus estão esgotadas há dias, tendo havido choques entre passageiros e empregados de empresas

de transportes. Brasília, cada dia que passa, torna-se mais hostil e inóspita.¹¹³

É, portanto, judicioso reconhecer que, em determinados aspectos, os argumentos e planos contrários à construção de Brasília, bem como as medidas emergenciais que deveriam tomar seu lugar no foco do governo, apontam para fraturas interiores do sistema de representações antimudancista, apontam para o seu caráter não absoluto, bem como para as suas possíveis contradições.

Lembremos que aqueles contrários à transferência apresentavam diversas alternativas para “fazer do país uma verdadeira nação”, nos termos empregados por Márcio de Oliveira. Os que eram contrários à construção de Brasília, no entanto, ainda que sustentassem projetos diferentes entre si, buscavam anular no plano simbólico os que se apegaram ao processo de modernização de Juscelino e, desse modo, os seus respectivos discursos voltavam-se a aniquilar a diferença maior: o mudancismo.

Tais conflito conflitos, marcados pela tentativa de anulação do outro, “[...] só são ‘imaginários’ no sentido em que têm por objecto o imaginário social, ou seja, as relações de força no domínio do imaginário coletivo, e em que exigem a elaboração de estratégias adaptadas às modalidades específicas desses conflitos” (Baczko, 1985, p. 310). Seus efeitos são bem práticos, bem “reais”.

Dessa forma, deparamo-nos, diante de imaginários rivais, em conflito e competição, com o desejo de pessoas e de grupos socioculturais assimetricamente colocados no espaço de representação que é o jornalismo impresso. O poder de convencimento depende, em larga medida, de sua própria difusão e, consequentemente, dos meios que o asseguram. Os artigos e crônicas diariamente publicados entre 1956 e 1960 destacaram-se como um dos mais poderosos instrumentos de persuasão, pressão e inculcação de valores e de crenças acerca da construção de Brasília.

Podemos constatar, inclusive, o diálogo entre os meios de comunicação de massa então disponíveis, no caso abaixo ele se deu entre jornal e TV. Em 1957,

¹¹³ NINGUÉM quer passar o Natal em Brasília. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 24 dez. 1960.

quando o *Correio Radical* se mostrou exímio defensor da ação dos mudancistas, podemos ler,

Assistimos domingo, a um programa de televisão muito ilustrativo. Mostrou-nos um divisor de águas, qual seja, a antiga mentalidade dominante na vida pública brasileira e a atual, que quer levar este país para diante. Enquanto a escola passada se preocupa com a dialética, pouco se importando com o âmago dos graves problemas nacionais, a da atualidade nacional preocupa-se em ser objetiva. Em outras palavras, no tal programa de televisão, discutia-se Brasília. E esse tema divide opiniões, mas revela uma realidade palpável: enquanto os discutidores discutem, fazem dialética, a nova Capital do país cresce a olhos vistos.¹¹⁴

O artigo do jornal carioca adota uma posição vencedora, de deslegitimação total da oposição à construção de Brasília, ou melhor, do seu palavrório inócuo. O que essa oposição diz ou tem a dizer não teria impacto algum, aliás, enquanto discutem e opinam, a cidade cresce.

Contudo, a realidade não parece ter sido tão simples assim. O outro lado da narrativa “Brasília-sucesso-avanço-felicidade-modernidade” apresentou e contou críticas que incomodaram bastante o alcunhado grupo mudancista, tanto quantitativa quanto qualitativamente.

A emergência, mobilização e articulação das comunidades contrárias podem ser vislumbradas na atenção e no espaço, na preocupação e na ira que receberam e despertaram nos artigos a favor da transferência da capital. Brasília Machado Neto, consciente das dificuldades, afirmou: “Esta cidade não estará por milagre no planalto, será fruto de muita luta, de canseiras, de vigílias e preocupações”.¹¹⁵

Em dezembro de 1956 e em agosto de 1957, Rubens do Amaral e Amaury Mercadante enunciam, respectivamente:

Vejo por aí cavalheiros que se opõem à mudança da Capital Federal sob razões puramente mesquinhas. As objeções feitas são desprezíveis. Mas o que sobretudo revelam elas (sic) é uma incompreensão, uma curteza de vistas, um cego imediatismo de fazer pena. Pois não

¹¹⁴ ENQUANTO Isto, Brasília Cresce. *Correio Radical*. Rio de Janeiro, 3 set. 1957.

¹¹⁵ JK mudará a capital mesmo em 1960, disse. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 21 out. 1958.

terão possibilidade de alcançar o que representará para o Brasil, como futura grande potência mundial, a conquista das imensas hinterlândias vazias que correspondem talvez a quatro quintos do território brasileiro? (Amaral, 1956).

Que façam críticas é admissível, e, até benéfico, quando tais críticas trazem o fim construtivo. Deve-se mostrar ao artista seus pequenos erros, para que não mais volte a cometê-los. Mas daí a uma crítica cerrada e injusta, com a única finalidade de desacreditar e destruir, há muita diferença. Apesar de tudo, porém, Brasília vai brotando, alegre, bonita e promissora no coração do Brasil (Mercadante, 1957).

O próprio JK, no devir agitado da construção, em 1957, clamou:

Se vos posso fazer um apelo, mudancistas, como vós mesmos vos intitulais; se algo posso desejar de vós, concito-vos a que sejais ambiciosos, e que tenhais orgulho de vossa ambição, sacratíssima, nobilíssima [...].

Não me pejo de pedir-vos ajuda. Presidente da República, solicito o apoio de vossa energia, de vossa esperança, de vossa capacidade de sentir e compreender essa nação. Divulgai, explicai, comunicai a todo país o que desejamos fazer, o que faremos. Sacudi esta nação com a vossa fé e a mim mesmo, auxiliando-me a suportar esta luta que será tão mais violenta quanto mais nos negativos e descrentes se for tornando claro o entendimento de que não estamos falando em vão (Buchmann, 2004, p. 28).¹¹⁶

Em 1958, no já indicado discurso de inauguração, impresso pelo *Diário da Noite*, em "Brasília agiganta-se no planalto como a futura capital do Brasil", há lástimas e esbravejo:

A iniciativa de Brasília tem sido posta em dúvida por alguns setores da opinião pública. Sobre a operação da mudança de nossa Capital, se fizeram ouvir, até agora, palavras vãs, erros de apreciação e, principalmente, demonstrações que revelam desconhecimento da magnitude do feito. Mas é preciso frisar que a idéia de Brasília já se enraizou no espírito dos homens de boa vontade, dos que não têm outro interesse e outro alvo senão o de querer arrancar da improdutividade uma imensa extensão territorial brasileira. Minha

¹¹⁶ Da mensagem do Presidente JK à 1ª Semana Nacional Mudancista, em 16 de março de 1957.

paciência em não discutir o que sei, fruto da falta de visão, em suportar observações improcedentes, não me arrefeceu o ânimo e a resolução de levar avante a empresa que talvez pareça arrojada, mas que é medida inadiável e urgente para a transformação deste país. Não podemos continuar a ser indefinidamente um território manchado de desertos, com uma população em sua maior parte colada ao litoral, com as mais ricas zonas de nosso território abandonadas e que servem apenas, para referências literárias.

O nosso destino de ser grande nação é tão imperioso e forte, que é temeridade contrariá-lo, sufocá-lo. Nascemos com proporções continentais; nossa visão humana não pode ser menos ampla que a nossa realidade geográfica. Não teríamos proposto que se iniciasse um combate tenaz ao subdesenvolvimento em todo este hemisfério, sem que em nosso próprio território tivéssemos dado o exemplo dessa decisão. Esse combate, essa bandeira que acenamos aos países irmãos do Continente, a fim de que se revigore a unidade da América e não se perca o elevado ideal do pan-americanismo, está a exigir de todos os brasileiros decisão e firmeza.¹¹⁷

Aqui há uma nova nota para a composição de funções que teria a nova capital, o pan-americanismo para romper o subdesenvolvimento continental. O Brasil, país continental, deveria dar o exemplo.

Do outro lado, aqueles acima caracterizados como proselitistas, descrentes e ignorantes, estavam unidos pela censura e indignação à criação e transferência de uma nova capital, mesmo considerando suas fraturas e contradições, os que trabalharam contra ela no *imaginário antimudancista* se apegaram, principalmente, aos *topoi* que se referiam ao custo, à inflação e à corrupção ligados ao empreendimento, mas também ao personalismo (seja de JK, de Israel Pinheiro, de Oscar Niemeyer) que ele encarnava, sem deixar escapar os argumentos que giravam em torno de sua impossibilidade ou inoportunidade técnica, funcional, produtiva.

Um dos maiores inconvenientes da mudança da capital estava, segundo o periódico O Povo (1957), de Fortaleza,

[...] na sua própria base física, representada justamente pelos terrenos transferidos ontem à União. E que esses terrenos estão situados numa região de solo pobre, sem as condições ecológicas

¹¹⁷ BRASÍLIA agiganta-se no planalto como a futura capital do Brasil. *Diário da Noite*. Rio de Janeiro, 1 jul. 1958.

necessárias para a exploração das atividades agropecuárias. Exigem, portanto, trabalhos contínuos de adubação, sempre dispendiosos, principalmente a longa distância, para que possam produzir alimentos destinados à população de Brasília, a qual tenderá a crescer ininterruptamente, depois de construída a cidade, à proporção que se forem instalando todos os órgãos e serviços do governo federal.

É de estranhar que semelhante circunstância escapasse da comissão de técnicos incumbidos de estudar a localização da nova capital. Dir-se-ia que as suas pesquisas e observações giraram apenas em torno das coordenadas geográficas da área estudada, a fim de verificar se correspondia ao objetivo visado de ser o centro diretor do território nacional. Brasília poderá ficar, efetivamente, no ponto mais indicado, sob esse aspecto, do Planalto Central, mas nem por isso reúne os requisitos indispensáveis, geológica e climaticamente, para ser uma zona propícia às culturas de subsistência.¹¹⁸

A localização da nova capital tão festejada como coração do país pelos mudancistas seria imprópria para o cultivo da terra e para a criação de animais, ou seja, seu solo pobre não ofereceria o mínimo necessário para a sustentação da vida naquelas paragens.

No que se refere ao empecilho das condições climáticas, a *Tribuna da Imprensa*, em 23 de janeiro de 1960, relatou as impressões do ministro Cândido Lobo ao regressar de Brasília no dia anterior à publicação da reportagem. Tais impressões fazem um alarme sobre a sofreguidão da vida no sertão árido que é Brasília, destacando,

[...] onde estive como membro da comissão do Tribunal Superior Eleitoral que foi verificar as condições de habitação na nossa capital, disse que será preciso muito espírito de resignação e de renúncia para suportar a monotonia da atual cidade.

Ficou impressionado, também, com os gastos que terão de ser feitos com cortinas para proteger os funcionários do sol escaldante de Brasília.

“A jardinagem pública é obra que tem de ser iniciada rápido. Não existe nenhuma árvore e o sol é causticante, sol de sertão que impõe arborização farta. Há necessidade de árvores em todas as

¹¹⁸ ERRO inicial. *O Povo*. Fortaleza/Ceará, 19 fev. 1957.

ruas para quebrar a aridez de Brasília e amparar o transeunte do sol abrasador”, frisou, concluindo.¹¹⁹

Resumindo, a nova capital era vista como uma verdadeira loucura: fora construída jornalisticamente como impropriedade, incongruente, inconivente, incoerente e inconsistente; desconexa, desbaratada e leviana. Representaria mesmo, desse modo, toda a infelicidade sob a forma de uma cidade:¹²⁰

Os que conhecem a região, dizem que, de Uberlândia em diante, o avião sobrevoa, duas a três horas, um extenso planalto, de terra árida, sem qualquer vegetação. Como, pois, vai se verificar o abastecimento da população que ali vai habitar por força de seus deveres funcionais.

É evidente que os alimentos terão de ser transportados de longas distâncias, em caminhões que estarão a consumir divisas nos combustíveis, que os movimentarão através de estradas intermináveis. E a consequência será o custo elevado da vida, naquelas paragens inóspitas do sertão goiano (Guimarães, 1957).

Para aqueles que viam a cidade a ser inaugurada como repulsiva, tór-rida, sem vegetação, sem árvores,

De fato, nada justifica que um país reconhecido universalmente como detentor de inestimáveis riquezas naturais, mas ora em luta com a mais séria crise econômico-financeira, queira mudar a sua capital neste momento, máxima para uma área desprovida de recursos, desde os agrários aos transportes, para a manutenção de seus habitantes forçados, constituídos somente de elementos oficiais. Não nos pode seduzir a fama de um país potencialmente rico com uma capital politicamente pobre.¹²¹

Nunes (2005, p. 14-15) destacou que as primeiras páginas de grandes jornais do país traziam manchetes “[...] aterradoras sobre o impacto daquela mudança sobre as instituições do Estado brasileiro, sobre a precariedade das condições de infraestrutura urbana oferecidas aos funcionários públicos”, como colocou de forma dolorida a *Tribuna da Imprensa*, do dia 9 de fevereiro de 1960:

¹¹⁹ BRASÍLIA: sol deixa Lobo suado. *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 23 jan. 1960.

¹²⁰ INFELICIDADE, *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 23 jan. 1960.

¹²¹ ERRO inicial. *O Povo*. Fortaleza/Ceará, 19 fev. 1957.

Os deputados, senadores e juizes vão viver em meio de obras, de andaimes, aterros, valas, lama ou nuvens de pó vermelho, com a precariedade de tudo que é improvisado e feito a machado. Sem assistência médica, dentária e sem o mínimo de conforto a que a civilização os acostumou.¹²²

Podemos divisar que o imaginário antimudancista criava e abrigava,

[...] um ceticismo quanto à capacidade de se construir uma cidade no “meio do nada”; dúvidas sobre a exequibilidade de sua construção em um único mandato presidencial; a inviabilidade econômica do projeto e, finalmente, um ceticismo popular que via no Planalto Central um lugar irreal, habitado por índios – o que significava dizer, uma população que dificilmente poderia ser considerada “brasileira” (Nunes, 2004, p. 67).

Sobre o último desses topoi, julgamos bastante significativas as reportagens veiculadas pelos diários *Tribuna da Imprensa* e *Correio da Manhã*, em 16 de março de 1960. Entretanto, o primeiro não colocou em dúvida o relato da vítima a que dá voz, tampouco hesitou em relação à veracidade da história sustentada por sua fonte e, em nota abaixo da foto de um homem ferido e com o braço enfaixado (“a vítima”), afirmou terminantemente: “Índios de Brasília mostraram boa pontaria”,

“Nunca mais volto a Brasília” – disse ontem, a TRIBUNA DA IMPRENSA, o lavrador Sílvio Gomes de Almeida, que há menos de uma semana, atacado por índios bugres num subúrbio da nova capital, foi atingido por flechas na orelha, no braço e na nuca.

Sílvio, que tem 33 anos, estava em Brasília contratado pela firma Alcatrone. Quarta-feira passada, embrenhando-se na zona suburbana com mais de 38 companheiros, viu-se a mercê dos bugres, perto do rio Araguaia.

Procurando socorro na cidade que dentro que dentro de 36 dias será a nova capital do país, verificou que ali não há enfermaria capacitada a cuidar de ferimentos de certa gravidade. Sílvio foi então transportado para o Rio, em avião da FAB e medicado ontem, no Sousa Aguiar.¹²³

¹²² PARLAMENTARES vão viver no meio da poeira; Brasília. *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 9 fev. 1960.

¹²³ FLECHADO: Índios de Brasília já expulsaram um. *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 16 mar. 1960.

Já o *Correio da Manhã* (1960) nos apresentou um discurso de desconfiança e de suspeita em torno da mesma história. Ainda fez uma inflexão digna de nota, não usou o termo ofensivo “bugre”, que vem do francês *bougre*, traduzido como herético, lê-se, não cristão. Palavra usada pelos colonizadores europeus para denominar os nativos e seus povos, inferiorizando-os.

Trazido de Brasília e alegando ter sido ferido por índios, deu entrada, ontem, no Hospital Sousa Aguiar, o lavrador Sílvio Gomes de Almeida (33 anos, solteiro, residente em Brasília). Apresentava três ferimentos contusos no pescoço, braço e orelha direitos, já infeccionados. Contou uma história confusa a qual não deram muito crédito os médicos que o atenderam.

Declarou que há 8 meses foi contratado por uma empresa e deixou a localidade onde residia, Divino de Carangola, embarcando em caminhão para Brasília. Após ter trabalhado nesta cidade durante algum tempo, recebeu a incumbência de, juntamente com outros 40 homens, embrenharem-se nas matas de Brasília para efetuarem um trabalho. Dirigiram-se todos para o local, no dia 9 e iniciavam o trabalho quando foram atacados a flechadas por índios. Disse que retirou-se e os demais trabalhadores procuraram correr, fugindo do alcance das flechas, mas foram atingidos. Declarou que foi medicado no Posto Médico de Brasília, mas como anteontem seu estado se agravasse, embarcou num avião da FAB vindo para o Rio. Após ser medicado, o lavrador retirou-se, dizendo que seguiria para Itaguaí, onde possui parentes.¹²⁴

Ainda assim, ambos os jornais, cada um a seu modo, contribuíram para aumentar a ansiedade, o alarme e o receio em relação à nova ordem que estava em marcha.

Em que pesem os esforços de Brasilmar Ferreira Nunes, em diálogo com a historiografia da cidade, para reunir didaticamente os principais *topoi* anti-mudancistas, o mais conveniente mesmo é crer, com o *Jornal do Comércio* de Recife, que, após ler, escutar e observar informações de toda monta que circulavam abundantemente sobre Brasília, escreveu, em 31 de janeiro de 1957, “[...] os

¹²⁴ TERIA sido atacado por índios em Brasília. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 16 mar. 1960.

argumentos contra a mudança da capital são tantos, e proliferam tão celeremente, que seria impossível resumi-los”.¹²⁵

Até mesmo o nome a ser dado à nova capital tornou-se um *topos* que alimentou controvérsias e complôs. Os rios de tinta destinada à censura da denominação escolhida pelo governo, contudo, não conseguiram ofuscar os entusiasmos desfraldados em defesa de Brasília, aqui representados por Menotti Del Picchia, que falou com a autoridade de um membro da Academia Brasileira de Letras (eleito em 1942, ocupando a cadeira n.º 28). Figura destacada do movimento modernista brasileiro, que teve seu ponto culminante na Semana de Arte Moderna de 1922, o autor de *Juca Mulato* registrou, no texto “Goiás ou Brasília” do *Diário da Bahia*, seu estranhamento em relação à ressalva de outro modernista, o poeta e diplomata Raul Bopp, ao nome da futura capital do Brasil. Bopp preferia “Goiás”, palavra que, segundo ele, era “[...] cheia de qualidade, quasi (sic) interjectiva, que explode na boca como um grito de luz” (Del Picchia, 1957). “Brasília” seria para Bopp – tal como nos conta Del Picchia – “uma denominação postiça, insonora e sem graça. Produto fabricado com o substrato da palavra Brasil que reflete um certo narcisismo patriótico” (Del Picchia, 1957).

Jornalista, romancista, cronista, pintor e ensaísta, além de político, Menotti Del Picchia discordou do poeta, embora admita fazê-lo não sem constrangimentos. Isso porque sente na palavra Brasília, ao contrário do seu colega também partícipe da famosa Semana de Arte Moderna de 1922:

[...] uma profunda ressonância poética como sonoridade e, como significação, a melhor denominação toponímica a dar-se à Capital do Brasil, justamente por ser aquilo que você condena: “o substrato” da palavra com que foi batizada nossa terra. Que mal há que reflete um certo “narcisismo patriótico”, se esse narcisismo deriva do amor que já, imemorialmente, concentramos no vocábulo que identifica, no mapa do universo, o imenso pedaço de chão que forma geograficamente nossa pátria? Felizes nós que podemos tirar do âmago do nosso país o nome da sua futura Capital (Del Picchia, 1957).

¹²⁵ A MUDANÇA da capital. *Jornal do Comércio*. Recife/Pernambuco, 31 jan. 1957.

Nosso escritor diz se surpreender com a postura de Raul Bopp, uma vez que visualiza nele a imagem de um lirismo orgulhosamente nacional. Sendo assim, por que teria se contraposto à musicalidade da palavra Brasília, que ressoa no ouvido eufonicamente?

Canta no mesmo timbre dos nomes ilustres de pátrias americanas como Colômbia, Bolívia, Argentina. A preocupação de fazer retinir, acusticamente, a denominação da nossa futura Capital, como os das nações européias: Madrid, Paris, Berlim, Moscou, Dublin, ou asiáticas, como Bagdá, Hong-Kong, Teerã, retira-o da linha americana, na qual as metrópoles das repúblicas do continente não apresentam tais ressonâncias: Montevideú, Buenos Aires, Caracas, Valparaíso, Santiago, Lima... No conjunto de tais nomes, Brasília ressoa magicamente mais lípica (sic), mais bela, mais surpreendente (Del Picchia, 1957).

Assim, como o “grande e brasileiríssimo poeta” citado por Menotti Del Picchia, um autor de artigos conhecido por Tito Mendez protesta em *O Jornal*: “Brasília, não!”. “Gente inteligente e imaginosa do governo. Cadê vocês? BRASÍLIA não é nome que se dê a uma capital decente como pretende ser a do planalto.” (Mendez, 1957) E continua indignado: “Já pensaram na tristeza do sujeito que nascer lá: um “brasiliense”?” (Mendez, 1957) O nome Brasília soou indecorosa a Tito Mendes e não condizia, em acordo com sua sensibilidade, com as perspectivas de uma nova capital que se queria de bom-tom, digna e séria.

Em nosso país, esta questão de nomes de gente, ruas e cidades, tem sido tratada quase que selvagemmente. Manuel Bandeira se refere – no seu magnífico poema, “EVOCAÇÃO DE RECIFE” – à velha rua da Saudade, da capital de Pernambuco, em um verso assim: – “Rua da Saudade!

Tenho medo que se chame agora: Rua Dr. Fulano de Tal”.

Na Bahia, mudaram o nome de MARACANGALHA imortalizada por Caymmi, para um nome qualquer que eu faço questão de ignorar. No Rio Grande do Norte, há uma família (Rosado Maia – E Deus os ajude) que tem os nomes todos numerados em francês. O *Dix-Sept* (17) foi governador do Estado. Mas há *Dix-Huit*, *Dix-Neuf* e todo o resto da numeração.

Até os nomes dos cachorros, por aí fora, são escolhidos da maneira mais estapafúrdia possível. Ninguém ignora, no Nordeste, a história do matuto que tinha um perdigueiro muito bonito. Perguntaram-lhe, certa vez, o nome do animal. E ele, com a maior naturalidade deste mundo:

- O cadelo se chama Bismarck... mas nós trata ele de Zequinha!
(Mendez, 1957)

Entende-se que chamar a nova capital de Brasília seria o tratamento típico de uma imaginação estéril e grosseira para nomear pessoas e ruas, ou coisa de “matuto”, de gente inculta. Mas nem tudo estaria perdido, pois, segundo o articulista, ainda havia tempo de escolher um nome bonito para “[...] a cidade que será a mais importante do Brasil, do ponto de vista político” (Mendez, 1957) e evitar essa barbaridade contra o bom gosto do país. Visto que,

Jamais se escolheu nome tão feio para uma cidade, como este de Brasília. É um derivado do Brasil, com toda a antipatia dos topônimos derivados. Faz me lembrar certos batismos de crianças nascidas de pais incultos ou pretensiosos que as chamam de maneira estranha ou segundo a soma cretina dos próprios nomes. Assim, ANCLOTINATO (filho de Antônio e Clotilde) composição teratológica para designar um pobre coitado que teve a infelicidade de nascer em família tão pacóvia, ou o nome do deputado EPÍLOGO DE CAMPOS (porque foi o último a vir ao mundo – parece até que depois de um PREFÁCIO) – devem servir de exemplo aos homens públicos de bom gosto que deixam a escolha de nomes de cidades a gente sem imaginação como provou ser esta, responsável pelo simplório BRASÍLIA (Mendez, 1957).

Brasília, como um nome derivado de Brasil, foi insonora para muitos ouvindo pretensa e lyricamente sensíveis. Um terceiro texto se soma às opiniões de Raul Bopp e Tito Mendez: o de Pedro Alcoforado, que expressa sua aversão à denominação Brasília, brotada de Brasil. Ele afirma: “Os dicionários ainda não registraram o verbete, mas quando o registrarem, dirão: De Brasil. Diabo, não será muita brasa para uma terra só?” (Alcoforado, 1957) Diz ele ainda que “[...] se querem conservar a tradição de Brasil, podíamos chamá-la Imbirapitanga” (Alcoforado, 1957).

Deixemos que Rachel de Queiroz se pronuncie acerca de tal *topos* estético que tanto mobilizou nossos artistas e também seus leitores em várias partes do país:

E, por fim, falemos em cartas. Primeiro as cartas, cartões e telegramas com votos de Bons Anos e Boas Festas, que agradeço e retribuo de todo o coração. E em seguida, das muitas, muitas cartas que venho recebendo a respeito de assunto que propriamente não me

diz respeito, transfiro as autoridades competentes. Perguntam os que escrevem: “Por que Brasília vai se chamar Brasília? Só porque Goiás batizou sua capital de Goiânia? Não é falta de imaginação?” “Brasília é feio, antieufônico, pedante”. Qualquer outro nome, sugerem e eu concordo, – por exemplo, Vera Cruz, será infinitamente melhor. Não vou, porém, até a loucura de um mineiro delirante que quer: Juscelínia... E simpatizo com a senhora paulista que lembra para a cidade o nome de Moema. Outro quer Anhanguera. Um, do R. G. do Sul, diz, não sei se por sarcasmo, que o nome bom é Utopia. E um baiano quer que “consagremos um nome bem brasileiro, másculo, sonoro, com uma bela tônica final, por muitos motivos digno de ser escolhido: Tamandaré” (Queiroz, 1957).

E prossegue a escritora brasileira: “Realmente, Brasília é feio, e é pedante. Mas está de acordo com tudo o mais. Que é, atualmente, neste país, que não sai feio – ou pedante – quando não sai coisa pior?” (Queiroz, 1957).¹²⁶ Mais tarde, em 1964, é válido lembrar que Rachel de Queiroz apoiará a ditadura militar, algo que passou a assumir sem pudor após a redemocratização.

A crítica acima se alinha ao fato de que ela defendia a tomada de poder pela direita desde o governo democrático de Getúlio Vargas iniciado em 1951 e marcado por aguda crise política, que culminou em seu suicídio. Queiroz, que já tinha militado no espectro político comunista na primeira metade da década de 1930, deu uma guinada ideológica radical, apoiando conspirações e a via golpista tanto para tirar Vargas do poder quanto para impedir a posse de Juscelino, ainda que ambos tenham sido eleitos. Declarava-se amiga orgulhosa de Café Filho, que assumiu a presidência após a morte de Vargas, de Humberto de Alencar Castello Branco e de Carlos Lacerda. Portanto, quando publicou o texto sobre o nome de Brasília em 1957, era próxima da UDN, que, como sabemos, era antigelutalista, e considerava JK, Jango e Brizola herdeiros do “pai dos pobres”. Apesar de todos esses embaraços no que concerne ao batismo da nova metrópole, para Menotti Del Picchia, Brasília era mesmo a nomenclatura mais acertada e

¹²⁶ Como Menotti Del Picchia, Rachel de Queiroz também se sentiu atraída e se dedicou ao jornalismo. E falou, como o primeiro, com a autoridade de uma imortal. Aliás, Rachel de Queiroz foi a primeira mulher a ingressar na Academia Brasileira de Letras.

esplendorosa, contrariamente ao que argumentava Bopp, com quem dialoga na publicação supracitada,

Para o temperamento do criador de “Cobra Norato” [considerada pela crítica a obra-prima de Raul Bopp], Goiás encerra o sabor bárbaro da terra ainda não mediocrizada pelo impacto da civilização moderna. Tem algo de hostil, de selvagem como carijó, mandacaru, tupã, caeté, articulações indígenas, originais e surpreendentes para os caraíbas de todas as plagas. Mas Brasil não foi uma denominação cerebral tirada de estojo barroco por algum nasoculado geógrafo ou cientista: foi a denominação espontânea e geral do país ensolarado que dava árvores de lenho tão rubro como o chama. Brasa, Brasília, palavras todas que exprimem fogo e calor. Que melhor denominação se pode dar a uma terra de sol, alegre e colorida, onde tudo é feito de calor e luz? (Del Picchia, 1957).

A disputa aqui entre os dois modernistas se dá em torno do que seria o nome mais autêntico, mais genuíno, com maior liberdade formal e menos mediocrizado pela “civilização moderna” – expressão usada com sentido crítico, uma clara exceção entre as fontes pesquisadas e citadas neste livro – e seus padrões estéticos. Qual seria a alcunha que faria mais jus ao nosso cotidiano, à nossa brasilidade e à nossa linguagem nacional tão rica quanto potente?

Assim, os *media* foram, sem dúvida alguma, um *locus* privilegiado de conflitos e de seus enfrentamentos, um campo para a reprodução e difusão de uns e de outros, bem como para o manejo dos topoi mudancistas e antimudancistas. Devemos lembrar com Clóvis Rossi (2000, p. 7) que o

[...] Jornalismo, independente de qualquer definição acadêmica, é uma fascinante batalha pela conquista das mentes e corações de seus alvos: leitores, telespectadores ou ouvintes. Uma batalha [...] que usa uma arma de aparência extremamente inofensiva: a palavra. Mas uma batalha nem por isso menos importante do ponto de vista político e social, o que justifica e explica as imensas verbas canalizadas por governos, partidos, empresários e entidades diversas para o que se convencionou chamar veículos de comunicação de massa.

“As minhas razões, o motivo desta minha efusão”, diz José Clemente em *O Estado de Minas*, consciente e alinhado ao que foi dito acima: “[...] é óbvio: os cronistas elaboram e geram a opinião nacional” (Clemente, 1957). Por isso mesmo, os interesses políticos ou econômico-financeiros contrariados ainda faziam, por

aquela altura, julho de 1957, segundo ele, que a mudança da capital “tropicasse em incríveis bobagens” e em “burrices malevolamente forjadas”, ele exemplifica, “[...] como essa de não ter a Nova Capital possibilidade de abastecer-se economicamente de gêneros alimentícios de primeira necessidade” (Clemente, 1957).

Contudo, como imprimiu o jornal *Polêmica* (1957), contra os incrédulos e os iconoclastas – expressões usadas, muitas vezes, nos discursos favoráveis à transferência da capital para denominar os antimudancistas:

[...] enquanto os reacionários do asfalto soltam as suas pilhérias e espalham mentiras sobre as condições climatológicas e a natureza do solo que dizem estéril e outras formas de negação, o Sr. Israel Pinheiro não esfria o seu entusiasmo e multiplica sua espantosa atividade, e nem se curva às imposições da fadiga, animado do sonho que o empolga de fazer nascer a grande cidade que será o orgulho do Brasil. Que Brasília é uma realidade, ninguém mais pode duvidar.¹²⁷

Os artigos e crônicas, investidos de topos e de complôs, são, ao mesmo tempo, obra e instrumento de convencimento, com o objetivo de dominar a opinião social do período. Em conflito, esta operou, a partir do imaginário mudancista e do imaginário antimudancista, forças reguladoras da vida coletiva, na medida em que apontaram formas de relações entre o indivíduo e as coletividades, apontaram também suas divisões internas. Ambos imaginários ainda definiram identidades, estabeleceram e distribuíram papéis sociais, além de exprimirem e manipularem crenças (Baczko, 1985).

Nesse contexto, ao fabricarem discursivamente a sede brasiliense, homens e mulheres atuaram no mundo, exprimindo um conjunto de posições e contra-posições com as quais enxergaram os problemas de seu tempo, refletindo tanto sobre a nova quanto sobre a velha capital, tanto sobre o país que se tinha quanto sobre o que se queria.

¹²⁷ BRASÍLIA já é uma realidade para o Tio Sam. *Polêmica*. Rio de Janeiro, 4 a 20 set. de 1957.

CAPÍTULO 3

SEGUNDO ATO: ENTRE O PASSADO CONHECIDO, O FUTURO PRODUZIDO E OS IMAGINÁRIOS PRESENTES RECONHECÍVEIS: PROJETAR O PASSADO E EVOCAR O FUTURO, ESPERANÇAS E ANGÚSTIAS PRÓ E ANTIMUDANCISTAS

Para dominar o tempo e a história e para satisfazer as próprias aspirações à felicidade e à justiça ou para dominar os temores face ao desenrolar ilusório ou inquietante dos acontecimentos, as sociedades humanas imaginaram a existência, no passado ou no futuro, de épocas excepcionalmente felizes ou catastróficas (...) (Le Goff, 2000, p. 119-120).

Jacques Le Goff

Uma das funções dos imaginários sociais consiste na organização e controle do tempo coletivo no plano simbólico (Baczko, 1985, p. 312).

Bronislaw Baczko

Modos de percepção e representação do mundo nos fizeram encontrar espaços de experiência e horizontes de expectativa sustentando os dois imaginários. “A experiência é o passado atual, aquele no qual os acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados”, enquanto “[...] a expectativa se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto (Koselleck, 2006, p. 308-310)”. Essas categorias formais, como argumenta o criador delas, o historiador e filósofo alemão Reinhart Koselleck, são constitutivas, concomitantemente, “[...] da história e de seu conhecimento e, certamente, fazem mostrando e produzindo a relação interna entre passado e futuro, hoje e amanhã” (Koselleck, 2006, p. 308-310).

Na tentativa de compreender a construção de Brasília, tendo como plano de análise o jornalismo impresso, lançaremos mão neste capítulo do par *espaço de experiência e horizonte de expectativa* em suas implicações antropológicas, na medida em que ele define a humanidade na sua relação com o tempo.

Como os escritores de artigos e de crônicas sobre tal empreendimento relacionaram essas duas dimensões da história vivida? Como Brasília apareceu

como o mote da relação entre essas duas categorias? E qual foi o *peso* dado a uma ou a outra num determinado discurso? Que horizontes foram propostos e abertos?

Podemos começar afirmando que associações apresentadas como lógicas entre acontecimentos da história mundial e principalmente nacional e a transferência da capital foram amplamente tramadas. Essas associações destacaram o esforço de se estabelecer uma coerência entre o passado conhecido – pelos articulistas e cronistas –, o presente da construção da cidade e o futuro que viria a partir dela.

Neste ponto, é pertinente mencionar a colocação do sociólogo francês, de formação inequivocadamente durkheiminiana, Maurice Halbwachs, em um clássico estudo: *A memória coletiva*. Por meio dele, percebemos que um dos objetivos da história aprendida, não vivenciada diretamente, mas da qual lembramos e retemos imagens, é exatamente lançar uma ponte entre o passado e o presente, tecendo continuidades e paralelos, correlacionando sentidos (Halbwachs, 2004).

Matérias tomadas como fontes apresentaram voltas ao passado para criar um futuro analogicamente promissor ou frustrante. O esforço de erudição dos redatores instigou a imaginação dos leitores, inundando-os de toda a experiência de que eram portadores, bem como de todas as esperanças que afiançavam e das inúmeras angústias que sentiam. Por meio dos *imaginários mudancista* e *antimudancista*, essas experiências do passado e perspectivas do porvir adquiriram significado, pois eles organizaram sistemas compreensivos do tempo no plano simbólico.

Bronislaw Baczko (1985) corrobora a ideia de que todas as escolhas e posicionamentos sociais resultam de experiências e expectativas. Tanto que, fazendo coro com ele, podemos afirmar que os imaginários aqui analisados intervieram ativamente na memória coletiva, para a qual “[...] os acontecimentos contam muitas vezes menos do que as representações a que dão origem e que os enquadram” (Baczko, 1985, p. 312). Imaginários “[...] operaram ainda mais vigorosamente, talvez, na produção de visões futuras, designadamente na projeção das angústias, esperanças e sonhos coletivos sobre o futuro” (Baczko, 1985, p. 312).

No Brasil, já existiam experiências de outras cidades planejadas para desempenharem o papel de capitais, ainda que de estados da Federação e não do país: Belo Horizonte, no final do século XIX, e Goiânia, na primeira metade do século XX, inaugurada em 1940. A primeira foi fruto do projeto de Aarão Reis; a

segunda, do projeto de Atílio Corrêa Lima. Embora não tenham sido erguidas com base na arquitetura modernista, essas cidades também envolveram uma relação entre o antigo e o moderno nos debates que suscitaram.

A cidade de Ouro Preto e a de Goiás foram lidas como espaços inconvenientes para o desenvolvimento e a expansão urbanas, representavam ainda, numa outra geografia, a da imaginação, o espírito colonial a ser abandonado. No *imaginário mudancista*, Brasília fora pensada, defendida e propagandeada em relação a esses dois experimentos anteriores, ainda que os inimigos da cidade, no seio do imaginário rival, alertassem, como o fez João de Scantimburgo, em edição do *Correio Paulistano* de janeiro de 1957, que “[...] as cidades que foram construídas em outras circunstâncias e atendendo a diferentes motivos, não valem como exemplos” (Scantimburgo, 1957). O militante do jornalismo paulista tem a convicção de que “capitais não se mudam” e, exalando erudição, valeu-se do que considerava ser uma voz autorizada:

Brasília poderá ser um estrondoso malogro, obrigando seus presidentes e titulares de altos cargos a viagens contínuas entre o Rio e o recuado interior goiano.

Chesterton [influente escritor britânico do início do século XX, conhecido por sua defesa dos ideais cristãos] escreveu a esse respeito um ensaio magistral, em que demonstra que as capitais devem conservar-se onde, pela história, se fundaram e cresceram (Scantimburgo, 1957).

Alheio ou indiferente ao alerta supracitado, o *Diário da Noite* destacou que “[...] o exemplo de Belo Horizonte, que substituiu Ouro Preto na função de metrópole estadual, aí está para mostrar a plena exequibilidade da obra”. Nesse periódico, a nova capital aparece como um passo que precisa ser dado “pela atual geração brasileira”, que já não pode mais protelar “a solução de um problema já centenário”. Segundo o texto, “É mister dar o passo decisivo”. Nessa matéria, “é preciso arrojo, capacidade de decisão”, pois “talvez se possa aplicar aquele ditado relativamente ao casamento: ‘Quem pensa, não casa, quem casa não pensa’”. Assim como Belo Horizonte, “que há cinquenta anos só existia no

papel”, Brasília será, amanhã, como a capital mineira é hoje: uma destacada e grande cidade brasileira.¹²⁸

José Maria da Silva, em edição do periódico goiano *O Popular*, com ânimo estridente trata sobre a “epopéia do dr. Pedro Ludovico Teixeira”, que “intrépido e dinâmico” mudou a capital do Estado de Goiás, “apesar dos protestos e velhos preconceitos dos comodistas” (Silva, 1957).

“Arrancou do caos esta maravilhosa cidade que é hoje Goiânia, um incentivo para os goianos e uma admiração para todos que a conhecem”. Para José Maria da Silva, a iniciativa de Ludovico, que governou o Estado tanto pela via da interventoria getulista quanto pelas eleições diretas, é exemplo e inspiração para “o atual chefe da Nação” arrancar rumo à expansão econômica e aumentar as imensas possibilidades do país, mudando a Capital Federal (Silva, 1957).

Seu discurso sugere que JK também enfrentará, com êxito, obstáculos que possam parecer insuperáveis. Assim como Pedro Ludovico agiu por Goiânia, Juscelino age por Brasília: luta e acabará vencendo. Tal qual o líder político goiano, JK não desanimará, nem desistirá de seus propósitos (Silva, 1957). Para o autor, o futuro será grande, uma repetição gloriosa do passado.

Nomeado, sintomaticamente, “JK em Belo Horizonte: Como a vossa lição se há de fazer em Brasília”, o artigo publicado pelo *Diário Carioca* grifa, em dezembro de 1957, nas palavras do presidente, contidas no tópico “Por que não Brasília”,

Se nós mineiros fizemos, construímos em tempo recorde Belo Horizonte – por que do esforço, da tenacidade do Brasil inteiro – não poderá nascer Brasília?

A idéia de Belo Horizonte teve seus inimigos, os seus detratores, os seus velhos do Restelo¹²⁹ a protestar contra a ousadia, que tão temerária lhes parecia. Que é feito deles, que é feito dos argumentos especiosos, das observações maliciosas tendentes a desencorajar a fundação de nossa cidade?¹³⁰

¹²⁸ TAREFA para esta geração. *Diário da Noite*. Pernambuco, 28 out. 1956.

¹²⁹ Velho do Restelo é uma personagem criada por Luís de Camões no canto IV da sua obra *Os Lusíadas*. Ele simboliza os pessimistas, os conservadores e os reacionários que não acreditavam no sucesso da epopéia dos descobrimentos portugueses. A expressão é atualmente utilizada, conforme a intenção inicial de Luís de Camões, para representar o conservadorismo.

¹³⁰ JK em Belo Horizonte: Como a vossa lição se há de fazer em Brasília. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 13 dez. 1957.

Para mais de mil e quinhentas pessoas, incluindo autoridades políticas, militares, eclesiásticas e judiciárias, Juscelino rememorou o passado da transferência da capital mineira para Belo Horizonte com os olhos do futuro que prometia. Ele afirmou: “Na vossa ambição de progresso, na vossa lição de pioneirismo, na desmedida audácia daqueles que criaram esta cidade, o Brasil inspira-se hoje para edificar Brasília”.¹³¹

Pelo *espaço de experiência*, partindo da perspectiva de Koselleck, temos então o passado que se faz presente, enquanto, pelo *horizonte de expectativa*, o futuro torna-se presente. Assim, ambos podem ser enxergados como duas formas pelas quais os homens, em todas as épocas, experenciam o tempo no momento vivido, onde se entrecruzam a recordação e a perspectivas do que virá.

“O tempo”, como afirmou José Carlos Reis, “é a relação da alma consigo mesma – ela se lembra e espera” (Reis, 2006, p. 180), e o ser do passado e o ser do futuro constituem-se e se organizam como representações datadas. Assim, não apenas as reminiscências, mas também as profecias e as promessas indicam situações como operavam os imaginários *mudancista* e *antimudancista*.

Lembranças e esquecimentos, prognósticos de fé, ansiedades e aflições abalizaram o presente, dando a ele características próprias. *Espaço de experiência* e memória estão indissolivelmente ligados à abertura à recordação. A memória guarda as experiências do que já foi, do que já não é (Catroga, 2001).

Assim, indivíduos entre 1956 e 1960 receberam e aproveitaram as heranças de seus antepassados no jornalismo impresso. Como bem sublinhou Jacques Le Goff, a memória deve ser entendida também como uma operação da retórica, ou seja, ela atravessa a “arte da palavra”. O universo idiomático que arquitetou Brasília está, de forma irrefragável, eivado de lembranças de passados vivenciados diretamente ou retidos e (re)elaborado por meio das experiências de outrem, sejam estas lidas, contadas e ouvidas na sociedade onde circulam com intensidade.

O trato de uma memória histórica e pública foi essencial nesse contexto, configurando-se estruturalmente por preocupações mais políticas e coletivas. É na adaptação, utilização e manipulação do passado – ainda que um passado “oficial

¹³¹ JK em Belo Horizonte: Como a vossa lição se há de fazer em Brasília. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 13 dez. 1957.

e enquadrado” – realizadas pelos jornalistas e alinhadas aos seus interesses do presente, que reside a riqueza de se trabalhar com a imprensa como um espaço memorial.

Há um elevado grau de criatividade nesse processo. Por meio da filtragem (Carlo Ginzburg), da apropriação (Roger Chartier) ou da refiguração (Paul Ricoeur) de fatos, episódios, personagens e datas de tempos já transcorridos, o discurso de memória impresso reatualiza e representifica esses elementos. Assim, o uso e o abuso de experiências publicamente consagradas podem ser observados a partir de suas contradições e peculiaridades.

Assim, vemos surgir do conjunto de recortes de periódicos abordado uma memória intimista e autoral não em contraste a uma memória coletiva, mas a partir dela e por meio dela. Os artigos do pernambucano *Diário da Noite*, do goiano *O Popular* e do *Diário Carioca*, anteriormente mencionados, mostram exatamente o arranjo da memória coletiva, moldado por preocupações particulares.

Dessa forma, as experiências dos outros tornam-se experiências partilhadas. Compreendemos, então, que a nossa memória não é exclusivamente nossa; ela é um somatório de lembranças de várias pessoas que participaram da versão canônica da história, que acaba tornando-se nossa história.

E, em todo caso, são muito interessantes as repercussões dos “grandes acontecimentos” entre cronistas e articulistas. A memória, mesmo aquela que se baseia em fatos coletivos notáveis, avançou num ou noutro imaginário – mudancista ou antimudancista – para a estilização de pessoas e situações para fazerem sentido no presente (Bosi, 1987).

Nesse contexto, em recortes de jornais que circularam entre os anos de 1956 e 1960, no teatro dos imaginários sociais, na notabilizada era dos “50 anos em 5”, na estridente estação na qual se passa do Corcovado para o Planalto Central em meio a uma ampla marcha de manifestações e energia sociais, espíritos embebidos nostalgicamente por uma espécie de vocação desbravadora, numa atmosfera aventureira e idealista, imprimiram em seus discursos lembranças bastante próximas, senão temporal e espacialmente, próximas nos sentidos em que foram tomadas.

Vislumbramos, assim, uma sorte de falas em conjunto. Recordações que se repetem. Essas narrativas referem-se, especialmente, a reparações de um

passado sedimentado, cristalizado, amplamente compartilhado e legitimado, porque produto de investimentos extremamente custosos da retórica política e social.

Exatamente no segundo tópico de seu Segundo Capítulo, intitulado “Brasília no ar”, Georgete Medleg Rodrigues apresenta aos leitores a Rádio Nacional como palco de uma peça de teatro intitulada “Brasília, a caçulinha do Brasil”, encenada em 1959. Essa produção, uma alegoria infantil, foi transmitida para todo o Brasil em 5 de setembro do referido ano. A autora se dedicou a interpretar a peça cena a cena, do quadro I ao IX. No segundo intitulado “Voando para Brasília”, podemos ler:

O dinamismo do Presidente Juscelino merece respeito e apoio. CABRAL foi o Descobridor; PEDRO I, o Proclamador; CAXIAS, o Consolidador; CASTRO ALVES, o Cantor dos escravos; RUI BARBOSA, o Doutrinador; CARLOS GOMES, o Compositor; JOÃO CAETANO, o Ator; OSWALDO CRUZ, o Saneador; MACHADO DE ASSIS, o Escritor; SANTOS DUMONT, o Voador; RONDON, o Catequisador; FRONTIN, o Reconstrutor; PEDRO ERNESTO, o Hospitalizador; ROQUETTE PINTO, o Educador; GETÚLIO VARGAS, o Trabalhador; JUSCELINO, o Semeador. São figuras simbólicas da Pátria que a história fixou nas suas páginas indelévels (Magalhães, 1990 *apud* Rodrigues, 1990, p. 50, 52).

Nesse enredo, e conforme as circunstâncias, emergiu não só no rádio como também no jornalismo impresso um cortejo de episódios, gênios, mártires e heróis brasileiros, compondo uma verdadeira apoteose de marcos celebrados da nossa história, memória e desenvolvimento.

A representação do passado pela memória compactua com a tradição monumental da história, é fonte para a experiência e suporte de identidades coletivas, que pode sofrer flutuações de valorização ou desvalorização ao longo dos tempos.

Nesse sentido, o governo assinala a imposição institucional de um “novo”, no entanto, para afirmar sua legitimidade torna-se essencial forjar as raízes dessa novidade no passado, inventando uma tradição mudancista para o país. Trata-se de uma “tradição inventada”, porque construída e formalmente institucionalizada, como bem apontaram Hobsbawm e Ranger (1997).

Diante disso, o passado transforma-se em um verdadeiro campo de batalha. De um lado, os contrários à criação de Brasília e à transferência da capital destacavam quase duzentos anos de progresso interno e de prestígio internacional

que o Rio de Janeiro teria proporcionado à nação.¹³² Frequentemente, referem-se ao projeto de JK apenas como aventura, denunciando seus inconvenientes e desvantagens, além de enfatizar a fragilidade da pretensa nova ordem.

A matéria assinada pelo paraibano Luiz Pinto, publicada em 26 de janeiro de 1960 no jornal *O Globo*, é reveladora dessa mentalidade antimudancista. Nela, afirma-se que “[...] o Rio de Janeiro é, tem sido, será sempre a cidade livre e eterna, o condensador humano, o denominador comum da nacionalidade” (Pinto, 1960). Essa condição temporal tríplice do Rio é tão implacável que permaneceria válida ainda que se vá sua honraria de Capital da República,

Pouco importa lhe tirem os cofres da Nação: em nada lhe alterará o ritmo de vida, o ódio que não entendem a sua fragrante rebeldia cívica: inveja, ciúme, desejo de aniquilá-lo, nada prevalecerá. Há quase dois séculos, acolhendo a capital deste imenso e belo País, o Rio de Janeiro cada vez mais se tornou digno dessa honraria, cada dia mais cresceu em hospitalidade, em beleza, em compreensão, em progresso. Se o quiserem apelidar de Guanabara, em homenagem à sua encantadora baía, nada conseguirão senão nos papéis oficiais, porque, na realidade, ele é eterno e eterno será o seu nome, a conquista histórica e geográfica, nome consubstanciado e argamassado em lutas, guerras, pelejas cívicas, lances de inteligência, de cultura, de denodo, de bravura, de imortalidade (Pinto, 1960).

A criação do Estado Guanabara deveu-se à mudança da capital para Brasília. O estado possuía apenas um município, a cidade do Rio de Janeiro, que passou a funcionar como nova unidade da federação em uma espécie de compensação pela perda do status de capital federal. Assim, o Estado da Guanabara era independente do Estado do Rio de Janeiro – com 64 municípios e capital em Niterói –, e passou a ter seu próprio governador, sua própria Assembleia Legislativa, seus órgãos de administração pública e sua própria arrecadação.

A autonomia do antigo Distrito Federal em relação ao Estado do Rio de Janeiro durou 15 anos, de 1960 a 1975. O nome é uma referência à Baía de Guanabara. O primeiro governador da cidade-estado foi um dos mais destacados adversários de Brasília, Carlos Lacerda.

¹³² Lembrando que, por meio de uma Carta Régia, a capital foi mudada de Salvador para o Rio de Janeiro em 1763.

Do outro lado, os defensores do empreendimento valorizam a lembrança de eventos que seriam precursores desta decisão, enfatizando a ideia de continuidade. Nesse contexto, as poderosas imagens de desejo histórico e vontade nacional ganharam sustentáculo lógico. Haveria, segundo essa perspectiva, um processo na história do Brasil que permitiria perscrutar as origens de Brasília, desde as primeiras ideias até a sua efetiva construção naquele momento.

Talvez, os pronunciamentos de Juscelino mais reveladores dessa imagem sejam os que ele ofereceu aos ouvintes da *Voz do Brasil*, ao apresentar o balanço do primeiro ano de sua gestão (1956), e aquele oferecido em seu livro, publicado em 1975, *Por que construí Brasília*. Do primeiro:

Não sou o inventor de Brasília, mas no meu espírito se arraigou a convicção de que chegou a hora, obedecendo ao que manda a nossa lei magna, de praticarmos um ato renovador, um ato político, criador, um ato que impulsionado pelo crescimento nacional [...] virá promover a fundação de uma nova era para a nossa pátria (*apud* Rodrigues, 1990, p. 49).

Quando se pretende não só fundador, mas também cronista da nova capital, JK afirma:

Como nasceu Brasília? A resposta é simples. Como todas grandes iniciativas, surgiu quase de um nada. A ideia da interiorização da capital era antiga, remontando à época da Inconfidência Mineira. A partir daí, viera rolando através das diferentes fases de nossa História: o fim da era colonial, os dois reinados e os sessenta e seis anos da República, até 1955. Pregada por alguns idealistas, chegou, mesmo, a se converter em dispositivo constitucional. [...].

A única providência tomada – além das de caráter aleatório, que refletiam a atividade das comissões presididas por Luís Cruls, Poli Coelho e o Marechal José Pessoa – havia sido o acréscimo de um retângulo colorido no mapa do Brasil, assinalando a localização do futuro Distrito Federal (Kubitschek, 1975, p. 5).

No entanto, disse o presidente ano mais tarde em *Por que construí Brasília*,

[...] a despeito dessa prolongada hibernação, nunca aparecera alguém suficientemente audaz para dar-lhe vida e convertê-la em realidade. Coube a mim levar a efeito a audaciosa tarefa. Não só promovi a

interiorização da capital, no exíguo período do meu governo, mas, para que essa mudança se processasse em bases solidas, construí, em pouco mais de três anos, uma metrópole inteira – moderna, urbanisticamente revolucionária – que é Brasília (Kubitschek, 1975, p. 7-8).

Como afirmou o general Meira Mattos, na justificação e apologia de Brasília publicada no *Correio Paulistano*, em 7 de dezembro de 1956, “[...] a ideia da interiorização de nossa capital da República, se não pudesse ser defendida por argumentos irrefutáveis, de índole geopolítica e geoconômica, assim mesmo teria a seu favor a força de representar a continuidade de uma aspiração nacional realmente impressionante” (Mattos, 1956).

Especializado em estudos geopolíticos e colaborador de diversos grandes periódicos da imprensa brasileira do período, incluindo o próprio *Correio Paulistano*, Meira Mattos enfatiza a longa duração da ideia de transferência da capital para o interior e a utiliza a seu favor, inserindo-a ao contexto discursivo pelo qual afirma que:

Num país como o nosso, onde os propósitos mais veementes e as intenções mais revolucionárias não chegam a fazer arder as imaginações por mais de uma geração, caindo logo no olvido tumular, é verdadeiramente admirável verificar-se a persistência revelada pelos grandes políticos e estadistas da Colônia, do Império e da República, no sentido da mudança de nossa capital para o interior. De fato, se rebuscarmos nos arquivos históricos as origens e as manifestações dessa ideia, vamos surpreender-nos por encontrá-la já defendida pelos Inconfidentes Mineiros (Mattos, 1956).

Por tudo o que lemos acima, JK deveria fazer jus ao ideal revolucionário dos conjurados mineiros e ao trabalho hercúleo das comissões presididas por Luís Cruls, Poli Coelho e o Marechal José Pessoa.

Esse foi o passado histórico no qual a nova tradição foi inserida. Diante do exposto, embasamo-nos nas formulações teóricas de Cornelius Castoriadis para crer, com ele, que ao moldar racionalidades próprias e competitivas acerca da criação da nova capital, os autores e as autoras de discursos jornalísticos acabaram, nesse processo, por pautar a existência do empreendimento em significações imaginárias tanto novas e inaugurais quanto velhas e reproduzidas, sendo as primeiras (novas, inaugurais) resultantes do que ele denomina *imaginário*

radical e as segundas (velhas, reproduzidas) do que julgou conveniente nomear de *imaginário efetivo*.

Na discussão sobre o imaginário, Castoriadis estabelece que ele se apresenta no campo social sob essa dupla perspectiva, respectivamente, *instituinte* e *instituída*. No que concerne ao segundo sentido, velhas e reproduzidas ideias de interiorização da sede administrativa do país foram tomadas – não raro e arbitrariamente, na busca de autoridade social por parte das matérias pró-transferência – como antecedentes históricos de Brasília. Mas repare-se que nesse sistema de ideias instituído interveio o novo, o instituinte, agiu o *imaginário radical*. Vê-se, assim, que o instituído e o instituinte se coadunaram eficazmente na imaginação mudancista.

Fazem parte da invenção dessa linha reta, do passado rumo ao futuro, não apenas a Inconfidência Mineira e Tiradentes. Incluem-se, ainda, as ideias de transferência da capital para o interior de Hipólito José da Costa, José Bonifácio, Francisco Adolfo de Varnhagen, Luís Cruls e os ideários do Marquês de Pombal. Até mesmo a profecia de Dom Bosco é incorporada a esse rol.

Ou seja, fatos da Colônia, do Império e da República foram evocados, como fez questão de não deixar dúvidas, nesse aspecto, junto ao público leitor, a fala de Meira Mattos. Todos eles foram convocados a depor compulsoriamente a favor de Brasília. No periódico *Corumbalense Goiano*, de Corumbá de Goiás, podemos notar como operou a tradição mudancista, em 15 de março de 1958:

Não somos inimigos do Rio de Janeiro. Pelo contrário, queremos até que a Cidade Maravilhosa o seja de fato e não como atualmente, sede de 700 mil desajustados, sem profissão, que só ônus trazem à nação e prejudicam à economia do país, não só financeiramente, como pelos problemas que acarreta. Do mesmo pensar era Hipólito da Costa, o grande jornalista, Diretor do Correio Brasiliense (sic) que, a propósito, assim se manifestava: "Reconheço a cidade do Rio de Janeiro mui própria ao comércio e outros fins, mas sumamente inadequada para ser a capital do Brasil. Basta lembrar que está a um canto do território do Brasil e que a sua comunicação com o Pará e outros pontos, não só desse Estado como de vários outros que formam a Nação, é de imensas dificuldades"¹³³

¹³³ MUDANÇA da Capital. O Corumbalense Goiano. Corumbá de Goiás, 15 mar. 1958.

O articulista consegue, por meio do imaginário efetivo, encadear o discurso de modo a apresentar a imagem instituinte de que a meta-síntese do governo JK era, na verdade, um desejo secular,

Aí está uma opinião de uma pessoa autorizada e que não é de agora, mas, sim, de mais um século. Vêm, pois, os leitores, que a mudança da Capital é um assunto antigo que mereceu o apoio dos patriotas da Conjuração Mineira, segundo nos conta Varnhagen?¹³⁴

O *Diário da Noite* anda, poucos dias depois, nos mesmos trilhos seguros da herança, tracejada aqui pelo imaginário mudancista a partir do princípio da legalidade:

Numa publicação do IBGE sobre "A nova capital, Brasília," é lembrado o fato de os constituintes de 1891 terem cuidado da interiorização da capital da República. Já no ano seguinte, a Comissão Exploradora do Planalto Central, dirigida por Luiz Cruls, escolheu a área próxima à Planaltina.

No Governo Epitácio Pessoa, chegou mesmo a ser colocada a pedra fundamental, a 7 de setembro de 1922, nas proximidades de Planaltina.

Em 1934, os constituintes determinaram a transferência, na Carta Magna. Em 1937, a nova Constituição aceitou a mesma ideia. A Constituição de 1946, igualmente, determinou a transferência da capital do Rio para o "hinterland".

Os trabalhos, no atual Governo, foram incrementados de tal maneira que a Lei 1.234/56 criou a Cia. Urbanizadora da Nova Capital, tendo realmente início a construção da cidade, que será o novo Distrito Federal.

O decreto de JK nº. 40.017/56, dando estrutura à Cia., acelerou a execução da ideia levada ao Congresso em 1891. Mas, já em 1823, um ano, portanto, depois da nossa Independência, José Bonifácio de Andrade e Silva propugnava pela interiorização da capital federal.¹³⁵

Aí está um artigo com a face de documento oficial, um texto jornalístico no formato de uma reta normativa cujo nexos se conclui na construção de Brasília. No excerto do *Diário da Noite*, todos os exemplos são apresentados como

¹³⁴ MUDANÇA da Capital. O *Corumbalense Goiano*. Corumbá de Goiás, 15 mar. 1958.

¹³⁵ BRASÍLIA, concretização da ideia que nasceu um ano depois da Independência. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 18 mar. 1958.

etapas da realização atual do direito histórico de existência da nova capital. Leis, constituições, decretos, Epitácio Pessoa, Luís Cruls e José Bonifácio são mobilizados quase como testemunhas de que o mundacismo de então era princípio e obrigação antiga. Era como se JK e aliados apenas estivessem agindo em conformidade com a lei.

Portanto, se o destaque da construção moderna e futurista de Brasília como marco iniciador da renascença brasileira é um dos motores do discurso pró-transferência, também se revela necessário apontar que o espírito inovador – radical – tenha convivido com tal ênfase na duração longa. Nesse caso, o passado não foi ultrapassado. Essa convivência revela que “[...] a inovação não se torna menos nova por ser capaz de revestir-se facilmente de um caráter de antiguidade” (Hobsbawm; Ranger, 1997, p. 13).

A edição da *Folha de S. Paulo*, publicada em 21 de abril de 1960, data de inauguração de Brasília, é emblemática dessa constatação, pois, o periódico “aplaude o governo” e demonstra entusiasmo “na hora em que se torna efetiva essa velha aspiração de nacionalidade”.¹³⁶

No entanto, se grandes nomes da história foram apresentados como capazes de provar a autenticidade, virtude e validade da concretização da nova capital, os antimudancistas também não hesitaram em utilizar a mesma estratégia para defender o Rio de Janeiro. O artigo “Visão”, editado pelo *Correio da Manhã*, no mês de julho de 1957, ponderou que “Com admirável visão, Pombal escolheu esta cidade, então muito menor que a Bahia, para a nova Capital do novo vice-reinado do Brasil. A larga visão é o privilégio do verdadeiro estadista. O político é apenas estrábico”.¹³⁷

Tais recortes da imprensa escrita expõem as aventuras e desventuras tanto instituídas quanto instituintes – bem como a combinação entre elas – por seus profissionais. Esses jornalistas se deslocaram entre o tempo curto do cotidiano – do estrábico JK – e o tempo longo da história – da admirável visão pombalina – e, assim, produziram uma leitura de seu próprio presente saturada de bricolagens da memória.

¹³⁶ *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 abr. 1960.

¹³⁷ VISÃO. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 23 jul. 1957.

A construção de Brasília mostra-se um momento fértil para a observação da cultura política presente na retórica da imprensa a partir de como relacionam passado e futuro. O jornal, nesse sentido, pode ser compreendido como uma “escrita do tempo” (Neves, 1988).

Nesse esteio, a percepção dos jogos de poder presentes na sociedade demanda empenho e interesse especializados – para esse suporte específico que é o jornalismo impresso – de leitura do cotidiano. Nas palavras de Roger Chartier, aludindo sobre a importância da relação entre forma e sentido:

Contra a abstração dos textos, é preciso lembrar que as formas que permitem sua leitura, sua audição ou sua visão participam profundamente da construção de seus significados. O “mesmo” texto, fixado em letras, não é o “mesmo” caso mudem os dispositivos de sua escrita e de sua comunicação (Chartier, 2002, p. 62).

O jornal impresso, a partir de seu regime de funcionamento, ao mesmo tempo em que tentou abrandar a angústia experimentada no momento em face do nascimento desse novo acontecimento, fazendo surgir em suas páginas uma atualidade desconcertante, também se ancorou em matrizes históricas, em arquivos, em memórias coletivamente sustentadas. As recordações aventadas nessas reportagens inscreveram o presente em passados recortados, escolhidos e trabalhados de modo a exorcizar a insegurança e sujeitar o inesperado às regras do que já era conhecido.

Se, no sentido abordado por Pierre Nora (1995), o acontecimento-contemporâneo pode ser tratado como símbolo de um processo, é relevante chamar a atenção para esse raciocínio que nos é essencial, pois a construção de Brasília apareceu, já no momento de sua construção, ou seja, antes de ser inaugurada, como um momento decisivo de nossa história brasileira, como “o Descobrimento”, “o Bandeirantismo”, “a Independência”, “o Fim da Escravidão”, “a Proclamação da República”.

Esse é nosso intento: destacar não apenas a ideia de ruptura, mas também de continuidade no *imaginário mudancista*. Embora a representação de corte/quebra seja importante, como já deixamos claro, existe um desejo de continuação nesse pensamento que não pode ser descartada. Identificamos nos recortes de jornais pró-Brasília buscas de rompimento com um passado tido como atrasado, com o terceiro-mundismo e o subdesenvolvimento, bem como aspirações de

transformar radicalmente a mentalidade nacional, a arquitetura e o urbanismo do país. Não obstante, apareceu nessas buscas e aparições a força do antigo.

Dito isto, vemos que cronistas e articulistas tanto afastaram quanto aproximaram *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa*. Exemplo da primeira relação, a de distanciamento, encontramos *Revista Manchete*, na qual lemos “[...] só tem uma política – a do otimismo, do progresso e da confiança no futuro do Brasil”¹³⁸. Na edição especial de 1959 foram veiculadas “as conquistas positivas deste país”, e ao folhearmos suas páginas, são habilmente alardeadas as peripécias audaciosas e vencedoras do Presidente da República, que quer trazer logo o futuro para toda a gente.

Anunciando o carro-chefe da publicação, uma entrevista especial com JK destaca que suas declarações abordariam “dados inéditos” sobre os empreendimentos que acordaram o “Gigante”, em outras palavras, iniciativas que prepararam o terreno “para a luta heroica” contra não apenas o subdesenvolvimento, mas contra “[...] a mentalidade retrograda mergulhada na apatia do comodismo e da rotina”, rompendo com o passado (Tavares, 1959, p. 3, 5).

Antes, em 1957, Juscelino já enfatizava esse discurso simbólica e imperativamente, ele falava sobre a necessidade de uma “[...] transformação necessária e urgente na mentalidade, no modo de sentir e conceber dos brasileiros” (Buchmann, 2004, p. 28) e, nesse sentido, atuaria prodigiosamente a construção de Brasília, “um mundo a vencer”. Para ele, a ambição de desbravar o interior e engrandecer o país, associada à ânsia de aumentar seus “índices de produtividade”, atuariam indubitavelmente de maneira saudável na alma do brasileiro.

Vê-se que, para o presidente Juscelino Kubitschek e para a *Revista Manchete*, o mudancismo não se tratava, absolutamente, de uma “retificação puramente geográfica” (Buchmann, 2004, p. 28), mas, sobretudo, de um projeto voltado à invenção de um novo futuro e à concepção de um novo brasileiro – certamente melhores que todos os já concebidos até ali.

Desse modo, a partir da construção de Brasília, pôde existir a imagem de um novo país e de um novo homem nacional – enfim, de um novo tempo – de

¹³⁸ Nas palavras de seu diretor e editor-chefe Justino Martins, em “Conversa com o leitor”.

pura expectativa, sem correspondentes em nenhuma experiência anterior, como nossos leitores observaram nos escritos anteriores.

Sendo assim, há sempre brechas para descobrir um futuro novo como alternativa a um “futuro passado”, quando se extrapolam as possibilidades finitas da experiência no esforço de negá-la e rompê-la. Em outros termos, a expectativa pode transcender a experiência, vista como insuficiente. Nesse contexto, a sensação de aceleração do tempo, a emergência de novidades e a própria ideia de progresso sociopolítico e técnico-científico, que circulavam na época, contribuíram decisivamente para alimentar um potencial utópico excedente.

Assim, nossas personagens, crônicas e cronistas, artigos e articulistas, JK, políticos e escritores aliados ou inimigos, puderam estabelecer coordenações variáveis entre experiência e expectativa. Juscelino é um grande exemplo dessa prática, pois se valeu, como demonstrado até aqui, amplamente de relações variáveis entre essas duas dimensões. Ele atrelou o futuro ao passado sempre que julgou conveniente e marcou a diferença entre o que existia até então e o que existiria depois da construção e inauguração de Brasília toda vez que lhe pareceu apropriado, por vezes num mesmo discurso. Sem sequer ser necessário virar a página, lemos o passado como modelo/exemplo e como algo a ser ultrapassado.

A título de ilustração do que foi exposto, temos o jornal *Última Hora*, que publicou, em 7 de janeiro de 1960, a missiva do “conhecido advogado Sobral Pinto”, enviada ao presidente no dia anterior. Demonstrando preocupação com a notícia de que o líder máximo da nação adoecera subitamente, na manhã do dia 31 de dezembro de 1959, a carta contrastou a “incompreensão dos políticos” com o “homem de doutrina” determinado a transferir a capital para Brasília, além disso, abraçou fortemente o passado no presente ao afirmar que:

Se o Rio de Janeiro vai sofrer, nos primeiros anos, cruciante e intenso traumatismo moral, o resto do País sentirá, pelo contrário, renascer aquelas esperanças que alimentaram os homens das legendárias bandeiras, esperanças essas que, refluindo depois para a atmosfera do Rio de Janeiro, irão retemperar, em moldes mais vigorosos, os próprios habitantes da antiga Capital, que será transformada, sem dúvida, numa espécie de Nova Iorque Sul-Americana.¹³⁹

¹³⁹ SOBRAL Pinto a JK: Brasília inaugurará nova época no progresso moral e material da nação brasileira. *Última Hora*. Rio de Janeiro, 7 jan. 1960.

Mas parece que é apenas isso que Sobral Pinto pretende fazer renascer – o espírito do bandeirante e a imagem de importância e influência de uma ex-capital, Nova Iorque. No auge do elogio ao passado, ele subitamente muda o discurso, haja vista que em seu entendimento a capital modificaria não apenas os aspectos sociais e econômicos do país, transformaria mais, muito mais. Alteraria a “[...] mentalidade espiritual e cívica dos nossos concidadãos”. A revolução, segundo ele, “[...] dará, ainda, ao homem do interior, de Norte a Sul e do Centro a Oeste, uma confiança ilimitada na capacidade realizadora da nossa raça”. Uma vez construída a *cidade modernista*, tudo seria diferente. Em suma, o horizonte de expectativa descolou-se, claramente, do *espaço de experiência*, pois, para Sobral Pinto, Brasília “[...] inaugurará nova época no progresso moral e material da nação brasileira”.¹⁴⁰

Entrementes, reconhecendo que os discursos mudancistas também se sentiam à vontade com o valor do passado, e não apenas com a sua negação, percebemos que, entre os fios que ligam o vivido e o revivido, a ambição dos brasileiros a favor da transferência da capital era, para José Lins do Rego, análoga ao heroísmo transformador e corajoso dos bandeirantes paulistas.

Para José Lins do Rego, “a procura do centro” estava sendo tracejada como “um caminho de salvação”, ele afirmava que “[...] o Brasil não será uma grande nação se permanecer à beira-mar, indiferente a regiões que lhe poderão trazer recursos fabulosos” (Rêgo, 1957). Em seus argumentos, projeta o passado no presente e, como em um passe de mágica, transforma os bandeirantes nos brasileiros, o bandeirante vira o brasileiro,

Assim pensaram os paulistas das Bandeiras, os que vararam o continente conduzidos pela vontade de arrematar índios e descobrir ouro e pedrarias. A ambição da conquista fácil seria transformada na penetração de pioneiros. O Brasil seria grande pelas terras que se escondiam atrás das montanhas. Permanecer nas praias de São Vicente seria reduzir a colônia a um mero porto de feitoria (Rêgo, 1957).

¹⁴⁰ SOBRAL Pinto a JK: Brasília inaugurará nova época no progresso moral e material da nação brasileira. *Última Hora*. Rio de Janeiro, 7 jan. 1960.

No solene contexto discursivo em que JK inaugura a Rádio Nacional de Brasília, destacando sua importância no grande empreendimento que ali está sendo realizado, nos interessa um corte específico:

Aqui estou para incentivar estes novos bandeirantes do Planalto, que se emulam com novos esforços inauditos, para concretizar o sonho republicano da interiorização da capital. Não me tenho poupado a riscos nem fadigas, para desincumbir-me dessa tarefa histórica, que o destino me confiou.¹⁴¹

A construção simbólica do bandeirante paulista como modelo de coragem e pioneirismo revigorou-se, mais uma vez, nos pronunciamentos expostos acima e, concomitantemente, ela explica, no entusiasmo e na eloquência com que foi apresentada nas palavras de Sobral Pinto, do cronista nordestino e do presidente da República, o porquê de sua existência duradoura e eficiente (Fausto, 1997).

José Lins do Rego busca incitar no leitor a compreensão de que esse *neo-bandeirantismo*, roteirizado por JK, também teria como resultantes conquistas e feitos brilhantes. Ir sempre avante, apesar dos obstáculos e intempéries, constitui o eixo da semântica construída e, em seu esteio, está o imperativo de que será sempre necessário, para o bem do Brasil, empreender e ambicionar, ainda que existam riscos e sacrifícios.

Ora, aí está a anedota antiga do bandeirismo, já presente em meados do século XIX, “[...] a busca infatigável [...] da aventura e da oportunidade, desde o dia da caça aos escravos e do desbravamento do sertão, na era colonial, até o presente” (Fausto, 1997, p. 66). Tal anedota foi retomada, segundo Joseph Love, orgulhosa e repetidamente, pelo regionalismo que advoga o “gigantismo” da “civilização paulista” (Fausto, 1997, p. 60) em momentos históricos bem anteriores ao *mudancismo* juscelinista.

E assim, é como se o autor do texto estampado na coluna “Conversa de Lotação”, do *Diário da Noite*, delegasse aos seus interlocutores virtuais a reflexão e a escolha entre duas alternativas: a opção cômoda de uma nação diminuta e circunscrita ou a opção desbravadora de procurar o chapadão goiano, “[...]”

¹⁴¹ BRASIL. Presidência da República. *Diário de Brasília*. Rio de Janeiro, 1958, volume 2, p. 59-60.

para ali fixar a cabeça administrativa da nação” (Rêgo, 1957). Na luta persuasiva em prol da segunda alternativa, o autor, com grande astúcia e sagacidade, demonstra a capacidade do tema bandeirante para simbolizar a integração e o progresso nacionais.

Em termos de imaginário, acreditamos que ainda predomina a face mais romântica dos bandeirantes, associada a um expansionismo luminoso e civilizador, em detrimento, por exemplo, da truculência, crueldade e rudeza das empresas que levaram a cabo pelo interior brasileiro, desde o século XVI.

Uma representação de grande amplitude e legitimidade sociais, como a do mote em questão, segundo José Neves Bittencourt, não se impõem como tal por si só, “pois não possui força intrínseca para tanto”, ao contrário, sua imposição depende de “mecanismos de inculcação” (Bittencourt, 1962) que operam politicamente para repetir esta imagem, ao passo que as outras são esquecidas.

De acordo com sua análise, o processo que permite que determinadas imagens se gravem tão intensamente na alma dos brasileiros está relacionado ao seu desligamento da fonte original, de sua historicidade determinada, ao fato de elas ganharem autonomia em relação à sua experiência espacial e temporalmente situadas.

Representações historicamente datadas são frequentemente revitalizadas e reabilitadas em outras circunstâncias, ao sabor das personagens que as usam politicamente. Trata-se de uma manipulação simbólica, pública, altamente interessada em apresentar uma dada imagem como a imagem legítima. O sentido político desse processo, ainda a reboque das formulações teóricas de Bittencourt, reside no fato de que uma imagem vencedora – isto é, recorrente, perpetuada e majoritária – torna-se também criadora de história (Bittencourt, 1962), de uma história pedagógica que nos ensina, pelo exemplo pretérito, maneiras de bem agir no presente.

Ao fazê-lo, as representações de beleza e êxito atribuídas aos Titãs desbravadores de ontem e de hoje, que têm sua força numa espécie de continuidade retrospectiva que, por sua vez, caminha entre a construção do futuro pelo pioneirismo de homens corajosos e a reconstrução do passado bandeirante, não são, pegando de empréstimo os termos de Henri Lefebvre, “[...] nem falsas, nem verdadeiras, mas, ao mesmo tempo, falsas e verdadeiras: verdadeiras como resposta a problemas ‘reais’ e falsas na medida em que dissimulam objetivos ‘reais’” (Lefebvre, 1980, p. 55 *apud* Lutfi; Sochaczewski; Jahnel, 1996, p. 95).

Todavia, como destaca o *Diário de Minas*, em sua epopeia pela conquista do interior do país, os bandeirantes “[...] não conseguiram criar uma cidade no coração do Brasil”. Logo, seria natural então que a construção de Brasília fosse apresentada pelo presidente JK como um “novo bandeirismo racional”.¹⁴²

Em 1959, no *Diário Carioca*, para o jornalista Danton Jobim, ao se tratar da transferência da capital, “convém recordar”. Em sua análise, intitulada “A Lição de Brasília”, Jobim rememora que “[...] no começo do século passado já grandes figuras da vida pública brasileira aconselhavam a mudança” (Jobim, 1959). Ao recuar ao século XIX, ele traça ainda um paralelo entre esse tema e outro da memória coletiva, a abolição da escravidão: “Do mesmo modo que, no passado, outras [figuras da vida pública brasileira] preconizavam a substituição do trabalho livre”. “Em ambos os casos” – ou seja, em sua proposição de mudar a capital para o interior e em sua posição a favor da abolição gradual –, enfatiza ele, “[...] salienta-se, por coincidência, a atuação do Patriarca José Bonifácio” (Jobim, 1959). Além de sua atuação importante na independência do Brasil, em 1823, Bonifácio defendeu povoar o sertão e resguardar a cidade do Rio de Janeiro de ataques estrangeiros interiorizando a capital.

Carioca, entretanto, partidário de Brasília, Jobim afirma acreditar “[...] ser profundamente insensata a atitude dos que se colocam obstinadamente contra aspirações de progresso social ou político” (Jobim, 1959) e, valendo-se da história nacional, ele articula os heróis do ontem e do hoje, Bonifácio e JK, num emaranhado de tenaz confiança. “A verdade é que a mudança da Capital, sonho de século e meio, já se acha à vista, a uma distância, no tempo, de pouco mais de um ano!” (Jobim, 1959) Embora persistissem as investidas, manobras e pronunciamentos hostis à construção de Brasília e a favor do adiamento da mudança, sua experiência o levava a não se alarmar com o futuro, pois se apegava ao fato de que “[...] nas vésperas da abolição da escravatura, houve quem dissesse em nosso Parlamento que os fazendeiros podiam dormir tranquilos porque enquanto houvesse lavoura de café haveria negro para trabalhar” (Jobim, 1959).

¹⁴² BRASÍLIA é exemplo do novo bandeirismo racional. *Diário de Minas*, Rio de Janeiro, 1 jul. 1958.

Crê-se acima na inevitabilidade do processo histórico, na inevitabilidade da nova capital interiorana, “[...] ideia que vem trabalhando a consciência do país”, de forma que “[...] mais cedo ou mais tarde haveria de aparecer quem a realizasse e não haveria oposição capaz de impedi-la” (Jobim, 1959). Pelas lições históricas Brasília seria uma realidade. Nesse sentido, a experiência passada foi capaz de atender às expectativas do presente. O passado guiaria o futuro, o douraria.

Interessante notar também uma finalidade clara da história para os mudancistas, que viam o destino da nação atrelado a Brasília, fazendo-o coincidir com o devir legalista, republicano, com o devir da liberdade e da justiça.

A abordagem introspectiva de Henri Bergson, interpretada por Ecléa Bosi, esclarece essa função prática da memória como algo que “[...] leva o sujeito a reproduzir formas de comportamento que já deram certo” (Bosi, 1987, p. 46-47). Retóricas triunfalistas em torno da nova capital, como ficou evidente, encontraram nas recordações heroicas – que já deram certo – de nosso passado grandes aliadas na imaginação prodigiosa do futuro.

A crônica “Enquanto Isto, Brasília Cresce”, do *Correio Radical*, em 3 de setembro de 1957, disseminou que, assim como no momento de tensões entre mudancistas e antimudancistas, em outros episódios da história nacional também existiram grupos que, como os segundos, em vão remaram contra a maré. Trata-se de grupos alcunhados como derrotistas que foram reduzidos ao mundo do “falatório vão” por aqueles preocupados sobremaneira em ser objetivos. No referido jornal carioca, há a afirmação de que o “tema Brasília” divide opiniões,

[...] mas revela uma realidade palpável: - enquanto os discutidores discutem, [...] a nova Capital do país cresce a olhos vistos. Seus adversários gostam de fazer o papel da “mulher do piolho”, que, atirada num rio, ao invés de descer com a correnteza, subiu contra ela só para contrariar as leis da natureza. E para este papel do contra, ninguém melhor que os representantes da U.D.N. Agora estão descambando para outro argumento que não é propriamente um argumento. Não são contrários à mudança da Capital, mas acham inoportuna a mudança para Brasília, agora.¹⁴³

¹⁴³ ENQUANTO Isto, Brasília Cresce. *Correio Radical*. Rio de Janeiro, 3 set. 1957.

A mulher do piolho é uma figura representativa da teimosia frequente e sem limites na cultura popular brasileira. Ela aparece em muitas e variáveis formas narrativas ou contos tradicionais que associam a figura feminina à birra, à cabeça dura. Portanto, a expressão folclórica empregada no discurso acima quer reforçar a conclusão de que os antimudancistas são turrões demais para ceder ou admitir que estão errados.

Não sem razão, o autor anônimo vocifera contra a UDN. Nas idas e vindas de suas investidas hostis à construção de Brasília, Carlos Lacerda, seu grande líder e orador, “[...] no início de abril de 1960, apresentou o projeto de Resolução determinando o adiamento da transferência para depois da eleição do novo presidente da República, marcada para 3 de outubro do mesmo ano”¹⁴⁴ que, entretanto, esbarrou na maioria dos deputados do Congresso, formada por mudancistas e a data foi mantida: 21 de abril de 1960.¹⁴⁵

A narração do *Correio Radical* (1958) tece uma representação verdadeiramente apologética da mentalidade do governo JK, enfatizando seu compromisso de “levar êste país para diante” e sua preocupação com “o âmago dos graves problemas nacionais”. Contudo, o texto afirma:

Isso não impedirá que haja um grupinho sempre do contra. São os piolhos de nosso desenvolvimento, as cassetas eternas, tentando atrapalhar os passos dos líderes e estadistas. Assim também foi com a abolição da escravatura. Sempre houve, nos debates públicos, os inimigos da libertação do elemento servil, que veio em consequência inevitável de nosso caminhar como Nação. A Proclamação da República também teve seus inimigos. No entanto, ela veio, a duras penas, mas veio e floresceu e cresceu. Assim também será com a mudança da Capital Federal. Aspiração ultra-centenária de nosso povo, haverá sempre quem fale contra a idéia, que já passou dos debates líricos, e inscreveu-se no texto da Constituição de 1831, 1934, 1937 e 1946.¹⁴⁶

¹⁴⁴ ENQUANTO Isto, Brasília Cresce. *Correio Radical*. Rio de Janeiro, 3 set. 1957.

¹⁴⁵ Campanhas Contra a Construção. *Brasília 40 Anos*: uma história que continua sendo escrita. Correio Braziliense/TV Brasília. Edição Única Comemorativa. Brasília: impressão e fotolito, Foco, Divisão Gráfica, 21 de abril de 2000, p. 41.

¹⁴⁶ ENQUANTO Isto, Brasília Cresce. *Correio Radical*. Rio de Janeiro, 3 set. 1957.

Aqui, as duas instituições irmãs de nosso passado, o Império e a Escravidão, por representarem o antigo – na imaginação mudancista do cronista – não puderam deter o “inevitável de nosso caminhar como nação”. Essa implacável trajetória rumo ao novo e ao moderno não seria detida pelo “grupinho do contra”.

“Os inimigos da libertação do elemento servil” foram lidos por especialistas no assunto fora das paixões de 1957 que os colocaram em par com os inimigos de Brasília para além dos insultos piolhos e cassandras. Para a historiadora e antropóloga Lilia Schwarcz, durante o reinado de Dom Pedro II, “[...] o cativo existente no Brasil era uma ameaça constante à estabilidade da monarquia e contrastava com o brilho civilizatório desse reino americano” (Schwarcz, 1998, p. 116). Já o historiador Ronaldo Vainfas argumenta que:

Para as elites imperiais, as razões e os motivos da civilização tornaram-se, ao longo do século XIX, uma obsessão a ser perseguida para a superação de todos os males, dentre eles, a forte presença da herança africana na aparência da população e em seus costumes. [...] O ideal de civilização também foi frequentemente associado ao ideal de progresso, ambos diretamente dependentes da criação da riqueza, da manutenção da produção e da ordem no trabalho, como tão claramente afirmou um deputado, João Maurício Wanderley, na sessão da Câmara dos deputados de 1º de setembro de 1854: “A produção aumenta a riqueza e esta é que civiliza um povo, o torna mais brando e o faz feliz”. É sintomático que a abolição da escravidão não tenha sido uma bandeira dos defensores da civilização no Império. Condições fundamentais para a civilização eram a produção e a ordem no trabalho, tidas como indissociáveis da escravidão até o final do século XIX (Vainfas, 2002, p. 142).

Para as elites imperiais era possível fazer a manutenção da ordem escravista e, ao mesmo tempo, ser civilizado (e até mesmo liberal). Havia, portanto, uma tentativa de conciliar a escravidão, a prosperidade e a ideia de progresso – as duas últimas tão caras a JK e a crônica citada anteriormente. Nesse contexto, a conservação do sistema escravista como forma de manter a ordem da propriedade e da produção era atitude clara e pragmática na defesa da economia. Além disso, para a corte da Rua do Ouvidor, era possível tentar fazer da escravidão um cenário invisível. O ideal, sob essa ótica, era que o mundo do trabalho permanecesse silencioso, como ressalta (Schwarcz, 1998, p. 116).

É igualmente importante perceber que, ao longo de todo o texto, “Enquanto Isto, Brasília Cresce”, não há qualquer indício que aponte para a tão divulgada indiferença do povo em relação à Proclamação da República, povo este que assistiu a tudo aquilo “bestializado”, acreditando tratar-se de uma simples parada militar. Segundo o jornalista Aristides Lobo, propagandista do novo regime e “observador participante”, a população teria presenciado os eventos sem compreender o que de fato estava acontecendo (Carvalho, 1998).

O que queremos expressar, nesse ponto, e julgamos ser útil para a análise, foi sintetizado de forma concisa e lúcida na voz da historiadora Ana Luiza Martins (2001, p. 7), “[...] a cena da mudança de regime fora rápida e, de certa forma, surpreendente. Conforme ditos da época, a população ‘dormiu monárquica e acordou republicana’, sem saber bem o que se passara”.

E, segundo Benedict Anderson (1989), transformar o acaso em destino consistiria na mágica do nacionalismo, uma mágica que o autor em questão, certamente, se esforçou por realizar. Ao contrassenso de uma República sem participação pública e sem desejo nacional, que não permitiu que se formassem cidadãos (inclusive e principalmente o novo contingente de ex-escravos), que depreendemos da leitura de José Murilo de Carvalho, segue-se o contrassenso do governo de JK, pretensamente livre e popular, mas garantido por Lott e parcela dos militares. A democracia não estava tão crescida e florescida assim, era um centro de disputas com muitos impasses. O golpe militar de 1964 e a permanência do regime por 21 anos evidenciaria isso.

De qualquer modo, o Brasil republicano e pós-abolicionista esteve longe de ser um admirável e extasiante “mundo novo”, fruto do trabalho consciente de sua população em pró-desenvolvimento nacional. Pelo contrário, cedo gerou seus decepcionados e levou a frustrações. Os decepcionados não conseguiam ver – e nem podiam – o abismo que separava o Império retrógrado da República moderna.

Todavia, faz-se oportuno ressaltar que José Murilo de Carvalho, no livro que se propõe a analisar os principais símbolos, alegorias e mitos utilizados pelos republicanos brasileiros, nomeado *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*, nos estimula a pensar decisões políticas que em outros contextos têm a mesma pretensão de inaugurar um novo tempo, como o da construção de Brasília. Republicanos e mudancistas almejavam consolidarem-se não apenas com base na força, que pode ser vista como um gesto autoritário e um arranjo

oligárquico que beneficie a poucos. Os dois momentos – a Proclamação da República e a construção de Brasília – foram atravessados por tentativas ideológicas de legitimação, seja para a população em geral, seja para setores politicamente mobilizados, tornando decisivos os esforços para “formar almas” (Carvalho, 2007, p. 9, 11). Daí a importância das fontes selecionadas para esta pesquisa, situadas nesses ânimos e nessas tensões próprias as lutas por arregimentação simbólica.

Ainda no sentido esboçado no capítulo em tela, sobre o *espaço de experiência* dos homens dos anos dourados, palmas em forma de matéria também foram oferecidas pelo Diário Carioca, no segundo dia do mês de outubro de 1957, quando advogava pela confiança do Brasil em Brasília: “[...] este ato representa o passo mais viril, mais enérgico, que a Nação dá, após sua independência política, para sua plena afirmação”.¹⁴⁷

Aqui o periódico assinala que o empreendimento realizado na solidão do Planalto Central configura nossa segunda independência, nossa segunda afirmação como nação. Decisão tão vigorosa quanto a de Pedro I, a criação da nova capital queria unir e dignificar, mais uma vez, todos os brasileiros. Essa pequena formulação mostra seu potencial de convencimento no apagamento dos dissensos vividos no presente, como revela o título: “Passo mais viril que a Nação dá: Brasília”, de modo tão eficaz quanto o realizado sobre aqueles do passado.

Restou-nos a imagem heroica do brado de “Independência ou morte!” pelo príncipe regente e futuro imperador, em 7 de setembro de 1822, às margens do rio Ipiranga; restaria nesse contexto a construção de Brasília como o segundo “grito acorde de todos os brasileiros”, uma reimpressão histórica de mudança em prol da liberdade, que almejaria, mais uma vez, sacudir o Brasil de qualquer sujeição e inferioridade.

À criação da nova capital, todos deveriam se curvar, uma vez que ela representava, acima de tudo, uma causa brasílica, uma “consequência inevitável de nosso caminhar como Nação”,¹⁴⁸ pegando de empréstimo, apropriada e novamente, os termos utilizados na edição do *Correio Radical*.

¹⁴⁷ PASSO mais viril que a Nação dá: Brasília. Diário Carioca, Rio de Janeiro, 2 out. 1957.

¹⁴⁸ ENQUANTO Isto, Brasília Cresce. *Correio Radical*. Rio de Janeiro, 3 set. 1957.

Contudo, é importante destacar que, às voltas de nossa Independência, sem unidade política e enfrentando dificuldades de comunicação, divisões profundas grassavam entre as Províncias. Sobre o fato, Ronaldo Vainfas conclui:

Dessa forma, somente no final de 1823 definiu-se a unidade territorial do Império do Brasil, à custa de muito sangue e de inúmeros confrontos violentos nas cidades, inclusive no Rio de Janeiro, motivados pelo ressentimento contra os portugueses, o que invalida a visão ufanista da historiografia tradicional de que a Independência foi realizada sem os "horrores da guerra civil e da anarquia". Além disso, como o período das Regências faria evidente, as guerras de independência foram incapazes de resolver, sob a aparente solidez do Império, seja a questão da distribuição do poder entre o governo central e as províncias, seja as tensões sociais que marcam o país (Vainfas, 2002, p. 328-329).

Ilustração 1 - Painel *Independência ou Morte* – Pedro Américo



E ainda que o 7 de setembro seja celebrado oficialmente como a proclamação da nossa Independência, para os próprios contemporâneos de 1922 o evento não se revestiu de um significado especial". O fato nem sequer foi noticiado pela imprensa da época, o que não impediu que fosse posteriormente incorporado ao imaginário da nação, como bem evidenciou o artigo do Diário Carioca em análise.

Foi decisivo, para tal consolidação simbólica, o painel de *Independência ou Morte*, pintado por Pedro Américo (ver ilustração 1), entre 1886 e 1888, na cidade de Florença, por encomenda oficial. A obra transformou definitivamente o *Grito do Ipiranga* no gesto fundador do Brasil. É novamente Ronaldo Vainfas (2002) que nos faz notar que:

Essa falta de ressonância do 7 de setembro deve-se a que, em larga medida, para os atores do drama, a Independência já estava consumada desde a convocação da Assembleia Constituinte, em 3 de junho, ou, pelo menos, desde o decreto do dia 1º de agosto e dos dois manifestos subsequentes, dirigidos ao Povo do Brasil e às Nações Amiga (Vainfas, 2002, p. 371-372).

Diante do exposto, percebemos que decisões políticas de determinados grupos – como a Independência e a construção de Brasília – não raramente nos são apresentadas sob a forma de concórdia e consenso, com um Brasil unido. Não à toa o nacionalismo configura-se como uma das ideologias mais poderosas existentes.

Assim, a *Causa de Brasília* foi convertida em *Causa Nacional*. A propaganda em favor da cidade buscava abarcar todas as classes, almejava alcançar a universalidade.

Persistindo nesse mote persuasivo e valendo-se dos jogos de inferências entre o presente e o passado reconhecíveis nas reportagens, temos o texto de Juvenal Rodrigues de Moraes, deputado pelo PSD e, portanto, companheiro de agremiação política do Presidente da República. No *Diário de São Paulo*, em dezembro de 1958, ele assevera que “[...] as grandes obras do governo não são, quase sempre, compreendidas desde logo pela opinião pública em suas verdadeiras proporções”, pois “[...] seus frutos só se desenham à vista da opinião comum muito mais tarde” (Moraes, 1958).

Ainda assim, sustentou o legislador que a criação de Brasília, pelo governo, foi inspirada no “real interesse coletivo” e, portanto, estava longe de ser uma realização “de caráter demagógico” projetada para “efeitos teatrais”, ilusionistas e exibicionistas, no intuito frívolo e imediatista de angariar, positivamente, o julgamento popular:

Por isso mesmo graves injustiças sofreram da opinião contemporânea, grandes e beneméritos governos, especialmente porque o oposicionismo alimentado pelo ódio ou pelo interesse politiquieiro, jamais se esquivou de explorar a incapacidade da opinião comum para a percepção imediata da ação governamental. Estão inscritas nas páginas de nossa história política as campanhas violentas que sofreram os governos de Campos Sales e Rodrigues Alves, com vivo reflexo no conceito público. Entretanto, os governos dos dois ilustres paulistas receberam, depois, o galardão da benemerência,

que a unanimidade da opinião coletiva brasileira lhe concedeu, agradecida (Moraes, 1958).

Ribalta da opinião comum desde cedo, ou, dito de outro modo, desde quando era apenas intenção e papéis, Brasília – nas agitações de suas notícias, no tumulto e conflito das especulações que foram rapidamente alinhavadas em seu redor, enfim, na eclosão de tiragens díspares e truncadas que rapidamente ascendeu – acabou por constituir-se, para Juvenal Rodrigues de Moraes, na pauta ideal de exploração das classes políticas que faziam objeção à ideia mudancista junto ao grande público, uma vez que, ao contrário daqueles que estavam “nos bastidores dos departamentos administrativos”, esse público desconhecia a “intimidade dos fatos” e ignorava o significado grandioso da “ciclópica realização” que estava sendo empreendida no coração do país.

Assim, prosseguiu o discurso: “[...] longe dos olhos da gente do litoral é fácil a má-fé truncar os fatos ou forjar falsos conceitos” e desenhou um quadro continuísta, ao afirmar que “[...] ainda hoje, embora tenhamos progredido um pouco no terreno da politização do pensamento popular, as mesmas injustiças se praticam e as mesmas explorações oposicionistas se tentam” (Moraes, 1958).

Em suas admirações por Brasília e em suas aspirações de associar as críticas lançadas sobre a nova capital ao oposicionismo politiqueiro, ou à falta de discernimento para filtrar a informações manipuladas por esse mesmo grupo, o político pessedista separa demasiadamente a cultura política “do povo” e a cultura política “dos técnicos de administração”, como se essas delimitações não se tocassem, não se intercomunicassem. Ademais, ele desconsidera que os homens e as mulheres não são apenas objetos, mas sujeitos da modernização, esquece do “modernismo nas ruas”¹⁴⁹. Subestima a capacidade dos homens comuns para lidar – por meio de seus próprios interesses e afetividades – com a decisão governamental de transferir sua sede.

Todavia, é importante reconhecer que a recepção de discursos é tão produtiva quanto a emissão; nela, sentidos são largamente manufaturados. A leitura

¹⁴⁹ Frase que Marshall Berman atribui ao “grande crítico Lionel Trilling”, que a cunhou em 1968. Cf. BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 11, 20.

de qualquer texto ou mensagem é uma prática que guarda sempre a possibilidade de subversão e ressignificação. Debruçando-nos sobre a discussão do quadro teórico de Michel Maffesoli por Maria Cecília Sanchez Teixeira, percebemos que “[...] a aceitação e a resistência são os dois polos em torno dos quais se organiza a socialidade”, contudo “[...] para além das ‘imposições mortíferas’, existe sempre uma reapropriação, uma criação que, por mínima que seja, é eficaz e não poder ser subestimada”. Ingênua e dogmática é a teoria que encara o povo como “[...] sujeito histórico sempre enganado”, alienado Teixeira (1990, p. 141, 151)¹⁵⁰.

É importante para quem se dedica a pesquisar a mídia impressa atentar-se a ressalvas de pesquisadores tarimbados da história cultural, como Robert Darnton. Para ele, “[...] não se pode calcular a média dos significados nem reduzir os símbolos ao seu mínimo denominador comum” e é essencial que o historiador tente escapar da armadilha da terrível escolha entre o “típico” e o “excêntrico” (Darnton, 1986, p. XV, XVII). Devemos estar cientes de que aquelas pessoas não pensavam da maneira que pensamos e devemos ser capazes de captar e lidar com a diferença, ainda que não possamos excluir da abordagem histórica os problemas e as preocupações do presente.

Tecnocratas e eruditos – como o povo – também estavam suscetíveis à adoção de conceitos a priori ou formulados à distância.

Tanto Georgete Medleg Rodrigues quanto Ivany Câmara Neiva fazem uma história de Brasília valendo-se da fala de pessoas comuns e de trabalhadores que imaginavam a capital em cartas dirigidas a JK, disponíveis no Arquivo Público do Distrito Federal. Esses documentos são registros empolgantes que vão além de elogios, abrangendo também reclamações, sugestões, pedidos, perspectivas e desejos de homens e mulheres simples que viveram as contradições da construção da nova capital. No resumo de sua dissertação, Georgete Medleg destaca o conteúdo do penúltimo capítulo, intitulado “Correio do Passado”, nos seguintes termos: “[...] o terceiro capítulo procura mostrar de que forma a população percebeu a construção de Brasília, como foram introjetadas e reelaboradas as

¹⁵⁰ Para Michel Maffesoli, vale dizer, a “socialidade” é expressa na solidariedade orgânica.

concepções oficiais, através da análise de cartas populares encontradas nos acervos da NOVACAP¹⁵¹.

Ora, cada indivíduo apenas aceita aquilo que lhe parece justificado. E é por isso mesmo que a unanimidade opinativa existe tão somente como figura retórica. Juvenal Rodrigues de Moraes, por exemplo, faz uso dela para se referir benevolmente aos presidentes paulistas Campos Sales e Rodrigues Alves, embebido do tradicional sentimento de paulistanidade.

A visão do Sr. Juvenal Rodrigues, tendente a encapsular o universo das gentes comuns, permite-nos derivar ou tirar de dentro do seu plano discursivo o investimento em uma fórmula bastante inteligível justamente ao senso comum: o provérbio¹⁵² – “o martírio de hoje, o reconhecimento (unânime) de amanhã” ou, em um tom mais cristão, “os humilhados serão exaltados”. Para ele, o valor dos dois presidentes paulistas, após serem alvos de injúrias imediatistas, foi mais tarde reconhecido e aclamado; assim, mesmo destino terá, por conseguinte, o mineiro JK, que compartilha com os outros a mesma disposição benemérita. Em suma, “a César, o que é de César”.

Pedimos licença para nos valer da verve proverbial uma vez mais, pois imaginamos que o Norte desse mesmo discurso, proferido oralmente na Assembleia Legislativa antes de ser impresso no *Diário de São Paulo*, pode ser vislumbrado num recado claro e recorrente em diversos artigos que igualmente receberam bem a ideia de uma nova capital para o país, a saber, “levar a cruz ao calvário”, ou seja, concluir com resignação essa tarefa árdua. Havia, nesse *topos*, a necessidade de superar as tempestades que se interpõem aos nobres, ilustres e distintos grandes objetivos colocados em pauta por também grandes homens, que fizeram uma grande história e que farão um grande futuro. Filão ideário este, encontrado no texto de Amaury Mercadante no jornal carioca *O Semanário* em agosto de 1957:

O presidente Juscelino Kubitschek tem sido alvo dos mais injustos ataques e críticas em relação às iniciativas tomadas no caso

¹⁵¹ Geralmente elas veiculavam pedidos de lotes de terra em Brasília e estampavam a fidelidade política de votantes, a admiração e a defesa dos missivistas ao presidente. Ver, especialmente, o terceiro capítulo: “Correio do Passado”. Cf. Rodrigues (1990, p. 6) e Neiva (2008).

¹⁵² Estamos aqui no campo da intertextualidade, no sentido de que, para nós, provérbios conhecidos fazem sentido no discurso do parlamentar mudancista Juvenal Rodrigues de Moraes por ligas implícitas. “Assim, Adam (1999:85) fala de ‘intertexto’ para ‘os ecos livres de um (ou de vários) texto(s) em outro texto’, independentemente do gênero”. Cf. Charaudeau; Maingueneau (2004, p. 286).

[construção de Brasília]. Entretanto, confiante e senhor do que está fazendo, não se deixa quebrantar ante o descrédito que seus inimigos semeiam no povo [...].

Sabe o presidente, como nós, que os obstáculos encontrados com a descrença popular e as pedras deixadas propositadamente no caminho por seus adversários, servirão somente para realçar a grandiosidade de sua iniciativa político-patriótica (Mercadante, 1957).

E, no mês de dezembro do ano anterior, no escrito de Rubens do Amaral, lê-se: “Já disse e repito. Se o Sr. Juscelino Kubitschek ousar a mudança da Capital Federal para Brasília, só com isso e apesar de tudo, ficará na história como grande benemérito do Brasil” (Amaral, 1956).

Nesse sentido, os trechos acima evidenciam a capacidade própria que a experiência pode ter em valorizar a repetição. Reinhart Koselleck, ao citar o filósofo e político italiano Nicolau Maquiavel, ilustra atitudes de valozição da dimensão do passado na experiência do tempo: “[...] quem quiser prever o futuro tem que olhar para o passado, pois todas as coisas na Terra têm, desde sempre, semelhança com as coisas passadas”.¹⁵³

A organização do passado pelo presente, apesar dos esforços dispensados em sua naturalização, sempre carrega incompletudes, indícios do quão local e pontual ela é, produto da densidade e da precariedade próprias do cotidiano vivido, e isso deve ser considerado quando se coloca qualquer texto em perspectiva. As relações com a palavra, como sugere Maffesoli, integram a gama de rituais que compõe a vida cotidiana (Maffesoli, 1984, p. 93 *apud* Mello, 1997, p. 157).

Trazemos à baila mais uma vez o discurso de Juvenal Rodrigues de Moraes, que se move com igual desenvoltura entre argumentos passadistas e futuristas:

Brasília não é, apenas, como julga a opinião vulgar, a construção de uma metrópole. É o despertar do Gigante adormecido para a obra de civilização e progresso que o destino lhe reservou. É o advento de um novo e decisivo ciclo na história política, social e econômica do Brasil. É o pórtico de uma era de esplendor para nossa Pátria (Moraes, 1958).

¹⁵³ I. Kant, *Idee zu einer allgemeinen Geschichte in weltbürgerlicher Absicht* (1784), Siebter Satz, AA, t. VII, Berlim e Leipzig, 1912, p. 25; N. Maquiavel, *Discorsi* 3, 34, trad. alemã F. Von Oppeln-Bronikowski, Berlim, 1922, p. 303 *apud* Koselleck (2006, p. 318).

Entretanto, a história tradicional dos momentos de grandeza e dos heróis serviu, simultaneamente, à ofensiva contra Brasília. Para Fernando Catroga, que se apoia nos escritos de Paul Ricouer, “o mais difícil”, tanto na “representação do mundo construída pela memória” quanto nas “interpretações historiográficas”,

[...] não é admitir que os fatos apareçam de outra maneira, ou sejam contados por outros; o difícil é aceitar-se que os acontecimentos fundadores, ou definidores da própria identidade (individual, nacional) apareçam interpretados e narrados segundo perspectivas diferentes das nossas (Catroga, 2001, p. 58).

Vigésimo primeiro dia do mês de abril, data que marca, ao mesmo tempo, a memória de Tiradentes e do nascimento de Brasília. O sino que ressoava em 1960 “[...] foi o mesmo que tocou na execução de Tiradentes, em 21 de abril de 1792” e, pelo *imaginário mudancista*, o sonho secular que vinha desde a Inconfidência Mineira se tornava realidade. Tratava-se, pois, para seus partícipes, indubitavelmente, de data de puro regozijo e sua escolha estava comprometida com a administração desses sentidos político-históricos, que nunca “estão soltos”, como destaca Orlandi (1999, p. 9-10). Podemos ler o fragmento discursivo logo abaixo citado por Armando Buchmann no livro *Arquiteto Lúcio Costa, o inventor da cidade de Brasília: centenário de nascimento*, na oportunidade em que veicula textos e fotos sobre a inauguração dela:

A Designação de dia 21 de abril para a transferência da Capital Federal para o Planalto central, coincidindo com a data em que a nação celebra relevante episódio de sua história, a Inconfidência Mineira, tem alto sentido de reafirmar a independência almejada pelos idealistas da então Vila Rica do Século XVIII (Buchmann, 2002, p. 149).

Enquanto na erudição renomada de José Campomizzi Filho – procurador de justiça, cronista, ensaísta e crítico literário mineiro –, da qual fez uso o jornal *Folha do Povo*, da cidade de Ubá -MG, podemos ler o seguinte:

A vinte um de abril de sessenta, quando a pátria inteira descobrir na data memorável do martírio de Tiradentes, Brasília será oficialmente declarada capital do país. Os próprios inconfidentes sonharam com essa mudança como um dos princípios fundamentais da nova república. Quase duzentos anos depois, um filho destas montanhas

soluciona o problema. E a nova capital marcará a redenção do homem do interior, a conquista das terras incultas do oeste e a agitação da pátria, buscando o lugar que lhe cabe de uma das maiores potências universais (Filho, 1957).

Aliás, tal inauguração foi amplamente marcada por analogias, reedições e sacralizações históricas, tanto que o escritor paraense e membro da Academia Brasileira de Letras Osvaldo Orico afirmou e nos informou, com ardor, em crônica de sua autoria:

Sim. Eu vi a nova Capital nascer, sob as bênçãos de Deus, a 0' hora do dia 21 de abril de 1960, no altar em que fora colocada a Cruz de ferro que acompanhou o almirante Pedro Álvares Cabral na nau capitânea em que ele avistou terras do Brasil (Orico, 2004, p. 96, 103).

O espaço de experiência mudancista é muito elástico e criativo. Mas os antimudancistas não ficaram aquém. *O Correio da Manhã*, em agosto de 1957, adota um tom diverso – e bem jocoso – ao abordar a escolha da “data fatídica”, enfatizando que ela “[...] já tem fornecido muita oportunidade para especulações”. Ao combater “o insensato projeto”, diz que “[...] primeiro, hesitava-se entre ela [21 de abril] e o 7 de setembro e o 15 de novembro, etc., todas as possibilidades de emoção patriótica a ser manifestada na ocasião da transferência da Capital do Brasil”. Resolveu-se, enfim, nos informa o mesmo periódico, em favor da “[...] tocante data de Tiradentes”¹⁵⁴. “Talvez para aludir a novo enforcamento: o do Rio de Janeiro”.¹⁵⁵

O artigo acima, sem autoria identificável, é inteligente e mordaz em sua alusão lúgubre passado-presente-futuro, apegada a um certo cinismo em relação a tal rito comemorativo. A expectativa de “enforcamento” do Rio de Janeiro carrega aí a amargura e a inconformidade com o futuro, pois nele a capital seria Brasília. A relação é a de que as mazelas decorrentes de enforcamentos – reais ou metafóricos – se reeditam.

¹⁵⁴ Por mais confuso que possa parecer, em 21 de abril comemoramos o dia em que Tiradentes, no ano de 1792, morreu enforcado. Dos Inconfidentes, foi o único executado e serviu de exemplo. Sua imagem de mártir e mito nacional remonta à configuração da República como seu símbolo. O novo regime o aclama como um porta-voz precursor de um Brasil livre da colonização portuguesa.

¹⁵⁵ DATA Fatídica. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 14 ago. 1957.

Para os mudancistas, em franco contraste, a data escolhida faria reviver, num contexto diferente, os sonhos, a idealização e a coragem de nosso herói republicano, Tiradentes. E mais, a data também fazia alusão ao dia de fundação de Roma, 21 de abril de 753 a.C. Brasília é sua cidade-irmã. Em frente ao Palácio do Buriti, pode-se observar uma cópia da famosa escultura da Loba Romana, em bronze, amamentando os irmãos que, mitologicamente, são considerados os fundadores de Roma: Rômulo e Remo. A escultura foi um presente da Prefeitura da cidade italiana e simboliza justamente o nascimento da urbe que aniversaria também no dia 21 de abril.¹⁵⁶

Durante sua entrevista ao jornal *O Globo*, Afonso Arinos, no dia 5 de janeiro de 1959, interrompeu o que estava dizendo e pegou um livro em sua biblioteca. Ao mesmo passo que procurava a página desejada, que se referia a outro grande nome da Inconfidência Mineira, Tomás Antônio Gonzaga, prosseguiu suas declarações, já as relacionando com o conteúdo-alvo da busca,

– A aspiração da glória futura por empreendimentos materiais memoráveis é uma ilusão de certos governantes que se esquecem da sorte das gerações contemporâneas. O Governo do Brasil deve voltar-se para o povo e cuidar principalmente dos homens. Para isto, precisa de uma dose de ponderação, de humildade e de desprendimento de que não são capazes aqueles que vêm no Poder apenas um pretexto para a criação de seu renome.¹⁵⁷

Finalmente, ao encontrar a passagem desejada no livro, Arinos recitou os versos do “grande inconfidente”, que declara ser um dos poetas brasileiros de que mais gosta. Com entusiasmo, destacou: “Tomás Antônio Gonzaga escrevia o seguinte, na nossa Vila Rica, há quase duzentos anos”:

“Ora, pois, louco chefe vai seguindo
A tua pretensão, trabalha e força
Por fazer imortal a tua fama

¹⁵⁶ O Palácio do Buriti é a sede do Governo do Distrito Federal e resultado do projeto do arquiteto Nauro Jorge Esteves, da equipe de Niemeyer. Inaugurado em 1969, seu nome vem de uma palmácea típica do cerrado, a buriti. “Pontos Turísticos: Palácio do Buriti.” Disponível em: http://www2.camara.gov.br/conheca/visiteacamara/pontosturisticos/pontos/palacio_buriti.html. Acesso em: 18 jul. 2008.

¹⁵⁷ GOVERNO só para o futuro que esquece o presente. *O Globo*, Rio de Janeiro, 5 jan. 1959.

Levanta um edifício em tudo grande
Um soberbo edifício que desperte
A dura emulação na própria Roma.
Em cima das janelas e das portas
Põe sábias inscrições, põe grandes bustos
Que eu lhes porei por baixo os tristes nomes
Dos pobres inocentes que gereram
Ao peso dos grilhões, porei os ossos
Daqueles que os seus dias acabaram
Sem Cristo e sem remédio, no trabalho.
E vós, indignos chefes, e nós veremos
A quais desses padrões não gasta o tempo”¹⁵⁸

Mesmo ao abordar a expressão mais bem acabada da memória coletiva, a nacional, coexistem múltiplas formas individuais de filiação e apropriação dela. Afora os distanciamentos de suas formações teóricas, tanto Bosi (1987, p. 55), no campo da psicologia social, Pollak (2006), no campo sociológico, quanto Catroga (2001, p. 43-44), no tablado de historiador, convergem para essa conclusão. O autor português, por exemplo, usa o conceito de metamemória que “[...] define as representações que o indivíduo faz da sua própria memória e o conhecimento que tem e afirma ter desse facto”. Por seu turno, no tópico pelo qual discute “[...] a memória como função social”, assim se posiciona Ecléa Bosi:

Não há evocação sem uma inteligência do presente, um homem não sabe o que ele é se não for capaz de sair das determinações atuais. Aturada reflexão pode proceder e acompanhar a evocação. Uma lembrança é um diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito. Sem o trabalho da reflexão, e da localização, seria fugidia. O sentimento também precisa acompanhá-la para que ela não seja uma repetição do estado antigo, mas a reparação (Bosi, 1987, p. 81).

Esse labor mnemônico, revelado discursivamente, permitiu-nos o acesso ao universo complexo de representações sustentadas pelos jornalistas, delineando seus perfis imaginários. Nesse sentido, os textos da mídia impressa configuram-se como narrativas tanto do tempo quanto sobre o tempo. De tempos vividos, forjados pela consciência.

¹⁵⁸ GOVERNO só para o futuro que esquece o presente. *O Globo*, Rio de Janeiro, 5 jan. 1959.

Trata-se de visões sobre a criação de Brasília que refletem reiteradamente um desejo de transformar o acontecimento em um marco definitivo na vida nacional. Esse ímpeto transbordou, aparentemente sem qualquer obstáculo, para a esfera dos grandes marcos da história universal. Descontextualizados e deslocados de sua historicidade, a partir deles nasceram comparações que, às dezenas, reivindicam uma pertinência que se impunha como autoexplicativa e pouco contestável. Desse modo, forjaram-se uma coerência e uma ordem – bem próprias – entre as mais diversas e dissonantes estações passadas, com pouquíssima pertinência espaço-temporal e muita coerência simbólico-política. Assim, a construção de Brasília foi elevada ao rol dos grandes eventos da história mundial.

Segundo documento sobre a questão da mudança da capital, produzido pelo Escritório de Propaganda de Amsterdã (Holanda):

Sem dúvida alguma, o mundo se referirá à 'BRASÍLIA' como o 'Milagre brasileiro', da mesma forma como foram festejados com calorosos elogios, os principais marcos na história universal: a abertura do canal de Suez, a reconstrução da cidade de Roterdan, o 'Wirtschaftswunder' alemão, a travessia do submarino no "Nautilus" sob os gelos árticos.¹⁵⁹

Pouco importa se esses episódios históricos não são amplamente conhecidos pela maioria de seus leitores; o essencial é que consigam despertar neles a impressão de sucesso e grandiosidade.

Um exemplo marcante dessa estratégia ocorreu em 29 de junho de 1958, durante o almoço oferecido aos participantes da I Conferência Internacional de Investimentos, realizado no Brasília Palace Hotel, como prolongamento do encontro iniciado em Belo Horizonte. O presidente JK mostra-se empenhado em impressionar seu público:

Há poucos dias, eu ouvia, do ilustre Ministro do Comércio da Inglaterra, que visitou o Brasil, uma consideração, acerca do que estamos tentando realizar. Dizia ele: "O Brasil quer fazer, dentro das

¹⁵⁹ *A Luta por Brasília* é o título do documento citado, que foi originalmente escrito em outra língua, mas Georgete Medleg só teve acesso a ele traduzido para o português. O texto é dividido em sete blocos, e o trecho por nós utilizado faz parte do último: *Tempo Record*. Fundo NOV.-B-03-ArPDF = Fundo NOVACAP – Série Presidência – Subsérie Correspondências – Arquivo Público do Distrito Federal (*apud* Rodrigues, 1990, p. 93).

suas fronteiras, o império que a Inglaterra teve de fazer fora, para desenvolver suas indústrias”.

Finaliza: “Com essas palavras, agradeço, penhoradíssimo, aos senhores, que comparecem a essa região, tão pouco conhecida do Brasil. Peço a Deus que ilumine o Brasil e para que, todos nós, unidos e fortes, possamos realizar, para nossa Pátria, o velho sonho de torná-la economicamente independente”.¹⁶⁰

Por sua vez, o *Estado de S. Paulo*, ao editar o discurso do Sr. Lincoln Feliciano, deputado pelo PSD de São Paulo, recua ainda mais na história, inspira-se, desta vez contra Kubitschek e a nova capital, na Atenas antiga. Sob o título “Entre Atenas e Brasília”, dado confessadamente pelo próprio periódico, com base em sua interpretação do pronunciamento, oferecido em sessão pelo político peessedista que, “[...] milita praticamente na oposição ao governo da República”, embora tenha sido eleito, em 1954, pelo mesmo partido que o presidente o foi em 1955.

O discurso desse “homem das letras” faz uma comparação entre a decadência política de Atenas com a que, aos seus olhos, se processava no Brasil, e dizia o seguinte:

De certo modo, pode-se cotejar a grandeza e a decadência da democracia em Atenas com a grandeza e a decadência da democracia no Brasil.

Péricles, o sublime, que foi superior a Aristides, o justo, a Temístocles, o forte, e a Cimon, o generoso, entregava-se, de corpo e alma, ao governo de Atenas. Entre tantos oradores, era o único ouvido pelo povo, pois só ele via o que a cidade precisava, adornando-a com novos feitos, com novos melhoramentos, com novas cores, com novas idéias. Cada manhã, os habitantes de Atenas despertavam, deslumbrados com um novo esplendor.

O celeiro da cidade andava sempre cheio. Limitado era o preço dos gêneros de primeira necessidade, sobretudo o trigo. Aos comerciantes, lícito não era auferir, em cada alqueire de cereal, lucro superior a um óbolo, equivalente a dez centavos de nossa moeda. “Esprema-se o rico – era o “slogan” popular de então. Os indivíduos de grande fortuna, obrigação tinham de custear as festas teatrais, as corridas,

¹⁶⁰ Discurso do Senhor Presidente da República, Dr. Juscelino Kubitschek, pronunciado no “Brasília Palace Hotel” durante o almoço oferecido aos participantes da I Conferência Internacional de Investimentos, em 29 de julho de 1959. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 1º jul. 1958.

as regatas, as embaixadas esportivas e de prover a alimentação da assistência nas solenidades religiosas.

Os jovens se reuniam na “Praça da Moça e do Cavalo”, onde, em passado longínquo, uma moça fora enterrada viva com o cavalo que a levava a seu amado. Ali dançavam, conversavam e trocavam espiritualidades. Bailarinas frígias, as mais lindas mulheres do mundo, ajudavam a digestão dos comensais com seus volteios excitantes. A dança, de fato, desenvolve o corpo todo: as pernas, os braços, o tórax e até as mãos. Um corpo em movimento é sempre belo. Aquela época, o homem era a medida de todas as coisas; porém, só o homem moral, ético e virtuoso tinha o direito de se medir por essa escala. “Para a edificação de um Estado, necessidade há de se construir o homem que nele vive” – era a concepção do momento. Sócrates, filosofando, pregava, em todos os lugares: “quanto melhor fordes, mais o Estado prosperará. Não entregueis a construção de vossa casa senão a um arquiteto experiente. Quereis um grande perito para vos ferrar o cavalo e um hábil sapateiro para vos solar o calçado. Só na ministração da coisa pública, então, não tereis a preocupação de escolher o mais avisado?”¹⁶¹

E prosseguiu, chamando a atenção de sua plateia:

Mas, Sr. presidente e srs. deputados, tudo na vida passa. Passam as alegrias e as amarguras passam. Passam os sonhos e passam os desenganos. Passam os propósitos e até os despropósitos. Passam os povos e até as nações passam...

Chegou a vez do “andres athenaiol”, do seu regime e da própria Atenas. Péricles tinha tudo por si. Zenon ensinara-lhe a dialética; Delmon, a filosofia; e Pitoclides, a música. Agarista, quando o viu, pela primeira vez, divorciou-se de Hiponico e com ele se casou. O carro nupcial, segundo historiadores, puxado foi por seis bois brancos. Agarista era moça e formosa, além de riquíssima. Péricles, ainda no vigor dos anos, era culto e eminente. Decorridos os primeiros anos, escancarou-se, entre os conjugues, um abismo profundo. Apesar dos filhos do casal (Xantipo e Paraio), o enlace acabou em divórcio. Aspásia, a amante de Péricles, que lhe dera um filho, de nome Noto, saiu vencedora.

Depois, vieram: a guerra contra Esparta; a peste; a morte de Péricles; o casamento de Aspásia com Lisicles, o mercador de gado; o prestígio de Cleon, o sapateiro; o descrédito da família; a compra

¹⁶¹ ENTRE Atenas e Brasília. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 8 dez. 1957.

de homens; a triste agonia de Atenas...

Abriu-se um precipício entre o moderno e o antigo. Tudo quanto se ligava ao passado deveria ser esquecido. O sicofanta tornou-se o homem mais temido da cidade. “Para os postos de relevo, antes os estúpidos que os sabichões” – era o lema da nova geração, em ruidosos ladrados. A reforma constitucional de Psistrato aboliu o sufrágio universal. A tirania reacionária substituiu a tirania revolucionária. No começo de abril de 404, antes de Cristo, Atenas capitulava, cercada pelo inimigo e aflita pela fome.

Lisandro, o conquistador espartano, com sua capa de púrpura e seu bastão de marechal, começou a impor sua vontade aos atenienses, da mesma plataforma em que, noutros tempos, falava Péricles. Destruídas foram as muralhas que cercavam a cidade, os seus arsenais e as estruturas de seu porto. Os homens de brio fugiam de Atenas. Mil vezes a desgraça de um exílio do que o vilipêndio de uma escravidão...¹⁶²

Olhando dessa maneira, as questões que ele levanta se apresentam dentro de uma longa história de vários registros, muitas vezes confusos e misturados, mas que poderão apresentar algumas pistas, pontos ou escalas de passagem dessa relação entre conceitos cunhados na Antiguidade e seus usos e às vezes seus abusos na construção de um contexto que se pretendia moderno e transformador como a construção de Brasília. Frequentemente, as discussões que visam descobrir os estatutos e formas da política moderna, e mais geralmente do mundo e do Estado moderno, remetem à Antiguidade, e muitas vezes são casos manifestos de aplicações errôneas diante da dificuldade em reconhecer que os agrupamentos políticos antigos e seus estatutos estejam afastados da ordenação política do mundo moderno.

As particularidades políticas do mundo antigo, suas opiniões, suas experiências, seus horizontes e a maneira como percebiam o passado, o presente e o futuro eram particularidades que se agregavam à sua economia e, principalmente, às suas formas religiosas. Mas mesmo assim persiste a presença e a referência à Antiguidade.

Há na Antiguidade uma fonte inesgotável de atitudes e pensamentos que podem ter novos significados, sem dúvida alguma, para o homem

¹⁶² ENTRE Atenas e Brasília. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 8 dez. 1957.

moderno. A Antiguidade interessa hoje e interessou aos anos 1956 e 1960, como vimos. Redescoberta, pode renovar o diálogo que não paramos de estabelecer com ela. Mas é preciso que, ao contrário das generalidades de entendimento sobre ela ou a automatização de lê-la como única, se renove a relação com esse mundo distante. Estabelecer o que há de comum entre os antigos e os modernos é também comparar as interpretações e visões sobre o mundo antigo ao longo do tempo. É isso que Vernant nos lembra:

Eu não tomo como minha a fórmula: "não existe nada de comum entre o homem grego e nós". Não é isto. O problema é um problema de método. É preciso adotar uma atitude que assimile as culturas umas às outras ou ao menos que não se interrogue principalmente sobre o que as distingue, ou o historiador deve ao contrário marcar os afastamentos, as distâncias, as especificidades? (Vernant, 1989, p. 110)

Outra coisa que podemos pensar é que fazer dialogar antigos e modernos é, de alguma maneira, fazer convergir ideias e buscar contextualizar os usos dos conceitos. Isso significa dizer que o trabalho com essa metodologia, como advertiu Koselleck tão citado neste livro, deve ir além do campo da hermenêutica, como faz o deputado na relação entre Atenas e Brasília.

As tradições grega e romana oferecem uma fonte inesgotável de ideias e práticas que sem dúvida possuem ressonâncias para o homem moderno. Contudo, precisamos recusar as interpretações dominantes – anacrônicas e generalizantes –, que representam a Antiguidade como homogênea e similar ao nosso mundo, para que possamos renovar continuamente nosso conhecimento e nossa relação com ela.

O conhecimento do Sr. Lincoln Feliciano não o deixa com dúvidas: a História se repete:

O que se passou em Atenas, *mutatis mutandis*, está se passando no Brasil.
Nossa democracia, de dia para dia mais desmoralizada, está à espera de quem lhe imprima ordem, decência, dignidade.
O Executivo volante não tem tempo de estudar e de resolver os grandes problemas nacionais. Em avião, o pavor de uma *pani afugenta* uma reflexão. Entre recepções, festas, banquetes e despedidas, não há quem medite, de maneira profunda, sobre qualquer assunto.

O Judiciário, como no “Rigoletto”, canta: “La Donna é móbile qual piúma AL vento...”, do duque de Mantua.
O legislativo comporta-se como um clube de diversões: política, pilherias, retaliações...
Assim, o regime, dentro em breve, irá à garra. Lisandro esponta no horizonte, com a sua capa de púrpura e o seu bastão de marechal!...
Sr. Presidente e srs. Deputados: o que aconteceu em Atenas bem pode acontecer no Brasil!... Era o que eu tinha a dizer”¹⁶³

A democracia, no governo de Juscelino, caminhava para a desmoralização e, dela, aproximava-se o “bastão de marechal”. O seu discurso – como outros tantos entabulados pelo imaginário antimudancista – tem como mote um futuro passado.

Por isso, três autores de tradições epistêmicas distintas, Catroga, Bosi e Pollak, afiançam convergentemente que a memória, como função do sujeito, pode ser definida como um trabalho, ou seja, como um fenômeno construído, ou como re-presentificação decorrente dos interesses e das preocupações pessoais e políticas do presente. Assim, como poderemos acompanhar logo abaixo, o imaginário mudancista foi alimentado por esse trabalho de memória dos cronistas e articulistas, trabalho este que se deu “[...] sob a direção dos padrões culturais, sistemas de significado criados historicamente” em termos dos quais deram “[...] forma, ordem, objetivo e direção” às suas vidas (Geertz, 1989, p. 64).

No cerimonial de instalação da “pedra fundamental” da nova sede da Confederação Nacional do Comércio em Brasília (CNC) em Brasília, o presidente da instituição, o paulista Brasília Machado Neto, declarou, na presença de Juscelino, segundo edição do *Diário Carioca*, de 1958, que “[...] a instalação da nova sede da entidade simultaneamente com a mudança do governo obedecia ‘ao ímpeto desbravador inerente à nossa profissão’, mas também ‘ao propósito de trazer de modo concreto a esta obra de coragem e patriotismo (...) o seu apoio e incentivo’”.¹⁶⁴

Homem do mundo do comércio e da política, Brasília Machado Neto definiu, na ocasião, a construção de Brasília como “[...] uma marcha do país para a integral conquista de si mesmo”. Segundo ele, “[...] a capital transportada para o interior constitui providência de incalculável alcance político, social e econômico, capaz

¹⁶³ ENTRE Atenas e Brasília. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 8 dez. 1957.

¹⁶⁴ JK mudará a capital mesmo em 1960, disse. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 21 out. 1958.

de por si só determinar mudança fundamental na fisionomia do país". Em sua "mensagem de confiança no Brasil" destacou ainda que, com tal medida, "[...] se planta simbolicamente a grande pátria do futuro sobre o alicerce gigantesco que se fez necessário".¹⁶⁵

Não se pode ignorar que a própria campanha de JK estava voltada para o futuro, que se evidenciava por meio de metas a serem alcançadas. A construção da nova capital era a trigésima primeira meta, no entanto, tinha a hercúlea tarefa de meta-sintetizar as demais. Brasília foi transformada em símbolo da crença de que era possível dar um verdadeiro salto no tempo, materializando o slogan "50 anos em 5".

No raciocínio exposto, ninguém seria "mais acertado" que o chefe máximo da nação para prever "[...] melhor que qualquer outro de seus compatriotas, o porvir de sua pátria", conforme afirmado no texto do Escritório de Propaganda de Amsterdã. Com a construção e transferência da nova capital: "Dentre as grandes potências mundiais, será o Brasil, num futuro bem próximo, o país que assumirá a liderança na orquestra mundial, devido às possibilidades infinitas, tornando-se uma espécie de "USA" da América Latina".¹⁶⁶ O Brasil configurava-se em pura promessa, cujo ponto de partida seria Brasília.

O que Baczko (1985, p. 320) afirma sobre o contexto da Revolução Francesa também se aplica ao contexto da criação de Brasília, seus protagonistas, sejam os que glorificavam a empreitada, sejam os que desejavam detê-la, acusando-a, "[...] vêem-se obrigados a esconjurar um destino incerto por meio de programas, senão, mesmo visões do futuro. Têm de imaginar situações futuras para si e para os adversários".

Todavia, como bem observa Roger Chartier, é necessário postular que existe uma distância entre o sentido intencionado e o sentido produzido, "[...] uma distância em que podem insinuar-se reformulações e desvios". A força de imposição de sentido da propaganda oficial não anulou o espaço próprio de sua

¹⁶⁵ JK mudará a capital mesmo em 1960, disse. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 21 out. 1958.

¹⁶⁶ Agora, o fragmento citado compõe o segundo bloco do documento: *Centro Governamental com meio milhão de habitantes*, que se consubstancia num esforço em desemaranhar os objetivos de JK ao construir Brasília. Fundo NOV. -B-03-ArPDF = Fundo NOVACAP - Série Presidência - Subsérie Correspondências - Arquivo Público do Distrito Federal (*apud* Rodrigues, 1990, p. 91).

recepção, que pôde ser “aderente” – condição bem ilustrada pelos periódicos analisados anteriormente –, mas também resistente, astuto, rebelde (Chartier, 2004, p. 12-16).

Nesse contexto, reafirmamos que os jornalistas desempenham, concomitantemente, os papéis de autores e leitores. Imprimem juízos sobre a criação de Brasília, mas também refletem sobre o juízo emitido pelos “outros” – sejam cronistas, articulistas, intelectuais, políticos, ou quaisquer indivíduos que fazem circular ideias nas ruas país afora.

O artigo “Convite à paciência”, publicado pelo *Diário de Notícias*, em 1959, faz um apelo aos seus leitores: “Calma”! Pois, embora continuem a “[...] agravar-se as condições de vida das populações brasileiras, do extremo-norte ao extremo-sul”, há o convite do presidente ao regozijo futuro de um novo e mais perfeito país, que é também, sustenta o mesmo discurso, e não se pode negar, vistas e sentidas as nada entusiasmantes condições presentes, um “convite à paciência”. De maneira veemente, persistiu em sua dissuasão, citando uma velha anedota que fala “[...] do cavalo que morreu de fome, com imenso pesar e ainda maior surpresa de seu dono, quando... parecia já estar se habituando a não comer”. “Mas”, tranquilizem-se, “isso é anedota”, afirma com sarcasmo. “O Sr. Juscelino Kubitschek jura que todos os nossos males nacionais ficarão curados com Brasília”.¹⁶⁷

Tal oração do *Diário de Notícias* – resistente, astuta e rebelde – tentou se impor como uma reação ao romantismo presente em algumas vozes desse contexto que, com grande emoção, falavam pela mudança, a apoteose sentimentalista de um Brasil de fortunas imaginado com a criação de uma nova capital longe do litoral. No entanto, não é com menor paixão que bradou pelo realismo e pela razão, pois aduziu que as benemerências alardeadas pelo presidente seriam contestadas pelos fatos e que, embora ele apele sempre para as reservas de confiança no Brasil, a verdade é que elas aparecem esgotadas.

O *Diário de Notícias* (1959) apresenta um tom de crítica mordaz ao afirmar que o governo “confia no fôlego brasileiro”, enquanto, de fato, só há resignação,

¹⁶⁷ CONVITE à paciência. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 3 jan. 1959.

privação e espera. Quando e como virá essa riqueza e glória? É a inquietação reinante. Com Brasília e no futuro? Se desse modo for, concluiu, “paciência, portanto”¹⁶⁸.

No imaginário antimudancista, recursos estupendos seriam enterrados numa obra grandiosa, dispensável e – antecipadamente – vislumbrada como fracassada, em nome de uma miragem de abundância futura, quando deveriam ser investidos em problemas mais emergenciais e, por conseguinte, preferenciais, conforme reflete o editorial “A nova aventura”, publicado em *O Estado de S. Paulo* (1956):

[...] tudo faz crer que o projeto do ex-governador mineiro [JK] se resumirá num formidável desperdício de dinheiro, base de novas fortunas ilícitas acumuladas em detrimento de um povo miserável e revoltado. Temos a convicção de que nada mais resultará, além de novos escândalos, de novos gastos inúteis, de novas protelações da solução dos problemas realmente essenciais, do projeto em que se compraz a leviandade da administração federal. Mas em nada disso pensa o Sr. Presidente da República, sucedendo-se as nomeações de comissões e quejandos (sic.) organismos destinados a absorver, com altos vencimentos e outras formas inconfessáveis de remuneração, recursos que poderiam, bem aplicados, reduzir as angústias do povo e aplinar o caminho para o pacífico desenvolvimento nacional.¹⁶⁹

O tom de puro pessimismo aparece também em março de 1957 no artigo “Pirâmide Brasiliense”, pelo qual podemos ler que “[...] neste país de felás o Sr. Juscelino Kubitschek deseja transformar-se num faraózinho. Eis porque se obstina em construir Brasília a passo de ganso. Brasília será seu Túmulo”¹⁷⁰. Felás é um termo oriundo do mundo antigo, do Oriente Médio e do Norte da África, traduzido como camponeses. O fato de o Brasil ser lido como um país de trabalhadores rurais de casta inferior (daqueles que realizam um trabalho de tipo muito primário no campo e vivem na pobreza) é condição ideal para que líderes como JK, com perfil de soberano, se imponham como líderes supremos a essa maioria subserviente, tal qual um faraó do Egito Antigo. Os felás eram obrigados a trabalhar em obras públicas e a pagar impostos do que colhiam ou criavam

¹⁶⁸ CONVITE à paciência. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 3 jan. 1959.

¹⁶⁹ A NOVA aventura. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 5 out. 1956. Notas e Informações.

¹⁷⁰ PIRÂMIDE brasiliense. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 24 mar. 1957.

– geralmente na forma de produtos –, daí a ligação crítica da marcha acelerada e autoritária da construção de Brasília com os recursos e o esforço braçal vindos dos sacrifícios desses súditos.

Entretanto, no livro de memórias *Meu caminho para Brasília*, Kubitschek (1974) almejava incitar um tipo de associação bem diversa, ao recordar do que lhe disse, um dia, a princesa Marina da Grécia, duquesa de Kent, quando a levou para conhecer a capital do futuro e da esperança.

À ver a cidade, que, naquela época – meados de 1958 – era apenas um gigantesco canteiro de obras, comentou, extasiada: “O senhor constrói, Presidente, como os faraós do Antigo Egito o faziam”. Sorri, mas corrigi a observação: “Quanto à monumentalidade, é possível que sim, Alteza, mas quanto aos objetivos, seguimos caminhos diametralmente opostos. Os faraós construíram para os mortos, e eu construo para as gerações do futuro” (Kubitschek, 1974, p. 112).

No jornal *Luta Democrática* do Rio de Janeiro, em outubro de 1957, afirmava-se que “[...] Brasília trará a sua enganosa bem-aventurança, mergulhando a Nação no caos!”¹⁷¹. Pouco após a inauguração, a *Tribuna da Imprensa*, notória pela oposição ao governo, protestou dias após a inauguração da cidade, presenciosa decepção *a posteriori*: “Saúde será problema quando a festa acabar”¹⁷². Bem antes, em 20 de outubro de 1956, o *Correio da Manhã* brandia um “Futuro Romântico” a Brasília, ao apostar que as suas obras ficariam inacabadas e se tornariam ruínas¹⁷³.

No entanto, aversões de tal gênero incitaram reações combativas, como a de Rubens do Amaral no igualmente carioca *Diário de Notícias*, em 1956:

Se tais cavalheiros regressassem ao mundo dentro de cem anos, haveriam de profundamente envergonhar-se do que estão dizendo, à vista do progresso material, demográfico e político que o Brasil realizará graças à implantação da nova Capital no planalto goiano, com as fatais irradiações para Mato Grosso, a Amazônia, o Nordeste, todos os quadrantes, dinamicamente (Amaral, 1956).

¹⁷¹ A VERTIGEM do Poder. *Luta Democrática*, Rio de Janeiro, 19 out. 1957.

¹⁷² *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 26 abr. 1960.

¹⁷³ FUTURO Romântico. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 20 out. 1956.

A memória de vitória do planejamento, erigida do triunfo existencial e funcional da cidade de Belo Horizonte como centro do Estado mineiro, perfez-se no “Almoço da Cidade” pela retórica presidencial: “Amanhã, todos os que se erguem contra a Nova Capital da República também serão confundidos, emudecerão em face da pujante realidade”¹⁷⁴. O êxito mudancista também é apregoadado em *A Noite* pelas palavras de Luís Delfino, que projetava a consagração internacional da nova capital: “Dentro de alguns anos, o mundo se curvará ante Brasília”.¹⁷⁵

Sob o título “Brasília, a Cidade Menina”, o texto de *O Semanário* tributado a Amaury Mercadante, publicado em agosto de 1957, é aguerrido e empolgante:

Sejamos sensatos!
Olhemos com olhos esperançosos a obra que ora se realiza, porque futuramente teremos a prova do seu valor tão grande.
Olhemos com bons olhos a cidade-menina, filha do nosso esforço e da nossa confiança no futuro (Mercadante, 1957).

E, ainda, por mais que colunas jornalísticas se apegassem ao fato de que, como indica Koselleck (2006, p. 311-312), “[...] das experiências se pode esperar hoje que elas se repitam e sejam confirmadas no futuro”, seus autores reconheciam, à semelhança do que o citado autor refletiu em sua história dos conceitos, que “[...] sempre as coisas podem acontecer diferentemente do que se espera”.

A exemplo disso, a crônica escrita por Augusto Meira (1957) no *Jornal do Brasil* durante o quinquênio juscelinista, assim como muitas outras no mesmo período, abriu espaço à dúvida sobre o “do tempo que virá”, sem abdicar, contudo, da tentação de um palpite – neste caso, nitidamente desfavorável:

O Sr. Presidente, com a boa vontade que o caracteriza, fala de modo especial na mudança da Capital. S. Exa. se diz persuadido de que isso constitui um bem para o País. Fala na marcha para o oeste e até mesmo em dar as costas ao mar. **Praza a Deus que S. Exa. tenha razão neste ponto de vista e possa com seu pulso voluntarioso construir a nova Capital e fazer a preconizada mudança.** Tudo que for para o bem do Brasil é de desejar e é possível que, da altura em

¹⁷⁴ JK em Belo Horizonte: Como a vossa lição se há de fazer em Brasília. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 13 dez. 1957.

¹⁷⁵ O referenciado anúncio de Luís Delfino sobre as obras que estavam sendo realizadas em Brasília foi feito durante almoço realizado no Palácio da Alvorada. *A Noite*, Rio de Janeiro, 20 dez. 1957. Boletim de Brasília.

que se coloca, como chefe da Nação, possa S. Exa. melhor devassar os horizontes do futuro. **Nós entendemos que a mudança da Capital é um erro e já chegamos a vaticinar que, se isso se realizasse, a Capital voltaria novamente para o Rio de Janeiro.** Vamos ver de que lado se colocará o destino (grifos nossos) (Meira 1957).

A narrativa apresentada enfatiza como a pretensa *Revolução Mudancista* fundamentou-se em marcos inaugurais, em batismos, dos mais formais aos mais rotineiros, de modo que ela, a estaca zero, estivesse sempre presente. Afinal, a sensação de vazio a ser preenchido tinha que tomar conta dos brasileiros.

Entre os marcos destacados, temos a Primeira Cruz da Nova Capital, que “[...] desde maio de 1956 estava fincada no ponto mais alto do Sítio Castanho, já escolhido para ser o território da nova capital”¹⁷⁶; a Primeira Missa, ecoada e conhecida como “Missa Campal”, realizada em 3 de maio de 1957, onde “[...] O Coro feminino da Universidade de Minas Gerais entoou cantos religiosos, o Papa Pio XII mandou uma mensagem aos brasileiros e Juscelino saudou ‘o dia do batismo do Brasil novo. É o dia da esperança. É o dia da cidade que nasce’”¹⁷⁷.

E, como a história tem mesmo, nesse momento, papel e presença decisivos nos discursos, tal data foi muito bem escolhida, pois:

Diante de uma grande cruz, levantada na praia em 1º de maio de 1500, Frei Henrique de Coimbra, Capelão da Armada Portuguesa, celebrou a primeira missa na terra que se chamou Vera Cruz, depois, Santa Cruz e, mais tarde Brasil, nome tirado da madeira vermelha, pau-brasil, extraordinariamente abundante na nova terra descoberta. Em 3 de maio de 1957, um cruzeiro, feito de pau-brasil, se levantou em Brasília e em torno dele uma multidão assiste à Primeira Missa na futura Capital do Brasil, que há de ser uma das maiores nações do mundo.¹⁷⁸

Amaury Mercadante, em sintonia, afirmou que:

¹⁷⁶ “A cruz de madeira até hoje está fincada no canteiro central do Eixo Monumental, numa praça simples, onde fiéis tradicionalmente acendem velas”. Cf. “Primeira Missa”. In: *Brasília 40 Anos*: uma história que continua sendo escrita. Correio Braziliense/TV Brasília. Edição Única Comemorativa. Brasília: impressão e fotolito Foco Divisão Gráfica, 21 abr. 2000. p. 63.

¹⁷⁷ “Primeira Missa”. In: *Brasília 40 Anos*: uma história que continua sendo escrita. Correio Braziliense/TV Brasília. Edição Única Comemorativa. Brasília: impressão e fotolito Foco Divisão Gráfica, 21 abr. 2000. p. 63.

¹⁷⁸ *Jornal do Comércio*, Recife, 6 maio 1957.

Quando no dia 3 de maio passado foi realizada a primeira missa em Brasília, aquele ato religioso se assemelhou em muito ao primeiro realizado no Brasil em seu descobrimento. Em 1500, era o Brasil que nascia; hoje é o Brasil que renasce.

Na recém-nascida cidade, Dom Carlos Carmelo, cardeal de São Paulo, oficiou o ato religioso, na presença do presidente da República, ministros, governadores, altas autoridades militares e civis, senhoras da nossa sociedade, caboclos residentes nas proximidades, e índios da região, muitos vindo da ilha do Bananal, apresentando seus trajes típicos, pintados e adornados com penas. Foi assim, pode-se dizer, batizada a "menina Brasília" (Mercadante, 1957).

"Foi assim", quer dizer aí, clamor e aval de vários grupos, e por que não, várias raças, que compõem um país mestiço. Ou seja, "senhoras da sociedade", "caboclos" e "índios da região", todos reunidos na diversidade que a epopeia mudancista era capaz de abrigar. Todos juntos na "benção solene". Ora, trata-se, então, da imagem de brancos e não brancos irmanados na contemplação da altiva agraciação da cidade-guia, essa união simbólica é intensificada pela descrição da cidade como "guia de novos horizontes ao país".

No que concerne ao campo do imaginário antimudancista, que representamos aqui pelo *Jornal do Brasil*, em 14 de agosto de 1957, seu discurso sobre tal evento é absolutamente diverso.

Conta-se, mesmo, que índios mansos que por ali faziam o comércio miúdo das recordações no aeroporto, decidiram utilizar como objeto altamente comerciável, o retrato do Presidente Juscelino, na sua primeira visita à nova Capital. Mas esse "souvenir" foi substituído pelo da segunda, e quando chegou a oportunidade de mudar pela trigésima vez, a indiada, falida, desertou e regressou ao Araguaia, de onde só voltou para, trajada a caráter, acabar de compor o cenário de Victor Meirelles na primeira missa...¹⁷⁹

¹⁷⁹ IMIGRANTE em Brasília. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 14 ago. 1957.

Ilustração 2 - *A primeira missa no Brasil* – Victor Meirelles.



A fundação do Brasil e a fundação de Brasília, o nascimento do Brasil-menino e da Brasília-menina foram acima associados à ideia de imagem encomendada, insincera e exagerada para iludir o público.

O pintor Victor Meirelles, um dos mais renomados artistas do Império, se consagrou na pintura histórica, de maneira especial, com a execução de *A primeira missa no Brasil*. Exposta no Salão de Paris de 1861, a obra representa a celebração ocorrida no dia 26 de abril de 1500, conduzida pelo frade Henrique de Coimbra. Apresenta a visão histórica oficial do Descobrimento do Brasil, com colonizadores e indígenas reunidos pacificamente, inspirada na descrição da carta de Pero Vaz de Caminha, enviada ao rei de Portugal, D. Manuel I. *A primeira missa no Brasil*, com seu excesso de lirismo patriótico conservador, germinou o imaginário nacional, como ato heroico e ecumênico.

Dois meses antes da realização da célebre “Missa Campal”, em março de 1957, a onda comemorativa e de celebração deu sinais de amplo contágio, embrenhou-se na consciência popular, aproveitou-se da circularidade cultural entre o mundo que administra e o mundo que é administrado, pois a primeira menina nascida em Brasília, que simbolicamente, “recebeu o nome de Brasilina”, foi noticiada como “filha do casal Juanita de Queiroz e Valfrido de Freitas”.

Em 1959, o presidente JK presidiu a inauguração da rodovia Belém-Brasília, batizada de “o caminho do futuro”, no dia 1º de fevereiro, com uma cerimônia realizada

"[...] na região de Açailândia, em plena selva Amazônica, com a solenidade que veio marcar o rompimento da floresta virgem" (Buchmann, 2004, p. 30, 39, 66-67).

Tal empreendimento, contudo, teve uma forte contrapropaganda na imprensa, o próprio Jânio Quadros, futuro sucessor de Juscelino e primeiro presidente da República a ser empossado em Brasília, "[...] já havia dito que a Belém-Brasília era uma 'estrada para onças', tamanho o descrédito na interiorização do país".¹⁸⁰ No mesmo sentido, reclamando atenção para onde há, de fato, intenso trânsito – e, de carros – o *Diário de Notícias* é amargo em dezembro de 1958:

Está empenhado o governo na abertura da Belém-Brasília e concentrando recursos na construção da Novacap, enquanto descarta a simples manutenção de estradas como a Rio-Bahia, da qual depende o fluxo cada vez mais volumoso entre as duas grandes ilhas demográficas do país [Norte-Nordeste e Centro-Sul]. Já a ligação com o extremo sul, por meio do chamado TPS (Tronco Principal Sul), a cargo de unidades de engenharia, míngua de recursos, com sérios inconvenientes para as regiões interessadas. O desequilíbrio e a incúria dominam, como se vê, a administração federal em nossos dias.¹⁸¹

Juscelino e mudancistas mantiveram-se irredutíveis diante das críticas. Queriam cortar de alto a baixo o país, ligando a floresta amazônica ao sertão goiano, e assim o fizeram. Às representações de pioneirismo e audácia plasmadas nesse ato, somou-se a imagem de patriotismo pela irradiação da civilização no interior nacional sob a forma de asfalto, inovador e propulsor asfalto, sobre o qual, como apontava JK, desde o início de seu mandato, "[...] rodarão veículos de fabricação nacional".¹⁸² Pois não havia apenas oposição para o grupo de apoio no qual Juvenal Rodrigues de Moraes é um expressivo exemplo:

Bastaria essa realização rodoviária, de que os jornais e revistas das cidades litorâneas começam a publicar fotografias expressivas,

¹⁸⁰ "A Primeira População". *Brasília 40 Anos: uma história que continua sendo escrita*. Correio Braziliense/TV Brasília. Edição Única Comemorativa. Brasília: impressão e fotolito Foco Divisão Gráfica, 21 abr. 2000. p. 65.

¹⁸¹ INCÚRIA Governamental. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 18 dez. 1958.

¹⁸² Reportagem de Fausto Wolff/Fotos de Ivo Barretti e Jäder Neves. "De Norte a Sur em veículos nacionais: Brasil de JK". *In: Manchete*. JK acorda o Gigante e Brasil de JK. Edição Separata. Rio de Janeiro: Bloch Editores S. A., 1959 p. 56-59.

para que se qualificasse de benemérito o empreendimento que está sendo corajosamente realizado.

É a integração do patrimônio econômico e social da nação, de um território maior que o que é, hoje, explorado pelo trabalho de nossa gente (Moraes, 1958).

E, claro, o mais gracioso e elaborado rito de início, o clímax da “Ilíada Mudancista”, a inauguração da “cidade ciclópica”. O discurso intitulado, não fortuitamente, “Prece Natalícia de Brasília”, foi lido com solenidade na cerimônia que expunha à vista e ao uso público o Museu da Cidade – projetado por Oscar Niemeyer e marco oficial da transferência da capital federal do Rio de Janeiro para Brasília, realizada “no dia 21, às doze horas e trinta minutos”. Tal discurso, de autoria do jornalista, ensaísta, tradutor e poeta Guilherme de Almeida, na presença do presidente Juscelino Kubitschek e de seu séquito, trazia ao público, de forma barroca que:

Agora e aqui é a Encruzilhada Tempo – Espaço, Caminho que vem do Passado e vai ao Futuro; caminho do Norte, do Sul, do Leste e do Oeste; caminho de ao longo dos séculos, caminho de ao longo do mundo: - agora e aqui todos se cruzam pelo sinal da Santa Cruz. Ave, Cruz; Tanta cruz pelos caminhos, através tanto tempo e tanto espaço; Deus de braços abertos para os homens, do broquel dos Cruzados estampou-se, potência, de goles e vazada, no velame das naus da Descoberta, do Restelo veio a ela ao Mar de Ignoto, e, seguindo “por este mar de longo”, na passagem de linho, a noite, quando mergulhou no horizonte e tramontana, o céu de lua-nova persignou-se no Cruzeiro do Sul de Mestre João.

Vera Cruz, Santa Cruz – Chamou-se a terra achada e “em tal maneira graciosa” que deu árvore sua à cruz chantada para a missa, e que foi padrão de posse, armoriada de quinas e castelos.

Crucifixo foi a arma que, nas selvas, contra as flechas ervadas empunharam “ad maiorem Dei gloriam” as missões.

A performance discursiva é longa excessivamente adornada:

Signo heróico daqueles que partiam de cruzeiro dos adros aos sertões, foi o gesto, na gesta das Bandeiras, do que elevou a mão para benzer-se e levou-a depois à cruz da espada.

Presidiu o ansioso cruzamento dos três sangues que as redes e as esteiras conchegaram nas ocas e senzalas, subiu a um cadafalso de igonomia (sic) para o beijo final de um sonhador. Sobre a

esfera-armilar de uma coroa e no centro estelar de uma bandeira foi fulcro supremo do poder.

E da intersecção de auroras e poente – setas em cruz sobre arcos retesos – partiram os dias, partiram as noites, cruzaram os ares, cruzaram as terras, por séculos e anos e luas e...

... E, um dia augural, num alvo papel pregado à prancheta a cruz sempiterna pousou sua sombra e – um traço, outro traço – “do gesto primário de quem assinala um lugar” dois riscos cortando-se em ângulo reto, e, pois, de uma cruz nascente, Brasília!

E, sublimação do “gesto primário”, ponto de encontro das fundas raízes do Tempo e do Espaço, emergentes da Terra em forma de cruz. E, porque és cruz, és Fé; e porque és Fé, Brasília, sozinha no plaine serás a inatingível, a ileisa: na ileisa sombra, a teus pés, não se há de tramar o torvo conluio dos quatro elementos, nem contra os teus muros as fúrias adversas prevalecerão.

Chuva que te inunde,
Vento que te açoite,
Sol que te incendeie,
Bruma que te ofusque,
Astro que te agoure,
Raio que te toque:
- Tu secarás a chuva
abaterás o vento
apagarás o sol, dissiparás a bruma,
conjurarás o astro,
embotarás o raio!

Para enaltecer o gesto primário reaparece de maneira empolada a já conhecida simbologia do imaginário mudancista: descobridores, bandeirantes e pioneiros a vontade; luta histórica pela independência e conexão nacionais; cruz, fé cristã e homens de boa vontade; mito das três raças, concepção adocicada de que a miscigenação expressa integração e harmonia, e o subsequente apagamento dos conflitos.

Aí estás, Brasília! E como estás vivendo belamente este instante que é, de todos os teus instantes, o eternizador; aí estás, Brasília! E, como estás, pareces ave de asas abertas sobre a terra: vôo pousado para alçar-se, ativo!.

Aí estás, Brasília do olhar de menina! Menina-dos-olhos olhando sem mágoa o Passado e sem medo o Futuro, sem ver horizontes na terra e no céu porque eles recuam ao impacto impetuoso das tuas pupilas; com teu meridiano que foi Tordesilhas: corda torcida que os seus ancestrais distenderam para que aos quatro ventos soltasse

agora o teu gesto de setas – és tu, juvenilia, “nom urbs sed evitas”, o centro da Cruz Tempo-Espaço, plantada no seu Quadrilátero, com suas quatro hastes que são quatro séculos, e são quatro pontos cardeais, e são quatro ciclos de ação: o da Descoberta, o do Bandeirismo, o da Independência e o da Integração.

Feita do fluxo e do refluxo das forças que dão poder, centrípeta para tornar-se centrífuga, Brasília, é a tua Cruz da Quarta Dimensão, e Tetragrama do Milagre Novíssimo que és tu; a que dirá “Presente!”, impávida, ao chamado do fasto e do nefasto; a que é Marco Zero das vias todas, da mais ínvia a mais viável; o ímã parta limalha de aço do trabalho; a ponta do compasso autor da Eqüidistância; Brasília, a tua Cruz que é Presépio também e a cujos pés a ti, no teu Natal, rogamos:

- Barca da esperança,

Carta de marcar,

Rosa-dos-Ventos,

Vela de conquista,

Figura de proa,

Bandeira de popa,

Tone de comando,

Estrela do mareante,

Porto de destino,

Ancora de firmeza,

Portal do sertão,

Corda de arco,

Ferpe de Flecha,

Doutrina da taba,

Foice de desbravamento,

Clareira da selva,

Clarinada no ermo,

Bateia de garimpo,

Diadema de esmeraldas,

Crizol de raças,

Ara da liberdade,

Trono de império,

Barrete frígio,

Toque de Alvorada,

Meta das metas:

- Vive por nós! (Buchmann, 2004, p. 85-87)

Perdoem-nos pela intensa citação. Mas ela se revela indispensável para os propósitos neste Capítulo. As inferências passado-presente-futuro permeiam todo o texto, que se apresenta como uma peça literária desde o título “Prece Natalícia”. O discurso pretende liricamente ser capaz de avivar a imagem de

nascimento e redenção nacional, ao toque de mestre na assinatura do texto, pois abaixo do nome do autor, Guilherme de Almeida, lê-se “Ano I, dia 1º de Brasília” – e, nesse sentido, abre-se a fresta para encarar a mudança da capital como uma espécie de Revolução Francesa do Brasil, não menos impactante para nós que aquela eclodida em 1789 pelos princípios de “igualdade, liberdade e fraternidade”¹⁸³ que, aliás, não foram de modo algum estranhos à imaginação mudancista. A “Marselhesa” seria o hino composto por Alcyr Pires Vermelho e Miguel Gustavo, “Alvorada em Brasília”, que fora transmitido no jornal Última Hora, em 26 de janeiro de 1959,

“Canta Brasília ao Sol!
Luz da alvorada no sertão
[sem fim.
Brasília vai desbravar
O chão que era tão triste e
[só...
Salve Brasília!
Salve o Pioneiro, e os que
[hão de vir
Para ver um Brasil maior,
Que havemos de construir!
Todos juntos, a caminhar,
Mundo Novo a se levantar,
Já Brasília surgiu.
Brasil ficou muito mais
[Brasil]!”¹⁸⁴

Brasília nasceu com a missão simbólica de redimir o Brasil de seus pecados e seus problemas (como Jesus na mitologia cristã), surgindo como um grande ato de regeneração, projetada no imaginário mudancista como “[...] sozinha no plaino serás a inatingível, a ilesta”. Representa uma cruz eterna, configurada na horizontal

¹⁸³ A Convenção Nacional, governo revolucionário radical, liderado pelos jacobinos, após proclamar a República (setembro de 1792), estabeleceu aquele que seria um de seus feitos mais simbólicos: a adoção de um novo calendário. Nele, o primeiro ano da República foi chamado ano I. Muitos entre esses revolucionários acreditavam e alardeavam que estavam fundando uma nova ordem, que garantiria a liberdade e a felicidade, totalmente diferente de tudo que houvera até aquele momento.

¹⁸⁴ BRASÍLIA tem hino oficial: será lançada hoje a composição “Alvorada em Brasília”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 26 jan. 1959.

pelas expectativas do futuro e na vertical pelas memórias do passado. O Plano Piloto de Brasília elaborado por Lúcio Costa foi inspirado na forma do sinal da cruz. As pessoas administrariam e morariam em um lugar-cruz.

Koselleck (2006) destaca que, seja pelo aprendizado e conhecimento acumulado, seja pelas projeções de futuro, ou seja porque nossas expectativas estão, em parte, fundamentadas em nossas experiências ou porque expectativas podem mudar a experiência, as pessoas tornam possível a história. Ao posicionarem-se a favor ou contra a construção de Brasília, jornalistas e escritores baseavam-se tanto em sonhos e aspirações quanto nos limites e nas possibilidades concretas oferecidas no momento histórico vivido, além disso, suas escolhas refletiam interesses particulares e ânsias materiais.

Os apelos do passado e do futuro coexistem em nossa mente no presente, e a preocupação com o porvir é uma constante. Essa atenção ao futuro explica por que os benefícios ou malefícios da nova capital foram amplamente antecipados nas páginas dos jornais impressos entre 1956 e 1960, nos quais o futuro imaginado serviu como base crítica para avaliar o presente. Assim, não só por imaginar o destino, mas também por guardar na memória a experiência vivida ou acumulada, o homem produz o tempo, suas escolhas envolvem comparações entre o que foi, o que é e o que será.

O que implica ratificar que sujeitos sociais não se circunscrevem apenas no aqui e agora, pois nele, “espaços de experiência” e “horizontes de expectativa” também dão as cartas. Discursos jornalísticos que estão em nossas mãos expõem a arte de se distanciar do passado, mas também de crer que ele zela e ilumina as decisões do momento, a arte de calcular e eleger um amanhã, na ânsia tanto de evitá-lo quanto de trazê-lo logo para perto.

O CERRAR DAS CORTINAS...

Discurso, Cultura e Imaginário

Há que se ressaltar, quando se estuda a existência e as funções de representações abordadas ao longo deste livro, é imprescindível destacar os encontros e interinfluências profundas entre os imaginários e os discursos sociais, pois esses elementos se nutrem e se interpenetram, bem como as relações íntimas entre imaginação e poder, e, conseqüentemente, entre comunicação e poder. A imprensa escrita, nesse contexto, tem a força não só de difundir, mas também de inculcar imagens que veicula. É capaz de formar e encaminhar a imaginação coletiva. É apta e competente em produzir e inseminar imaginários sociais, ao passo que também os expressa, manifesta-os.

Por meio da propaganda, do alcance e do grande fluxo do jornalismo impresso, a informação sobre a criação da nova capital fomentava a imaginação social que, por sua vez, estimulava a informação, boa ou má, sobre o empreendimento, “[...] contaminando-se uns aos outros numa amálgama extremamente ativa, através da qual se exerce o poder simbólico”. Os textos jornalísticos, nesse sentido, serviram simultaneamente ao *imaginário mudancista* e ao *imaginário antimudancista*, atuaram como mapa interpretativo. Neles, como bem ressalta Baczko (1985, p. 311, 313-314), efetivou-se “[...] a reunião das representações coletivas numa linguagem”.

Nesse sentido, como salienta Bronislaw Baczko, os sistemas de imaginários desempenham um papel crucial em qualquer exercício de poder, e a mídia impressa foi e é, evidentemente, um espaço privilegiado para esse exercício, funcionando como um campo de “explosão do imaginário”, e de “irrupção da imaginação na praça pública” (Baczko, 1985, p. 296). Na exploração que Baczko faz das ideias de Aristóteles, vemos a importância que tem para os articulistas e cronistas passar “[...] sistematicamente em revista as técnicas de argumentação e persuasão (Retórica)”, realçando, com isso, “[...] a influência exercida pelos discursos sobre as ‘almas’ e, nomeadamente, sobre a imaginação e os juízos de valor” (Baczko, 1985, p. 300-301).

Estamos a falar da conquista de mentes e de corações, por meio de sobriedades e de delírios argumentativos, de acelerações e de retrospectões

discursivas que acercaram um acontecimento sensacional. Foi assim que lemos os recortes de jornais como fontes, procurando lidar com os interesses, as emoções, os princípios e as tradições envolvidas nas tramas sobre tal empreendimento, atentando-nos ao que foi explicitamente enunciado, mas também aquilo que foi apenas insinuado.

Os sistemas de representação sobre “as Brasília” edificadas simbolicamente envolveram apropriações e ressignificações que se fizeram no âmbito da cultura. Esta é plástica e pulsante, é algo que atravessa o andar cotidiano em seus movediços percursos de produção e disseminação de sentidos. Como uma lente através da qual o homem vê o mundo, a cultura é um aspecto da vida social que se relaciona com a urdidura e o entrançar de saberes e conhecimentos, de costumes e de crenças e o seu manejo significa lidar com condicionantes, tais quais o gênero, a idade, a classe social, a formação política e, como atesta Chartier (1990, p. 17), “os meios intelectuais”. Tais condicionantes restringem ou ampliam sua participação num acontecimento, bem como a sua apreensão sobre um episódio. É o que já disseram, em coro, François Dosse, Pierre Bourdieu e, claro, o próprio Roger Chartier, cada qual ao seu modo: o poder de representar ou de denominar é produto de configurações mutáveis, é desigualmente distribuído e expresso na e pela sociedade.

Para compreender os *imaginários sociais* mudancista e antimudancista, construídos discursivamente entre os anos de 1956 e 1960, foi importante buscar reconhecer em cada discurso trabalhado essas “lentes” pelas quais eles ganharam vida e se esforçar em compreendê-los como potência criadora, ou seja, como potência de invenção e de reprodução de signos e significados. A imaginação social é, assim, parte indispensável na constituição da cultura. Ora, os imaginários apreendem e elaboram a realidade tal qual suscitam a adesão a determinados sistemas de valores, nesse contexto, o jornalismo se configura como um campo de produção cultural, onde suas notícias e narrativas assumem a função de dados ou bens culturais. Não à toa, Barros descreve a História Cultural como um campo do saber historiográfico, “[...] atravessado pela noção de ‘cultura’” (Barros, 2003, p. 145).

Se, como quer Baczko, os imaginários se assentam em sistemas simbólicos, estes são “[...] construídos a partir da experiência dos agentes sociais, mas também a partir de seus desejos, aspirações e motivações” (Baczko, 1985, p. 311.).

Nesse contexto, Cornelius Castoriadis reforça o debate ao desenvolver a filosofia do imaginário na qual o elemento simbólico constitui a sua própria condição de existência. Isto porque o imaginário utiliza o simbolismo para se exprimir por “[...] imagens que lá estão representando outra coisa”, ao mesmo tempo em que a presença de elementos simbólicos pressupõem a capacidade imaginária, a capacidade de investir significações (Castoriadis, 1982).¹⁸⁵

A partir das reflexões do antropólogo Clifford Geertz sobre a cultura, foi possível perceber que os articulistas e cronistas, “deliberadamente e com cuidado” ou “espontaneamente e com facilidade”, utilizaram-se de símbolos e de representações culturalmente correntes em seus meios para construir a imagem de Brasília, através da qual eles viveram e se orientaram “[...] no ‘curso corrente das coisas experimentadas’, tomando de empréstimo uma brilhante expressão de John Dewey” (Dewey, apud Geertz, 1989, p. 57).

O mesmo antropólogo, Clifford Geertz, agora em diálogo com a perspectiva de Max Weber, afirma que “[...] o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu”. Essas teias constituem o que chamamos de cultura. Assim, quem trabalha com ela não deve buscar leis, mas significados (Geertz, 1989, p. 15, 24).

A imaginação social ou, como bem descreve Durand (2004, p. 117), “[...] a faculdade da simbolização”, é recursivamente, “[...] de onde todos os medos, todas as esperanças e seus frutos culturais jorram continuamente”. Nesse sentido, os “signos interpretáveis” mencionados por Geertz (1989, p. 24), dizem muito sobre as necessidades, as repulsas e as surpresas desses mesmos imaginários. Necessidades, repulsas e surpresas que decorrem de formas particulares de enxergar e representar o mundo, ou seja, da cultura.

A conquista e o domínio da Amazônia parece uma necessidade premente entre os escritores e entrevistados da mídia impressa nacional à época. Na declaração de Dom Helder Câmara, em O Diário, no mês de julho de 1958 – após visita

¹⁸⁵ Cf. DURAND, Gilbert. O Imaginário: ensaios acerca das ciências e da filosofia da imagem. Rio de Janeiro: Difel, 2004, p. 117; CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 154; “Introdução”. GEERTZ, Clifford. O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 9-30.

a Brasília junto a outros “altos dignitários da igreja católica no Brasil”, que se reuniram em Goiânia para a IV reunião ordinária da Conferência Nacional dos Bispos:

“A palavra que me vem é a do Cardeal de São Paulo, aquela felicíssima palavra de que Brasília será um trampolim para a conquista da Amazônia. Eu vejo o Brasil caminhando para o interior. Não entro em discussões técnicas e nem mesmo políticas, por que cada vez mais sou um homem da Igreja, mas, como brasileiro e como cristão, comove-me ver o Brasil encaminhando para o interior, como nos tempos heróicos das bandeiras. Quanto mais olho o mapa do Brasil, mais entendo Brasília.”¹⁸⁶

Em dezembro do mesmo ano, no discurso de Santos Vahlis, a questão amazônica volta a aparecer com acuidade, aliás, é ela quem dá sentido ao título do artigo: “Brasília e a grande tentação”:

Instalada no coração do país, a nova Capital brasileira automaticamente estará incorporando à vida nacional uma imensa região que sabemos nos pertencer apenas porque isto vem dito nos mapas. Brasília terá a força de fazer da imensa planura amazônica um pedaço real do Brasil. A Hiléia Amazônica, vizinha de Brasília, deixará de ser um foco de atração para os que, fora de nossas fronteiras, olham com gula as suas riquezas abandonadas.

Ninguém ignora que a doutrina que prega a internacionalização da Hiléia Amazônica vez por outra entra no temário das conferências internacionais. Terminada a primeira guerra, o tema esteve presente na Conferência da paz. E não faz muito, numa das reuniões da “Unesco”, o assunto voltou a ser ventilado. Abrangendo um território no qual cabe toda a Europa, excluindo a Rússia, a imensidão amazônica, com suas incalculáveis riquezas em potencial, é uma tentação e um convite. O homem brasileiro, e não o estrangeiro, é quem deve render-se a essa tentação e aceitar esse convite (Vahlis, 1956).

Pelo que foi lido, Santos Vahlis considera um fato óbvio que a “Hiléia¹⁸⁷ Amazônica” é “vizinha de Brasília”, pois em sua concepção ambas ocupam o mesmo

¹⁸⁶ “O SUB-DESENVOLVIMENTO é a presença do inimigo em nossa casa”. *O Diário*, Minas Gerais, 8 jul. 1958.

¹⁸⁷ “Nome proposto pelo naturalista alemão Alexander von Humboldt (1769-1859) e por Aimé Bonpland (1773-1858), naturalista francês, para designar a floresta equatorial que vai das encostas orientais dos Andes, atravessando todo o vale do Amazonas, até as Guianas.” Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/palavra/5B1dR/hileia/>

espaço: o interior, que, se não ocupado pelos próprios brasileiros, ficará à mercê da cobiça internacional. Sua colocação faz jus à noção de espaço relacional, pois fez coincidir o “mundo geográfico real” com a “criação desse mundo”, rio no qual cabe toda a Europa, excluindo a rsente na Confersuas riquezas abandonadas.

Em um pequeno artigo, também mudancista, chamado simplesmente de “Brasília”, já mencionado ao longo deste livro, o autor lança um relativismo cultural zombeteiro: “Há os que não são propriamente contra Brasília, e sim contra o ritmo de construção de Brasília. Existem, igualmente, aqueles que, em plena era do “rock’n’roll” e do calipso, preferem o ritmo romântico do minueto. Questão de gosto, não há dúvida”.¹⁸⁸

Aqui a diversidade cultural já pode ser lastreada não pela maneira como o espaço e as distancias eram concebidas ou como se manifestava a preocupação com o “abandono” da Amazônia, e sim pela preferência de ritmos musicais mais modernos e ligeiros, rock e calipso, comparados ao minueto, forma musical aristocrática do século XVIII cujo nome vem do francês pas menu, que traduzimos como passo miúdo.

Ainda no campo dos comportamentos e dos costumes, o jornal *Correio da Manhã* indaga no dia 19 de outubro de 1957: “[...] que será dos mortos em Brasília?” À guisa de resposta, abalizada em um “informante”, continua:

Pois em Brasília também se morre, já se registraram lá três óbitos, mas, ao mesmo tempo, como declara um diretor da NOVACAP, “Só em 1960 haverá ali lugar para os mortos”. Não existe cemitério, o que é o cúmulo do otimismo.

E elucida o mesmo informante: “O cemitério de Brasília não existe, juridicamente, porque a própria Brasília ainda não tem existência jurídica”. A julgar, todavia, pela propaganda, lá existe gente, e não pouca. Estamos então ante uma calamidade: mortos insepultos em uma vasta região?¹⁸⁹

O remédio para tal situação cômico-absurda é apontado, segundo o artigo, pelo chefe de Divisão da NOVACAP. O morto seria enterrado longe, em outra

¹⁸⁸ BRASÍLIA. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 14 mar. 1958.

¹⁸⁹ TAMBÉM os mortos. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 19 out. 1957.

cidade, vencendo 45 quilômetros até Luziânia. Esse, pelo menos, foi o destino do último cadáver.

Fatos tétricos? Sim; e também sob o signo da ligeireza, da mobilidade, da improvisação e leviandade com que se constrói Brasília: nem os mortos escapam dessa improvisação, da pressa, da obra que parece começar pela cúpula. Querem uma cidade embasada profilaticamente, sem adubo humano. Os seus alicerces parecem, antes, se querem feitos com a argamassa de muito dinheiro. Os mortos também viajam.¹⁹⁰

A imagem de calamidade associada a Brasília, que foi construída muitas vezes ao longo de outros discursos, reaparece acima a reboque da apresentação de mais uma vítima da “improvisação” e da “pressa” que caracterizariam a construção da cidade: os mortos (até eles!). Pois, vejam bem, onde há pessoas precisa existir cemitérios, caso contrário, cria-se problemas morais-religiosos e de saúde pública com falecidos insepultos, ou problemas econômicos ao se impor a necessidade de os corpos também viajarem para serem enterrados em cidades próximas. Em Brasília, as pessoas também morriam, não obstante o otimismo do governo, que não pensou em cemitérios antes da inauguração da cidade.

Já o *Jornal do Brasil* levanta, em janeiro de 1957, no artigo “Brasília e o Deserto”, um ponto que era ainda bem incipiente na agenda política da época, a mudança ou “evolução climática”:

Resta saber, porém, se vamos erguer naquelas alturas a que se pretende alcançador a Capital do País um foco de brilhante civilização ou se vamos continuar a criar desertos, a destruir matas e florestas, prosseguindo a obra devastadora que, há mais de quatro séculos, se realiza no Brasil, impiedosamente, infatigavelmente. As aglomerações urbanas, em nosso País, e não nos referimos especialmente, está claro, as capitais, porque estas, em maioria, vivem à beira-mar, referimo-nos, deliberada e convictamente, a todas as aglomerações urbanas, as grandes, como as médias e as pequenas cidades, são, hoje, núcleos populacionais, cercados pelo deserto, torturados pela falta de água, oásis, talvez, de uma não muito remota evolução climática.

¹⁹⁰ TAMBÉM os mortos. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 19 out. 1957.

Que não seja esse o único ou o principal fruto dessa nova arrancada de ousados bandeirantes dos tempos modernos...¹⁹¹

No excerto aparece, como exceção no conjunto de recortes de jornais analisados, a questão a preocupação com as consequências nocivas do empreendimento civilizatório na natureza. O curioso é que o artigo reconhece a realidade predatória ininterrupta desde a ocupação colonial, mas a desassocia da figura do bandeirante, que foi positivada em sintonia com a cultura histórica predominante que lemos em tantos outros jornais.

A repulsa aos “desertos” que cercavam “as aglomerações urbanas” de então, grandes, médias ou pequenas, convive com a necessidade de criar um lugar de civilização longe do litoral. Mas isso precisa ser viável sem a destruição de matas e florestas, rompendo com a tradição devastadora do meio ambiente que assolaria o país.

Observa-se que a ideia de ruptura, em relação à construção da nova capital, apresentou muitas faces e foi constantemente reinventada.

No *Jornal do Brasil*, em agosto de 1957, podemos pensar os sentidos culturais da repulsa de Gerson de Macedo Soares, como carioca, diante da possibilidade de virar provinciano. O jornalista, após afirmar ser de conhecimento público sua simpatia pela mudança da sede do governo federal para o Planalto Central, admite aos leitores que sua empolgação já não é mais a mesma. E o que mais lhe incomoda – mais até mesmo que as dúvidas da honestidade das transações econômicas que estão levantando Brasília, sob as decisões de Israel Pinheiro – é “uma outra coisinha” que está roendo-lhe o juízo.

Com a ida da Capital Federal para o interior, lá para o planalto goiano, construída Brasília, este atual Distrito Federal que vai ser? – Estado autônomo? Território? Município de outro Estado? – De qualquer forma, passará a ser Província ou parte de Província.

Brasília, capital, seus filhos e habitantes passarão a ser os Senhores Federais, os da Corte, como se dizia no Império, os da Capital Federal, depois de novembro de 1889. E os outros todos, entre os quais os filhos deste atual Distrito Federal? – Ah! Aí é que está!

¹⁹¹ BRASÍLIA e o Deserto. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11 jan. 1957.

Isso é o que me invoca! Os atuais filhos do atual Distrito Federal, isto é, os cariocas, que já foram da Corte e hoje ainda são Distrito Federal, passarão a ser... provincianos! Sim, senhores, no duro – Pro – vin – ci – anos!

E é isso o que me apoquento e me invoca: eu também, Carioca da gema, passar a ser... Provinciano, depois de ter nascido Federal! Ui! (Soares, 1957).

Macedo não quer deixar de ser o Senhor Federal, o homem da Corte, da Capital Federal, e isso é apresentado como o maior motivo de sua intranquilidade em relação a Brasília. Já Tenório Cavalcanti, em seu artigo “Onde falta autoridade moral”, exhibe o que lhe causa horror e indignação, ao informar seus leitores que são inúmeras as formas que “a febre de desonestidade” vem assumindo no atual governo, que “[...] chegou a dar pleno apoio à ignomínia do voto aos analfabetos” (Cavalcanti, 1957). Analfabeto ter direito a votar no país foi publicizado como algo imoral, repugnante.

Por seu turno, as relações de gênero como relações de valores cultural e politicamente construídos foram o mote do jornal *Correio da Manhã*, no final de 1960, que destacou em título o que lhe pareceu uma grande notícia, avisando que as informações procederam do próprio gabinete do Sr. Israel Pinheiro: “Moças serão trocadoras nos ônibus de Brasília”. Elas, surpreendentemente, iriam desempenhar tal função nos transportes coletivos da Prefeitura, “[...] que servirão ao Plano Piloto”.¹⁹² Esse comportamento social por parte das mulheres era novidade aqui.

De fato, cada época e cada sociedade abriga vários grupos culturais com “[...] modalidades específicas de acreditar, sentir e pensar” assim como “[...] modalidades específicas de imaginar, reproduzir e renovar o imaginário” (Baczko, 1985, p. 309, 311.). E “pensar”, para Clifford Geertz:

[...] consiste não nos “acontecimentos na cabeça” (embora sejam necessários acontecimentos na cabeça e em outros lugares para que ele ocorra), mas num tráfego entre aquilo que foi chamado por G. H. Mead e outros de símbolos significantes – as palavras, para a maioria [...] – na verdade, qualquer coisa que esteja afastada da

¹⁹² MOÇAS serão trocadoras nos ônibus de Brasília. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 11 dez. 1960.

simples realidade e que seja usada para impor um significado à experiência (Geertz, 1989, p. 57).

Podemos interpretar cultura pelos olhos auspiciosos de Robert Darnton, que orientam a compreensão do passado também “no sentido da antropologia”. Tal direção envolve o “conceito de cultura-como-linguagem”, com seus códigos e suas normas peculiares em cada contexto local e período. Salienta o mesmo autor que “a cultura é idiomática”, logo passível de ser lida e (re)construída, na medida em que “ela pode ser escavada dos arquivos” (Darnton, 1986, p. 332-333). “Ou seja,” complementarmente Pesavento (2003, p. 15), “[...] a cultura é uma forma de expressão e tradução da realidade que se faz de forma simbólica”, admitindo-se “que os sentidos conferidos às palavras (...) se apresentam de forma cifrada, portanto já um significado e uma apreciação valorativa”.

Nesses vieses, os imaginários, mudancista e antimudancista, foram, como vimos, formados por sistemas de valores em cruzamentos e tensões. Ambas as facções fizeram uso da mesma estratégia: tentaram impor uma leitura do tempo presente, recorrendo largamente a experiências e expectativas como recurso contra a imprevisibilidade do momento. Momento este, indubitavelmente, vivido como um marco histórico – admirável ou terrível – por aqueles homens. O Brasil de JK foi, para muitos, um tempo de esperança, de renovação política e arquitetônica. Mas também, para outros tantos, foi um tempo de “convite à paciência”, na expressão usada por um periódico da época, ao impugnarem a eleição de um futuro imaginado próspero com Brasília, como base pela qual se avaliava e se agia no presente.

Por meio desses sistemas de representações, articuladas entre si, “os agentes da palavra impressa” se visualizaram como parte de uma coletividade e de uma comunidade de sentido e puderam tecer percepções uns em relação aos outros, ao passo que também gravitaram entre microquestões cotidianas, entre grandes temas, como o desenvolvimento do país e a identidade nacional. Assim, envolvidos na história da edificação jornalística da nova capital, também se definiam por elas.

Enfim, este trabalho não ofereceu um inventário das ideias contrárias e favoráveis à edificação de Brasília, perpassando todos os grupos sociais e políticos, todas as classes econômicas e regiões geográficas do Brasil dos anos 1950

e início dos anos 1960, ele procurou investigar que lógicas sustentaram discursos variados, sem pretensão a totalidades.

A imaginação e a política, o imaginário e o social, o discurso e a cultura são domínios permeáveis. São partes de um mesmo processo dialético, pois há uma interação criativa entre eles.

O sentido antropológico da história da construção de Brasília

Representações de Juscelino Kubitschek de Oliveira como um grande presidente, evocando a criação de Brasília como epopeia, persistiram ao longo do tempo e chegaram dominantes até nós nos livros didáticos e na memória coletiva do país. Certamente, um de seus pontos altos foi a exibição (2006) da minissérie *JK* pela Rede Globo de Televisão, maior emissora aberta do país.

A segunda metade dos anos 1950 foi e ainda é costurada pela figura heroica e celebrada do ex-presidente – vide o caso de obras contemporâneas de jornalistas como *A saga de um herói brasileiro*, de Francisco Viana (2006), *JK: como nasce uma estrela*, de Carlos Heitor Cony (2006), e o premiado *JK: o artista do impossível*, de Cláudio Bojunga (2001)¹⁹³. Tais produções enfatizam e ilustram sua capacidade excepcional de realização no governo, seja na política e na economia, seja na sociedade e na cultura. Alegre, simples, cativante e conciliador, seria ele dono de sorriso e discurso hipnóticos.

Cláudio Bojunga abre seu livro, fruto de pelo menos 10 anos de trabalho, da seguinte maneira:

Minha adolescência coincidiu com os anos JK. Foram anos democráticos, confiantes, criativos. Quando jovem, imaginava que tudo aquilo fosse normal e corriqueiro. Aos poucos percebi o caráter especial daquela época de esperança e oportunidades, espremida entre o Estado Novo e o sombrio período militar, que sufocou a vida política e cultural do Brasil, dos meus 24 aos 45 anos.

¹⁹³ O Prêmio Jabuti 2002 de reportagem e biografia ficou com tal escritor exatamente por essa obra.

[...] na segunda metade dos anos 50, os brasileiros se tornaram subitamente joviais, confiantes e imaginativos, inspirados por um presidente alegre e cosmopolita que definiu para o Brasil o destino de nação industrializada, prestigiou artistas e escritores e fundou uma nova capital para realizar um sonho de recomeço. Os anos dourados foram aqueles em que os brasileiros deram às costas a derrota e viveram o sonho intenso de serem viáveis, modernos, inéditos – até mesmo invejáveis. Foi um momento mágico de crescimento econômico, democracia política e florescimento cultural. Foi também o momento em que o Brasil estabeleceu uma conexão madura com o resto do mundo, atualização perfeitamente compatível com a nossa identidade mais profunda.

JK nos contagiou. Com seu ânimo, sua tenacidade e alegria. Como observou Nelson Rodrigues, “Juscelino trouxe a gargalhada para a presidência” – enquanto os outros presidentes tinham sempre “a rigidez de quem houve o Hino Nacional, cada um se comportando como se fosse a estátua de si mesmo” (Bojunga, 2001, p. 15-16).

Essa imagem dos anos de ouro do século passado, dos cinco gloriosos anos juscelinistas, impressiona pela recorrência. Ela nos precede, vem antes de nós mesmos. Aprendê-la faz parte da educação social dos brasileiros. Sabemos dela tanto quanto sabemos (e alguém se lembra onde aprendeu?...) que Pedro I era mulherengo e irresponsável.

Tais representações fazem parte do patrimônio de nossa sociedade, transmitido ao longo do tempo e atravessa gerações. Assim, no caso específico de nosso objeto de pesquisa, JK imortalizou-se e cristalizou-se na lembrança de seus feitos e suas obras, notadamente Brasília. Contudo, ressaltamos, somente uma parte da experiência dos anos 1956-1960 é utilizada cotidianamente, “[...] o resto está, de certa maneira, jogado no imenso compartimento ‘fora-de-uso’” (-Bittencourt, 1962, p. 60).

Em “Carta do editor”, que abre o exemplar de setembro de 2005 da *Revista Nossa História*, Cristiane Costa apresenta o tema do dossiê oferecido na capa da publicação, “Os anos JK”:

Num momento em que nuvens negras cobrem Brasília e o país anda tão desiludido com seus políticos, é hora de lembrar tempos mais ensolarados. Entre 1956 e 1961, o Brasil caminhava a passos largos em direção a um futuro promissor. Metas eram planejadas e cumpridas à risca, movimentos culturais floresciam, a modernidade se materializava numa nova capital que era a jóia da arquitetura

mundial. À frente do governo, estava a habilidade de um político mineiro que sobreviveu ao Estado Novo, mas sucumbiu à ditadura militar: Juscelino Kubitschek.¹⁹⁴

É claro que os anos 50 são, em parte, como percebemos ao longo dos capítulos, responsáveis por essa imaginação nostálgica, pois a fonte do patrimônio (ou do repositório cultural) o qual nos referimos acima “está nas vivências originais da sociedade que a produz” (Bittencourt, 1962, p. 62). Todavia, a partir da *Carta* de Cristiane Costa, podemos considerar que a criação de um passado dourado, nomeadamente a de um “jardim imaginado dos tempos ensolarados”, talvez esteja na origem de certa concepção do presente. Esse passado coloca à prova, em contraste com esse presente, seu sentido de identidade. Nossa experiência do momento em que vivemos e o julgamento, tantas vezes negativo, que fazemos de nosso lugar da história são continuamente posicionados contra o pano de fundo do que podemos chamar de “mito dos 50 anos em 5”, querendo dizer com isso que todo esse saudosismo:

Contribuiu para a formação de uma imagem rica e dominante, de uma estrutura simbólica que pressiona, com a insistência da mitologia ativa, a condição presente de nosso sentimento.

Não é o passado literal que nos governa, a não ser, possivelmente, em um sentido biológico. São as imagens do passado. Estas são, com frequência, tão altamente estruturadas e seletivas quanto os mitos (Steiner, 1991, p. 13-16)¹⁹⁵.

O momento em que vivemos, marcado por “nuvens negras” que pairam sobre Brasília, é, sobretudo, resultado de um decreto tanto intelectual quanto emocional. Nossa atual desilusão política deriva da comparação sua força – sua

¹⁹⁴ COSTA, Cristiane. “Carta do editor”. *Revista Nossa História*. Os anos JK. Rio de Janeiro, nº 23, setembro de 2005, Ano 2, p. 3 (grifos nossos). Cristiane Costa é carioca. Nasceu em 1964, formou-se em Comunicação na PUC-Rio, trabalhou na editora Rocco, na revista *Veja*, na TV Globo e no *Jornal do Brasil* (JB). Passou por várias editorias do JB e editou seu suplemento literário (Caderno Idéias) por cinco anos. Em 2001, recebeu bolsa da Fundação Vítas para pesquisa sobre as relações entre jornalismo e literatura, aprofundada em tese de doutorado apresentada na UFRJ e transformada em livro em 2005. Foi editora da Revista Nossa História e do Portal Literal, especializada em literatura. “Cristiane Costa”. Disponível em: <http://www.bmsr.com.br/autores/detalhe.asp?cod=Cristiane%20COSTA>. Acesso em: 14 ago. 2008.

¹⁹⁵ O período entre o fim da ditadura militar e o início da Nova República foi fundamental nesse sentido, ao promover uma releitura do governo de Juscelino, apresentado suas qualidades – liberdade e negociação, por exemplo – em oposição ao regime militar – associado, negativamente, a censura e a repressão.

potência e sua própria obviedade. Se é verdade que toda sociedade requer antecedentes, também é igualmente verdadeiro que ela os elege.

Concordamos com George Steiner: a produção e o estabelecimento da imagem de anos felizes e sorridentes ligam-se ao fato de que:

A maior parte da história parece trazer em si um vestígio de paraíso. Em alguma época de tempos mais ou menos remotos, as coisas eram melhores [...]. O mito da Queda tem mais força que qualquer religião específica [...]. Nossa imagem de uma coerência perdida, de um centro que se mantinha, tem autoridade maior, que a verdade histórica. Os fatos podem refutá-la, mas não removê-la. Ela condiz com alguma profunda necessidade psicológica e moral. Dá-nos equilíbrio, um contrapeso dialético, com que situamos nossa própria condição (Steiner, 1991, p. 14, 15, 19).

Todavia, sobre essa atmosfera de superestimação do passado no presente, de lembrança dos “bons tempos”, o escritor e jornalista Joaquim Ferreira dos Santos em *Feliz 1958: o ano que não devia terminar, recorda dissidentemente que* “[...] o Rio de Janeiro ficou o ano inteiro sem água nas torneiras..., mas o que acaba predominando é mesmo a lembrança de que ‘com brasileiro não há quem possa’, trecho da marchinha que comemorou a vitória da Seleção brasileira na Suécia em 1958” (Oliveira, 2002, p. 39-40).

Aliás, o estado de espírito pós-vitória foi captado por Nelson Rodrigues, que observou que o mito da tristeza brasileira estava em fuga, pois, a partir do título mundial, começamos a achar que a nossa tristeza é uma “piada fracassada” (Castro, 1992, p. 284).

Mesmo depois de uma ampla experiência de pesquisa sobre o tema JK-Brasília, opina o Ronaldo Costa Couto, um historiador profissional:

Juscelino invade cabeça e coração, razão e emoções. Mexe na alma da gente, cresce, impõe-se, quase expulsa a tentativa de neutralidade. É preciso vigilância máxima para que não tome o tema, a tese, a pena. Personagem superior. Brasília é Juscelino, símbolo e obra maior de seu governo e vida. Brasília é ele. É Kubitschek de Oliveira (Couto, 2002, p. 27).

Assim, não surpreende que o presidente “bossa nova”, o “cafajeste dionisíaco” de Nelson Rodrigues,¹⁹⁶ se apresentasse – e ainda se apresente – de forma invasora na imaginação social, como o arquiteto de uma mentalidade modernista para o país, sendo Brasília o maior símbolo do perfil inovador a ele associado.

A mentalidade modernista buscava “[...] rejeitar as formas e as convenções tradicionais e favorecer as inovações e a experimentação”, tudo em consonância com as mudanças percebidas e promovidas na cultura e na tecnologia, como explica Rohmann (2000, p. 277-278). Sob essa perspectiva, é como se a ansiedade vivida no período de tornar o Brasil um país moderno se consubstanciasse num líder político que cultivava uma autoimagem de otimismo e que decidiu responder a essas expectativas, criando uma cidade modernista. JK aliou-se a personalidades em voga, como o jovem e expoente da “nova arquitetura” no Brasil, Oscar Niemeyer, o qual já havia lhe prestado seus serviços na feitura da Pampulha, e o urbanista inovador Lúcio Costa, que deu asas (de avião ou de borboleta) à capital inaugurada em 1960.

É revelador dessas “expectativas” da época o texto assinado por Amaury Mercadante, em que notícia que “[...] Brasília será a mais **moderna** cidade do mundo”, com construções que “[...] serão as mais **modernas** concebidas pelos arquitetos brasileiros que ali terão oportunidade para apresentar verdadeiras obras-primas”. Ainda assim, a nova capital, “a recém-nascida”, como ele a denomina, “[...] cresce rapidamente, e vai se tornando adulta”, já contando “com **moderno** aeroporto” (Mercadante, 1957, grifos nossos). O uso do advérbio de intensidade mais é notável para conduzir seus leitores aos sentidos de intensidade, grandeza, superioridade.

Todavia, se Lucia Lippi Oliveira afirma que “[...] estávamos de fato em um tempo cultural acelerado marcado pelo espírito do ‘novo’ e pela vontade de mudança”, no qual tudo era novo: “Novacap, cinema novo, bossa nova” (Oliveira, 2002, p. 41), esse ritmo e essa apreensão do tempo não foram vividos por todos

¹⁹⁶ Nelson Rodrigues, como aponta o jornalista Ruy Castro, “[...] considerava uma qualidade presidencial essa cafajestice da ‘cartola aos sapatos’, principalmente depois do funéreo Dutra, do trágico Getúlio e do aguado Café Filho”. Quando lhe contaram que Juscelino, ao passar por uma quilométrica fila de açougue, perguntou qual filme estavam levando, Nelson empolgou-se: “Um presidente que confunde a fila da carne com a fila do ‘Metro’! É um gênio, compreendeu? O preço da carne é um detalhe e o gênio passa por cima do detalhe!” Cf. Castro (1992, p. 290-291).

– diríamos, inclusive, que, para alguns antimudancistas, esse tempo acelerado, tempo do otimismo e progresso, nem sequer existiu.

Na observação crítica e desolada do colunista João Duarte Filho, em novembro de 1958, pela *Tribuna da Imprensa*, não restam dúvidas, “[...] a era é mesmo das coisas novas”, pois “[...] é com novidades, cada vez mais profundas e mirabolantes, que se engabela e distrai a opinião pública”. Brasília, a maior delas, encarnaria o “espírito do novo” desconjuntado, dissimulado e hipócrita, pois em sua opinião a nova cidade se erigia, de fato, e não por alucinação megalomaniaca, num “circo nas vésperas de pegar fogo”. Assim, ele conclui que “[...] toda época presidida pela leviandade e pela inoperância precisa sempre de coisas novas”. Nesse sentido, acredita que serão “cinquenta anos em cinco de leviandades cósmicas”(Filho, 1958).

Pelo *Diário de Notícias*, do qual foi um dos fundadores em 1925, Raul Pilla, médico, político e jornalista gaúcho, assim se posicionou em 1957, “[...] será realmente a capital do Brasil, a cidade que, desde a primeira pedra, deveria ser o monumento perene de uma vida nova, talvez de uma nova civilização?” E responde: “Não. Tudo, ali, é urgente e provisório, como se a mudança da capital se fizesse por motivo de invasão estrangeira” (Pilla, 1957).

Dessa forma, a exaltada velocidade do *imaginário mudancista*, a extraordinária efervescência e o prodigioso movimento impulsionados e alardeados pelo governo puderam ser vivenciados apenas como pressa ou afobação inauguracionista, como a definiu o jornalista e escritor sergipano Joel Silveira, em sua crônica do dia 25 de abril de 1958: “Uma pressa, afinal, que acaba sendo derrotada por uma pressa maior: a pressa com que tudo vai acabando. E agora, cabe aqui uma pergunta: será que Brasília está sendo feita assim?” (Silveira, 1958).

Com “assim”, ele quer dizer, como a rodovia Rio-Belo Horizonte e a Pampulha,

A estrada tinha de estar pronta de qualquer maneira em determinada data. Ficou. Mas de que jeito? A apressada camada de cimento que foi estendida, a partir de Juiz de Fora, não vai aguentar muito. É pele fina que o peso dos veículos castiga forte, arranha e sulca. Resultado: em determinados trechos, a pele fina virou crosta lunar – é mais buraco que estrada. Ora, a estrada ainda não completou o seu segundo aniversário. Que será dela quando tiver cinco ou dez anos, se continuar assim como se apresenta hoje – uma camada de verniz castigada diariamente por um tráfego cada vez mais intenso? (Silveira, 1958)

Quanto à grande obra de JK em Belo Horizonte, como o “prefeito furacão”, Joel Silveira também foi implacável ao noticiar que:

Poucos anos atrás, teve a sua barragem aluída por uma chuvarada mais forte. Projetou-se uma nova barragem, marcou-se data para a sua inauguração. No dia da festa, um jornal governista publicava em manchete que “Pampulha renascia para o mundo”. Não renasceu. Estive lá. No lugar onde eu esperava encontrar o lago artificial, o que vi foi uma enorme cratera dividida em alguns charcos. Num dos ângulos do buraco enorme, onde o chão é mais úmido, a gente pobre do bairro, que conhece de sobra os governantes que possui, pouco ligou para o “renascimento” de Pampulha – e onde a propaganda oficial disse ser um lago, eles, os humildes, fizeram... uma horta. Lá está ela: arroz, feijão, tomate, alface (Silveira, 1958).

Todo o futurismo, tal qual toda a animação e euforia alastradas oficialmente à época da construção de Brasília pelo presidente “pé de valsa” e “pé quente”, bem como por seus partidários do jornalismo impresso, puderam ser lidos meramente como motivos de preocupação e apreensão, como crostas oníricas a encobrir vazios tangíveis profundos no presente. Vê-se acima a narração de um fato no qual “a gente pobre do bairro” de Pampulha, ignorando sua aura de renascimento, se apropriou do lago para uma prática simples e tradicional: cultivar hortas.

Em entrevista concedida ao jornal *O Globo* (1959), “o novo senador carioca” e líder opositor, Sr. Afonso Arinos, realizou enunciação cujo núcleo residia na explicação dos motivos por que não há contradição entre idealismo e realismo no governo,

– Para mim, o grande mal do Governo Juscelino Kubitschek, do ponto-de-vista político e administrativo, é que ele, no que tem de melhor, está, exclusivamente, preocupado com o futuro e inteiramente esquecido do presente. Todas as aspirações e energias deste grupo governante se voltam, pra uma espécie de vitória sobre o futuro. Ora, isso, no quadro habitual da improvisação, incompetência e levandade que tem marcado a linha deste Governo, significa uma posição idealista, aventureira, e, num certo sentido, materialista.

O Sr. Kubitschek, em sua visão, é idealista “[...] porque se desinteressa dos problemas concretos da atualidade, em função de sonhos de desenvolvimento e

de grandeza propícios aos auto-elogios e às divagações otimistas”. E completa seu argumento ao sentenciar:

Mas é materialista porque pensa que os problemas do homem, os problemas humanos que nos cercam, se resolvem com projetos de grandes realizações materiais futuras. Ora, o que me parece capital e primordial como tarefa de um Governo consciente é cuidar, desde logo, da situação do Brasil de hoje, dos brasileiros de hoje.¹⁹⁷

Para Arinos, JK não foi eleito para governar o futuro, nem um político o é. Por esse e tantos outros textos jornalísticos, concluímos que quaisquer concertos representacionais acerca dos anos 1956-1960 desafinam diante desse repertório de imagens diversificado e complexo sobre o plano de construir e transferir a capital. Este livro pode contribuir então para mostrar um mundo não só de confiança no destino do Brasil à época dos alcunhados anos dourados, mas também de inquietudes e incertezas. Um mundo em que ânimos acirrados e projetos em disputa com o do governo na imprensa deu brecha ao sobressalto, ao inesperado.¹⁹⁸

A história de Brasília, nas tramas de imagens e memórias pela imprensa escrita (1956-1960), buscou dar vazão às contradições e às lutas que envolveram essa experiência. Sua própria substância não é o otimismo, o progresso, o modernismo, e sim essas contradições e lutas. No interior dessa sociedade que aprendemos a enxergar com a cor dourada, foi preciso reconhecer na pesquisa a importância do dissenso. Ora, a imaginação antimudancista de João Duarte Filho, Joel Silveira e Afonso Arinos implicou, como no *imaginário mudancista*, um trabalho chamado por Cornelius Castoriadis de “elucidação do social-histórico”, por meio do qual “[...] os homens tentam pensar o que fazem e saber o que pensam” (Castoriadis, 1982, p. 14-15).

Segundo Margareth Rago, ao referenciar a obra de Keith Jenkins, repensar a História é “[...] um excelente convite para uma séria conversa entre os historiadores

¹⁹⁷ GOVERNO só para o futuro que esquece o presente. *O Globo*, Rio de Janeiro, 5 jan. 1959.

¹⁹⁸ É claro, vale dizer, que com essa preocupação não reivindicamos ineditismo, nem supomos que trabalhos anteriores sobre o assunto recaíram sempre no simplismo e na ingenuidade; para desfazermos qualquer mal-entendido nesse sentido, basta citar alguns de nossos interlocutores, como a socióloga e cientista política Lúcia Lippi de Oliveira e o historiador Rodrigo Patto Sá Mota, para ficarmos apenas em dois exemplos, em seus respectivos textos: “De Drummond a Rodrigues: venturas e desventuras dos brasileiros no governo JK” e “Uma outra face dos anos JK: mobilizações de direita”. Cf. Miranda (2002).

preocupados em pluralizar a História”, abrindo-se não só para múltiplos sujeitos sociais, mas para enfoques e acontecimentos diferenciados (Rago, 2001, p. 12-13, grifo nosso). No trato com as imagens da cidade modernista a partir da imprensa escrita, lidamos com potencialidades abortadas, projetos soterrados, alternativas esquecidas e ideias reprimidas. Enfim, além de “múltiplos sujeitos sociais”, lidamos também com “enfoques e acontecimentos diferenciados”.

Há que se respeitar a diversidade cultural do mundo passado, como já discutimos no primeiro item dessas considerações finais: seus discursos marginais, aqueles que contrariaram o discurso da ordem, aqueles não hegemônicos, visto que “[...] a cultura, a história e a produção da verdade são domínios entrecortados por relações de poder”. Por tudo isso, é que acreditamos na relativização dos “[...] fundamentos do ‘natural’ e do ‘real’ onde quer que exista a pretensão de apontá-los como tais” (Holston, 1993, p. 15).

Em seu depoimento ao historiador Ronaldo Costa Couto, em 29 de dezembro de 1999, Oscar Niemeyer disse que “[...] hoje querer dizer que Brasília não devia ter sido feita. Ihhh! É um argumento tão frágil, quando o mundo inteiro já apoiou Brasília! Ela é reconhecida no mundo inteiro” (Couto, 2002, p. 14). Sim, no final da década de 1990, Brasília estava consolidada, seu projeto saiu vitorioso e pareceria ridículo criticá-la àquela altura, por isso mesmo a história, como a antropologia, nos serve para apresentar outras possibilidades, serve para mostrar-nos que a nossa sociedade, as nossas crenças, o nosso pensamento, não têm nada de natural, e que existiram outras sociedades, outras crenças e outros pensamentos.

Nesse ponto, Elias (1994) alerta sobre a tendência que temos em naturalizar o que é historicamente formado, como, em nosso caso, a força, a validade e a capitalidade de Brasília – foi só durante o regime militar que ela se consolidou e, somente em 1987, que ela foi reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco, como obra-prima da arquitetura e do urbanismo modernos. Lá, no passado do calor da hora, na euforia dos acontecimentos, não era lógico apoiar Brasília (talvez, o contrário, ou seja, desacreditar o projeto, fosse até mais coerente). “Aquilo que se considera como a ordem natural das pessoas e das coisas não é natural ou dado, mas construído culturalmente e relativo.” Almejamos, assim, erodir os preconceitos do “familiar”, fazendo aumentar a compreensão do “estranho” (Holston, 1993, p. 15).

Então, até aqueles que consideramos nossos ancestrais tão próximos, num passado mais recente, são muito diferentes de nós. Mesmo considerando que nossas experiências estão relacionadas com as deles, se todos nós estamos enredados pela experiência moderna, isso não quer dizer que elas são idênticas, bem ao contrário, elas foram (e são) vividas de formas diferentes.

Empenhamo-nos, ao longo destas páginas, em apresentar o ponto de vista dos mudancistas e dos antimudancistas, por meio de suas estratégias textuais, suas justaposições, pertinências e contradições como um “universo mental estranho”, tentando criar uma distância e um ofuscamento como fundo metodológico.

Durante a pesquisa, tropeçamos, várias vezes, em aspectos estranhos do passado. Por exemplo, estamos distantes do tempo em que ser comunista ou anticomunista marcava profundamente a política e dividia, perigosamente, posições. Lá, o comunismo gerava medo, verdadeiro pavor nos governantes e cidadãos que acreditavam na “democracia capitalista”, alinhados a Washington.

Salve ele, dizemo-lo nos. Provavelmente mandará erguer, bem no centro geográfico de Brasília, um monumento que em granito e bronze será “imortalizada” sua elegante figura presidencial, esboçando o tradicional sorriso-presidencial... De quem passou pelo mundo em brancas nuvens.

Tranqüilizem-se, porém, os nossos leitores. Tanta incoerência não se consumará. Não há tempo material para tanto, mesmo que houvesse, os brasileiros não permitiriam que fosse consumada a “imortal obra” sem que antes fossem sanadas certas outras “mortais obras” que atualmente esmagam dezenas de milhões de patricios: a fome, o desemprego, o analfabetismo, o desamparo a infância e a velhice, as moléstias, o caos político, o marasmo administrativo e todo o cortejo de iniquidades que, no vagaroso andar do atual presidente, acabará por **abrir as portas do Brasil ao mal que de uma vez por todas o aniquilará, inexoravelmente: comunismo. E então, que terá adiantado mudar a Capital Federal para Brasília? E ainda em três anos e meio?**¹⁹⁹

Já presentemente, o conhecido político Roberto Freire costuma dizer, nas entrevistas prestadas, que o comunismo não serve mais como modelo de gestão do

¹⁹⁹ JK no Palácio das Ilusões Perdidas: Faixa Negra – Belo “Abacaxi” Vai Passar o Presidente. *A Hora*, São Paulo, 26 fev. 1957 (grifos nossos).

Estado, “só como utopia”. Definindo-se como “democrático de esquerda”, ele acredita que o Muro de Berlim “caiu na cabeça do PCB”. Isso significa que, sob o impacto da nova ordem pós-1989, o comunismo, do mesmo partido, ficou para trás e, na atualidade, suspira apenas, por exemplo, em algumas lideranças do MST (Movimento dos Sem-Terra). “Como é que podemos aceitar defesas radicais de ideologias de 1917, como as feitas muitas vezes por João Pedro Stedile, do MST? Isso é impossível nos dias de hoje”, disse Freire. Como a maioria dos filiados ao Partido Comunista Brasileiro, ele passou a integrar o PPS (Partido Popular Socialista), no início da década de 1990.²⁰⁰

Nossa proposta foi, assim, analisar e relacionar o *imaginário mudancista* e o *imaginário antimudancista*, com suas lógicas próprias. Nesse intuito, fazer história serviu-nos para apresentar diferentes modalidades de pensar e sentir. “Visto sob esse ângulo”, o objetivo de “alargamento do universo do discurso humano” é, reafirmamos, tanto do etnógrafo quanto do historiador. “A vocação essencial” de um e de outro não pode se reduzir, em tal esteio, a “responder às nossas questões mais profundas, mas colocar à nossa disposição as respostas que outros deram” e, portanto, “incluí-las no registro de consultas sobre o que o homem falou”. Na belíssima imagem criada por Clifford Geertz, “apascentando outros carneiros em outros vales” (Geertz, 1989, p. 24, 40-41).

Nesses “outros vales”, o mesmo Raul Pilla, conhecido como “o Papa do parlamentarismo no Brasil”, afirmou, no já mencionado artigo, “[...] sou dos que julgam necessidade fundamental a transferência da capital para o Planalto Central do Brasil” (Pilla, 1957). Apesar disso, discordava da maneira como ela estava sendo realizada, mais parecendo, segundo ele, ser artifício de propaganda “do que empresa séria, seriamente pensada e elaborada” e, de toda sorte, seu coração já tinha dono, pois afirmou que mais importante que a ideia mudancista era a da instauração do Parlamentarismo, “[...] que virá a permitir, se não chegar demasiado tarde, a realização da verdadeira democracia neste país” (Pilla, 1957).

²⁰⁰ No X Congresso do PCB, no Teatro Zaccaro, em São Paulo, no dia 25 de janeiro de 1992, encerrando-se no dia seguinte, a maioria optou pela mudança de nome e o PCB passou a se denominar PPS, e lançou Manifesto à Nação. A minoria que não concordou com a alteração refundou, no ano seguinte, o PCB. Ex-senador e Presidente Nacional do Partido Popular Socialista, Roberto Freire chegou a ser líder de governo na Câmara, durante a presidência de Itamar Franco. Cf. “Parlamentar vê comunismo hoje ‘só como utopia’”. In: <http://www.senado.gov.br/sf/noticia/senamidia/historico/1999/8/zn082921.htm>. Acessado em: 29/abr/2007; “História do PCB/PPS”. In: http://www.pps.org.br/2005/index.asp?opcao=partido&inc_partido=historia&portal=. Acesso em: 20 ago. 2008.

Esta obra se justifica também por nos mostrar projetos/programas/planos passados mesmo que estes não tenham dado certo: a utopia de uma sociedade brasileira radicalmente nova com Brasília, ou, do lado oposto, as crenças e argumentos de que ela não iria nem ser construída e muito menos inaugurada. E se fosse formalmente implantada, não se sustentaria – a imagem de um vazio cultural sem tradição política –, resultando, por fim, no retorno do centro do poder público nacional para o Rio de Janeiro. Essa seria uma das maiores frustrações nacionais e um dos maiores episódios de desperdício de investimento.

Se nossas experiências de passado, em parte, como nos fez entender Reinhart Koselleck, servem de base para nossas possibilidades de futuro, para alargar essas últimas é fundamental ampliarmos as primeiras.

A realidade é que o frenesi e o entusiasmo de parte dos brasileiros com uma nova capital, moderna e revolucionária, chocou a sensibilidade de outros tantos que enxergaram seus privilégios ou valores ameaçados com o advento dela. Ao trabalhar com as críticas lançadas à construção de Brasília, ficamos defrontes a ricas e intrincadas referências, princípios e emoções daqueles anos. Fervilham então “as Brasília’s” e, simultaneamente, fervilham rupturas e dissensões às imagens já clássicas e cristalizadas dos tempos de Juscelino, o “Nonô” de “dona Júlia” (sua mãe).

A maneira como lemos e organizamos as imagens e memórias tramadas pela imprensa escrita buscou dar plausibilidade contextual ao brasileiro anti-mudancista e “conservacionista” na era tida *a priori* e por excelência como a era da transformação e do mudancismo “sacudido”, “potencializado” e “futurista”. Ora, quando se fala dos “anos dourados”, personagens que nele resistiram “à ousadia” estão bastante suscetíveis a serem facilmente ofuscados, relegados e obscurecidos pelo brilho saudosista da imaginação social brasileira atual. O anti-mudancista seria, sobretudo, uma figura derrotada, antipática, que parece não combinar com o espírito dos “50 anos em 5”.²⁰¹

²⁰¹ Não se trata de *desconstruir* essas certezas, mas de *desnaturalizá-las*. Pois, a “[...] análise do discurso deve considerar que não existem sentidos naturais. Se o discurso é produzido pelos sujeitos sociais com a finalidade de dar-lhes significação, qualquer construção discursiva terá caráter conotativo, ou seja, serão construídas socialmente, historicamente. As ‘verdades absolutas’ com as quais nos defrontamos cotidianamente, nada mais são do que um processo que leva à ‘naturalização’ dos sentidos, julgados então denotativos, naturais” (Brito, 1994, p. 192).

De todo modo, mesmo hoje, malgrado a celebração reinante do presidente e da capital bossa-nova, sua força e persistência, tem seus adversários. Eugênio Gudin, economista de destaque, e o famoso e polêmico colunista da revista *Veja*, Diogo Mainardi, são exemplos disso. Eles apresentam críticas, aliás, de tons bem parecidos com aqueles levantados nos anos 1950.

Em 1979, lemos Gudin: “Juscelino fez um péssimo governo. Um crime! Eu fui ao Nordeste e vi o que é pobreza, miséria, resignação daquela gente. E Juscelino pegou o dinheiro da nação e jogou fora fazendo uma cidade”.²⁰²

Em 2001, lemos Mainardi:

É revelador de nosso atraso que JK ainda seja considerado um modelo de governante. Difícil imaginar algo que tenha causado mais danos ao Brasil que sua retórica populista de “crescer cinquenta anos em cinco”. Teria sido muito melhor crescer cinquenta anos em cinquenta. JK administrava o país com mentalidade provinciana de um prefeito de Belo Horizonte, acreditando que a riqueza pudesse ser criada artificialmente pelo Estado, através do aumento descontrolado dos gastos públicos.²⁰³

Ainda hoje, pode-se afirmar que há feridas abertas, ressentimentos, orgulhos ofendidos e memórias minoritárias que buscam escuta e ressonância, trabalhando “às margens”, “às bordas” da memória da sociedade englobante, que, ao longo das décadas, tem continuamente reinventado aquela imagem imponente de otimismo.

Dissensões na atualidade sobre esse empreendimento marcante de nossa história contemporânea, a criação de Brasília, em algumas ocasiões ainda apaixonadas, tanto dentro quanto fora da Academia, são perfeitamente compreensíveis, pois é bastante viva a ideia de ousadia do projeto e suas significações e implicações tanto no passado quanto no presente. Como observou a repórter americana Inez Robb em 1959, “[...] excetuando-se a bomba atômica e o ‘Sputnik’, Brasília certamente ficará na História como um dos projetos mais ousados do Século XX” (Robb, 1959).

²⁰² Entrevista de Eugênio Gudin a Virgílio Moretzsohn Moreira e Lúcia Hippolito, *O Globo*, 26 nov. 1979, p. 22 *apud* Couto (2002, p. 217).

²⁰³ MAINARDI, Diogo. “O crime de JK”, *Revista Veja*, 21 mar. 2001 *apud* Couto (2002, p. 233).

Ao abdicar do olhar absoluto, buscamos narrar a construção da nova capital no plural, sem a pretensão de estabelecer hierarquizações estéreis entre as posições assumidas na imprensa. Para tanto, foi-nos essencial a reflexão que elaboramos a partir do historiador Jacques Revel. Ele ensinou-nos que não devemos nos deixar “subjugar pela tirania” do que se entende por hábito de “fato consumado” ou do que “efetivamente aconteceu” – Brasília, complexo de monumentos e vias, concretos e parques, inaugurado em abril de 1960 –, mas, ao contrário, de trabalharmos trajetórias passadas, deslocando a objetiva e variando o foco, pois em história “[...] ter ideias é deixar de ser inocente e perceber que o que é poderia não ter sido”.

Dessa forma, ao invés de adotar uma “concepção de contexto marcadamente repetitiva”, que “enquadra as generalizações mais obrigatórias do campo de análise” como um “sumário”, julgamos que valeu a pena também valorizar, como o fez Revel, o procedimento utilizado por Giovanni Levi, historiador italiano, em *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Esse método consiste em dar vazão a vários contextos particulares, ou seja, em estar sempre inventando um contexto pertinente que, no nosso caso – e parafrazeando-o –, tornasse inteligíveis o mudancismo e o antimudancismo. Por meio desse enriquecimento da análise social, é possível não interditar “aspectos diferentes, inesperados, multiplicados” das experiências individuais e coletivas. Escapar da evidência das evoluções conhecidas é, assim, uma proposta intelectualmente interessante (Revel, 2000, p. 20, 28-29, 36).

A reboque do que foi exposto acima, pensemos que apenas quatro dias antes da hoje imortalizada data de inauguração da cidade, 21 de abril de 1960, o artigo do *Jornal do Brasil*, confeccionado por periodistas mandados para cobrir os feitos e ritos inaugurais, afirma que:

Os últimos preparativos antes da inauguração da nova capital tomaram a forma de um trabalho forçado nas últimas 24 horas. O ritmo de preparação caiu porque desde o começo deste mês um grande trabalho se fez, um trabalho de maquiagem a fim de dar a Brasília a imagem de uma obra completamente terminada. A maioria dos planos de mudança elaborados fracassaram e muitos são os casos onde pessoas que chegaram para ficar definitivamente e não encontraram em seus devidos lugares nada daquilo que

lhes fora prometido e garantido. Deputados que chegaram com seus móveis e famílias não encontraram os apartamentos que lhes estavam destinados.²⁰⁴

Para os adversários da transferência, no entanto, eram (re)elaboradas e mesmo intensificadas preocupações, desconfortos, desconfianças, antipatias e desprezos à capital estreada que, nessa ótica, não tinha as mínimas condições de funcionamento e habitação; precaríssima, insistiam, era ainda expectativa. Os pró-Brasília rebatiam, afirmando que tais condições eram “superiores às de muitas cidades do país”.²⁰⁵

Aliás, ao longo dos anos 1960, entre os antimudancistas predominou o discurso da ausência, da carência, da inexistência. Faltava tudo em Brasília, de água a cemitério, e o que a cidade tinha funcionava mal. “Faltam 85 Dias Para a Mudança da Capital” anunciou o *Diário de Notícias* no fim de janeiro de 1960:

E Brasília ainda não tem gás, não tem telefones, não tem luz elétrica, só tem um hotel, não tem hospitais, não tem escolas, não tem nada. Mas terá, dizem os mudancistas. Por isso, Brasília, hoje, é mais do que uma incógnita da República, não admite um dia sequer de adiamento e todos se curvam em sua vontade onipotente.²⁰⁶

“Em Brasília não se tem lugar para falar de átomos”, sustenta o título da matéria veiculada pelo *Diário de Notícias*, em 29 de janeiro de 1960, como o verdadeiro cúmulo da carência.²⁰⁷

Nas redações, à medida que as obras avançavam, as oposições apenas migravam de foco, mas permaneciam. Em vez da impossibilidade da existência física, mais presente nos primeiros anos da construção, era, como esclarecemos, a incapacidade funcional da nova cidade como capital que ganhava cada vez mais espaço na imprensa. Mesmo depois de inaugurada, alguns periódicos teciam apostas no fracasso certo de Brasília e como ela era ícone do desbaratamento e esbanjamento dos cofres públicos.

²⁰⁴ BRASÍLIA está sendo acabada com atraso a toque de caixa. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 abr. 1960.

²⁰⁵ COMISSÃO acha que nada falta em Brasília para o servidor transferido. *Jornal do Brasil*, 28 jan. 1960.

²⁰⁶ FALTAM 85 Dias Para a Mudança da Capital. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 28 jan. 1960.

²⁰⁷ EM Brasília não se tem lugar para falar de átomos. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 29 jan. 1960.

Desse modo, fadavam a cidade à apatia e indolência da cidade em relação ao seu caráter administrativo, devido ao imortal papel de liderança nacional do Rio de Janeiro. Muitos textos de jornalistas e importantes intelectuais da época creditam ao território carioca uma vocação inalienável de ser, até o fim dos tempos, a capital administrativa. Em Versíprosa, Carlos Drummond de Andrade, faz a elaboração poética de uma “boa sorte” provocativa:

Vou no rumo de Brasília, / não é aqui o meu lugar (...) Nunca te vi de perto; agora vejo/ e sinto e palpo todo o meu desejo/ é que sejas em tudo uma cidade/ completa, firme, aberta à humanidade, / e tão naturalmente capital/ **como o Rio é uma coisa sem igual** (*apud* Couto, 2002, p. 230, grifos nossos).

De toda sorte, a cidade seria, a partir de então – e segundo Oliveira (2005, p. 242) – “[...] erguida passo a passo, perdendo sua aura de nova nação, de novo homem, de nova sociedade”. No entanto, estas são cenas para próximos capítulos a serem (re)escritos sobre a história da construção da cidade em outras pesquisas.

Lendo, organizando e refletindo sobre esses recortes de jornais, não raro, tive a sensação de estar em meio a todo esse alvoroço, sentido com Ataulfo Alves a nostálgica despedida de seu sambinha, em parceria de Grande Otelo: “Juscelino me chamou – Eu vou morrer de saudade, mas vou...”. “Adeus, Rio! Adeus, Praça Onze! Adeus Flamengo...!”.²⁰⁸

Mas, sabemos, trata-se apenas de uma “falsa familiaridade”. O trabalho de arquivo tornou inevitáveis as surpresas e, com elas, o choque cultural entre o mundo lido e o mundo de quem o lê.

O ciclo de construção de cidades-capitais se manteve até muito recentemente, como se pode notar pela construção de Palmas, capital do novo Estado do Tocantins, inaugurada em 1990. Ela pode ser considerada ainda – como Goiânia, Belo Horizonte e, claro, Brasília – parte do arquétipo da interiorização do Brasil,

²⁰⁸ Título da letra: “Vou fazer samba em Brasília”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1957.

do avanço da civilização e da modernização aos “sertões” e “desertos” de nosso país. Nessa perspectiva, Zigmunt Bauman torna-se digno de crédito:

[...] a modernidade é o que é – uma obsessiva marcha adiante – não porque sempre queira mais, mas porque nunca consegue o bastante; não porque se torne mais ambiciosa e aventureira, mas porque suas aventuras são mais amargas e suas ambições frustradas. A marcha deve seguir adiante porque qualquer ponto de chegada não passa de uma estação temporária (Bauman, 1999, p. 18).

Novos sujeitos e novos atos surgem o tempo todo, novos modernos e novos antimodernos. Apontemos seus limites e suas responsabilizações. Que outras cortinas sejam descerradas...

POSFÁCIO

Escrevo o presente posfácio no ano de 2024, portanto, 16 anos o separam da defesa de minha dissertação de mestrado, ocorrida em 2008, na Universidade de Brasília (UnB). As duas versões do texto – a defendida e a ora aqui publicada – se diferem, mas não há a atualização dos estudos sobre o tema e a revisitação crítica da obra original. Isso porque, se fosse aperfeiçoar teórica e metodologicamente o texto de 2008 como gostaria agora, em 2024, eu o reescreveria e apresentaria aos(às) leitores(as) uma outra pesquisa. Mas o objetivo aqui era justamente transformar em formato de livro as ideias que entabulei ao longo de mais de dois anos de investigações sobre a história de Brasília, apreendida pelos imaginários sociais, mudancista e antimudancista, moldados entre os anos de 1956 e 1960.

Como pudemos acompanhar, jornalistas e escritores de jornais – autores e atores do mundo da transferência da capital do litoral para o interior – esboçaram objetivos e organizaram não apenas seu presente, mas também seu passado e seu futuro. Para tal, em meu trabalho a imprensa escrita foi considerada como um canal de expressão dos anseios, necessidades e aspirações individuais e coletivas, configurando-se também em um veículo de destaque tanto para a coesão quanto para a dispersão de propósitos modernistas e de projetos de modernidade. Nesse sentido, a mídia impressa levou, conduziu e acendeu universos de representações e de debates extremamente férteis, tendo sido espaço social privilegiado, que gerenciou e reproduziu alianças e divergências que procederam e circularam no domínio público.

A pesquisa intitulada *A construção de Brasília nas tramas de imagens e memórias pela imprensa escrita (1956-1960)* efetivou-se sob a orientação de Marcia de Melo Martins Kuyumjian, professora mestre em *Latin America Studies* pela *London School of Economics and Political Science* e doutora em Sociologia pela UnB, e o estímulo da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), instituição que me dotou de importantes recursos para a execução do projeto.

Talvez a publicação desta obra em tela seja uma forma de celebrar meus 40 anos, mais de 17 deles dedicados ao ensino de História, seja na educação básica, na graduação e, desde 2020, na pós-graduação. Ou seja, uma forma

de comemorar percursos formativos, trânsitos profissionais, amadurecimentos acadêmicos e mudanças epistemológicas de rota. Portanto, acolho com carinho essa vivência, abrigo com acalanto essas experiências, assim, amparo quem eu era para me auxiliar a pensar melhor em quem eu desejo vir a ser.

O Programa de Pós-graduação em História da UnB, no qual ingressei, transfigurou-se completamente, em especial em relação à formação de seu corpo docente. Tal como minha orientadora, a avaliadora interna, professora doutora em História pela própria UnB e pós-doutora pela Universidade de Lisboa, Eleonora Zicari Costa de Brito, também se aposentou. Esse mesmo destino teve a terceira partícipe da arguição da minha banca de defesa, Maria Salete Kern Machado, doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (1989) e pós-doutora em Sociologia Urbana e Literatura pela *École des Hautes Études en Sciences Sociales*.

O país em que escrevi – então com vinte e poucos anos de idade – a pesquisa de mestrado despertava-me otimismo. No ano anterior ao da defesa, especificamente em 1º de janeiro de 2007, começava o segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Lembro-me que falar dos Programas “Bolsa Família”, “Fome Zero”, sobre transferência de renda, diminuição da pobreza e da desigualdade, crescimento real do salário mínimo, era algo que me entusiasmava tanto... Em termos de política educacional, o ProUni (Programa Universidade Para Todos), assim como as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 juntavam-se para formar uma paisagem de cidadania e dignidade coletivas que atualmente já não enxergo mais. Logo, há muito entusiasmo nas entrelinhas redigidas à época, com um país esperançado, com as leituras que descobria, com os interlocutores que encontrava, com amanhãs que prospectava. Tanto é que talvez eu possa definir o livro que acabaram de ler como uma espécie de “polissistema”, ou seja, “[...] um sistema múltiplo, um sistema de vários sistemas com intersecções e sobreposições mútuas, que usa diferentes opções concorrentes, mas que funciona como um todo estruturado, cujos membros são interdependentes” (Even-Zohar, 2013, p. 3). Ora, é notável o amplo espectro da diversidade de teóricos e conceitos dos quais lancei mão como potencial analítico para a pesquisa, criando subjetivamente uma estrutura bem heterogênea, sem, contudo, prescindir dos parâmetros de objetividade capazes de controlar as interpretações por mim tecidas.

Em 2024, coincidentemente, Lula assume como presidente pela terceira vez. E se faço aqui um recuo temporal para cinco anos antes deste que vivemos,

temos que a banca examinadora do meu doutorado, defendido em 2019 na área de Educação na UnB, também foi constituída só por professoras mulheres, brilhantes e inspiradoras: Dr.^a Elizabeth Tunes (UnB), Dr.^a Cristina M. Madeira Coelho (UnB), Dr.^a Edna Carvalho de Azevedo (IFB) e Dr.^a Émile Cardoso Andrade (UEG). Continuo apresentando-me como símbolo da política de bolsas para estudo, da abertura democrática da universidade para outras classes sociais, para a periferia, para os “sem parte” – para usarmos uma expressão de Jacques Rancière.

Nas circunstâncias da defesa de minha dissertação, recebi muitos elogios feitos pela banca. Mas elas não existem mais. Nem eu. Esse é o sentido que gosto – por conta própria – de ler na concepção de morte do autor pontuada pelo famoso crítico literário e teórico francês Roland Barthes: a linguagem continua a falar, mesmo que a sua autora de mais de uma quinzena de anos atrás não exista mais. O destino dela depende de vocês, já que a reescritura de qualquer texto é sempre aquela realizada por seus(as) leitores(as) em suas respectivas convenções socioculturais datadas, tais como as minhas.

Espero que tenham realizado uma boa diluição de mim.

BARTHES, Roland. A morte do autor. In: BARTHES, Roland. O rumor da língua. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 66-68.

EVEN-ZOHAR, Itamar. Teoria dos polissistemas. Revista *Translatio*, n. 5, p. 1-21, 2013. Trad. Luis Fernando Marozo, Carlos Rizzon e Yanna Karlla Cunha. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/translatio/article/view/42899/27134>. Acesso em: 10 mar. 2024.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006.

RANCIÈRE, Jacques. Políticas da escrita. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 1995.

CORPUS DOCUMENTAL

Matérias assinadas:

- ALCOFORADO, Pedro G. Por que Brasília? *Diário do Povo*, Niterói/Estado do Rio, 6 fev. 1957.
- ÁLVARO, José. Brasília vai ser capital, mas bom mesmo é o Rio. *Tribuna da Imprensa*, 14 mar. 1960. Giro em Sociedade.
- AMARAL, Alfredo Augusto. Brasília. *Guia Aeronáutico*, jul. e ago. 1957.
- AMARAL, Rubens do. Piratininga e Brasília. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 27 dez. 1956.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. À espera. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 24 mar. 1957. Imagens Cariocas.
- AVELINO, Pedro. Brasília num 'flash' emocional. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 25 ago. 1957.
- BARATA, Mário. Associação Brasileira de Críticos de Arte em 1960. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 6 jan. 1960. Artes e Museus.
- BARROS, Adirson. O Pau de Arara e a Cidade do Futuro. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1º set. 1957.
- CAVALCANTI, Tenório. Onde falta autoridade moral. *Luta Democrática*, Rio de Janeiro, 29 set. 1957.
- CLEMENTE, José. A propósito de Brasília. *O Estado de Minas*, Belo Horizonte, 24 jul. 1957. Vida Social.
- CORÇÃO, Gustavo. Terra de Disparates. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 24 dez. 1958.
- DEL PICCHIA, Menotti. Goiás ou Brasília. *Diário da Bahia*, Cidade do Salvador/Bahia, 25 jan. 1957.
- FILHO, Campomizzi. Nova capital. *Folha do Povo*, Ubá-Minas Gerais, 12 jul. 1957.
- FILHO, João Duarte. Novacap Particular. *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 24 nov. 1958. Tribuna Parlamentar.
- GUDIN, Eugênio. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 3 jun. 1957.
- GUIMARÃES, Mário. A loucura de Brasília. *Luta Democrática*, Rio de Janeiro, 3 set. 1957.
- J. J. & J. A Despedida vem aí. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 19 dez. 1957. Flagrante.
- JOBIM, Danton. A LIÇÃO de Brasília. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 9 jan. 1959.
- JUNIOR, R. Magalhães. A mudança da capital. *A Tribuna*, Santos/Estado de São Paulo, 19 jan. 1957.
- LACERDA, Carlos. Otimismo: o Nosso e o da Gamorra. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 29 dez. 1958.
- MATTOS, Meira. A interiorização da Capital da República. *Correio Paulistano*, São Paulo, 7 dez. 1956.
- MATTOS, Veriano de. Última visita de J.K. a Brasília: 21 de abril de 1960. *SINGRA*, 25 abr. 1958.
- MEDEIROS, João Freire. Mudança da Capital. *Jornal do Dia*, Maranhão, 20 out. 1956. Economia e Finanças.

MEIRA, Augusto. A oração presidencial. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 4 jan. 1957.

MENDEZ, Tito. Brasília, não! *O Jornal*, Rio de Janeiro, 9 jan. 1957. Flagrante.

MERCADANTE, Amaury. Brasília, a Cidade Menina. *O Semanário*, Rio de Janeiro, 8 ago. 1957.

MONTELLO, Josué. Ternura pela cidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 dez. 1958. Areia do Tempo.

MORAES, Juvenal Rodrigues de. Brasília é um novo ciclo na história de nosso país. *Diário de São Paulo*, São Paulo, 12 dez. 1958. Na Assembléia.

NERY, Adalgisa. As pedras no caminho. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 28 jan. 1957. Retrato sem Retorno.

NETO, Brasília Machado. Brasília. *Diário Carioca*, 31 de jul. 1957.

PEDROSA, Mário. Adequação de forma e função. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 maio 1958. Artes Visuais.

PEDROSA, Mário. Integração das artes e Brasília. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 mar. 1958. Artes Visuais.

PILLA, Raul. Festas de Arraial. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 1957. Microscópio.

PINHEIRO, Israel. Discurso. BRASIL. Presidência da República. *Diário de Brasília*. Vol. 4. Rio de Janeiro, 1960.

PINTO, Luiz. Rio de Janeiro: Cidade Livre e Eterna. *O Globo*, Rio de Janeiro, 26 jan. 1960.

QUEIROZ, Rachel de. Raminho de Alecrim. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 9 fev. 1957.

RÊGO, José Lins do. A Capital. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 4 jan. 1957. Conversa de Lotação.

RIO, José do. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 9 jan. 1959. Vozes da Cidade.

RIVIER, Fernand. Segunda viagem de um estrangeiro a Brasília. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 19 dez. 1958.

ROBB, Inez. BRASÍLIA: quando a cidade estiver pronta não se parecerá com nenhuma outra no mundo. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 31 jan. 1959. Aventuras de uma repórter americana no Brasil.

ROBB, Inez. BRASÍLIA: céu de nuvens barrocas e capital de 500 mil burocratas. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 29 jan. 1959. Aventuras de uma repórter americana no Brasil.

SCANTIMBURGO, João de. É preciso ir p'ra Maracangalha. *Correio Paulistano*, São Paulo, 27 jan. 1957.

SILVA, José Maria da. O Brasil marcha para frente. *O Popular*, Goiânia, 1957.

SILVEIRA, Joel. Pressa. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 25 abr. 1958.

SIQUEIRA, Cyro. A nova capital. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 1956.

SOARES, Gerson de Macedo. Provinciano! *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 ago. 1957.

TORRES, J. C. de Oliveira. Sobre a mudança da capital. *O Diário*, Belo Horizonte, 22 jul. 1957.

VAHLIS, Santos. Brasília e a grande tentação. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 7 dez. 1958.

VALADARES, Pedro. Enquanto Brasília não vem... *Folha de Luziânia*, Luziânia, ago. 1957.

Matérias não assinadas (com título):

- À ESPERA. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 24 mar. 1957. Imagens Cariocas.
- A LOUCURA de Brasília. Luta Democrática, Rio de Janeiro, 3 set. 1957.
- A MUDANÇA da capital. Jornal do Comércio, Recife/Pernambuco, 31 jan. 1957.
- A NOVA aventura. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 5 out. 1956. Notas e Informações.
- A RAZÃO de Brasília. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 7 mar. 1958.
- A VERTIGEM do Poder. *Luta Democrática*, Rio de Janeiro, 19 out. 1957.
- ACCELERADO o ritmo de todas as construções de Brasília. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 28 dez. 1958.
- ADVOGADOS: justiça em Brasília será injusta. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 23 jan. 1960.
- AGÊNCIA Nacional informa: Deputado Aliomar Baleeiro converteu-se a Brasília. *Jornal do Brasil*, 19 dez. 58.
- "AINDA está por nascer quem nos faça calar". *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 20 set. 1957.
- APELO a união em torno do Brasil. *O Globo*, Rio de Janeiro, 1º jul. 1958.
- APELO. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 27 jan. 1960.
- APENAS Ferro e Cimento são transportados, em Caminhões, de fora para Brasília. *A Noite*, Rio de Janeiro, 29 jul. 1957.
- ASSEMBLÉIA mineira a favor de Brasília. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 12 dez. 1958.
- BALEEIRO a favor de Brasília. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 23 dez. 1952.
- "BATALHA de Brasília" atinge a fase aguda. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 30 out. 1958.
- BRASÍLIA agiganta-se no planalto como a futura capital do Brasil. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 1º jul. 1958.
- BRASÍLIA Choca-se Com o Plano de Estabilização. *O Globo*, Rio de Janeiro, 31 out. 1958.
- "BRASÍLIA é exemplo do novo bandeirismo racional". *Diário de Minas*, Rio de Janeiro, 1º jul. 1958.
- BRASÍLIA e o Deserto. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11 jan. 1957.
- BRASÍLIA é paraíso para moça solteira. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 22 out. 1960.
- BRASÍLIA é uma piada. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 5 ago. 1957.
- BRASÍLIA está sendo acabada com atraso a toque de caixa. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 abr. 1960.
- BRASÍLIA financia publicidade oficial: Fala à TRIBUNA o senador Alencastro Guimarães. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 30 abr. 1958.
- BRASÍLIA já é uma realidade para o Tio San. *Polêmica*, Rio de Janeiro, 4 a 20 set. de 1957.
- BRASÍLIA já figura em novos compêndios de história pátria. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 8 jan. 1960.

BRASÍLIA provoca doença imaginária. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 24 nov. 1960.

BRASÍLIA tem hino oficial: será lançada hoje a composição "Alvorada em Brasília". *Última Hora*, Rio de Janeiro, 26 jan. 1959.

BRASÍLIA, castigo do Rio. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 26 set. 1957.

BRASÍLIA, concretização da idéia que nasceu um ano depois da Independência. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 18 mar. 1958.

BRASÍLIA, em dois anos. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 14 ago. 1957. A nossa opinião.

BRASÍLIA, esperança das zonas mais esquecidas do país, capital dinâmica onde as pontes surgem em 23 dias e estradas em 45. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 8 jul. 1958.

BRASÍLIA. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 14 mar. 1958.

BRASÍLIA. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 9 jul. 1958.

BRASÍLIA: povo será convocado em sua defesa. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 31 out. 1958.

BRASÍLIA: sol deixa Lobo suado. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 23 jan. 1960.

COMISSÃO acha que nada falta em Brasília para o servidor transferido. *Jornal do Brasil*, 28 jan. 1960.

CONVITE à paciência. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 3 jan. 1959.

CRÍTICO americano adverte: calor nos edifícios fará a vida difícil em Brasília. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 10 jan. 1960.

DATA Fatídica. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 14 ago. 1957.

DEFESA de Brasília. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 6 jan. 1959.

DIRETOR da NOVACAP diz que Brasília é obra do povo. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 7 jan. 1959.

EM Brasília não se tem lugar para falar de átomos. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 29 jan. 1960.

EM emissora oficial ninguém toca "Não vou para Brasília". *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 31 out. 1957.

EM TORNO do despacho de Brasília. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 6 out. 1956.

ENQUANTO Isto, Brasília Cresce. *Correio Radical*, Rio de Janeiro, 3 set. 1957.

ENTRE Atenas e Brasília. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 8 dez. 1957.

ERRO inicial. *O Povo*, Fortaleza/Ceará, 19 fev. 1957.

EUGÊNIO Gudín reafirma: Brasília – Fantasia Perniciosa. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 24 maio 1957.

FALTAM 85 Dias Para a Mudança da Capital. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 28 jan. 1960.

FLECHADO: Índios de Brasília já expulsaram um. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 16 mar. 1960.

FOI a Brasília de bicicleta e agora quer um emprego no Rio. *O Globo*, Rio de Janeiro, 16 dez. 1958.

FUTURO e Presente. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 8 jan. 1959.

FUTURO Romântico. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 20 out. 1956.

GOVERNO só para o futuro que esquece o presente. *O Globo*, Rio de Janeiro, 5 jan. 1959.

HAVIA um lobo no caminho para Brasília. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 dez. 1958.

IMIGRANTE em Brasília. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 ago. 1957.

INAUGURADO em Brasília o palácio de Kubitschek. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 1º jul. 1958.

INAUGURADO o Palácio da Alvorada, em Brasília. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 6 jul. 1958.

INCÚRIA Governamental. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 18 dez. 1958.

INFELICIDADE, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 23 jan. 1960.

JK em Belo Horizonte: Como a vossa lição se há de fazer em Brasília. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 13 dez. 1957.

JK mudará a capital mesmo em 1960, disse. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 21 out. 1958.

JK no Palácio das Ilusões Perdidas: Faixa Negra – Belo “Abacaxi” Vai Passar o Presidente. *A Hora*, São Paulo, 26 fev. 1957.

MOÇAS serão trocadoras nos ônibus de Brasília. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 11 dez. 1960.

MOTIVOS. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 14 out. 1956.

MUDANÇA da Capital. *O Corumbalense Goiano*, Corumbá de Goiás, 15 mar. 1958.

MUDANÇA para Brasília – a mentira carioca de 1956. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 29 dez. 1956

NIEMEYER responde às críticas: sobre arquitetura de Brasília. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 11 mar. 1960.

NINGUÉM quer passar o Natal em Brasília. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 24 dez. 1960.

NO mundo político. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 31 out. 1958.

O PREÇO da capital. *Folha da Manhã*, Pernambuco, 31 de outubro de 1956.

O SUB-DESENVOLVIMENTO é a presença do inimigo em nossa casa. *O Diário*, Minas Gerais, 8 jul. 1958.

OSCAR Niemeyer em primeira autocrítica fala de erros e de “novas providências!” *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 jul. 1958.

PARA acreditar em Brasília e elogiá-la basta visitá-la. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 20 dez. 1958. Câmara Federal.

PARLAMENTARES vão viver no meio da poeira; Brasília. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 9 fev. 1960.

PASSO mais viril que a Nação dá: Brasília. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 2 out. 1957.

PIRÂMIDE brasiliense. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 24 mar. 1957.

PRECIPITAÇÃO. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 22 ago. 1957.

PRESENTE de grego. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 24 ago. 1957.

PROSSEGUE em ritmo acelerado a edificação da nova capital. *Folha da Manhã*, São Paulo, 18 dez. 1957.

PSICOSE mudancista. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 1º set. 1957.

REAÇÃO contra os antimudancistas. *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 1956.

REVOLUÇÃO econômica com a fundação de Brasília. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 4 dez. 1957.

SOBRAL Pinto a JK: "Brasília inaugurará nova época no progresso moral e material da nação brasileira". *Última Hora*, Rio de Janeiro, 7 jan. 1960.

SOBRE a mudança da capital. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 1º nov. 1956.

TAMBÉM os mortos. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 19 out. 1957.

TAREFA para esta geração. *Diário da Noite*, Pernambuco, 28 out. 1956.

TERIA sido atacado por índios em Brasília. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 16 mar. 1960.

VISÃO. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 23 jul. 1957.

"VOU fazer samba em Brasília". *Última Hora*, Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1957.

Matérias não assinadas (sem título):

A Hora, Porto Alegre, 2 dez. 1957.

A Noite, Rio de Janeiro, 20 dez. 1957. Boletim de Brasília

Diário Carioca, Rio de Janeiro, 30 out. 1958. O que se diz...

Diário de Minas, Minas Gerais, 28 jan. 1959.

Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 28 ago. 1957.

Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 18 dez. 1957. Notas Políticas.

Folha de S. Paulo, São Paulo, 21 abr. 1960.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 6 jan. 1960

Jornal do Comércio, Recife, 6 maio 1957.

Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro, 4 out. 1957.

Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro, 26 abr. 1960.

Última Hora, Rio de Janeiro, 26 abr. 1960.

Revistas:

Brasília 40 Anos: uma história que continua sendo escrita. Correio Braziliense/TV Brasília. Edição Única Comemorativa. Brasília: impressão e fotolito Foco Divisão Gráfica, 21 abr. 2000.

Manchete. Brasília: Edição Histórica. Brasília: Bloch Editores S. A., 21 abr. 1960.

Manchete. JK acorda o Gigante e Brasil de JK. Edição Separata. Rio de Janeiro: Bloch Editores S. A., 1959.

Querida. Brasília é um assunto que interessa a mulher. Rio de Janeiro: Rio Gráfica e Editora, nº 378, setembro de 1970.

Revista Brasília. Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil: abr. 1960 – Edição Especial, Ano IV, nº. 40.

Revista Nossa História. O Grito: verdades e mitos sobre a Independência. Rio de Janeiro, Ano 1, nº 11, setembro 2004.

Revista Nossa História. Os anos JK. Rio de Janeiro, Ano 2, nº 23, setembro de 2005.

Revista Nossa História. Oscar Niemeyer: aos 96 anos ele projeta o futuro. Rio de Janeiro, Ano 1, nº 12, outubro 2004.

Publicações:

BRASIL. Presidência da República. *Diário de Brasília*. Rio de Janeiro, 1958, volume 2.

BRASIL. Presidência da República. *Diário de Brasília*. Rio de Janeiro, 1960, volume 4.

KUBITSCHKEK, Juscelino. *A escala política: meu caminho para Brasília*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1976, v. 2.

KUBITSCHKEK, Juscelino. *Meu caminho para Brasília*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1974, v. 1.

KUBITSCHKEK, Juscelino. *Meu caminho para Brasília*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1978, v. 3.

KUBITSCHKEK, Juscelino. *Por que construí Brasília*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1975.

Internet:

BARBOSA, Sergio Servulo Ribeiro. "Esporte e Emoção: contribuições da teoria de Norbert Elias para compreensão desses fenômenos". Disponível em : http://www.fef.unicamp.br/sipc/anais7/Trabalhos%5CxEsporte%20e%20Emo%C3%A7%C3%A3o-contribui%C3%A7%C3%B5es%20da%20teoria%20de%20Norbert%20Eli_.pdf. Acesso em: 4 maio 2008.

LAMBACH, Fernada. "Bastidores do poder: os fantasmas escrevem". Disponível em: http://www2.correioweb.com.br/cw/EDICAO_20030629/sup_rvd_290603_27.htm. Acesso em: 20 fev. 2008.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. "A construção de Brasília". Disponível em: http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jk/htm/o_Brasil_de_JK/A_construcao_de_Brasilia.asp. Acesso em: 29 abr. 2005.

POLLAK, Michael. "Memória, Esquecimento, Silêncio". Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/43.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2006

PRADA, Cecília. "Os Irmãos Machado". Disponível em: http://www.sescsp.org.br/sesc/revistas_sesc/pb/artigo.cfm?Edicao_Id=100&breadcrumb=1&Artigo_ID=1089&IDCategoria=1229&reftype=1. Acesso em: 12 jul. 2007.

"Augusto Meira". Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Augusto_Meira. Acesso em: 27 jul. 2007.

"Biografia". Disponível em: <http://www.fundacaoschmidt.com.br/>. Acesso em: 27 abr. 2008.

"Cristiane Costa". Disponível em: <http://www.bmsr.com.br/autores/detalhe.asp?cod=Cristiane%20COSTA>. Acesso em: 14 ago. 2008.

"História do PCB/PPS". Disponível em: http://www.pps.org.br/2005/index.asp?opcao=partido&inc_partido=historia&portal=. Acesso em: 20 ago. 2008.

"Parlamentar vê comunismo hoje 'só como utopia'". Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/noticia/senamidia/historico/1999/8/zn082921.htm>. Acesso em: 29 abr. 2007.

"Pontos Turísticos: Palácio do Buriti". Disponível em: http://www2.camara.gov.br/conheca/visiteacamara/pontosturisticos/pontos/palacio_buriti.html. Acesso em: 18 jul. 2008.

"Prestes Maia". Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco_Prestes_Maia. Acesso em: 15 nov. 2007.

"Tudo sobre Victor Meirelles de Lima". Disponível em: <http://brasiliavirtual.info/tudo-sobre/victor-meirelles-de-lima>. Acesso em: 30 ago. 2008.

"Velho do Restelo". Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Velho_do_Restelo. Acesso em: 9 jul. 2008.

"Victor Meirelles". Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Victor_Meirelles_de_Lima. Acesso em: 30 ago. 2008.

Fotos:

Páginas iniciais: <http://www.geocities.com/TheTropics/3416/tabfotos.htm>

Capítulo 3: <http://www.wikipedia.org>

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de (org.). *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ANASTASIA, Carla Maria J. De Drummond a Rodrigues: venturas e desventuras dos brasileiros no governo JK. In: MIRANDA, Wander Melo (org.). *Anos JK: margens da modernidade*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/ Rio de Janeiro: Casa de Lúcio Costa, 2002.

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2000.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. *Enciclopédia Einaudi*. V. 5. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1985.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

BARROS, José D'Assunção. História Cultural: um panorama teórico e historiográfico. *Textos de História: Revista da Pós-Graduação em História da UnB*, v. 11, n. 1/2, 2003. Dossiê: A Justiça no Antigo Regime.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política 1956-1961*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- BERTRAN, Paulo. *História da terra e do homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal*, de Paulo Bertran. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2011. Disponível em: <https://biblioteca.cl.df.gov.br/dspace/handle/123456789/1718>. Acesso em: 20 abr. 2025.
- BEÚ, Edson. *Expresso Brasília: a história contada pelos candangos*. Brasília: LGE, 2006.
- BITTENCOURT, José Neves. Espelho da 'nossa história': imaginário, pintura histórica e reprodução no século XIX brasileiro. *Revista Tempo Brasileiro* (Memória e História), v. 1, n. 1. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1962.
- BOJUNGA, Cláudio. *JK: o artista do impossível*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão: a influência do jornalismo e os Jogos Olímpicos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- BRAUDEL, Fernand. *Gramática das civilizações*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BRITO, Eleonora Zicari Costa de. Sobre o acontecimento discursivo. In: SWAIN, Tânia Navarro (org.). *História no plural*. Brasília: Editora UnB, 1994.
- BUCHMANN, Armando. *Arquiteto Lúcio Costa, o inventor da cidade de Brasília: centenário de nascimento*. Brasília: Thesaurus, 2002.
- BUCHMANN, Armando. *Construção de Brasília: "uma mensagem a Garcia"*. Documentário. Brasília: Thesaurus, 2004.
- BURKE, Peter. *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- CARR, Edward Hallett. *Que é História?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CASTRO, Ruy. *O anjo pornográfico: a vida de Nelson Rodrigues*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CATROGA, Fernando. Memória e história. PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *Fronteiras do milênio*. Porto Alegre - RS: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.
- CERTEAU, Michel De. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.
- CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: Unesco/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.
- CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade, 2002.
- CHARTIER, Roger. *Cultura escrita, literatura e história: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit*. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- CHARTIER, Roger. *Do palco à página: publicar teatro e ler romances na época moderna (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.
- CHARTIER, Roger. *Formas e sentido. Cultura escrita: entre distinção e apropriação*. Campinas/SP: Mercado das Letras, 2003.
- CHARTIER, Roger. *História cultural: entre práticas e representações*: Lisboa: Difel, 1990.
- CHARTIER, Roger. *Inscrever & Apagar: cultura escrita e literatura*. São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- CHARTIER, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.
- CHIPP, Herschel B. *Teorias da arte moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- COHEN, Marleine. *Juscelino Kubitschek: o presidente bossa nova*. São Paulo: Globo, 2005.
- COLLINGWOOD, Robin George. *A idéia de História*. Lisboa: Editorial Presença, 1994.
- CONY, Carlos Heitor. *JK: como nasce uma estrela*. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- COSTA, Cristiane. "Carta do editor". *Revista Nossa História*. Os anos JK. Rio de Janeiro, ano 2, n. 23, p. 3, setembro de 2005.
- COSTA, Joffre Gomes da. *Marechal Henrique Lott*. Rio de Janeiro: MEC-INL, 1960.
- COUTO, Ronaldo Costa. *Brasília Kubitschek de Oliveira*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- COUTO, Ronaldo Costa. Palavra de honra: Niemeyer. Depoimento de Oscar Niemeyer ao autor, em 29 de dezembro de 1999. In: COUTO, Ronaldo Costa. *Brasília Kubitschek de Oliveira*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- DARNTON, Robert. Uma entrevista com Robert Darnton. *Revista Estudos Históricos*, v. 2, n. 4, Rio de Janeiro, 1989.
- DARNTON, Robert. *Boemia literária e revolução: o submundo das letras no antigo regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- DARNTON, Robert. *Edição e sedição: o universo da literatura clandestina no século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos: e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

- DOSSE, François. *A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: Editora Unesp, 2001.
- DURAND, Gilbert. *O imaginário: ensaios acerca das ciências e da filosofia da imagem*. Rio de Janeiro: Difel, 2004.
- EKSTEINS, Modris. *A sacração da primavera: a grande guerra e o nascimento do ocidente*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994, vol. 1.
- FARIAS, Darcy Dornelas de. *Terra no Distrito Federal – experiências com desapropriações em Goiás (1955-1958)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, UnB, 2006.
- FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira*. Tomo III, 1º vol. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- FURET, François. *A oficina da história*. Lisboa: Gradiva, 1986.
- GAY, Peter. *O século de Schnitzler: a formação da cultura da classe média (1815-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.
- GINZBURG, Carlo. O extermínio dos judeus e o princípio da realidade. In: MALERBA, Jurandir (org.). *A História escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das letras, 1987.
- GINZBURG, Carlo. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das letras, 2001.
- Gomes, Ângela de Castro (org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- GOMES, Ângela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena (org.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; CPDOC, 2002.
- GOMES, Renato Cordeiro. Bossa nova: uma nova afinação. In: MIRANDA, Wander Melo (org.). *Anos JK: margens da modernidade*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/ Rio de Janeiro: Casa de Lúcio Costa, 2002.
- GREGOLIN, Maria do Rosário (org.). *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Paulo: Claraluz, 2003.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- HAUSER, Arnold. *História social da arte e da literatura*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- HOLSTON, James. *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- JENKINS, Keith. *A História repensada*. São Paulo: Contexto, 2001.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto;Ed. PUC-Rio, 2006.
- KUYUMIJAN, Marcia de Melo Martins. Elaboração idílica do garimpeiro construindo sujeitos sociais. *In: COSTA, Cléria Botelho da; ALÉSSIO, Nancy (org.). Contar história, fazer História: História, cultura e memória*. Brasília: Paralelo 15, 2002.
- LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- LASSANCE, Adalberto; LOPES, Cleusa Neves da Silva (et al.). *Brasília: capital do Brasil*. Brasília: Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal/Pórfiro, 2003.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Lisboa/Portugal: Edições 70, 2000.
- LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ, 1999.
- LISPECTOR, Clarice. *Para não esquecer*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.
- LUTFI, Eulina Pacheco; SOCHACZEWSKI, Suzanna; JAHNEL, Teresa Cabral. As representações e o possível. *In: MARTINS, José de Souza (org.). Henri Lefebvre e o retorno à Dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MACHADO, Maria Salete Kern. O estrangeiro na cidade. *In: COSTA, Cléria Botelho da; MACHADO, Maria Salete Kern (org.). Imaginário e História*. Brasília: Paralelo 15, 1999.
- MANNHEIM, Karl. O pensamento conservador. *In: MARTINS, José de Souza (org.). Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- MARTINS, Ana Luiza. *O despertar da República*. São Paulo: Contexto, 2001.
- MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- MELLO, Maria T. Ferraz Negrão de. 'Casariguindum': cotidiano, cidadania e imaginário na obra de Adoniran Barbosa. *In: MENEZES, Albene Miriam F (org.). História em movimento (Temas e Perguntas)*. Brasília: Thesaurus, 1997.
- MIRANDA, Wander Melo (org.). *Anos JK: margens da modernidade*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/ Rio de Janeiro: Casa de Lúcio Costa, 2002.
- MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira*. São Paulo: Senac, 2000.
- MOTTA, Marly Silva da. Carlos Lacerda: de demolidor de presidentes a construtor de estados. *In: BOM MEIHY, José Carlos Sebe (org.). (Re)introduzindo a história oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996.

- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Uma outra face dos anos JK: mobilizações de direita. In: MIRANDA, Wander Melo (org.) *Anos JK: margens da modernidade*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/ Rio de Janeiro: Casa de Lúcio Costa, 2002.
- NEIVA, Ivany Câmara. *Imaginando a capital: cartas a JK (1956-1961)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
- NERY, Sebastião. *Grandes pecados da imprensa*. São Paulo: Geração Editorial, 2000.
- NEVES, Margarida de Souza. *A escrita do tempo: memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas*. Rio de Janeiro: PUC, 1988 (mimeo).
- NORA, Pierre. *Les Lieux de Mémoire*. Paris: Gallimard, 1984.
- NORA, Pierre. O retorno do fato. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (dir.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- NOVAIS, Fernando A. (coord.); SCHWARCZ, Lília Moritz (org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- NUNES, Brasilmar Ferreira. *Brasília: a fantasia corporificada*. Brasília: Paralelo 15, 2004.
- NUNES, Brasilmar Ferreira. Prefácio. In: OLIVEIRA, Márcio de. *Brasília: o mito na trajetória da nação*. Brasília: Paralelo 15, 2005.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Tempos JK: a construção do futuro e a preservação do passado. In: MIRANDA, Wander Melo (org.). *Anos JK: margens da modernidade*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/ Rio de Janeiro: Casa de Lúcio Costa, 2002.
- OLIVEIRA, Márcio de. *Brasília: o mito na trajetória da nação*. Brasília: Paralelo 15, 2005.
- ORICO, Osvaldo. Meninos eu vi. In: BUCHMANN, Armando. *Construção de Brasília: "uma mensagem a Garcia"*. Documentário. Brasília: Thesaurus, 2004.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise do discurso: princípios & procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.
- ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História*. Representações, v. 15, n. 29. São Paulo: Contexto/ANPUH, 1995.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- PIZA, Daniel. *Machado de Assis: um gênio brasileiro*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005.
- PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O Jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Ed. UnB, 2002.
- Prado JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil: Colônia e Império*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- REIS, José Carlos. *Escola dos Annales: a inovação em história*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- REIS, José Carlos. *História & Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

REIS, Marcelo Rodrigues dos. *Discurso e temporalidades: a construção da memória e da identidade no Vale do Amanhecer (1957-2004)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

RETRATO DO BRASIL. São Paulo: Política Editora, vol. 3.

REVEL, Jacques. A História ao rés-do-chão. In: LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

RIBEIRO, Gustavo S. Lins. *O capital da esperança*. Brasília: estudo sobre uma grande obra da construção civil. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 1980.

RICOEUR, Paul. *O conflito das interpretações*. Rio de Janeiro: Imago, 1978.

RICOEUR, Paul. *Teoria da interpretação*. Lisboa: Edições 70, 1999.

RODRIGUES, Georgete Medleg. *Ideologia, propaganda e imaginário social na construção de Brasília*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 1990.

ROHMANN, Chris. *O livro das ideias: pensadores, teorias e conceitos que formam nossa visão de mundo*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

ROSSI, Clóvis. *O que é jornalismo*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

ROUANET, Sérgio Paulo; PEIXOTO, Nelson Brissac. É a cidade que habita os homens ou são eles que moram nela?, *Revista USP*: Dossiê Walter Benjamim, n.15. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1992.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Ernesto. *História de Brasília: um sonho, uma esperança, uma realidade*. Brasília: Linha Gráfica Editora, 1999.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2002.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)*. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

SOIHET, Rachel (org.). *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

SOUSA, Nair H. Bicalho. *Os construtores de Brasília: estudo de operários e sua participação política*. Petrópolis: Vozes, 1983.

STEINER, George. *No castelo do Barba Azul: algumas notas para a redefinição da cultura*. São Paulo: Companhia das Letras.

TAVARES, Flávio. *O dia em que Getúlio matou Allende: e outras novelas do poder*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

- TEIXEIRA, Hermes Aquino. *Brasília: o outro lado da utopia*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 1982.
- TEIXEIRA, Maria Cecília Sanchez. *Antropologia, cotidiano e educação*. Rio de Janeiro: Imago, 1990.
- THOMPSON, Edward Thompson. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- VASCONCELOS, Adirson. *A mudança da capital*. Brasília: Centro Gráfico do Senado, 1978.
- VERNANT, Jean-Pierre. Débat. In: DROIT, Roger Pol (org.). *Le grecs, le romain et nous: l'antiquité est-elle moderne?* Paris: Le Monde Editions, 1989. p. 110-113. Mimeo traduzido por José Otávio Nogueira Guimarães.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a História*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.
- VIANA, Francisco. *A saga de um herói brasileiro*. São Paulo: IBEP Nacional, 2006.
- WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Edusp, 2001.

ÍNDICE REMISSIVO

A

A Hora: 18, 20, 21, 37, 135, 200, 215, 216

Antimudancista: 12, 14, 16, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 37, 47, 51, 52, 55, 66, 67, 70, 77, 93, 94, 99, 109, 113, 116, 119, 126, 128, 131, 132, 134, 167, 170, 174, 182, 183, 190, 198, 201, 202, 208

Arquitetura Moderna: 58, 105

B

Baczko, Bronislaw: 25, 219

Bauman, Zygmunt: 219

Berman, Marshall: 154, 219

Bosi, Ecléa: 219

Bourdieu, Pierre: 219

C

Capital Federal: 15, 18, 20, 21, 72, 81, 82, 114, 130, 134, 138, 148, 157, 158, 177, 188, 189, 200

Carlos Lacerda: 43, 48, 57, 62, 64, 65, 66, 83, 86, 89, 124, 134, 148, 223

Chartier, Roger: 220

Cidade Moderna: 37

Complô: 68, 72, 87, 99

Construção: 11, 12, 14, 16, 17, 18, 19, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 37, 40, 42, 43, 44, 45, 47, 49, 50, 51, 53, 55, 57, 64, 67, 68, 69, 70, 74, 75, 77, 80, 81, 82, 83, 87, 88, 89, 91, 92, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 102, 107, 108, 109, 110, 111, 113, 114, 115, 119, 127, 128, 135, 138, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 148, 150, 151, 153, 155, 157, 162, 164, 165, 167, 168, 171, 176, 181, 186, 187, 188, 191, 197, 202, 203, 204, 205, 206, 208, 218, 219, 223, 224

Correio Braziliense: 69, 78, 148, 173, 176, 217

Correio da Manhã: 27, 30, 31, 32, 72, 73, 74, 78, 79, 80, 84, 88, 118, 119, 120, 139, 159, 170, 171, 186, 187, 189, 211, 213, 214, 215, 216

Cultura: 12, 29, 40, 41, 52, 69, 73, 112, 134, 140, 148, 154, 182, 183, 184, 188, 190, 191, 195, 199, 220, 221, 222, 223, 225

D

Desenvolvimento Nacional: 106, 150, 170

Diário Carioca: 20, 36, 45, 46, 50, 54, 79, 86, 87, 88, 97, 109, 110, 114, 130, 131, 132, 146, 151, 152, 167, 168, 172, 186, 211, 212, 213, 214, 215, 216

Diário de Minas: 72, 81, 146, 213, 216

Diário de Notícias: 15, 16, 42, 53, 57, 61, 74, 75,

80, 82, 102, 103, 112, 113, 169, 170, 171, 176, 196, 205, 211, 212, 213, 214, 215, 216

E

Espaço de Experiência: 17, 127, 131, 141, 143, 151, 159

F

Folha de Luziânia: 16, 35, 75, 213

Fotografia: 36

Foucault, Michel: 221

Futuro: 12, 15, 19, 23, 32, 36, 37, 40, 42, 44, 46, 54, 57, 61, 62, 66, 67, 75, 94, 106, 109, 127, 128, 130, 131, 135, 137, 140, 141, 142, 145, 146, 147, 151, 156, 157, 159, 160, 161, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 175, 176, 177, 178, 179, 181, 190, 192, 197, 198, 202, 208, 211, 215, 217, 219, 222, 223

G

Getúlio Vargas: 48, 67, 124, 133, 218

Ginzburg, Carlo: 221, 222

Governo Kubitschek: 105, 219

H

Horizonte de Expectativa: 127, 131, 141, 143

I

Imaginário: 12, 14, 15, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 40, 47, 50, 51, 52, 60, 61, 66, 67, 75, 89, 90, 93, 94, 96, 97, 99, 106, 109, 113, 116, 119, 126, 129, 132, 136, 137, 138, 140, 145, 150, 152, 158, 167, 170, 174, 175, 178, 180, 182, 184, 189, 191, 196, 198, 201, 219, 220, 221, 222, 223, 224

Imprensa Escrita: 14, 20, 34, 39, 46, 68, 139, 182, 198, 199, 202, 208

Inauguração: 17, 27, 29, 32, 49, 55, 73, 84, 88, 102, 106, 115, 139, 142, 158, 159, 171, 175, 177, 187, 197, 204

J

Jacques Le Goff: 127, 131

Jornais: 14, 16, 19, 28, 33, 41, 46, 55, 57, 60, 69, 70, 72, 73, 82, 83, 87, 90, 104, 118, 120, 132, 140, 176, 181, 183, 188, 206, 208

Jornal do Brasil: 37, 43, 58, 59, 61, 89, 90, 91, 93, 100, 101, 172, 174, 187, 188, 193, 204, 205, 211, 212, 213, 214, 215, 216

Jornal do Comércio: 55, 56, 120, 121, 173, 213, 217

Jornalismo: 14, 52, 112, 113, 124, 125, 127, 129, 131, 133, 140, 182, 183, 193, 197, 218, 219, 224

Juscelino Kubitschek: 11, 13, 16, 20, 39, 42, 48, 53, 57, 61, 63, 74, 75, 79, 81, 82, 87, 103, 109, 141, 156, 157, 163, 169, 170, 191, 193, 197, 220

K

Koselleck, Reinhart: 211, 222

Kubitschek, Juscelino: 217

L

Lacerda, Carlos: 212

Le Goff, Jacques: 222, 223

Luta Democrática: 20, 31, 42, 77, 171, 211, 213

M

Manchete: 39, 141, 176, 197, 217

Memória Coletiva: 128, 132, 146, 161, 191, 222

Modernidade: 26, 29, 39, 40, 41, 44, 46, 49, 55, 57, 59, 60, 61, 67, 112, 114, 154, 192, 207, 208, 218, 219, 222, 223, 224

Moderno: 24, 30, 37, 39, 40, 44, 46, 47, 49, 54, 55, 56, 57, 67, 100, 112, 129, 149, 165, 166, 195

Mudancista: 12, 14, 15, 16, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 34, 37, 38, 40, 44, 47, 48, 49, 50, 55, 60, 61, 67, 70, 74, 75, 77, 80, 87, 88, 89, 94, 97, 98, 99, 106, 109, 114, 115, 126, 128, 129, 131, 132, 133, 137, 138, 140, 149, 154, 156, 158, 159, 167, 172, 173, 174, 177, 178, 180, 182, 183, 186, 190, 196, 198, 201, 208, 216

N

Nacionalismo: 150, 153

Nelson Rodrigues: 27, 30, 192, 194, 195, 220

NOVACAP: 16, 38, 71, 80, 82, 83, 86, 89, 92, 156, 162, 168, 176, 186, 195, 211, 214

Nova Capital: 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 42, 49, 50, 51, 53, 54, 56, 59, 63, 66, 67, 70, 71, 73, 75, 77, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 96, 97, 98, 100, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 114, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 126, 129, 135, 136, 138, 139, 147, 151, 154, 155, 156, 159, 163, 168, 169, 171, 172, 173, 174, 181, 182, 185, 188, 190, 192, 195, 202, 204, 211, 213, 216, 217

O

O Estado de S. Paulo: 16, 34, 35, 42, 163, 164, 165, 167, 170, 213, 215

O Globo: 16, 32, 73, 74, 77, 92, 93, 134, 160, 161, 197, 198, 203, 212, 213, 215

O Jornal: 36, 39, 49, 59, 87, 88, 93, 94, 120, 122, 126, 140, 142, 158, 186, 187, 212, 213, 214, 216, 224

Oscar Niemeyer: 11, 27, 36, 57, 58, 59, 91, 100, 101, 102, 104, 108, 116, 177, 195, 199, 216, 217, 221

P

Passado: 12, 14, 15, 17, 19, 23, 40, 44, 54, 58, 69, 71, 96, 99, 102, 108, 127, 128, 130, 131, 133, 136, 137, 139, 140, 141, 142, 143, 145, 146, 147, 149, 151, 153, 155, 156, 157, 159, 164, 165, 167, 174, 177, 178, 179,

181, 190, 192, 193, 194, 199, 200, 202, 203, 208, 211, 219, 222, 223

Patrimônio Cultural: 199

Paul Ricoeur: 94, 132

Pesavento, Sandra Jatahy: 220, 223, 224

Plano Piloto: 105, 181, 189

Presente: 14, 15, 20, 23, 24, 27, 28, 32, 42, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 61, 65, 66, 79, 98, 99, 103, 106, 108, 127, 128, 131, 132, 139, 140, 142, 143, 144, 145, 147, 151, 153, 155, 157, 159, 160, 161, 165, 167, 169, 173, 179, 181, 185, 190, 193, 194, 197, 198, 203, 205, 208, 215, 216

Q

Querida: 38, 49, 217

R

Reinhart Koselleck: 127, 157, 202

Revista Brasília: 13, 217

Revista Nossa História: 192, 193, 217, 220

Revistas: 16, 19, 71, 176, 217

Ricoeur, Paul: 224

S

SINGRA: 34, 212

Suplemento Literário: 193

T

Topoi: 22, 68, 74, 80, 97, 112, 116, 119, 120, 125

Topos: 12, 22, 68, 69, 73, 75, 76, 90, 97, 106, 109, 121, 123, 126, 156

Tribuna da Imprensa: 20, 32, 33, 34, 42, 52, 53, 60, 81, 82, 83, 89, 106, 117, 118, 119, 171, 196, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217

U

Última Hora: 11, 20, 27, 35, 49, 50, 57, 58, 91, 104, 142, 143, 180, 206, 212, 214, 215, 216, 217

Urbanismo: 105, 141, 199

Utopia: 40, 97, 99, 100, 124, 201, 202, 218, 222, 225



científica digital



VENDA PROIBIDA - ACESSO LIVRE - OPEN ACCESS

